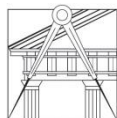




LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**SEGURANÇA URBANA
A ARQUITETURA AO SERVIÇO DA DIVERSIDADE:
Olhares paralelos entre Portugal e o Brasil**

Doutoramento em Arquitetura
Especialidade Teoria e Prática do Projeto

Carla Valéria Siqueira Pinto da Silva

- Orientadora: **Doutora Tânia Liani Beisl Ramos**
Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
- Co-orientador: **Doutor Fernando Manuel Brandão Alves**
Professor Associado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Júri:
- Presidente: **Doutor João Gabriel Viana de Sousa Morais**
Professor Catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
- Vogais:
- Doutor Fernando Manuel Brandão Alves**
Professor Associado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Doutora Isabel Ortins de Simões Raposo**
Professora Associada da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
- Doutora Maria da Graça dos Santos Moreira**
Professora Auxiliar da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
- Doutor Paulo Felipe de Sousa Figueiredo Machado**
Investigador Auxiliar do Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- Doutora Tânia Liani Beisl Ramos**
Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
- Doutora Diva de Mello Rossini**
Professora Auxiliar da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI – Brasil

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

Documento Definitivo

Março 2014

***Ao meu pai Fernando e
à minha filha Isabella***

***À minha mãe Telma
in memoriam***

RESUMO

A qualidade de vida na cidade e a presença da criminalidade nos lugares onde se vive é um tema de interesse geral. E é com maior ou com menor incidência que os cidadãos enfrentam diariamente problemas relacionados aos crimes. Problemas estes que, sob o olhar da arquitetura são directamente confrontados com a estrutura, a forma e a morfologia da cidade. Para tal contam características relacionadas à mobilidade pedonal, contam ainda a presença de referências ou marcos urbanos que permitem a orientação do peão na cidade, os quais assumem o papel de representação da identidade urbana. Sabendo que o espaço urbano e a massa edificada permitem identificar uma relação entre forma física e práticas sociais, esta investigação está centrada na premissa de que há problemas que, embora salientem fragilidades na arquitetura da cidade, podem ser minimizados por meio de intervenções no projeto, atuando-se no momento prévio assim como no construído. Sabendo-se ainda e cada vez mais, que a segurança é um fator de desenvolvimento cultural e socioeconómico das cidades. Locais de convivência de ideias e de comportamentos distintos, as cidades refletem o modo como são vividas por meio da sua arquitetura e da sua organização física.

O estudo proposto pretende identificar as fragilidades dos espaços arquitetónicos na escala do edifício e do bairro salientando a perspectiva da segurança. Para tal propõe-se a elaboração de um método de aferição de indicadores, aqui denominado Sistema Integrado de Desenho Seguro – SIDES – como linhas de orientação para intervenção na malha urbana. Com o intuito de testar a ferramenta proposta, foram identificados os locais em Portugal e no Brasil que apresentaram os índices de segurança mais elevados. O objectivo consiste em verificar quais os pontos mais frágeis existentes na arquitetura da cidade, passíveis de ser redesenhados em função da segurança urbana ao relacionar forma física e diversidade social..

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura da cidade, segurança urbana, diversidade social, ambiente construído, uso do espaço, desenho urbano

ABSTRACT

The quality of life in a city and the presence of crime where one lives is a topic of general interest. Citizens face more or less daily problems related to crimes. These problems can be directly confronted from the perspective of architecture by the structure, shape and morphology of a city. To this end pedestrian accessibility, references or urban landmarks allow convenient orientation in a city, which also represents the urban identity. Knowing that urban spaces and the mass of buildings identify a relationship between the physical and social practices, this research focuses on the premise that those problems can be minimized by project intervention and pointing out the weaknesses of a city's architecture, even where previously considered well-built. Also, this acknowledges that increasingly safety is a factor in the cultural and socio-economic development of cities. By the local coexistence of ideas and different behaviors, cities reflect how they are lived through their architecture and their physical organization.

This study aims to identify the weaknesses of architectural spaces, the scale of the buildings and the neighborhoods by highlighting the safety perspective. To this end we propose the development of a method of measurement indicators, here called Sistema Integrado de Desenho Seguro – SIDES – (*System of Integrated Design Security*) as guidelines for intervention in the urban fabric. In order to test the proposed tool, places in Portugal and Brazil, which had the highest levels of security, have been identified. The objective is to ascertain which of the weakest points in the architecture of these cities are likely to be redesigned according to urban security, physical form and social diversity.

KEY-WORDS

City architecture, urban security, social diversity, the built environment, use of space, urban design

AGRADECIMENTOS

À **população desconhecida** dos bairros da Tijuca, Rio de Janeiro e Setúbal, Portugal, que em ambos os casos participaram ativamente respondendo aos inquéritos e em longas conversas sobre o tema, sobre o qual toda a gente tem opinião. E ao dar as suas opiniões contribuíram efetivamente para esta investigação no sentido de melhorar a segurança em seus bairros.

Aos **lojistas, administradores e porteiros** que facilitaram a entrega e recolha dos inquéritos.

Às **instituições** e aos respectivos **funcionários**, pelo acesso aos arquivos e informações que enriqueceram esta investigação.

EM PORTUGAL

Ao **Professor Doutor José Carlos Callado** por seu empenho e entusiasmo que, em momento ora controverso, foi um pilar para que esta investigação pudesse prosseguir.

Ao Chefe do Gabinete do Governo Civil de Setúbal, **Dr. Mário Cristóvão** e

Ao Superintendente da PSP de Setúbal, **Dr. Bastos Leitão**, em ambos os casos foram de grande auxílio nas informações prestadas, por terem partilhado seus conhecimentos e experiência na área da segurança urbana no distrito de Setúbal.

A **Sione Batista de Souza**, amiga muito querida, pela paciência em caminhar comigo por toda Av. Luisa Todi e Bairro da Bela Vista, em Setúbal, entregando e recolhendo os inquéritos ao longo de vários dias, sob intenso frio. O caminhar ao seu lado tornou este trabalho deveras prazeroso, e as paradas para o café com as Tortas de Azeitão muito mais saborosas.

Aos amigos **Thiago Calai** pelo apoio nos momentos mais necessários; **Marilene Mary** com seu contagiante sorriso e a **David Pedro** pela generosidade.

A **Carolina Martins** pelo seu inestimável tempo em revisar cada tabela, gráfico, imagem e seu trabalho informático realizado com amizade.

A minha orientadora, **Professora Doutora Tânia Ramos**, sem a qual teria sido impossível finalizar este trabalho de pesquisa.

Sua generosidade em partilhar seu saber foi constante ao longo desses cinco anos: “Já faltou mais”, e “A tese se escreve palavra por palavra todos os dias”, foram sempre suas palavras de ordem para mais um dia de trabalho e tarefas a

cumprir. E em muitos momentos desta caminhada, em meio a tantos problemas pessoais e profissionais, foi sua compreensão, amizade e fé que me impulsionaram, literalmente, em manter o otimismo e a certeza da relevância desta investigação, na qual sua crença, desde o primeiro momento, permitiu chegarmos ao fim, exaustas, mas com esperança de que o contributo desta investigação e estes anos de pesquisa poderão trazer às pessoas e às cidades. Procurei por palavras que pudessem expressar o meu agradecimento pois o ‘muito obrigada’ pareceu-me tão pequenino frente a esta extraordinária professora, orientadora e pessoa. Trago-a no meu coração. Jamais a esquecerei. Ao meu co-orientador, **Professor Doutor Fernando Brandão Alves**, pelo modo acolhedor e interessado com que me recebeu na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto – FEUP, Porto, pela importância da sua orientação, de seus comentários e saber tiveram para esta tese. Seu livro *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*, influenciou-me ao estudo da gestão e do desenho do espaço público urbano, sua morfologia e funcionalidade.

NO BRASIL

Ao **Capitão Bruno Amaral**, Comandante da UPP do Borel – Chácara do Céu, por todas as informações prestadas. Gentileza e profissionalismo sempre marcaram as entrevistas, de igual modo a **todos os integrantes da sua unidade** que acompanharam-me nas visitas e mostraram-se sempre abertos a todas as perguntas.

A historiadora **Lili Rose**, docente no CIEP do Borel, pela disponibilidade ao acompanhar-me em visita ao CIEP do Borel e Floresta da Tijuca, presentear-me com seu livro e por participar no inquérito.

Ao **Major Flávio** e ao **Oficial Albuquerque** do Setor de Planeamento do 6º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, pelo profissionalismo, disponibilidade em receber-me e às informações gentilmente prestadas.

Aos profissionais e amigos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - Arquiteto **Wilson Queiroz**, **Nely Vieira** e, **engenheiros e técnicos** que dispuseram de seu tempo e experiências ao caminharem comigo pelas comunidades.

A amiga **Rosely Taranto** por tantas idas e vindas ao Bairro da Tijuca entre inquéritos e documentos, ouvindo atenciosamente cada nova descoberta desta investigação, por participar no inquérito e sua amizade que transcende este trabalho.

A amiga **Fernanda Cossoloso** sempre pronta a me ouvir, e ao constante incentivo, acompanhando feliz cada capítulo concluído.

A **minha família** por todo o apoio com a minha filha Isabella, pela necessidade de estar ausente nas viagens a Portugal, foram de extrema atenção, compreensão e amor.

Ao meu pai **Fernando Loureiro** pelo apoio incondicional, por acreditar na minha investigação, por suas valiosas críticas e intensos comentários, por seu amor, apoio financeiro e por sentir-se orgulhoso com minha dedicação ao longo dos últimos cinco anos a esta investigação.

PREÂMBULO

Se por um lado, o estudo sobre o tema da *segurança do ambiente construído* tem, de um modo geral, centralizado a atenção do poder público, por outro lado, revalida-se uma constatação: a de verificar que este setor não consegue controlar o problema.

Problema este que entretanto vem ganhando maiores proporções a cada dia. Esta incapacidade de garantir a segurança nas diferentes escalas do ambiente construído é analisada nesta investigação. Para tal, a abordagem seguida leva em consideração um arco temporal que tem início no século XIX e que se estende à contemporaneidade. Um dos focos deste estudo reside em resgatar os antecedentes históricos na altura em que o Brasil Colónia acolhe a Corte Portuguesa, identificando as medidas tomadas no controlo da criminalidade na cidade capital do Rio de Janeiro.

Nesta altura em que Portugal e Brasil estão unidos, também, geograficamente, e tendo vista a erradicação da violência, o tema assumiu contornos distintos em períodos diferenciados de poder, levados a cabo no Brasil e em Portugal. Mesmo salvaguardando as especificidades de cada país, o tema da segurança assume especial relevância nos contextos local mas também no global. Estes dois países têm promovido debates e produzido relatórios de encontros sobre o tema, são realizadas conferências e seminários, e são desenvolvidos estudos que procuram clarificar o cenário no qual se insere a segurança. A sua leitura é pouco otimista e forma um cenário cujas soluções parecem incontornáveis.

Ciente deste quadro, e sabendo-se que a questão da segurança é um tema recorrente, à primeira vista sem solução imediata ou duradoura, pergunta-se: porque desenvolver uma investigação sobre a segurança urbana?

A resposta só assume o carácter de convicção quando se pensa que o sentimento de insegurança e a violência urbana são realidades que milhões de pessoas enfrentam diariamente no seu quotidiano no Brasil e também em Portugal.

Neste sentido e, apesar das escalas territoriais distintas e a proximidade histórica, traça um paralelismo que tem como fio condutor a segurança urbana. Pretende ir além dos parâmetros estatísticos, passando a ter por suporte a opinião da população residente das áreas analisadas.

Além destes parâmetros é relevante referir que esta é uma realidade sobre a qual a autora se tem debruçado, estudado e trabalhado nos últimos quinze anos de

exercício profissional, em ambos os países, o que lhe permitiu identificar especificidades bem como aspectos comuns entre os dois contextos – português e brasileiro. Estas experiências têm início com a ocupação e evolução do Rio de Janeiro, que passa de capital da colónia à metrópole em 1808. Durante o século XX várias iniciativas foram levadas a cabo em ambos os países. A participação ativa em programas municipais como o Programa Favela-Bairro, na década de 1990 (MOREIRA, 2012), desenvolvido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, permitiu uma proximidade com a realidade vivida quotidianamente por milhares de pessoas nas favelas cariocas, hoje comunidades. Esta experiência chegou mesmo a ultrapassar os limites profissionais obrigando a autora a enfrentar pessoas externas à equipa de trabalho que liderou. Este *à vontade* com a dura realidade destas comunidades toma contornos mais específicos quando, recentemente foi-lhe concedida autorização para acompanhar *in loco* as operações policiais realizadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, nas comunidades escolhidas para o estudo situadas no Rio de Janeiro.

Entre as duas experiências situa-se um período de estadia e de estudo sobre o tema da segurança em Portugal que se traduziu na execução de trabalhos encomendados pelo setor privado. Paralelamente volta-se para o estudo pormenorizado sobre o tema em áreas apontadas nos relatórios produzidos, como aqueles onde a criminalidade assume valores mais elevados no território português. Ainda neste contexto tomou-se conhecimento de que a Câmara Municipal de Lisboa estaria a desenvolver estudos que abordam o assunto de um modo pragmático, recorrendo ao método de verificação de qualidade do espaço construído, por meio do Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED, seguindo o exemplo de países como a Inglaterra¹ cujo espaço urbano e arquitetónico planeado, considera o método anterior referido. Em Portugal o “Guia” foi recentemente publicado com base no método do CPTED. Salienta-se que nos países analisados, o *desenho urbano* assume especial relevância, destacando-se a unidade morfológica da ‘rua’ e sua relação com a ‘edificação’ como fundamentais em ambos os países.

O espaço edificado tem como referência os espaços públicos urbanos da rua, da praça, do largo, do quarteirão. No caso das áreas habitacionais de desenvolvimento informal analisadas neste estudo, é avaliado o percurso pedonal

¹ Neste país as moradias existentes bem como os carros que estacionam em áreas que foram planeadas segundo os critérios de segurança, difundidos pelos princípios CPTED, apresentam os valores reduzidos em seus seguros. Os princípios relativos ao CPTED, serão analisados no decorrer da investigação.

enquanto linhas de movimento, que insistentemente tem sido remetido para segundo plano nas cidades portuguesas e brasileiras.

Neste contexto, pretende-se que a investigação identifique e analise o desenho urbano dos casos de estudo português e brasileiro, com base na elaboração de uma ferramenta de pesquisa produzida em função das características configuracionais destas áreas de estudo, i.e., no estudo de assentamentos urbanos específicos existentes no Brasil (favelas), mas também nas malhas consolidadas da cidade cujo desenho urbano exhibe um paralelismo e uma diversidade social semelhante.

Pretende-se a identificação de ações de melhorias feitas 'sob medida' para cada caso, visando melhorar as áreas já construídas, bem como novos desenhos tornando os espaços urbanos e sua relação com a edificação (habitacional, comercial, institucional entre outros) mais segura. Esta investigação tem este objetivo, interessa o 'como' contribuir para alcançá-lo.

Carla Valéria Siqueira Pinto da Silva
Rio de Janeiro, Lisboa, Vitória, Março 2014

Índice

RESUMO.....	iii
PALAVRAS-CHAVE	iii
ABSTRACT	v
KEY-WORDS	v
AGRADECIMENTOS	vii
PREÂMBULO	xi
Índice de Figuras	xix
Índice de Quadros	xxiii
Índice de Gráfico	xxvii
Lista de Acrónimos	xxix
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Arquitetura da cidade e segurança	3
1.2 O objeto de estudo da investigação.....	4
1.3 Os objetivos	5
1.4 Razões para o estudo paralelo: Portugal e Brasil	6
1.5 Intervenções paralelas	10
1.6 Os traçados urbanos no Brasil: o bairro de betão à favela do Borel	12
1.7 Os traçados urbanos em Portugal: a intervenção planeada.....	13
1.8 Criminalidade: prevenir ou intervir em áreas construídas	16
1.8.1 Em Portugal	16
1.8.2 No Brasil.....	17
1.9 Justificação	19
1.10 Os fundamentos.....	21
1.11 O desenho da investigação	24
1.12 Os métodos de investigação	26
1.13 Estrutura da investigação	27
CAPÍTULO I	31
2. A SEGURANÇA EM PERSPECTIVA: PORTUGAL E BRASIL	31
2.1 As políticas urbanas: uma síntese	33
2.1.1 No Brasil.....	33
2.1.2 Em Portugal	34
2.1.3 Uma parceria entre dois países.....	34
2.2 Os conhecimentos teóricos	35
2.2.1 A atualidade do tema.....	35
2.2.2 Os estudos de “referência”	38
2.2.3 A contribuição da Academia	40
2.2.4 A Segunda Geração do CPTED	42
2.2.5 Entre os estudos recentes e a prática	43

2.2.6	A geografia das novas investigações sobre o tema.....	45
2.3	A caracterização social.....	45
2.4	A perspectiva histórica	46
2.4.1	A Península de Setúbal.....	47
2.4.2	A segurança impondo nova organização espacial no Brasil	48
2.4.3	Registros de nova ordem social	51
2.4.4	Registros de nova ordem urbana.....	52
2.5	O turismo.....	54
2.5.1	“Favela” ou “Comunidade”?.....	54
2.6	O caso de Portugal.....	62
2.6.1	O quadro social na atualidade	65
2.7	Envolver a população: o sentimento de pertença	67
2.8	O caso do Brasil.....	68
2.9	Os programas recentes em Portugal	68
2.10	Os programas recentes no Brasil	69
2.10.1	Transformações recentes no Bairro da Tijuca	71
2.10.2	O cenário atual.....	72
2.10.3	Apontando medidas de atuação	72
2.11	Questionando estas intervenções: Sob o olhar dos especialistas.....	75
2.12	A “comunicação social” como indicador de divulgação.....	77
CAPÍTULO II		81
3.	“SEGURANÇA” e “DIVERSIDADE”	81
3.1	A dinâmica entre ambiente construído e uso do espaço.....	83
3.2	Uma história real: o “boletim de ocorrência coletivo - b.o.coletivo”	83
3.3	As diferentes escalas da segurança	85
3.4	Os domínios de interação social.....	87
3.5	O sentimento de pertença	88
3.6	A diversidade social e diversidade cultural	89
3.7	A coesão social	90
CAPÍTULO III		93
4.	DOS MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO AO <i>SIDES</i>	93
4.1	Construindo a ferramenta de análise da investigação	95
4.2	O impulso do tema por meio dos métodos relacionados á criminalidade.....	95
4.2.1	“Making Singapore Safe & Secure for all”	95
4.2.2	Prevenção Criminal através do Espaço Construído.....	97
4.2.3	As características sociais integram o estudo	98
4.2.4	Os quatro pontos desdobram-se em dez.....	99
4.2.5	Os Anexos: programa funcional, tipologias e espaços públicos.....	100
4.2.6	O Manual de Diagnósticos Locais de Segurança - DLS	101

4.3	Ainda os contextos geográficos:	102
4.4	Sobrepor os métodos	103
4.4.1	O Desenho Urbano	105
4.4.2	A Avaliação Pós-Ocupação – APO.....	106
4.4.3	A importância do conhecimento do local e da população	107
4.5	A opinião dos usuários	107
4.6	Dos métodos de análise: CPTED, DESENHO URBANO E APO, ao SISTEMA INTEGRADO DE DESENHO SEGURO - SIDES.....	109
4.6.1	A relevância da configuração espacial	110
4.6.2	A participação da população no processo	112
4.6.3	O envolvimento de equipas multidisciplinares	112
4.7	Arquitetura da cidade na perspectiva do SIDES	112
4.8	A opinião de quem vive no local	119
4.8.1	“Prefiro esquecer!”.....	119
4.8.2	“Limpeza também é Segurança!”	119
4.8.3	“O espaço fora da minha casa também é meu”.....	120
4.9	Classificação dos ambiente construído pelo sides.....	121
CAPÍTULO IV		123
5.	OLHARES PARALELOS: SETÚBAL E TIJUCA	123
5.1	Olhares paralelos	125
5.2	Setúbal.....	126
5.2.1	Edifícios Analisados	127
5.3	Tijuca	153
CAPÍTULO V		213
6.	NOVAS DIRETRIZES.....	213
6.1	O retrato de uma realidade quotidiana	215
6.2	A opinião dos moradores mais novos, antes e depois da intervenção da polícia de proximidade	216
6.2.1	No Brasil.....	216
6.2.2	Em Portugal	217
6.3	A opinião dos moradores.....	218
6.3.1	Redesenho: análise dos edifícios estudados na perspectiva do SIDES 225	
CONCLUSÃO.....		231
7.1	O redesenho da arquitetura da cidade	233
7.2	Apontando medidas de atuação	236
7.3	Questionando estas intervenções.....	237
7.4	O ‘direito’ e o ‘avesso’: reflexos na imprensa como indicador de intervenção	238
7.5	UPP do Borel com redução nos índices de criminalidade.....	238

7.6	A segurança urbana nas entrelinhas da diferença.....	240
7.8	Desenvolvimentos futuros	244
	BIBLIOGRAFIA.....	247
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	249
	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	256
	ANEXOS	263

Índice de Figuras²

Figura 1: Marco contra a volência. Fonte: http://mundocontrao.com/47100.html , acesso em 2012.	1
Figura 2: Esquema explicativo do SÍDES, 2013.	5
Figura 3: Indicação do Distrito de Setúbal em mapa parcial de Portugal. Fonte: Google Map. Tabela com os índices estatísticos apresentando os Distritos onde a população sente-se menos segura. Fonte: INE, 2010.	7
Figura 4: Esquema do território com indicação dos Distritos em Portugal salientando aquele cuja percentagem relativa à segurança é menor (Distrito de Setúbal). Fonte: Esquema da Autora sobre mapa de Portugal, 2012.	8
Figura 5: Esquema do território brasileiro com indicação das Regiões e do Estado do Rio de Janeiro, destacando o Bairro da Tijuca que apresenta a maior taxa de insegurança no Estado. Esquema dos limites da cidade do Rio de Janeiro com indicação dos bairros circundantes ao Bairro da Tijuca. Fonte: Esquema da Autora sobre mapa do Brasil, 2012.	9
Figura 6: O Bairro da Tijuca delimitado na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Google Maps, 2012.	10
Figura 7: Planta da Comunidade do Borel. Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.	12
Figura 8: Operação Quinta das FONSECAS/Calçada - Raul Hestnes Ferreira. Fonte: RAMOS, 2012.	14
Figura 9: Operação Bacalhau/ Monte Coxo – Manuel Vicente.	14
Figura 10: Operação Quinta das FONSECAS/Calçada - Raul Hestnes Ferreira. Fonte: RAMOS, 2012.	14
Figura 11: Operação Bacalhau/Monte Coxo - Manuel Vicente.	14
Figura 12: Bairro da Bela Vista, Setúbal. Arquiteto Charters Monteiro. Fonte: Google Map.	15
Figura 13: Vista do Bairro da Bela Vista, Setúbal, 2012.	31
Figura 14 (A - B): Ocupação do Complexo do Alemão Fonte: Google, 2013.	44
Figura 15: Percurso no interior da Comunidade do Borel, 2012.	58
Figura 16: (A – B): (A): Teleférico no Compelxo do Alemão;(B): Laje na comunidade do Cantagalo. Fonte: Ana Claudia Costa/globo.com, 2012.	58
Figura 17: Cena do filme 'Rio'. Desenho com base num cenário de favelização existente. Fonte: http://www.rio-ofilme.com.br/ , 2011.	61
Figura 18 (A – B): Cenário antes e depois da intervenção do programa “Favela-Bairro”. Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.	70
Figura 19 (I – P): Imagens do Borel, 2012.	74
Figura 20 (A - D): Comunidade Chácara do Céu, Tijuca, 2012.	77
Figura 21: vista da favela e da cidade formal no Rio de Janeiro, 2012.	81
Figura 22: Convivendo com o medo e a insegurança. Fonte: Google, 2010.	93
Figura 23: (A – B): Capas dos <i>Guidebook</i> com origem em Singapura/ <i>Guia de Boas Práticas</i> publicado em Portugal, com tradução literal do conteúdo escrito e das imagens, 2003.	96
Figura 24: (A, B): Capas dos dois documentos utilizados nos projetos portugueses e brasileiros com origem no Canadá e publicado em Portugal, 2010, e do documento desenvolvido na África do Sul, republicado em português e aplicado no Brasil, 2003.	102
Figura 25: Análise do Desenho Urbano/identificação unidades morfológicas, 2012.	105
Figura 26: (A – D): Imagens do Bairro da Bela Vista, 2012.	106

² Todas as imagens com fontes não referidas são do acervo pessoal da autora.

Figura 27: Bairro da Bela Vista com a Presença da PSP, Setúbal. Fonte: Google, 2008	123
Figura 28: Planta de Setúbal em 1950 com projeto da Avenida Luísa Todi e arranjo urbanístico e áreas verdes. Fonte: Google, 2013.	126
Figura 29: Imagem aérea parcial de Setúbal. Indicação da implantação do Bairro da Bela Vista. Fonte: Google, 2003.	127
Figura 30: Avenida Luísa Todi, Setúbal (traços lilases), 2013.....	127
Figura 31: Indicação do percurso de aplicação dos inquéritos na Avenida Luísa Todi (A). Foram contactados todos os comerciantes existentes na avenida, totalizando 79 locais de entrega e recolha dos inquéritos. Fonte: Google, 2013.....	129
Figura 32 (A – H): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal na Avenida Luísa Todi, 2012.	130
Figura 33 (A – H): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal na Avenida Luísa Todi, 2012.	131
Figura 34: Vista aérea da Praça do Bocage. Fonte: Google Maps, Julho 2013. ...	135
Figura 35: (A – H): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal na Praça do Bocage, 2012.	136
Figura 36 (A - H): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal na Praça do Bocage, 2012.	137
Figura 37: Trecho central da Praça do Bocage com a localização de instituições públicas e organização espacial, 2013.	138
Figura 38: Eixo de acesso à Praça do Bocage com efeitos topológicos do estreitamento e do direcionamento, 2012.	140
Figura 39: Vista aérea do Bairro da Bela Vista, Setúbal. Fonte: Google, 2012. ...	144
Figura 40: (A - F): Sequência de imagens ao longo do percurso pedonal no Bairro da Bela Vista, 2012.	145
Figura 41: Vista aérea do Bairro da Bela Vista, Setúbal. Fonte: Google, 2012.	146
Figura 42: (A - H): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal no Bairro da Bela Vista, ACM, 2012.....	147
Figura 43 (A - D): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal no Bairro da Bela Vista, Centro Social, 2012.	150
Figura 44: Legenda e Toponímia do Bairro da Tijuca Verde - Rua Conde de Bonfim; Lilás - Rua Haddock Lobo; Azul - Av. Maracanã; Amarelo - Rua São Francisco Xavier, 2012.	153
Figura 45: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Major Ávila, 200. Fonte: Google Maps, 2013.	155
Figura 46: Edifício Rua Major Ávila, 200 e sua envolvente urbana, 2012.....	156
Figura 47: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Major Ávila, 200.	156
Figura 48: Indicação do piso térreo do edifício analisado, Rua Major Ávila, 200..	157
Figura 49: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Barão de Mesquita, 510. Fonte: Google, 2013.....	159
Figura 50: (A – D): Edifício na Rua Barão de Mesquita, 510 e sua envolvente urbana, 2012.	160
Figura 51: Edifício Rua Barão de Mesquita, 248, 2012.	162
Figura 52 (A - B): Edifício na Rua Barão de Mesquita, 248 e sua envolvente urbana. Fonte: Google, 2013.....	163
Figura 53 (A - B): Edifício na Rua Barão de Mesquita, 568 e sua envolvente urbana, 2012.	165
Figura 54: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Barão de Mesquita, 568. Fonte: Google, 2013.....	166
Figura 55: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Santo Afonso, 413. Fonte: Google, 2013.....	168
Figura 56: Edifício Rua Santo Afonso, 413 e sua envolvente urbana. Fonte: Google, 2013.	169

Figura 57: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Conde de Bonfim, 1084. Fonte: Google, 2013.	171
Figura 58: Edifício Rua Conde de Bonfim, 1084 e sua envolvente urbana, 2012..	172
Figura 59 (A - B): Vistas da Comunidade vizinha ao Borel: Chácara do Céu, 2012.	172
Figura 60: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Conde de Bonfim, 733. Fonte: Google, 2013.	176
Figura 61 (A - B): Edifício Rua Conde de Bonfim, 733 e sua envolvente urbana, 2012.	176
Figura 62: Edifício Rua Desembargador Isidro, 103 e sua envolvente urbana, 2012.	179
Figura 63: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Desembargador Isidro, 103. Fonte: Google, 2013.	179
Figura 64: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Doutor Satamini, 176. Fonte: Google, 2013.	181
Figura 65: Edifício Rua Doutor Satamini, 176 e sua envolvente urbana, 2012.....	182
Figura 66: Indicação do do edifício analisado no tecido urbano, Rua Antonio Basílio, 31. Fonte: Google, 20013.	184
Figura 67: Edifício Rua Antonio Basílio, 31 e sua envolvente urbana, 2012.	185
Figura 68: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Otávio Kelly, 20. Fonte: Google, 2013.	187
Figura 69: Edifício Rua Otávio Kelly, 20 e sua envolvente.	188
Figura 70: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Camaragibe, 16. Fonte: Google, 2013.	191
Figura 71: Edifício Rua Camaragibe, 16 e sua envolvente urbana, 2012.	192
Figura 72: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Professor Gabizo, 81. Fonte: Google, 2013.	195
Figura 73: Edifício Rua Professor Gabizo, 81 e sua envolvente urbana, 2012.....	196
Figura 74: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Praça Saens Pena, 55. Fonte: Google, 2013.	199
Figura 75: Edifício Praça Saens Pena, 55 e sua envolvente urbana, 2012.	200
Figura 76 (A – G): Praça Saens Pena, 2012.	201
Figura 77: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Marquês de Valença, 25. Fonte: Google, 2013.	203
Figura 78 (A - B): Edifício Rua Marques de Valença, 25 e sua envolvente urbana, 2012.	204
Figura 79: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua São Francisco Xavier, 22. Fonte: Google, 2013.	206
Figura 80: Edifício Rua São Francisco Xavier, 22 e sua envolvente urbana, 2012.	207
Figura 81: Crianças do Borel acolhem policias da UPP, Tijuca, 2012.	213
Figura 82: Grafo síntese que cada edifício ocupa no SIDES	220
Figura 83: Grafo síntese dos parâmetros mais relevantes para a segurança segundo a população.	222
Figura 84: Grafo salientando as perguntas do questionário com maior relevância	222
Figura 85: O desenho urbano e a ocorrência de criminalidade.	224
Figura 86: Sociograma da relação entre os edifícios analisados e os aspectos de segurança mais significativos apontados pela população perante a presença do policiamento de proximidade nos casos brasileiro e português. Esquema produzido para esta investigação por Tânia Ramos.....	225
Figura 87: Delimitação do lote fabitacional por meio de vidros. Fonte: Tânia Ramos, 2012.	231

Índice de Quadros

Quadro 1: Desenho da Investigação.....	25
Quadro 2: Taxa de Criminalidade participada 2008/2009 – Crimes por 1000 habitantes. Fonte: Ministério del Interior de Espanha – Balance 2010, Evolución de la Criminalidade.....	63
Quadro 3: Participações/ocorrências criminais no Distrito de Setúbal Fonte RASI, 2009, 2010, 2011, 2012.....	65
Quadro 4: Síntese das características do SIDES.....	110
Quadro 5: Síntese dos principais pontos que orientam a qualidade e o uso do projeto urbano e arquitetónico.	111
Quadro 6: Perguntas fechadas do inquérito.....	117
Quadro 7: Síntese dos principais pontos que orientam a qualidade e o uso do projeto urbano e arquitetónico, combinado com o SIDES.....	118
Quadro 8: perguntas abertas do inquérito.	119
Quadro 9: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Major Ávila, 200.....	122
Quadro 10: Indicação das avenidas e ruas onde foram aplicados inquéritos em Setúbal e na Tijuca.....	125
Quadro 11: Correspondência entre a ordem das fichas e a sua localização.....	127
Quadro 12: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Av Luisa Todí.....	133
Quadro 13: Quadro síntese do Edifício A.....	134
Quadro 14: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Praça do Bocage.	139
Quadro 15: Quadro síntese do Edifício B1.....	141
Quadro 16: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Área Central da Praça do Bocage.....	142
Quadro 17: Quadro síntese do Edifício B2.....	143
Quadro 18: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Bairro da Bela Vista (ACM).	146
Quadro 19: Quadro síntese do Edifício C.	148
Quadro 20: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Bairro da Bela Vista (Centro Social).....	150
Quadro 21:Quadro síntese do Edifício D.	151
Quadro 22: Resumo dos valores alcançados pela avaliação da população.....	152
Quadro 23: Correspondência entre a ordem das fichas e a sua localização no mapa da Tijuca (numeração arábica).	154
Quadro 24: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Major Ávila, 200.....	157
Quadro 25: Quadro síntese: Edifício E.....	158
Quadro 26: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Barão de Mesquita, 510.....	161
Quadro 27: Quadro síntese: Edifício F1.....	161
Quadro 28: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Barão de Mesquita, 248.....	163
Quadro 29: Quadro síntese do Edifício F2.....	164
Quadro 30: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Barão de Mesquita, 568.....	167
Quadro 31: Quadro síntese do Edifício F3.....	167
Quadro 32: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES Rua Santo Afonso, 413.....	170
Quadro 33:Quadro síntese do Edifício G.	170

Quadro 34: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Conde de Bonfim, 1084.	173
Quadro 35: Quadro síntese do Edifício H1.	174
Quadro 36: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Conde de Bonfim, 733.	176
Quadro 37: Quadro síntese do Edifício H2.	177
Quadro 38: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Desembargador Isidro, 103, Tijuca.	179
Quadro 39: Quadro síntese do Edifício I.	180
Quadro 40: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Doutor Satamini, 176.	182
Quadro 41: Quadro síntese do Edifício J.	183
Quadro 42: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Antonio Basilio, 31.	185
Quadro 43: Quadro síntese do Edifício K.	186
Quadro 44: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Otávio Kelly, 20.	189
Quadro 45: Quadro síntese do Edifício L.	190
Quadro 46: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Camaragibe, 16.	193
Quadro 47: Quadro síntese do Edifício M.	194
Quadro 48: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Professor Gabizo, 81.	197
Quadro 49: Quadro síntese do Edifício N.	198
Quadro 50: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Praça Saens Pena, 55.	201
Quadro 51: Quadro síntese do Edifício O.	202
Quadro 52: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Marques de Valença, 25.	204
Quadro 53: Quadro síntese do Edifício P.	205
Quadro 54: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua São Francisco Xavier, 22.	207
Quadro 55: Quadro síntese do Edifício Q.	208
Quadro 56: Resultados dos inquéritos aplicados na Av. Luísa Todi (A); Praça do Bocage (B1); Área Central do Bocage (B2); Bairro da Bela Vista - ACM (C); Bairro da Bela Vista – CS (D).	209
Quadro 57 (A - B): Locais de aplicação do inquérito e recolha de informações na Tijuca: Rua Major Ávila (E); Rua Barão de Mesquita (F1 e F2); Rua Santo Afonso (G); Rua Conde de Bonfim (H1 e H2); Rua Desembargador Isidro (I); Rua Dr. Satamini (J); Rua Antonio Basílio (K); Rua Dr. Otávio Kelly (L); Rua Camaragibe (M); Rua Professor Gabizo (N); Praça Saens Pena (O); Rua Marques de Valença (P);	211
Quadro 58 (A - B): Locais de aplicação do inquérito e recolha de informações na Tijuca: Rua Major Ávila (E); Rua Barão de Mesquita (F1 e F2); Rua Santo Afonso (G); Rua Conde de Bonfim (H1 e H2); Rua Desembargador Isidro (I); Rua Dr. Satamini (J); Rua Antonio Basílio (K); Rua Dr. Otávio Kelly (L); Rua Camaragibe (M); Rua Professor Gabizo (N); Praça Saens Pena (O); Rua Marques de Valença (P);	212
Quadro 59: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelos edifícios no SIDES – Portugal e Brasil.	219
Quadro 60: Incidência e/ou solicitações dos residentes nos edifícios analisados – Portugal e Brasil.	221
Quadro 61: Evolução do CPTED.	242

Índice de Tabelas

Tabela 1: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da	129
Tabela 2: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados da Praça do Bocage	135
Tabela 3: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da	142
Tabela 4: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do Bairro da Bela Vista (ACM).....	144
Tabela 5: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do Bairro da Bela Vista (CS)	149
Tabela 6: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Major Ávila, 200	155
Tabela 7: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Barão de Mesquita, 510.	159
Tabela 8: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Barão de Mesquita, 248.	162
Tabela 9: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Barão de Mesquita, 568.	165
Tabela 10: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Santo Afonso, 413.	168
Tabela 11: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Conde de Bonfim, 1084.	171
Tabela 12: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Conde de Bonfim, 733.	175
Tabela 13: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Desembargador Isidro, 103.	178
Tabela 14: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Doutor Satamini, 176.	181
Tabela 15: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Antônio Basílio, 31.....	184
Tabela 16: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Otávio Kelly, 20.	187
Tabela 17: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Rua Camaragibe, 16.....	191
Tabela 18: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Professor Gabizo, 81.	195
Tabela 19: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Praça Saens Pena, 55.	199
Tabela 20: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Rua Marquês de Valença, 25.....	203
Tabela 21: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua São Francisco Xavier, 22.....	206
Tabela 22: Características segundo os cinco posições da edificação na tabela SIDES.	239

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Período onde a cidade formal e o bairro de realojamento em Setúbal; e a cidade formal, e a favela na Tijuca ocupavam o espaço.	11
Gráfico 2: Como a Situação se desenvolveu e as áreas problemáticas cercaram (Tijuca) ou se aproximaram (Setúbal) das áreas nas cidades formais.	11
Gráfico 3: A relevância do conceito de segurança urbana na atualidade.	23
Gráfico 4: Elemento central da investigação.	28
Gráfico 5: Cronologia dos programas contra a insegurança, 2013	35
Gráfico 6: Os quatro princípios do CPTED ao que se junta o uso do espaço, 2013.	43
Gráfico 7: Indicando a 2ª Geração do CPTED, 2013.	76
Gráfico 8: Esquema do desenvolvimento da investigação.	104
Gráfico 9: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados da Av. Luisa Todi.	129
Gráfico 10: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados da Praça do Bocage	135
Gráfico 11: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados da Área Central da Praça do Bocage.	142
Gráfico 12: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do Bairro da Bela Vista (ACM).	144
Gráfico 13: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do Bairro da Bela Vista (CS).	149
Gráfico 14: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Major Ávila, 200.	155
Gráfico 15: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Barão de Mesquita, 510.	159
Gráfico 16: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Barão de Mesquita, 248.	162
Gráfico 17: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Barão de Mesquita, 568.	165
Gráfico 18: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Santo Afonso, 413.	168
Gráfico 19: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Conde de Bonfim, 1084.	171
Gráfico 20: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Conde de Bonfim, 733.	175
Gráfico 21: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Desembargador Isidro, 103.	178
Gráfico 22: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Doutor Satamini, 176.	181
Gráfico 23: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Antônio Basílio, 31.	184
Gráfico 24: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Otávio Kelly, 20.	187
Gráfico 25: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Rua Camaragibe, 16.	191
Gráfico 26: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Professor Gabizo, 81.	195
Gráfico 27: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Praça Saens Pena, 55.	199
Gráfico 28: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Rua Marquês de Valença, 25.	203

Gráfico 29: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua São Francisco Xavier, 22.....	206
Gráfico 30(A- B): Gráfico de resultados dos inquéritos aplicados na Av. Luísa Todi (A); Praça do Bocage (B1); Área Central do Bocage (B2); Bairro da Bela Vista - ACM (C); Bairro da Bela Vista – CS (D).....	209
Gráfico 31: Gráfico de inquéritos aplicados no Bairro da Tijuca.....	212

Lista de Acrónimos

ACM	Associação Cristã de Moços
APO	Avaliação Pós-Ocupação
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIEP	Centro de Integração Empresa Escola
CPTED	<i>Crime Prevention Through Environmental Design</i>
CTCM	Centro Tático de Comando Móvel
DGAI	Direção Geral da Administração Interna
DLS	Diagnósticos Locais de Segurança
EDP	Energias de Portugal
EUPCN	<i>European Crime Prevention Network</i>
FESU	<i>Forum Européen Pour La Sécurité Urbaine</i>
FPPSU	Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana
GNR	Guarda Nacional Republicana
GTPC	Grupo Técnico para Prevenção da Criminalidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Patrimônio Habitacional do Estado
INE	Instituto Nacional de Estatística
JMJ	Jornada Mundial da Juventude
MAI	Ministério da Administração Interna
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCOT	Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
PCAAA	Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental
PCP	Primeiro Comando de Portugal
PER	Programa Especial de Realojamento
PIPP	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
PLCP	Projeto de Luta Contra a Pobreza
PM	Polícia Militar
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local

SIDES	Sistema Integrado de Desenho Seguro
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controle da Costa Portuguesa
UOP	Unidade de Ordem Pública
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UTI	Unidade de Tecnologias de Informação e Segurança



Figura 1: Marco contra a violência. Fonte: <http://mundocontramao.com/47100.html>, acesso em 2012.

1. INTRODUÇÃO

Na Introdução desta investigação é referida a relevância que o conceito de “segurança urbana” assume na cidade contemporânea destacando como aspectos principais: a) a atualidade do tema; b) a cidade contemporânea e a criminalidade; c) as escalas da segurança no ambiente construído; d) o método de estudo aplicado na investigação; e) a justificação dos casos de estudo. Uma vez identificados os contextos em que o tema se insere, descreve-se o objeto de estudo e apresentam-se os objetivos bem como o desenho da investigação. Nesta sequência justifica-se a escolha do tema e apresentam-se os argumentos que sustentam o seu desenvolvimento. Salienta-se que o método adotado no estudo apresenta um grau de complexidade ao sobrepor metodologias distintas mas complementares de forma a ser possível analisar o tecido social, o uso e a qualidade de vida quotidiana na arquitetura da cidade.

1.1 Arquitetura da cidade e segurança

A segurança no ambiente construído assume relevância na vida quotidiana, reflete-se no desenho e na apropriação dos espaços públicos, bem como na sua interação com os espaços privados. Esta interação é reforçada pelo modo como os espaços da cidade são desenhados, i.e., o modo como as cidades são planeadas influencia a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos (DGAI/DGOTDU, 2011) Segurança pública e desenvolvimento urbano. A prevenção do crime através do espaço construído.

Não sendo um problema novo nas cidades contemporâneas, a criminalidade revela valores cada vez mais elevados nas estatísticas apresentadas um pouco por todo o mundo, seja ao nível da edificação, seja ao nível da cidade, e está associado às questões culturais, políticas, económicas e sociais. Quando a estas questões junta-se uma acelerada urbanização aliada à uma situação de exclusão social, o resultado assume uma dimensão de proporções tão amplas que passam a interferir no quotidiano da vida urbana, pondo em causa o modo como os seus espaços são usados, ou o modo como “não” são usados, contribuindo para isto o sentimento de medo. A qualidade de vida assume características consideradas insuficientes e a população procura, a partir da sua perspectiva, exercer a cidadania agrupando-se em associações ou comunidades que, por sua vez, procuram ter voz nas políticas referentes ao ambiente construído em que residem. A estratégia tem tido, de um modo geral, resultados positivos.

Nesta investigação interessa identificar o modo como a criminalidade se espacializa na cidade. Para tal torna-se necessário: *a)* a identificação e análise dos modelos de traçados urbanos adotados; *b)* como estes modelos podem contribuir para a prevenção ou mesmo a diminuição da criminalidade; e *c)* analisar esta dicotomia entre “cidade formal” e “cidade informal” e verificar a sobreposição entre limites geográficos e sociais. É neste contexto que se verifica a implementação de diferentes modos de intervenção na *arquitetura da cidade*, tendo como suporte o conhecimento aprofundado da morfologia urbana, assim como as características sociais, económicas e culturais dos seus habitantes. O que fazer para enfrentar um problema que persiste no tempo? Qual o papel do Estado nestas situações?

Medidas públicas recentes apresentam, ainda que lentamente, novos modos de abordar a questão da segurança ao substituir, sempre que possível, o policiamento ostensivo pelo de proximidade. A ação da polícia em tecidos urbanos informais, tanto em Portugal como no Brasil tem vindo a demonstrar que esta atitude apresenta resultados positivos. Mas a responsabilidade não recai apenas no controlo policial. Os efeitos imediatos são a diminuição de mortes letais entre os criminosos e a população local, e também entre

os primeiros e os policiais. Como refere Machado da Silva (2008) as relações sociais ou os vínculos estabelecidos nestas comunidades, sobre a ação da força, é gradualmente substituída por ações de preservação da integridade física e moral dos habitantes. É importante salientar a massificação destas ações em locais distintos com populações diferentes, onde o que existe em comum é a contiguidade física entre diferentes traçados urbanos e estatuto populacional.

1.2 O objeto de estudo da investigação

A investigação tem como objeto de estudo a *segurança em ambientes construídos* e tem por suporte a relação entre *desenho arquitetónico, criminalidade* e a sua *prevenção*.

Ou seja, procurar-se-á identificar quais as características do desenho arquitetónico promovem maior segurança aos cidadãos. Para tal propõe-se a elaboração de uma ferramenta de aferição de indicadores de segurança.

Analisa-se os espaços arquitetónicos e urbanos com características socioeconómicas e culturais distintas e explora-se a relação entre **forma física, uso do espaço e segurança** com o suporte teórico do *desenho urbano*, o qual integra desde o espaço arquitetónico até o espaço envolvente.

A partir desta primeira aproximação, é realizada uma análise paralela entre estes casos de estudos, com o intuito de testar a ferramenta entre áreas urbanas informais e aquelas formais com características espaciais e sociais semelhantes.

A ferramenta de análise proposta é denominada por Sistema Integrado de Desenho Seguro – SIDES, e tem como objetivo (Figura 2) identificar os aspectos que a população residente aponta como principais, segundo a sua perspectiva, e definir linhas de orientação para estes espaços já construídos e em situação de risco, como em áreas do tecido urbano consolidado, considerando a diversidade social.

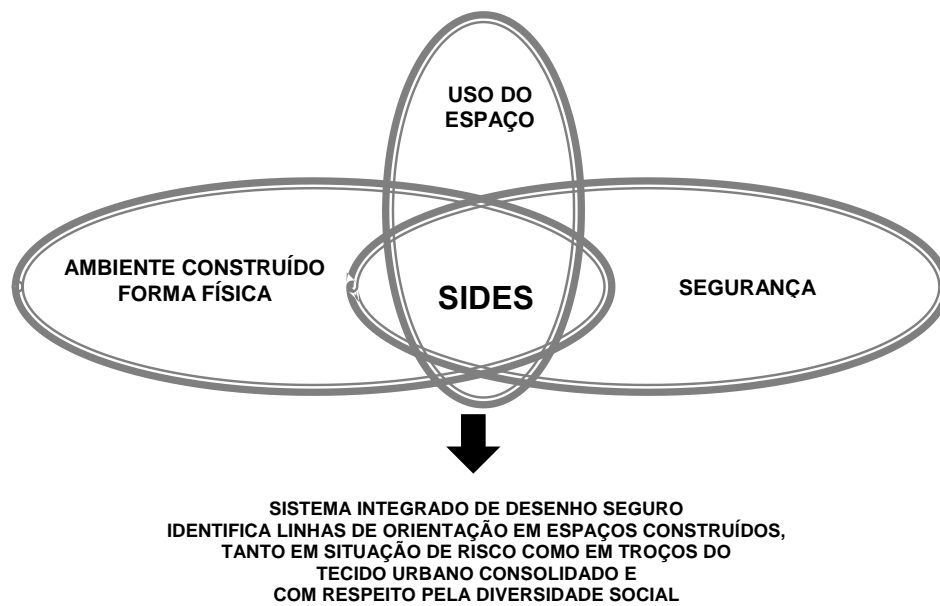


Figura 2: Esquema explicativo do SIDES, 2013.

1.3 Os objetivos

Importa salientar que o tema da segurança urbana enquanto objeto de intervenções públicas em bairros habitacionais, recai sobre os efeitos e resultados provenientes dos recentes programas colocados em prática no Brasil: as Unidades de Polícia Pacificadora – UPP, bem como às iniciativas de inclusão social por meio do desporto, da cultura e dos serviços, tanto no Brasil como também em Portugal.

Ou seja, o foco desta investigação não recai no estudo dos problemas específicos das favelas/comunidades brasileiras ou dos bairros problemáticos portugueses, mas na análise do desenho arquitetónico destes bairros considerados inseguros. Neste sentido a investigação consiste em verificar como a ação policial de proximidade promoveu, nestes assentamentos problemáticos, a diminuição da criminalidade, e como esta relação entre polícia e moradores de áreas informais, refletiu-se nos espaços habitacionais contíguos e com características de cidade formal.

Neste contexto a contribuição da arquitetura passa por uma análise crítica dos traçados urbanos onde as edificações estão implantadas, e pelas propostas de redesenho dos espaços envolventes a estas edificações habitacionais, de modo a promover a integração espacial e social da população seja qual for o seu estatuto económico ou cultural. Pretende-se identificar as estratégias espaciais presentes nos modelos urbanos, cujas características físicas permitam qualificar os espaços arquitetónicos, – na escala do edifício e do espaço urbano público coletivo – analisados sob a ótica da segurança, em áreas habitacionais que apresentem, ou não, insuficiente coesão social.

Por “insuficiente coesão social” entende-se a ausência de relações, de interações sociais e de convívio quotidiano entre os habitantes que frequentam um mesmo espaço³.

O tema tem sido analisado por meio de diversas áreas disciplinares e as ideias partilhadas por estes estudos serão aqui apresentadas não como um dado adquirido mas como ponto de partida para a investigação proposta: *a de que o desenho urbano influencia o modo como um determinado grupo social se apropria do espaço – de que modo esta influência ocorre e como pode ser trabalhada por meio de estratégias de projeto*. Outro propósito é estabelecer um olhar paralelo sobre o tema entre dois países, Portugal e o Brasil. Poder-se-ia referir que a transferência histórica, socioeconómica e cultural do primeiro para o segundo permanecem no tempo, o que criaria uma ponte para o tema tratado, mas na verdade estas relações são irrelevantes para a aplicação da ferramenta SIDES. A escolha das áreas recaíram no fato de: a) terem sido identificadas como áreas de maior índice de criminalidade por instituições fidedignas em cada país e de serem áreas de profundo conhecimento da autora.

1.4 Razões para o estudo paralelo: Portugal e Brasil

A publicação *Diagnósticos Locais de Segurança – DLS*, traduzida pela DGAI (2009) salienta a importância de estudos comparativos sobre o tema da segurança urbana, pela importância de contextualizar diferentes estudos na recolha de dados e informações locais.

Protagonistas de uma história comum, Portugal e Brasil apresentam realidades económicas distintas, dimensões geográficas próprias e quadros socioculturais singulares, com uma população de pouco mais de 10 milhões de habitantes, para outra com 191,5 milhões de habitantes respectivamente. São dois contextos únicos que partilham relações históricas comuns como o das cidades capitais – Lisboa e Rio de Janeiro, com fases de desenvolvimento marcadas por grande proximidade cultural.

Assim, a investigação apoia-se num paralelismo identificado nestas cidades em relação à segurança dos ambientes construídos, cujos índices de criminalidade atingiram os valores mais elevados em cada caso. Estas áreas foram identificadas com base nos relatórios estatísticos locais de cada país – o Instituto Nacional de Estatística – INE em Portugal, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no Brasil. Em Portugal

³ Não esquecendo que pessoas desconhecidas podem frequentar o mesmo espaço e continuarem a ser desconhecidas.

a área de estudo centra-se em pontos específicos na Área Metropolitana de Setúbal (Figura 3), e no Brasil, na Área Metropolitana do Rio de Janeiro, no Bairro da Tijuca (Figuras 4 a 7), reforçando a escolha destas áreas para além de apresentarem índices de criminalidade e insegurança elevados⁴, centrarem-se em bairros habitacionais.

Em Portugal, conforme revela o *Inquérito Nacional à Vitimação* (2009), Setúbal é o Distrito do país onde os residentes sentem-se menos seguros (4,4%). Lembra-se que foi aí que em 2008, o local foi alvo de uma das maiores crises de insegurança do País.



Figura 3: Indicação do Distrito de Setúbal em mapa parcial de Portugal. Fonte: Google Map. Tabela com os índices estatísticos apresentando os Distritos onde a população sente-se menos segura. Fonte: INE, 2010.

Entre 1998 e 2007 a criminalidade aumentou 40%. É raro o dia em que a comunicação social não relata algum tipo de crime no Distrito, seja a bancos, ao comércio, ou aos residentes. Apesar das frequentes operações policiais, a população se define como “assustada” e o “medo” de sair à rua encontra aqui um terreno propício, dominado por grupos organizados⁵. A localização do Distrito de Setúbal no território nacional é apresentado a seguir. Esta localidade foi escolhida para aplicação de novos métodos contra a criminalidade urbana utilizando um conceito inovador que considera a

⁴ Relativamente às demais áreas geográficas do mesmo país.

⁵ No caso português a área de estudo está inserida na proposta que não passou de uma tentativa de organização do *Plano Estratégico Arco Ribeirinho Sul* (Almada, Barreiro, Seixal, Moita, Montijo e Alcochete). Embora sem seguimento, refira-se a relevância da proposta para a área de estudo portuguesa. O Plano tem como objetivo requalificar o sistema urbano da margem sul do Estuário do Tejo – AML, incidindo na reconversão de três grandes áreas industriais degradadas, porém prevendo o reforço da habitação em mais de 17 mil residentes permanentes.

participação dos moradores na definição de "diagnósticos locais" e de sugestões de melhorias.

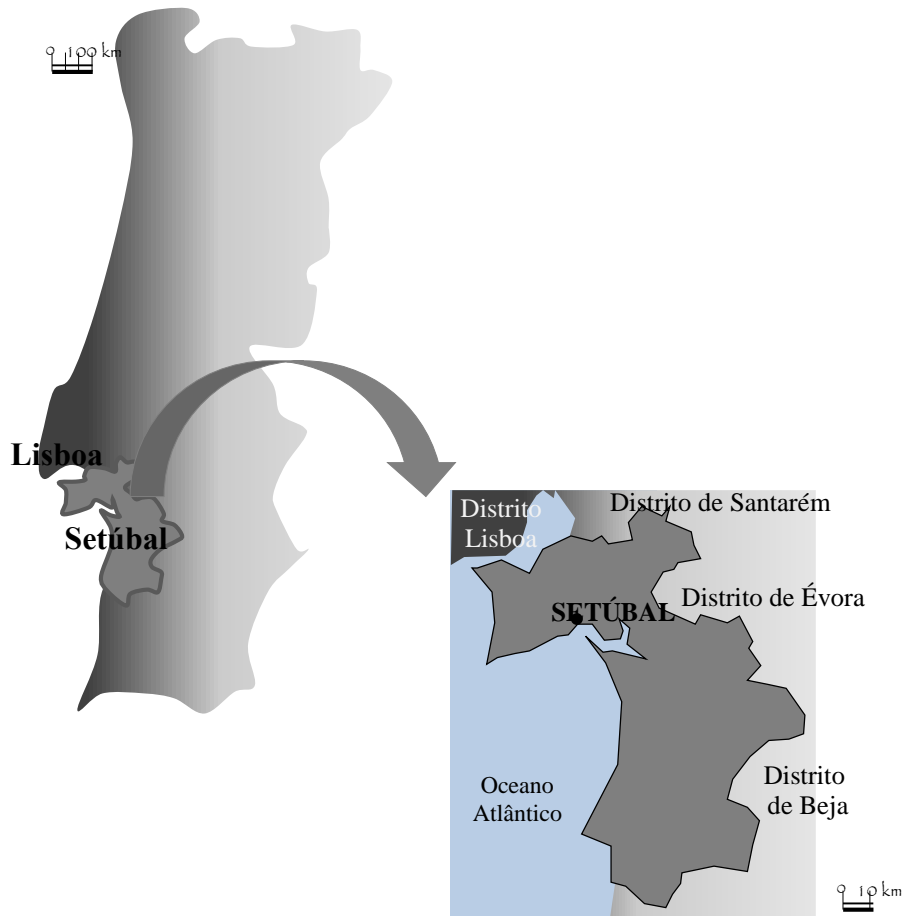


Figura 4: Esquema do território com indicação dos Distritos em Portugal salientando aquele cuja percentagem relativa à segurança é menor (Distrito de Setúbal). Fonte: Esquema da Autora sobre mapa de Portugal, 2012.

No Rio de Janeiro, o Bairro da Tijuca tornou-se desde os anos 90, um dos pólos de criminalidade crescente na cidade, tendo registado um decréscimo da população de 2,8%, segundo o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE* – na última década, e a pior desvalorização imobiliária com quedas de 50% nos valores de casas e apartamentos. O Bairro tem os seus limites geográficos a Norte delimitado por 12 favelas, criando um grande contraste social.

O Bairro da Tijuca integrou o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro (1992). Vale recordar a importância desta área para a economia colonial. A Tijuca (século XVIII) foi uma ampla área de plantio de café. Foi na Tijuca que o café mais prosperou, chegando até a floresta e deixando suas marcas, acabando por acarretar o desmatamento das suas encostas. Quando a Corte chegou ao Rio de Janeiro, em 1808 encontrou o café ocupando uma boa parte do Maciço da Tijuca. Em 1817, D. João VI, decretou o fim do

corte das árvores junto aos mananciais e riachos. A riqueza do café viria a renomear o local como: “Tijuca Imperial”. Também D. Pedro II toma medidas de proteção ecológica, replantando a Floresta da Tijuca com espécies, em sua maioria, nativas do Ecossistema da Mata Atlântica⁶. O Bairro da Tijuca, implantado longe da orla marítima, está rodeado por um complexo de favelas. Esta designação ganhou novos contornos com a mudança da sua nomenclatura para “comunidades”.



Figura 5: Esquema do território brasileiro com indicação das Regiões e do Estado do Rio de Janeiro, destacando o Bairro da Tijuca que apresenta a maior taxa de insegurança no Estado. Esquema dos limites da cidade do Rio de Janeiro com indicação dos bairros circundantes ao Bairro da Tijuca. Fonte: Esquema da Autora sobre mapa do Brasil, 2012.

⁶ Vendo a grandiosidade da floresta é difícil acreditar que seja uma floresta secundária, replantada pelo homem após ter sido desmatada para servir de área para o plantio, principalmente de café. Exaltada pela sua beleza e conforto ambiental por viajantes estrangeiros que visitaram a cidade na época, a Floresta da Tijuca era também local de recreio da Família Imperial (Camargo, 2007). Logo após entrar na Floresta da Tijuca, uma das maiores florestas urbanas do mundo, percebe-se a diferença de clima e a tranquilidade desse cenário privilegiado. O único barulho que se escuta é dos inúmeros animais silvestres que habitam o local. Ponto turístico da cidade, calcula-se que possua 600 espécies vegetais e 300 espécies animais. Atualmente esta floresta divide as Zonas Norte, Sul e Oeste da cidade do Rio de Janeiro, exercendo importante influência sobre o clima (Joly, 2008)

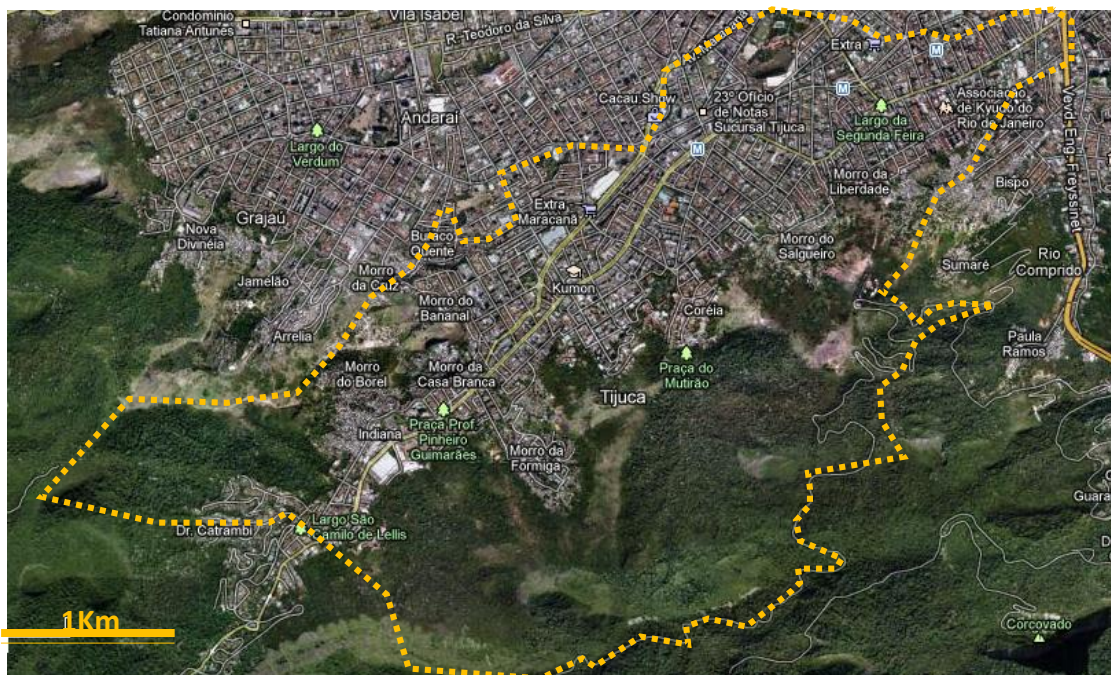


Figura 6: O Bairro da Tijuca delimitado na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Google Maps, 2012

1.5 Intervenções paralelas

Tendo como intuito aplicar o SIDES em traçados urbanos específicos e com tecidos sociais distintos de forma a testar a ferramenta, procurar-se-á, com base nos gráficos abaixo, clarificar o percurso de análise dos casos de estudo, salvaguardando as especificidades de cada caso, bem como os métodos de trabalho definidos, e apresentados mais adiante. Estes métodos foram aplicados nos dois casos de modo igual.

O que diferencia os dois casos é o fato de que em Portugal, o estudo recai sobre áreas urbanas fisicamente afastadas uma da outra. Enquanto no Brasil a área de estudo está delimitada pela reserva florestal de um lado e pelo complexo de favelas do outro.

O que importa é saber se, em Setúbal, sendo o Bairro da Bela Vista o principal foco de vandalismo, e estando afastado do centro da cidade, também ele local de estudo, é possível estabelecer uma relação entre a ocupação funcional e o uso do solo, e o vandalismo e a criminalidade na área mais central da cidade.

As imagens seguintes esquematizam esta relação ao representar o modo como ocorre as ações de criminalidade nas áreas que formalizam os casos de estudo. Ou seja, são as áreas da zona central de Setúbal e do Bairro da Tijuca que serão aqui analisados, tendo como objetivo verificar de que modo a presença policial nas áreas informais

influenciou, ou não, promoveu ou evitou a criminalidade, e as ações de vandalismo nas outras áreas da cidade, nas áreas formais. O que está aqui em jogo é o modo como se dá a aproximação da polícia à população e ao território de base informal, não esquecendo porém que no caso do Bairro da Bela Vista configura-se um conjunto arquitetónico organizado em quarteirões. A situação é diferente nas favelas cariocas. Para se ter uma ideia mais clara dos contextos, os traçados urbanos de cada caso de estudo serão apresentados a seguir.



Gráfico 1: Período onde a cidade formal e o bairro de realojamento em Setúbal; e a cidade formal, e a favela na Tijuca ocupavam o espaço.



Gráfico 2: Como a Situação se desenvolveu e as áreas problemáticas cercaram (Tijuca) ou se aproximaram (Setúbal) das áreas nas cidades formais.

1.6 Os traçados urbanos no Brasil: o bairro de betão à favela do Borel

A malha urbana do Bairro da Tijuca apresenta características de tecido orgânico cujo assentamento se espalha no sentido Nascente/Poente, com uma implantação longitudinal entre a floresta e o conjunto de favelas ali implantadas. A ocupação do território teve origem na construção de dois engenhos de açúcar construídos pelos Jesuítas. O interesse maior reside nas alterações realizadas para ocupação do solo, tais como: mudança dos cursos dos rios, aterro dos charcos e construção de ruas, que deram origem às principais avenidas que permanecem ainda hoje. A estrutura urbana revela a formação de áreas urbanas estreitas ora preenchidas por edificações únicas com vista para duas ruas, ora em quarteirões irregulares, com o interior totalmente ocupado por áreas afetas às edificações (pequenos pátios ou jardins privados), ou pelas próprias edificações vizinhas, sem espaço livre entre elas.

O mapa abaixo apresenta a Comunidade do Borel com indicação de algumas intervenções urbanas programadas para execução (Figura 7). Independentemente destas intervenções, é claramente visível o traçado informal e sinuoso resultante de uma ocupação desordenada.

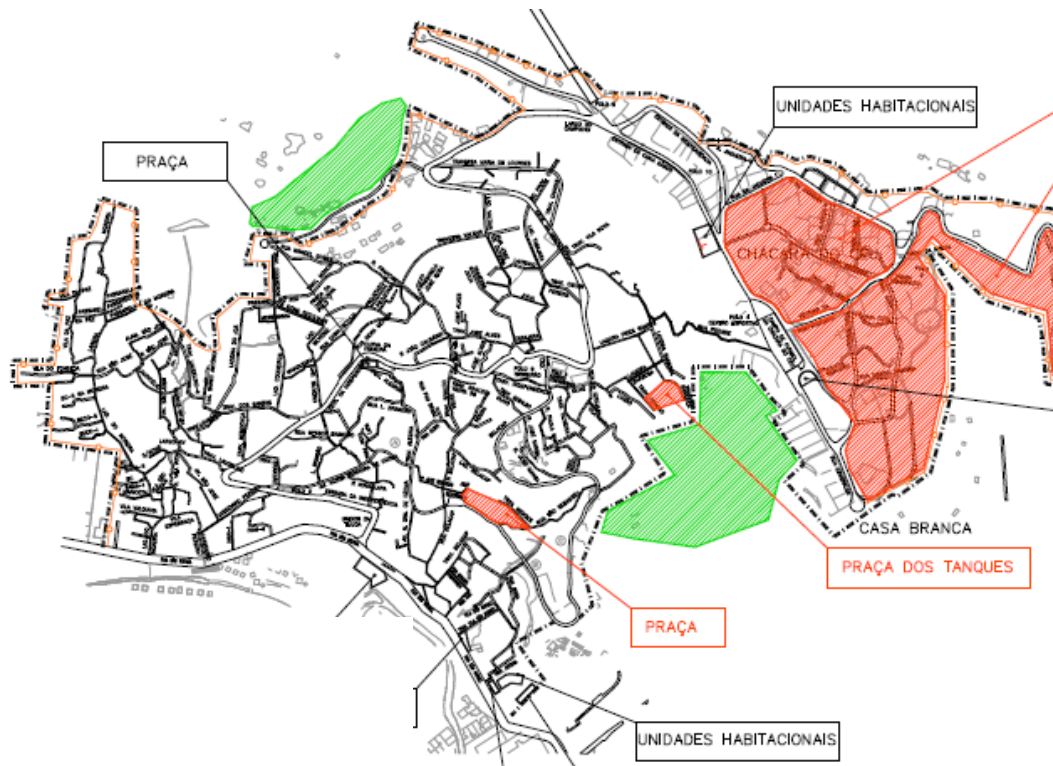


Figura 7: Planta da Comunidade do Borel. Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

Será? Ao observar bem, e apesar da sinuosidade destes eixos, existe uma hierarquia de movimento pedonal que permite o seu atravessamento de modo rápido de toda a área construída. A existência de “pedaços” de espelhos nas esquinas das ruas é outro fator estratégico para facilitar a visibilidade em locais de total falta de controlo visual. O domínio do local é feito por meio do seu conhecimento, sendo esta uma vantagem relativamente ao policiamento. Entretanto muitas ruas do Borel estão sendo asfaltadas e as escadarias estão sendo realizadas para facilitar o acesso da própria população às suas habitações. Este fator indica que melhorias de infraestruturas estão sendo feitas nesta área habitacional. Uma outra leitura é ainda possível: a aceitação da “favela” no mapa do Rio de Janeiro por meio destas transformações e melhorias realizadas.

1.7 Os traçados urbanos em Portugal: a intervenção planeada

Em Setúbal, o tecido urbano espelha a intervenção urbanística no desenho da Avenida Luísa Todi com um desenho urbano cuidado relativamente ao calçamento e implantação da massa edificada priorizando o peão.

No caso do Bairro da Bela Vista o conjunto arquitetónico analisado é planeado apresentando uma configuração física que se assemelha a alguns dos conjuntos habitacionais desenhados por arquitetos ligados ao Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL.

O programa foi criado após o 25 de Abril pelo Arquiteto Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo no 2º Governo Provisório e incluiu a ‘participação popular e produziu diversas soluções de tipologias de habitação, causando impacto no exterior e no interior do país. Durou apenas dois anos mas foi o motor de realização de um conjunto de projetos de bairros sociais no país, ficando conhecidos como “Operações SAAL” disseminadas por todo o país. Os projetos arquitetónicos em Lisboa estão organizados em edifícios de 4 ou 5 pisos. O seu desenho urbano interliga quadras de grandes dimensões voltada para o interior, com um fechamento ao exterior. O interior das quadras é preenchido por espaços-pátio ou praças, não sendo conhecidas do exterior. O sistema de acessos aos fogos é feito por meio de galerias exteriores.

São apresentados abaixo dois exemplos de organização da arquitetura habitacional desenvolvidas no SAAL. Ambos estão inseridos no tecido consolidado de Lisboa e formalizam espaços em pátio, semi-fechados de modo a ser possível criar um ambiente de transição entre o público e o privado, com acesso pedonal entre estes pátios. Um caso de sucesso, a *Operação Quinta das Fonecas e Calçada* apresenta sinais de

manutenção e cuidado exterior e interior. Enquanto a *Operação da Quinta do Bacalhau/Monte Coxo* apresenta sinais claros de vandalismo (paredes queimadas, lixo, destruição dos edifícios e etc.). O registo destes dois exemplos está relacionado ao fato de; a) serem projetos cuja organização é feita em pátio, semelhante ao projeto do Bairro da Bela Vista, da autoria do Arquiteto Charters Monteiro durante a década de 1980 e; b) apesar da semelhança projetual, os grupos sociais apresentam características específicas, prevalecendo no segundo a ocupação por ciganos.

A percepção do espaço, convidativa ou intimidadora, a visita ao local, fato constatado *in loco*. O segundo exemplo passou a estar pouco visível após a construção de um extenso edifício de caráter público no terreno à frente do conjunto arquitetónico marcado por ações de vandalismo.

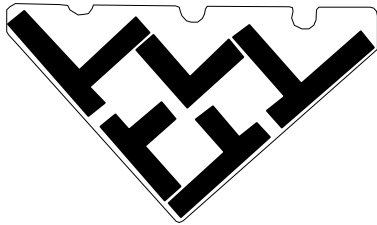


Figura 8: Operação Quinta das Fonseca/Calçada - Raul Hestnes Ferreira. Fonte: RAMOS, 2012

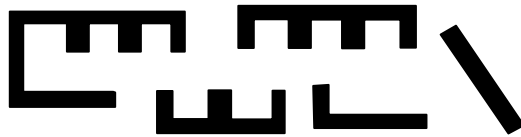


Figura 9: Operação Bacalhau/ Monte Coxo - Manuel Vicente. Fonte: RAMOS, 2012.



Figura 10: Operação Quinta das Fonseca/Calçada - Raul Hestnes Ferreira. Fonte: RAMOS, 2012



Figura 11: Operação Bacalhau/Monte Coxo - Manuel Vicente. Fonte: RAMOS, 2012



Figura 12: Bairro da Bela Vista, Setúbal. Arquiteto Charters Monteiro. Fonte: Google Map

O desenho urbano do Bairro da Bela Vista assenta numa quadrícula com dimensões idênticas que ora surgem duplicadas, ora surgem com blocos repetidos e implantados no seu interior, com um desenho que apresenta variações urbanísticas dentro da unidade formal que se regista no plano arquitetónico. O seu projetista, Arquiteto Charttes Monteiro reforça que a questão de elevada criminalidade presente no conjunto arquitetónico está “na conjuntura social e não nos edifícios”⁷. Por um lado o Arquiteto chama a atenção para o fato de “que a população da Bela Vista representa um caleidoscópio de culturas e nações”, mas também “todo o tipo de carências”, que se vieram a acentuar, desde que o bairro foi construído”. E por outro lado defende que “ao longo de 35 anos e apesar da persistente ação física de destruição e demolição, tem resistido, porque não é uma arquitetura de 'pladur”.

⁷ Acesso em Março de 2014, Disponível em <http://www.jn.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1232480>

1.8 Criminalidade: prevenir ou intervir em áreas construídas

Em um enfoque distinto, as estratégias preventivas visam a impedir que o crime aconteça, agindo sobre as causas sociais que incentivam a criminalidade. Nesse caso, a busca da inclusão social, a ressocialização e a defesa dos direitos humanos são colocadas como meios de combater a violência. Uma política preventiva dá preferência à assistência social, em detrimento da punição e vê a causa do crime na situação social e não na responsabilidade do indivíduo criminoso

Mamede, 2009

A *Carta Urbana Europeia sobre Segurança Urbana e a Prevenção de Delinquência*, aprovada pelo Conselho da Europa em 1992, bem como a *Nova Carta de Atenas*, aprovada pelo Conselho Europeu dos Urbanistas em 2003, apresentam como princípios orientadores a coesão social, económica e ambiental, e salientam o papel da segurança urbana na capacidade de atratividade das cidades europeias. Este último documento salienta que “(...) os cidadãos não podem usufruir plenamente o direito à cidade se a sua segurança não estiver assegurada e o seu temor da criminalidade não for dissipado (...)” (Nova Carta de Atenas, 2003).

A questão que interessa analisar reside em salvaguardar o direito à segurança aos habitantes seja ao nível do edificado seja ao nível do espaço urbano. Para tal a investigação apoia-se no *desenho do ambiente construído* que, ao ser também capaz de propor soluções espaciais que ajudem a prevenir a criminalidade, seja capaz de gerar e de fortalecer o sentimento de segurança no meio urbano. A ideia parece simples mas a prática apresenta um elevado grau de complexidade. Tendo consciência disto, não se pretende resolver o problema, mas dar a conhecer os estudos elaborados e as soluções passíveis de diminuir a sua incidência. Ou seja, trata-se de fornecer orientações práticas que permitam aos habitantes saber como enfrentar o medo e a insegurança urbana, por meio do conhecimento das realidades da vida urbana e apoiando-se nos meios políticos de gestão da cidade.

1.8.1 Em Portugal

Portugal está representado no *Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana – FPPSU*, fundado em 2005. É composto atualmente por 12 autarquias, e integra uma rede europeia, cuja fundação se deu por iniciativa de Gilbert Bonnemaïson em 1987, com o apoio do Conselho da Europa, conhecido por *Forum Européen Pour La Sécurité*

Urbaine (FESU)/European Forum For Urban Safety. A associação tem por objetivo sensibilizar os respectivos governos para a concessão de auxílios logísticos, económicos e programáticos às municipalidades, assim como agilizar a promoção de ações integradas de prevenção à segurança urbana financiadas pela Comunidade Europeia.

Seus membros chegam a cerca de 300 autarquias europeias e estão empenhadas na reflexão, cooperação técnica, troca de experiências, formação e inserção social na implementação de ações de prevenção da insegurança e combate ao crime, além de fomentar a realização de projetos comuns na área da segurança urbana. Propõe-se opor-se à exclusão social e à conseqüente marginalização, estando voltada ativamente ao 'outro', aos 'problemas dos outros' e à sua resolução. Contribui, desta forma, para orientar e estimular as políticas locais, nacionais e comunitárias, na área da prevenção da insegurança urbana.

Uma primeira iniciativa neste sentido foi anunciada em 2008 pelo *FPPSU*. A elaboração de um guia de desenho urbano tendo como objetivo a segurança por meio da redução da criminalidade. As linhas de orientação apoiam-se nos princípios expostos pelo método *Crime Prevention Through Environmental Design - CPTED*, doravante referido nesta tese segundo a tradução portuguesa: *Prevenção Criminal através do Espaço Construído*. O objetivo consiste em identificar um conjunto de normas sobre como proceder para evitar situações que conduzam à insegurança.

Mas será em 2013 que este documento surge como uma primeira indicação de como lidar com o tema da segurança, publicado pela Direção Geral da Administração Interna - DGAI, como "Guia de boas práticas". Os princípios que estruturam este guia referem-se a estratégias de projeto cuja aplicação pode ser implementada também em ambientes construídos, como 'acupunturas' urbanas tal como apresentados por Lerner (2003). O método de trabalho que estrutura este guia será considerado nesta investigação, e ao qual voltaremos. Entretanto, não se pode deixar de referir que este documento, apesar de propor eventuais adaptações ao contexto português, como indicado no volume, teve origem num contexto cultural diverso.

1.8.2 No Brasil

Situação semelhante ocorre no Brasil, projetos sociais como a "Polícia Pacificadora" (Rio de Janeiro); "Pacto Pela Vida" (Pernambuco); "Saturação" (São Paulo); entre muitas outras iniciativas, têm sido bem recebidas pela sociedade. São diversas medidas criadas visando o aumento da segurança envolvendo diferentes grupos sociais da

população. A sociedade brasileira tem experimentado, além das crises sociais e económicas, um grande surto de violência urbana que tem como elementos base o crime, o medo e o sentimento de insegurança nos ambientes construídos, revelando uma preocupação crescente quanto a esta temática, que começa a deixar de estar circunscrita ao âmbito criminológico.

Relativamente a Portugal, o Brasil apresenta um quadro de violência e insegurança muito acentuado e alcançando proporções assustadoras. Gradeamentos são instalados à volta dos edifícios e das habitações. A vigilância eletrónica se impõe. As barreiras físicas definem novos limites entre o 'público' e o 'privado', enquanto os condomínios fechados reforçam o isolamento.

Visando voltar a controlar a situação, o processo de prevenção da criminalidade tem sido debatido, seja ao nível local, seja ao nível material. Mas na verdade, a população defende-se e as medidas no reforço da segurança são visíveis: com a instalação de portas blindadas, de grades eletrificadas, de alarmes ou de circuitos internos de vigilância. O grau de progresso tecnológico presente no espaço arquitetónico atinge elevados padrões de sofisticação em nome da segurança. Mas por mais difícil que pareça, estes instrumentos acabam por ser ultrapassados e surgem outros modos de transpor os obstáculos de forma ainda mais violenta. Diante desse quadro uma constatação: a criminalidade é um problema social dividido entre "nós" e "eles". Orientar a construção do espaço para a diversidade tende a ser o modo de combate a este quadro de insegurança como meio de prevenir a exclusão sistémica ao diluir as diferenças no território urbano.

Neste sentido e face ao quadro negro que se instalara na cidade do Rio de Janeiro, e na procura de soluções para lidar com o tema, foram criadas as Unidades de Polícia Pacificadora – UPP. Criticadas por uns e defendida por outros, as UPPs trouxeram novas perspectivas para as comunidades situadas nas encostas da cidade. O seu âmbito de ação e atuais resultados serão apresentados e discutidos mais adiante.

1.9 Justificação

Os estudos referidos anteriormente permitiram considerar que a criminalidade, enquanto problema social, assume grande relevância no quotidiano das populações independentemente da classe social, raça, religião e etc. Mas estes mesmos estudos permitiram ainda associar a capacidade da arquitetura em contribuir para a definição de soluções espaciais voltadas para uma possível integração. Há que avaliar os impactes negativos e positivos destas soluções. Pinto da Silva (2008) chama a atenção para o fato de que *hoje em dia solicitam-se estudos de avaliação relativos ao impacte ambiental, mas não de impacte arquitetónico*. A ideia consiste em apresentar uma postura coerente com os princípios até agora expostos, uma vez que a arquitetura não se limita a construir, a arquitetura transforma, é social e cria uma dinâmica relacionada a uma maior ou menor acessibilidade, bem como a existência de serviços e infra-estruturas, e à densidade de ocupação, ou o tipo de uso permitido entre outras variáveis, com a função social da arquitetura e o desenvolvimento socioeconómico previsível das cidades.

Sabendo-se que o espaço tende a induzir a ação é possível afirmar que o espaço urbano com qualidade é aquele que promove o seu uso. Ainda neste sentido, ao se considerar que movemo-nos em trajetórias segundo linhas de visibilidade que permite o movimento “de” e “para”, constata-se que as conexões entre percursos ocorre no espaço de uso coletivo, e é tão mais importante, quanto se revela através do número de vezes que a pessoa utiliza um determinado espaço, confirmando a preferência revelada. Premente é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar dos habitantes das cidades.

O “como” ou uma possível “solução” trás consigo um espaço de discussão para o qual ainda não se chegou a consenso. Haverá resposta? Qualquer tentativa de solucionar o problema é incerto, mas seja qual for a resposta cabe ao arquiteto intervir de forma conscienciosa, sabendo que...*os lugares públicos são o cenário concreto nos quais se decide, precisamente hoje o futuro da vida urbana* e também da convivência a uma escala mundial, dado que a maioria dos habitantes do planeta reside em cidades conforme alerta Bauman (2009).

Reforçando este aspecto recorre-se à Alizia Stürtze, que em *Urbanismo e Violência* (2005) salienta o fato de:

a mundialização da economia tem determinado, entre outros aspectos, um certo tipo de arquitetura, de urbanismo, de "cidades globais" que impõe uma série de práticas sociais e espaciais à violência do sistema (...) vende-se segurança aos "incluídos", privatizando os espaços públicos (...) geram-se cidades ultraconservadoras e repressoras a partir da sua mesma estrutura. É o que uns chamam de "urbanismo do oprimido" e para outros o "urbanismo do medo" (...) converte as cidades em cárceres lotados de seguranças e câmaras, completamente fragmentadas entre espaços hiperprotegidos e espaços "perigosos".

Alizia Stürtze, 2005

Do Brasil chegam notícias que suportam esta postura e permitem a caracterização do espaço urbano, segundo os indicadores citados.

Algumas iniciativas procuraram solucionar este problema, com maior incidência nas últimas décadas do século XX. Mas se poucas encararam o problema da criminalidade de forma séria de modo a promover a coesão social, outras tentativas constituíram grandes falácias, seja pelo desinteresse no estudo, necessário para uma intervenção de grandes proporções, seja por questões políticas, que caracterizou-se na década de 1980 pela estreita relação ou nada transparentes, ou ainda pelos acordos ilícitos entre políticos e habitantes das favelas. Neste caso, e de conhecimento público no Brasil, a intervenção pública passou por uma estreita relação política estabelecida entre a população favelada e o governo estadual do Rio de Janeiro. Os resultados foram desastrosos e perpetuaram uma situação de insegurança urbana que se instalou e para a qual não se prevê solução a curto ou a médio prazo. Tal situação fez com que as forças de segurança se voltassem para a procura de alternativas.

O exemplo do *Programa Favela-Bairro* e do *Regularização de Loteamentos*, da *Secretaria Municipal de Habitação da Cidade do Rio de Janeiro*. Os projetos realizados dentro dos referidos programas, permitiram aos profissionais envolvidos, incluindo a autora desta investigação, voltarem-se para uma abordagem envolvendo a segurança, os problemas de violência e comportamentos anti-sociais sob o ponto de vista do espaço urbano de uso coletivo.

Entretanto, apesar das normas de ordem pública e interesse social reguladoras do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, equilíbrio ambiental, bem-estar e segurança dos cidadãos, estarem inseridas nos Planos Diretores Participativos de

Desenvolvimento Urbano, continua por ensaiar, estudos que insiram a segurança urbana na fase de estudo prévio.

1.10 Os fundamentos

A intervenção humana na realidade social é simultaneamente ação e ciência, Visto que ela permite, ao mesmo tempo, modificar o mundo e, ao mudá-lo, conhecê-lo.

Roger Bastide, 1971

Os estudos desenvolvidos sobre intervenções arquitetônicas no espaço público assim como no privado, devem refletir, desde o início do processo e com indubitável interesse o tema da segurança urbana, permitindo oferecer alternativas à questão de cada habitante poder se deslocar de modo livre e seguro na cidade. Com base nesta premissa e apoiando-se em Amaro (2005) pergunta-se: *Você passaria a pé, à noite, numa rua escura, deserta e cheia de becos, num bairro conhecido pela violência? Havendo escolha, provavelmente não* (Amaro, 2005).

Apontada como uma pergunta de senso comum, a questão faz com que, indiretamente se pense no cenário proposto, enquanto refere a insegurança urbana como um problema presente nas diferentes escalas urbanas, que atinge a todos e a questão inicial leva a outras questões:

Com que frequência as populações se deparam com as situações de criminalidade na vida quotidiana? Nesta investigação, e apesar de reconhecer a existência de problemas bem como de características físicas e sociais específicas em países distintos, defende-se que as estratégias aplicadas a um local específico podem ser consideradas como exemplos a ser seguidos em um nível global. Neste contexto pergunta-se como exercer a função de arquiteto na prevenção da criminalidade urbana, tendo em conta que as sociedades são marcadas por realidades diferentes definidas pela sua própria identidade e diversidade? E por fim, como divulgar a importância da segurança na arquitetura da cidade, na atualidade?

Refira-se que apesar das especificidades de cada país, o Manual de Diagnóstico Locais de Segurança, DGAI (2009) salienta que :

Reconhecendo a existência de problemas, contextos, recursos, experiências e níveis de conhecimento que variam de país para país, a necessidade básica de juntar pessoas e informação que possam compreender e ajudar a orientar uma estratégia local é universalmente relevante.

DGAI, 2009: 2

É esta necessidade de reunir diferentes exemplos de intervenção, analisados sob o olhar da arquitetura, e por meio de uma ferramenta produzida para dar suporte à investigação – o Sistema Integrado de Desenho Seguro – SIDES, que será aqui estudada. Pretende-se demonstrar que ao ser aplicado a diferentes locais com especificidades próprias, a ferramenta SIDES assume relevância enquanto contributo da arquitetura ao responder à questão, considerada de “senso comum” mas presente nos traçados urbanos analisados cujo percurso pedonal direciona o peão. Como isto ocorre? Por inexistência de percursos ou linhas de movimento alternativas, fortemente defendidas por Hillier e Hanson (1984) que formalizam anéis de percursos alternativos de mobilidade pedonal no espaço urbano.

Neste contexto, a investigação defende como principais argumentos:

- a existência de uma relação entre **arquitetura, desenho urbano, uso do espaço e segurança**. Neste sentido procura-se demonstrar a influência da organização física no uso do espaço por meio de um estudo empírico;
- a análise paralela das soluções arquitetónicas presentes na organização de bairros em **países distintos**. Neste caso optou-se por estudar Portugal e testar a ferramenta no Brasil;
- o **redesenho** e a qualificação de locais quotidianos da população, sob a óptica da prevenção do crime;
- a produção de uma **ferramenta de aferição de indicadores de segurança urbana – SIDES**, e a sua aplicação em contextos específicos sabendo-se entretanto, que é passível de ser aplicada em contextos sociais, culturais e socioeconómicos diversos;
- a verificação dos primeiros estudos desenvolvidos e sua validação no momento presente enquanto ponto de partida para a evolução de novos conhecimentos sobre o tema.

Com base nestes argumentos apresenta-se a seguir os *métodos de desenvolvimento* da investigação. Por *método* entende-se um conjunto de regras básicas para desenvolver uma experiência, a fim de produzir novos conhecimentos, bem como corrigir e integrar conhecimentos preexistentes.

O Gráfico 3 a seguir ilustra o percurso de análise proposto para a investigação na ótica da arquitetura, sabendo-se que a esta devem juntar-se outras áreas disciplinares. A intenção consiste em identificar modos de integração social com base nas experiências realizadas em países diferentes, de modo a reduzir as oportunidades de crimes.

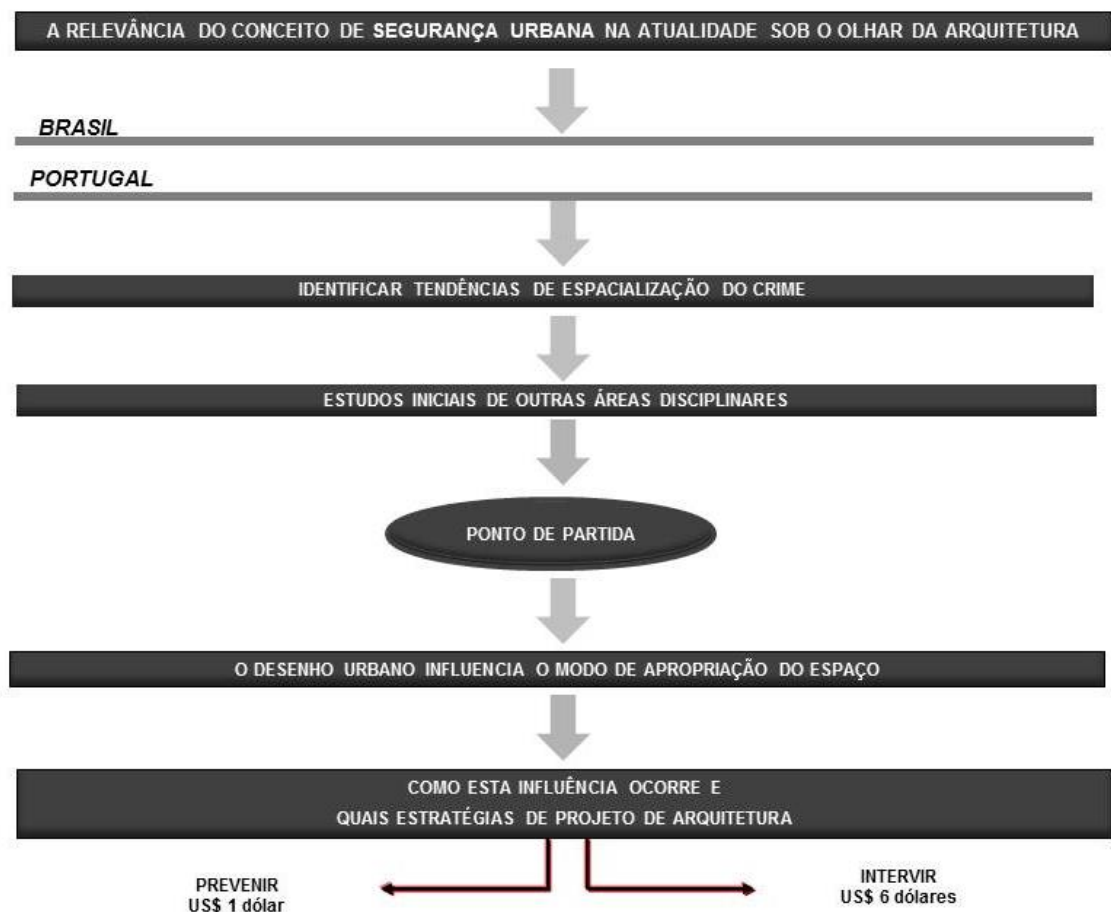


Gráfico 3: A relevância do conceito de segurança urbana na atualidade.

1.11 O desenho da investigação

Cada vez mais, uma maior relevância é atribuída ao desenho e ao uso dos espaços coletivos, assim como dos espaços privativos das cidades de todo o mundo, e consiste não só em relacionar criminalidade e insegurança urbana às oportunidades criadas pelo meio urbano construído, mas analisar as tendências de espacialização do crime por meio de estudos empíricos, e dos estudos recentes sobre o tema que merece a atenção de autores já em meados do século XX, altura em que este princípio deu suporte a ideia base de Jane Jacobs (1962), Ray Jeffery (1971), Oscar Newman (1972), Hillier e Hanson (1984) entre outros, recentes, que de um modo detalhado, analisaram e definiram diretrizes para a busca de soluções. Outros estudiosos vêm se juntar a estes com ênfase na atualidade. Não tem interesse verificar a distância entre os casos de estudo, mas sim o foco dos estudos desenvolvidos ao questionarem e tentarem perceber não só como abordar e lidar com o problema mas principalmente como preveni-lo.

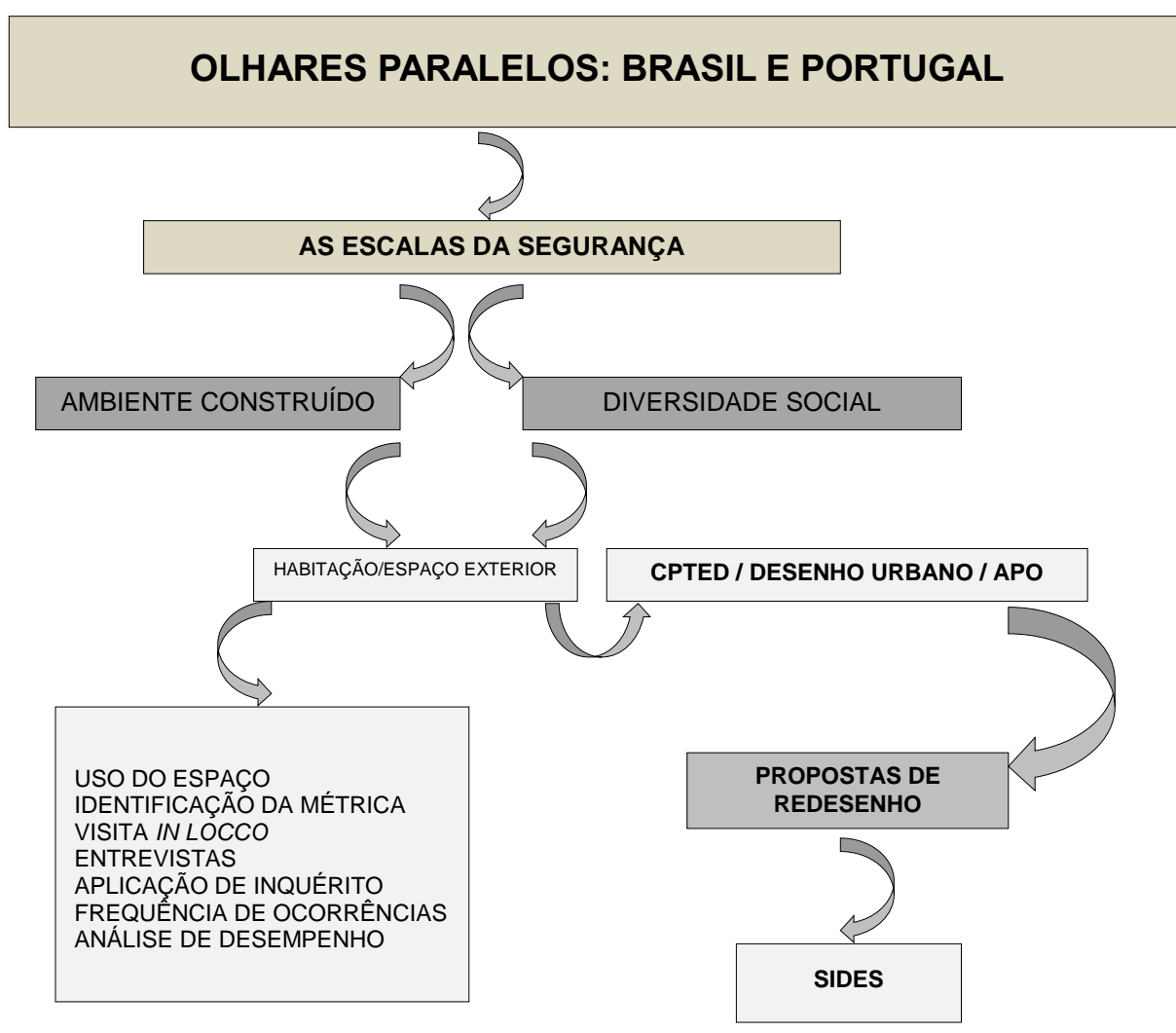
O tema tem raízes longínquas mas as suas repercussões são sentidas no momento presente, e a um nível local.

Ao elaborar a ferramenta de análise: *Sistema Integrado de Desenho Seguro – SIDES*, a investigação visa contribuir para o conhecimento da relação entre *as distintas escalas da segurança*, nos ambientes construídos no Brasil e em Portugal. Para tal recorre-se ao estudo do local segundo o seu *desenho urbano*. Pretende-se identificar, analisar e propor soluções que satisfaçam as exigências físicas e funcionais e, em simultâneo, visem o bem-estar da população em ambientes construídos que antes promoviam o sentimento de insegurança nas pessoas que usavam estes mesmos espaços. Ellin (1997) salienta que *incentivando a diversidade – seja de pessoas, de atividades, de raças ou credos, o espaço público permite a integração social respeitando as diferenças*. Com isto, continua a autora *o medo e a insegurança tendem a diminuir enquanto a diversidade social é preservada*.

Os parâmetros relevantes definidos para integrar o SIDES são analisados no **Capítulo III – Dos métodos de investigação ao SIDES**. São soluções de desenho que permitem retificar no local, a sua configuração física, por meio de propostas de **redesenho** do espaço, de modo a promover a segurança dos seus usuários. O desenho da investigação é apresentado no Quadro 1.

O esforço em diminuir a incidência de crimes envolve não só a ação policial ou assistencial, mas uma cooperação entre diversas áreas como o sistema educacional, de saúde pública, de Justiça Criminal, atividades culturais, condições de moradia e emprego etc. A articulação adequada dessas áreas, focada principalmente no público jovem, é o desafio para uma política de segurança pública que possa trazer resultados positivos

Mamede, 2009



Quadro 1: Desenho da Investigação

1.12 Os métodos de investigação

Os métodos de trabalho adotados no desenvolvimento do estudo tiveram como suporte a recolha e estruturação dos dados e registos necessários que permitam dar respostas à problemática proposta numa perspectiva de “tempo” e “lugar”. São definidos os critérios de análise e avaliação dos projetos arquitetónicos e urbanos, integrando conceitos de segurança coletiva e diversidade social, e analisados parâmetros que permitam o conhecimento sobre o estado de segurança do ambiente construído.

Com esta finalidade:

- foram inicialmente realizadas pesquisas bibliográficas contidas em diversas fontes e arquivos (documentos, projetos, fotografias, relatórios policiais, relatórios emitidos pelo governo e autarquias, etc.) e comentadas criticamente. Esta pesquisa dividiu-se em duas etapas de trabalho consoante o seu grau de desenvolvimento (no início da investigação – bibliografia genérica, e numa etapa mais adiantada, incidindo sobre aspectos específicos entretanto identificados);
- foram desenvolvidas resenhas com base nas fontes primárias e secundárias relativas à bibliografia analisada sobre o tema/país, e foram entrevistados os protagonistas envolvidos em estudos sobre o tema de modo a permitir formar uma visão de conjunto sobre o tema;
- em seguida foram realizadas pesquisas de campo, com levantamentos de dados sociológicos, dados estatísticos e visitas aos locais definidos como casos de estudo;
- as informações anteriores permitiram a elaboração de um questionário padrão que foi aplicado nos locais estudados, em Portugal (Setúbal) e no Brasil (Tijuca) e;
- por fim, os dados recolhidos e organizados em Base de Dados foram interpretados após sobreposição de informações por parte da população residente anónima.

Pretende-se definir sob a óptica da segurança urbana, uma lista de ocorrências, classificadas em termos da sua frequência que servirá de suporte a elaboração de um questionário, que por sua vez, resultará em valores numéricos, fator que permitirá classificar todos os parâmetros envolvidos na análise, para a elaboração do Sistema Integrado de Desenho Seguro – SIDES. Na etapa seguinte procede-se à aplicação experimental dessa ferramenta nas áreas de estudo dos dois países.

Contudo, à metodologia proposta, proceder-se-á a sobreposição de outros métodos de trabalho – análise histórica, física e morfológica dos espaços urbanos, a aplicação dos questionários -, contribuindo desta forma para alcançar os objetivos desta investigação. Torna-se, portanto, necessário combinar fatores determinantes para a construção de uma visão estratégica que alie as novas tecnologias aplicadas às questões da segurança nas intervenções arquitetónicas e urbanísticas. O percurso analítico proposto consiste numa abordagem que alia segurança, desenho e diversidade em espaços arquitetónicos públicos e privados das realidades portuguesas e brasileiras –, que irão constituir os casos de estudo de suporte ao desenvolvimento da investigação.

Considerando-se que o espaço arquitetónico – o edifício, o bairro e a cidade -, pode sofrer alterações ao longo do tempo, caracteriza-se, na etapa seguinte, a evolução funcional destes espaços, com base na configuração física e na métrica, nos indicadores de segurança e de prevenção da criminalidade, presentes na escala do desenho.

Para além de contribuir para a melhoria das condições de segurança na área urbana, o estudo visa contribuir para que os erros urbanísticos e arquitetónicos ocorridos sejam evitados num futuro próximo.

1.13 Estrutura da investigação

A investigação que agora se apresenta insere o tema da segurança urbana na linha de prioridades dos governos de ambos os países aqui analisados e merece ser analisado na perspectiva apropriada à realidade local.

Na **Introdução** apresenta-se o tema da segurança urbana e procura-se contextualizar o assunto salientando a importância da prevenção da criminalidade por meio das estratégias de desenho. O tema integra uma perspectiva paralela entre Portugal e Brasil, países cujas conexões históricas e sociais refletem uma proximidade histórica. O desenho da investigação é apresentado, e o estado geral dos conhecimentos está organizado segundo uma evolução do tema, de acordo com os estudos iniciais que se debruçaram sobre o assunto, até aos mais recentes, levando em consideração a geografia para a qual foram desenvolvidos e a sua adequação aos países analisados. Uma vez identificados os contextos em que o tema se insere, descreve-se o objeto de estudo e apresentam-se os objetivos bem como o desenho da investigação por meio de um esquema síntese. Nesta sequência justifica-se a temática da Tese e apresentam-se os fundamentos que sustentam o seu desenvolvimento. Os métodos adotados no

estudo são referidos e é apresentada a estrutura da investigação, destacando o SIDES como elemento central desta investigação.

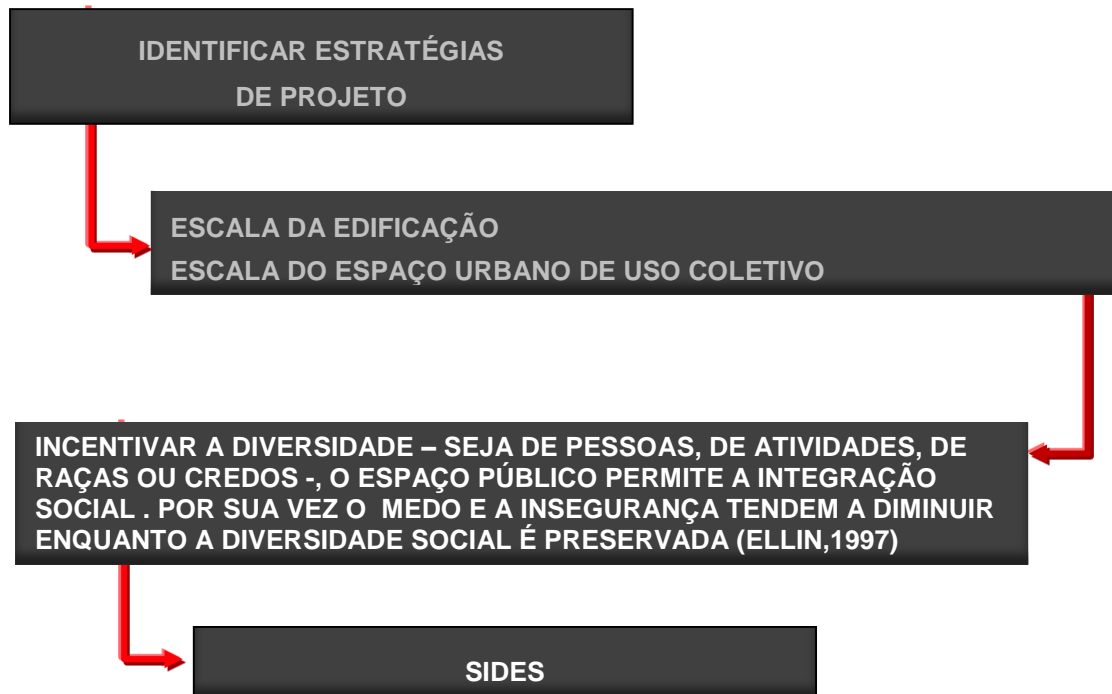


Gráfico 4: Elemento central da investigação.

O **Capítulo I - A Segurança em perspectiva: Portugal e Brasil** visa inicialmente clarificar numa perspectiva espacial e histórica o modo como os conceitos de segurança, de insegurança, de medo, de oportunidade para o crime podem se estabelecer e se espacializar no meio urbano, e quais são as suas fronteiras. São relatadas as iniciativas propostas para a remoção das favelas no Brasil e das barracas em Portugal, associando estas situações ao poder político e ao interesse (ou não) na erradicação destes conjuntos habitacionais precários. O tema assume uma evolução segundo uma linha temporal que procura apresentar de modo paralelo as iniciativas locais, e que dão a conhecer o trabalho da autora nesta vertente.

No **Capítulo II – “Segurança” e “Diversidade”** são definidos os conceitos que estruturam esta dissertação. Estes conceitos são relativos às escalas diferenciadas da segurança no espaço de uso público, bem como nos espaços de transição

semiprivados/semipúblicos, e o espaço privado de modo a ser possível identificar quais as principais características arquitetónicas a ter em consideração no contexto geral, mas principalmente nos contextos português e brasileiro. Em seguida procurar-se-á definir o conceito de “diversidade” associando-o a outros complementares como a coesão social, o sentimento de comunidade e de pertença no âmbito da participação e da inclusão social como meio de integração social.

O **Capítulo III - Dos Métodos de investigação ao SIDES** começa por justificar a importância da investigação se apoiar em três alicerces científicos que irão permitir estruturar o meio como esta será desenvolvida. Neste sentido analisa o conjunto de instrumentos base, consideradas necessárias para se obter um levantamento metódico e rigoroso sobre o tema: os “Guias”, i.e., os documentos recentes realizados, aliado ao Desenho Urbano e à identificação das unidades morfológicas de composição do espaço urbano coletivo e por último, a opinião das pessoas que utilizam as áreas estudadas. Este registo seguiu as normas definidas na aplicação dos questionários a população local segundo a Avaliação Pós-Ocupação – APO e permitiu conhecer de modo mais profundo a área, mas principalmente os seus respectivos usuários. A análise estruturada é aplicada paralelamente aos contextos português e brasileiro. A sobreposição destes métodos permitiu estruturar o Sistema Integrado de Desenho Seguro – SIDES ao classificar os parâmetros envolvidos na análise.

No **Capítulo IV – Olhares Paralelos: Portugal e Brasil** o SIDES é empiricamente aplicado nas áreas de Setúbal e da Tijuca, analisadas nesta investigação, sob o ponto de vista do usuário. Para tal recorre-se à sobreposição dos métodos anteriores. As informações recolhidas são organizadas de um modo padrão segundo fichas, de forma a ser possível a sua análise paralela. Cada ficha contém a síntese de todos os métodos aplicados, permitindo por em prática o SIDES. Este capítulo analisa os espaços urbanos e as edificações sob o ponto de vista da segurança urbana, através da definição de um modelo de análise proposto pela simplificação do SIDES.

O **Capítulo V – Novas Diretrizes** procura estruturar com base na fase anterior novas tendências para o estudo do tema, servindo-se como ponto de partida os diferentes graus de segurança na relação urbano e ao edificado. São assim identificadas as características positivas e negativas que permitem propor soluções de desenho e traçar

novas diretrizes para enfrentar a situação, a partir da análise realizada, e ajustadas em cada caso.

A **Conclusão** é apresentada tendo como suporte a relação entre a discussão teórica e os resultados alcançados sendo apontadas linhas de orientação, desenvolvimento e sugestões para a continuação deste estudo, ao ampliar a análise para áreas de maiores complexidades.

Seguem-se a **Bibliografia** separada entre **Bibliografia Citada**, que foi consultada e é referida na tese e a **Bibliografia Complementar**, que foi somente consultada e por fim os **Anexos**.



Figura 13: Vista do Bairro da Bela Vista, Setúbal, 2012.

CAPÍTULO I

2. A SEGURANÇA EM PERSPECTIVA: PORTUGAL E BRASIL

Assumindo-se que a “segurança” é um conceito que adota significados distintos segundo áreas científicas, porém sabendo-se que o tema constitui na prática, uma expressão do quotidiano enquanto um conceito palpável e atinge diretamente os habitantes das cidades, o desenvolvimento da investigação aborda o tema da segurança a partir da perspectiva “tempo” e “lugar”: qual o percurso, onde se instalou, qual o perfil sociológico dos seus habitantes? Apresenta-se o estado atual dos conhecimentos.

2.1 As políticas urbanas: uma síntese

2.1.1 No Brasil

A ocupação das encostas do Rio de Janeiro: que soluções? Apresenta-se os dois casos separadamente, i.e., as políticas urbanas presente e os resultados, de modo a percorrer cronologicamente as intervenções existentes salientando os exemplos de maior sucesso.

No Brasil, mais concretamente na cidade do Rio de Janeiro, na altura em que a aristocracia desce o Morro do Castelo por questões de maior comodidade relativamente à inclinação no acesso, e à proximidade aos bens naturais, o local é rapidamente tomado pela população de baixos recursos que vêem ali uma oportunidade de moradia até então inatingível. Mas este modo de moradia nas encostas e nas montanhas da cidade teve, neste caso, um destino surpreendente: o desmonte do Morro do Castelo, berço da fundação da cidade em inícios da década de 1920. A população, forçosamente retirada, procura ela própria novos locais de habitação, acabando por ocupar as áreas de encostas da cidade.

O governo de Getúlio Vargas está relacionado à edificação da habitação social no país, embora não tenha sido concretizada uma política habitacional ao nível nacional. Nesta altura o país contava com pouco menos de 50 % da população a viver em áreas urbanas. Enquanto diretrizes de ação foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões – os IAPs (IAPB dos bancários, IAPC dos comerciantes e etc.). Paralelamente a este programa foram também construídas habitações por meio da Fundação da Casa Popular – FCP, ambos organismos corporativos organizados segundo associações trabalhistas. E ainda ambos edificados segundo os princípios do Movimento Moderno. Nos últimos anos da década de 1940 o número de habitações construídas no Brasil atinge o ponto mais elevado. São construídos 52% do total e habitações necessárias (78 mil unidades habitacionais) para fazer frente ao problema (Bonduki, 1999).

O Estado viria entretanto deixar de investir no sector habitacional ao permitir desvanecer o interesse inicial no programa da habitação social. O Banco Nacional da Habitação – BNH, veio procurar colmatar esta situação, porém a sua política era a de diminuição dos custos por meio da queda de qualidade arquitetónica e construtiva. Passados 15 anos, o programa “Pró-morar” trás novos olhares para a habitação social como tema prioritário no meio urbano.

2.1.2 Em Portugal

A habitação social entra na política do governo desde 1918 com um regulamento que visa dar resposta ao problema habitacional de “classes sociais mais modestas”. Sem continuidade será em 1933 e com a promulgação do diploma de Lei, que o governo salazarista organiza um programa de combate à crise da habitação presente no país: as “casas de renda económica”. O programa viria a arrastar-se, com períodos de construção de até 16 anos. O Bairro do Alvito ou o Bairro da Encarnação passam a ser exemplos a seguir, mas o valor do solo aliado às soluções propostas pelo “moderno”, (bem como à dura crítica), viria ocupar o território da cidade de Lisboa com grandes extensões – Olivais Norte (1955-58), os Olivais Sul (1960), Chelas (1962), dão início aos grandes planos de urbanização da cidade, apoiados por uma legislação à medida (Decreto-Lei 42454 de 1969), segundo moldes de desenho urbano diferenciados e continuados no tempo.

O programa integrado de participação e desenvolvimento “Nosso Bairro, Nossa Cidade” (2007), atendeu ao Bairro da Bela Vista e zonas envolventes.

2.1.3 Uma parceria entre dois países

Na atualidade estes dois bairros continuam a merecer a atenção do governo. Há poucos meses, em Setembro de 2013 foi divulgado a aplicação em Setúbal de um novo programa de inclusão social com origem no Brasil.

O projeto – **Centro de Inclusão Digital – CID**, pretende contar com a participação dos jovens do Bairro das Bela Vista para identificarem problemas, fazerem o diagnóstico e proporem soluções de modo a resolverem os problemas sociais que enfrentam no quotidiano com a ajuda das novas tecnologias. Segundo reportagem sobre o assunto⁸, o Bairro da Bela Vista, em Setúbal, foi escolhido para o projeto-piloto de inclusão social, num modelo que já teve sucesso noutros países, inclusive na Inglaterra. O objetivo é avançar posteriormente com uma rede nacional de centros de inclusão digital para ajudar os mais desfavorecidos e as comunidades excluídas socialmente, pondo em prática os conceitos de inovação e empreendedorismo. Através destes centros de inclusão digital, que vão ser criados em várias zonas do país, pretende-se no primeiro ano deste projeto ajudar mais de 1.200 jovens de locais desfavorecidos, dando-lhes competências tecnológicas para poderem arranjar emprego ou criar o seu próprio

⁸ <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=655644&tm=8&layout=123&visual=61> Acesso em 12 Setembro 2013.

negócio, ajudando as comunidades em que vivem. A iniciativa tem ganho protagonismo com o apoio da imprensa.

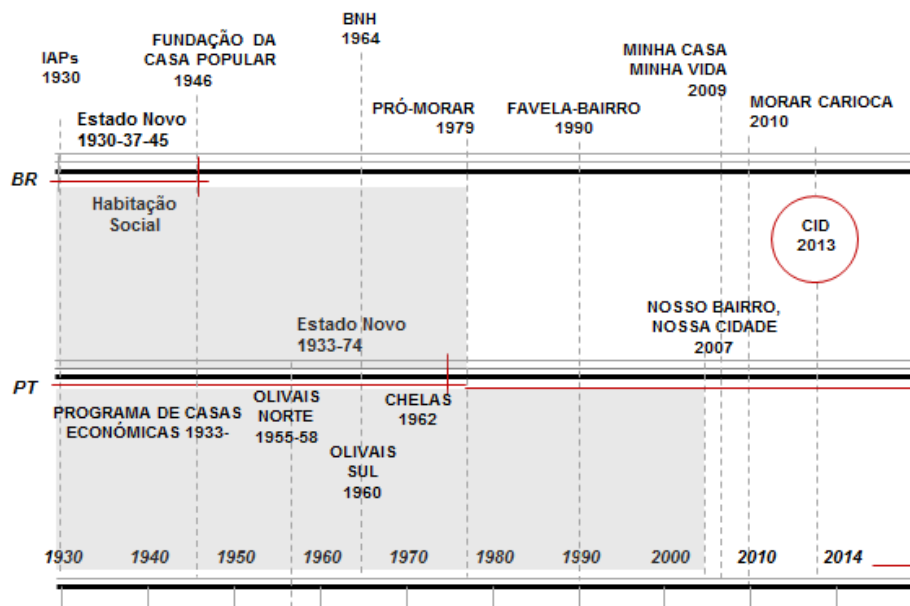


Gráfico 5: Cronologia dos programas contra a insegurança, 2013

2.2 Os conhecimentos teóricos

2.2.1 A atualidade do tema

Em Portugal, o *Relatório Anual de Segurança Interna – RASI* (2008), incluiu pela primeira vez iniciativas que promovem a segurança no ambiente construído:

(...) um conjunto de medidas destinadas a reforçar o sentimento de segurança, garantir a paz pública, prevenir e reprimir a criminalidade, definindo estratégias que executem políticas que melhor contribuam para tornar Portugal um país mais seguro.

RASI, 2008

A segurança ganha protagonismo, o tema torna-se uma preocupação diária e o seu acompanhamento é divulgado por instituições governamentais anualmente. No *RASI* (2009), Portugal apresenta um rácio de 37,7 crimes por mil habitantes. No que se refere à criminalidade, estas estão divididas em cinco grandes categorias:

- a) crimes contra as pessoas,
- b) contra o património,
- c) contra a vida em sociedade,
- d) contra o Estado e;
- e) os previstos em legislação avulsa.

Deste conjunto os crimes contra o património (54,52%) e aqueles contra as pessoas (23,32%) são os que perfazem um total de quase 78%. O relatório constata ainda mais de 26 mil assaltos a residências.

Apesar de o relatório RASI (2009) revelar um decréscimo de 1,2% na criminalidade, e indicar um investimento significativo em segurança de mais de 90 Milhões de Euros, o quadro permanece preocupante. Mais recente, o RASI (2011) refere um aumento relativamente aos crimes contra o património (56,3%), mas um decréscimo naqueles cometidos contra as pessoas (22,5%).

No Brasil, as grandes desigualdades sociais e económicas são apontadas como causas latentes para a insegurança urbana. O nível de violência é elevado. O valor médio de roubos por 100.000 habitantes no Brasil é de 321,88; mais de 14 vezes superior à média nacional de homicídios⁹. Apesar dos investimentos feitos na área da segurança urbana, equivalente a mais de 35 Bilhões de Euros, o país continua a apresentar altos índices de criminalidade. Toda a população é atingida, com maior ou menor grau de impacto.

É neste contexto que a prevenção surge como a melhor forma de abordar e tratar o problema. Para se ter uma noção do investimento necessário na prevenção da criminalidade como meio de conter o seu aumento, Bernice Von Bronkhorst, Especialista do Banco Mundial¹⁰ refere que por cada US\$ 1,00 usado em prevenção, são poupados US\$ 6,00, que teriam de ser investidos em repressão ao longo dos anos. Este conceito é reforçado em *Redução da idade penal e endurecimento das penas* (2008) por Ana Sofia Schmidt:

⁹ O valor referido deve-se a normalização que é realizada do número de crimes com relação á dimensão da população nacional.

¹⁰ Citada por Laércio Noronha Xavier, em artigo no Diário do Nordeste, Políticas Públicas de Segurança (2007).

(...) a 'segurança possível' está relacionada a um conjunto de condições que nos dêem um mínimo de estabilidade, de confiança (...). O perigo aumenta porque o próprio sistema se vê e é visto como o instrumento capaz de fornecer segurança, combatendo o crime. Muitas vezes a qualquer preço. E o problema se agrava porque a utilização política da sensação de insegurança estimula o reducionismo e tem interesse na concepção acrítica do sistema

Schmidt, 2008

Apesar das diferentes dimensões territoriais, Portugal e Brasil utilizam recursos semelhantes procurando abordar o problema seja o *policiamento ostensivo* seja o *policiamento de proximidade*.

A medida tem vindo a confirmar-se enquanto outros estudos comprovam esta realidade: de acordo com o relato de Valentina Marcelino e Jorge Simão em artigo no *Semanário Expresso* (2007), as autoridades evitam a força face ao aumento do crime violento, preferindo estudar os bairros e criar vínculos. Santos Júnior (2009), em artigo publicado no *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, aborda a relação entre o *policiamento ostensivo* e a dissonância cognitiva. O artigo salienta o "medo do crime" como resultado desta ação, e aponta para o planeamento e estudos de diagnósticos a resposta mais adequada ao problema.

Mas pouco depois o artigo de Durão (2009) vem reforçar uma mudança de paradigma, mais uma vez comum aos contextos português e brasileiro: a população, tanto quanto a polícia, os advogados e os juizes, revelam consideração pelo *policiamento ostensivo* tendo em conta a missão tradicional das autoridades policiais e o referencial que estas constituem na sociedade. Porém, a novidade que estudos trazem indicam que este modelo produz um ambiente agressivo e tende a incrementar sucessivamente os custos com as medidas pretendidas.

Esta hostilidade é intensificada, muitas vezes, nos meios e comunicação social, cuja responsabilidade intrínseca, deveria impeli-los a respeitar integralmente o preceito de restringir as informações às circunstâncias dos fatos, sem identificar os potenciais autores de determinada ação, distinguindo-o quer seja pela sua cor, raça ou crença.

O quadro atual exhibe outro cenário: o do policiamento de proximidade, em prática em Portugal e também no Brasil. Neste modelo o fator "tempo" é um aliado no sentido de implementar uma rede de conhecimento e contatos com os habitantes, permitindo criar

laços de confiança, uma rede de interações com a população local. Embora recente, os resultados são visíveis. São modos diferentes da presença da “autoridade” nas ruas.

Sintetizado o quadro da segurança atual, não resta dúvidas de que é urgente encontrar uma opção suportada por este novo paradigma, que favoreça a articulação sistémica entre os diversos atores da segurança dos espaços arquitetónicos, que estimule o exercício partilhado de responsabilidades pelas autoridades, movimentos cívicos e cidadãos. Ana Sofia Schmidt (2008), salienta que:

o mapeamento das responsabilidades e a expectativa de soluções devem detectar que o ‘ambiente criminógeno das cidades’ é continuamente reforçado pela ocupação irregular do solo, desemprego, barulho, sujeira, falta de iluminação e carência de atividades culturais, desportivas e de lazer na periferia

Schmidt, 2008

Uma vez referida a necessidade de procurar medidas eficazes de controlo da segurança em diferentes ambientes construídos, o estudo pretende reforçar a relação existente entre arquitetura e segurança, a partir do edificado e dos espaços de uso coletivo, impondo-se assim, uma reflexão crítica sobre as soluções urbanísticas e arquitetónicas adotadas, evitando configurações que sejam primordialmente orientadas para o espaço privado, em detrimento do espaço público como por exemplo, centros comerciais e condomínios fechados.

Para resolver os problemas relacionados à segurança é necessário definir estratégias que revelam claramente o modo como pensamos, produzimos e usamos os espaços da cidade, como refere Lerner (2003), ao propor aos habitantes *...captar momentos especiais na vida de uma cidade, de enxergar que cada cidade pode ser melhor.*

2.2.2 Os estudos de “referência”

O tema da segurança e sua relação com o espaço urbano tem sido estudado por diferentes áreas disciplinares.

Segundo Paul e Patrícia Brantingham (1981), a insegurança gerada por um espaço urbano tem as seguintes percepções: *a) a lei; b) o infrator motivado; c) a vulnerabilidade da vítima/alvo; d) a possibilidade para o agressor/ambiente favorável.* Mauro Almada em

“Ideologia e Desenho Urbano” refere que *...no Brasil, a ideologia da segurança está presente nas propostas e realizações urbanísticas do século XX*. Foram associadas as manifestações e aos distúrbios de rua que se seguiram à queda do Estado Novo, ao fato da mudança da capital, ficando esta sob o poder militar.

Em 2008 Bondaruk salienta que a segurança no Brasil deve ser pensada desde a concepção do projeto, ainda na fase inicial, pois é nesta altura que as opções de *desenho urbano* permitem diferentes alternativas que podem fortalecer o sentimento de segurança associado à identidade social.

É neste sentido que a abordagem sobre o tema da segurança, na perspectiva da arquitetura e do urbanismo permitirá relacionar a **forma física**, o **uso do espaço** e a **segurança urbana**. O tema ganha protagonismo ao longo do século XX, com o interesse da socióloga Jane Jacobs. A autora aponta as razões da violência e da insegurança no quotidiano de grandes cidades norte-americanas em *Morte e vida de grandes cidades* (2000), enquanto analisa ainda as questões sociais do espaço e os prejuízos do urbanismo. Para Jacobs a segurança pública num determinado ambiente construído está relacionado com a possibilidade de promover o encontro de pessoas socialmente desconhecidas, o que, por sua vez, proporcionaria o aumento da “vigilância natural”, ou seja, os “olhos da rua” garantindo a viabilização do controlo social informal nestes espaços. A socióloga associa a segurança e o comportamento dos usuários com a co-presença de visitantes naquele local e defende que:

...a ordem pública não é mantida basicamente pela polícia (...) é mantida fundamentalmente pela rede intrincada de controlos e padrões de comportamento espontâneos (...) e o problema da insegurança não pode ser solucionado pela dispersão das pessoas (...). Numa rua movimentada consegue-se garantir segurança; numa rua deserta não.

Jacobs, 2000

Na década seguinte o arquiteto Oscar Newman contribui de modo relevante para o desenvolvimento do tema, relacionando já nesta altura o modo de pensar o espaço, o modo de conceber o espaço arquitetónico de forma defensiva ao planear comunidades integrando a prevenção da criminalidade. Em *Defensible Space Crime Prevention Through Urban Design* (1972), o autor aproxima-se deste objetivo ao adotar os princípios descritos pelo criminologista Ray Jeffery em seu livro *Crime Prevention Through Environmental Design* (1971), estruturando uma fase inicial da teoria. Estes

princípios são reconhecidos pela sigla *CPTED*¹¹, como já referido nesta investigação. Entretanto, Newman constatou que esta prática reduzia o sentimento de insegurança mas não permitia o controlo da ação do crime. Por sua vez, Jeffery sugere alterações no desenho urbano do espaço envolvendo variáveis sociais e ambientais em espaços criminalmente vulneráveis. Estas alterações relacionam os princípios definidos pelo autor por meio: a) da vigilância natural; b) do controle natural; c) dos sistemas de acessibilidade – percursos pedonais e eixos viários; d) da existência de barreiras físicas, cercas, iluminação e etc; e) do reforço territorial ao distinguir as áreas públicas das privadas; f) da manutenção associada à imagem do espaço. Em finais da década de 1970, *Routine Activity Approach* de Cohen e Felson (1979), viria a contribuir para o entendimento do crime de oportunidade. Os autores reconhecem que o “criminoso” age segundo as características do ambiente onde atuam. Portanto, mais uma vez é dada relevância para o desenho do espaço.

Em Portugal a ideia é ratificada por Antonio Baptista Coelho (1998) quando refere que o controlo informal sobre espaços exteriores está relacionado à vigilância natural que estas mesmas pessoas exercem sobre o espaço.

Seguindo esta linha de raciocínio, os princípios definidos pelo CPTED são contributos para uma boa concepção e utilização eficaz do ambiente construído, podendo levar à redução do medo e da incidência do crime, bem como à melhoria da qualidade de vida. Estes princípios têm vindo a ser utilizados na prevenção da criminalidade com recurso ao desenho urbano, nomeadamente na Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, França, Inglaterra, Chile e Brasil.

2.2.3 A contribuição da Academia

O uso do espaço urbano é estudado no começo da década de 1980 por autores inseridos no meio académico em países diversos. Bill Hillier e Julienne Hanson descrevem em *The Social Logic of Space* (1984), as relações entre espaços públicos e privados, através da teoria da *Space Syntax*. A metodologia apoia-se em medidas quantitativas que facilitam a percepção do sistema urbano, analisando padrões de movimento pedonal e de visibilidade. Exemplo da aplicação desta metodologia, incidindo sobre a vulnerabilidade do espaço urbano, é desenvolvido por Teresa Heitor

¹¹ Estes princípios apresentam traduções diferentes em Portugal (Prevenção Criminal através do Espaço Construído) e no Brasil (Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental – PCAA). A tradução adotada nesta investigação é a portuguesa por se aproximar dos conceitos aqui defendidos.

em *A vulnerabilidade do Espaço em Chelas* (2001). A autora desenvolve um estudo sobre uma área parcial do Plano de Chelas, na Zona “J”, utilizando a metodologia da *Space Syntax* para a análise do uso do espaço. Esta análise é proposta ao nível pedonal, considerando-se o movimento bem como os espaços de estadia ou de permanência existentes na área estudada. São identificados os locais onde os atos de vandalismo assumem visibilidade, associados à presença de grafites, lixo e dejetos humanos, como meio de verificar o modo como os espaços são apropriados pela população.

Um ensaio sobre o modo como diferentes tipos de atitudes criminais se organizam no espaço habitacional é realizado por Tânia Ramos em *Planeamento e Morfologia dos Espaços Urbanos dos Bairros de Olivais e Telheiras* (1997)¹². O estudo apresenta uma abordagem de análise mais completa sobre o uso do espaço ao considerar a escala de planeamento urbano dos três bairros habitacionais de Lisboa – os Olivais Norte, os Olivais Sul e Telheiras; no processo de planeamento urbanístico integrado da cidade. Estes bairros foram estudados como entidades individuais, tendo sido considerados os seus limites geográficos, permitindo deste modo identificar com clareza a localização de cada bairro na cidade. O estudo considerou ainda o local exato onde ocorreu um determinado tipo de crime¹³, relacionando estes crimes à morfologia urbana e ao uso do espaço, pelo movimento e pela permanência neste determinado espaço urbano.

Outros trabalhos integram o tema: *Prevenção de Crimes através do Projeto Ambiental: Sim; Não; Talvez; Não se pode saber e Todas as Alternativas Acima*, de Ralph Taylor (2001) traduzido por Frederico Barreto (2004) para a disciplina “Métodos e Técnicas na Projetação Arquitetónica” da Universidade de Brasília. O autor salienta as escolhas corretas na construção, manutenção e modificação dos ambientes físicos; Karen Zanotto (2002) em sua Dissertação de Mestrado, *Segurança em Área Urbana Central. Configuração, Forma Urbana e Usuários*, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul associou *forma urbana* à *segurança dos usuários* numa área central urbana da Cidade de Pelotas; Fernando Alves (2003) em *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*, refere que a qualidade do espaço público urbano pode desenvolver-se por meio de um “método que encaminha a criação e gestão do espaço público para utilizações mais eficazes à luz das vantagens da

¹² Os estudos desenvolvidos por Heitor (1996) publicado em 2001, e por Ramos (1997) reescrito, ampliado e publicado em 2012, estão inseridos no Projeto de Investigação “A Sintaxe da Cidade de Lisboa”, coordenado pelo Professor Mário Krüger.

¹³ Em Ramos (2012), os crimes foram diferenciados segundo dados recolhidos nas Esquadras de Telheiras e dos Olivais como: assalto à pessoa física, roubo por esticção, roubo de carro, intrusão na habitação.

interdisciplinaridade do ensino do planejamento e desenho”. Henry Shaftoe, se propõe chegar ao cerne da questão da segurança em *Convivial Urban Spaces: Creating Successful Public Places* (2008); Luciana Carpaneda analisa a questão da segurança em *Contributions for safer places, a case study at the "Superquadras" of Brasília, Brazil* (2008), como um fenômeno psicológico, de sensação e proteção. Já Emily Talen publica *The Design of Diversity: Exploring Socially Mixed Neighborhoods* (2008), destacando os impactos mútuos entre forma urbana e diversidade social, aproximando-se do tema desta investigação. Também em 2008, Durão dá a conhecer o estudo realizado sobre o tema com o título “A rua dos policiais. Visão itinerante” em que a autora analisa o melhor tipo de policiamento mediante as realidades do momento.

Em 2013 Elizabete Ferreira procurou desenvolver diagnósticos de algumas situações de referência bem como uma abordagem analítica sobre os tipos de criminalidade em Lisboa e nos municípios circundantes, considerando a evolução ocorrida no domínio da segurança urbana, no âmbito conceitual, e a necessidade de adaptação dos instrumentos legislativos vigentes - designadamente o regime jurídico dos instrumentos de gestão urbanística e da segurança interna. O estudo entretanto, permanece no âmbito teórico reproduzindo informações dos manuais publicados, sem avançar efetivamente com contributos relevantes ou alternativas concretas para a resolução do problema.

2.2.4 A Segunda Geração do CPTED

Em 1991, Crowe desenvolve a 2ª geração do CPTED, aliando estrutura física do espaço urbano às características sociais do mesmo. Neste contexto Daniela Fernandes (2010) em *Urbanismo e Segurança*, viria a desenvolver em Portugal um estudo aplicando os conceitos da 2ª geração. Mas apesar dos estudos desenvolvidos sobre o tema da segurança apontarem novas perspectivas no modo de relacionar a configuração física e as práticas sociais, estudos sobre experiências paralelas que evidenciem a importância da forma urbana e do seu efetivo uso, em realidades socioeconómicas e culturais distintas, porém unidos por laços históricos, não foram ainda ensaiados. Refira-se que não se pretende comparar os dois países sob a perspectiva da segurança urbana, mas nos debates, nos estudos e no modo de enfrentar tais situações, no Brasil e em Portugal. Interessa a evolução das ideias, as propostas de interação das ideias, as propostas de identificação dos caminhos seguidos pela teoria e pela prática aplicados em Portugal e no Brasil. Interessa ainda testar a ferramenta definida para o efeito em estudos de caso tão próximos, e tão distantes.

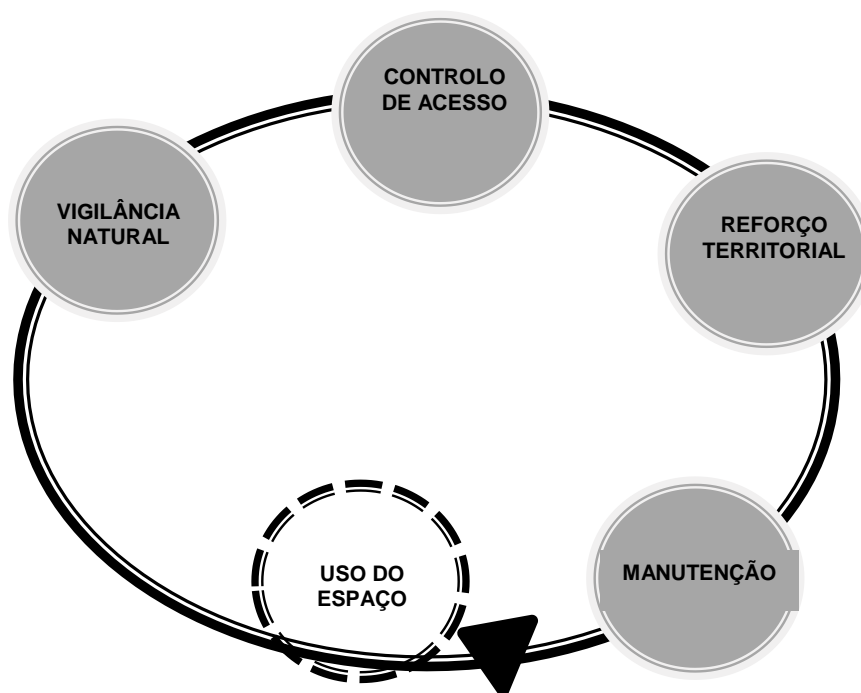


Gráfico 6: Os quatro princípios do CPTED ao que se junta o uso do espaço, 2013.

2.2.5 Entre os estudos recentes e a prática

No cenário internacional os estudos realizados em 2004 por Manning na África do Sul, dão relevância para o fato do autor ter identificado a redução contínua do espaço público como uma ameaça à vida quotidiana. O autor salienta a necessidade de repensar a relevância do desenho urbano ao procurar alterar a mentalidade dos habitantes invertendo a situação i.e., permitir a ampliação do domínio público. Afinal, são nestes espaços que os habitantes, desconhecidos entre eles, convivem com proximidade mas continuam com o estatuto de desconhecidos (Bauman, 2003).

Do Brasil, *Vida sob Cerco* (2008), vem lançar um novo olhar sobre a criminalidade ao incidir a sua investigação sobre **as sociabilidades nas favelas** do Rio de Janeiro, no tempo recente. O sociólogo Machado da Silva, organizou um trabalho de pesquisa com a participação de antropólogos e sociólogos, sobre os modos de vida nas favelas cariocas. Integram o livro diversos profissionais que analisam o modo como os moradores das favelas tentam lidar com a *contiguidade territorial* entre a *favela* e a *cidade de asfalto* ou a *cidade da pista*. Este autor defende que, por um lado, grupos armados ligados ao tráfico de drogas introduzem a violência na favela, por outro lado a polícia também o faz, mas de uma forma mais velada. Uma violência que fomenta a

desconfiança, tal como referem os autores do livro, e que induz à população das favelas um “confinamento territorial onde o medo se espacializa e as reações de desconfiança se instalam. Apesar da importância do tema, salienta-se que o trabalho está datado no tempo. Num tempo que antecede o programa das UPPs, que muitas modificações irão trazer para estes espaços como será visto.



Figura 14 (A - B): Ocupação do Complexo do Alemão Fonte: Google, 2013

A confiança ou o medo existente nas cidades baseiam-se na presença ou na ausência de ‘laços’ que permitem a vivência comum e que tende a se desfazerem como reforça Bauman (2003), e também como indica Colquhoun (2004).

O estudo mais recente sobre a temática tratado, foi publicado pela Direção Geral da Administração Interna - DGAI com o título *CPTED - Prevenção Criminal através do Espaço Construído. Guia de Boas Práticas*. Saído da forja há poucos meses, o Guia com data de Fevereiro de 2013 é assumido como uma publicação valiosa para o estudo da segurança. Mas indiretamente relacionado ao contexto português, ou seja, o Guia recém-publicado é uma tradução do estudo desenvolvido pelo *National Crime Prevention Council* de Singapura. A sua aplicação ao contexto português é justificada pela inserção de comentários feitos por um grupo de especialistas e académicos que trabalhou sobre o assunto. Pretendeu-se que as recomendações aí descritas pudessem ser aplicadas ao caso português. Outra publicação da DGAI, *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança - DLS* (2009) explora o tema apresentando uma parte inicial teórica, e outras dedicadas a exemplos concretos e modos de interação com a população por meio de entrevistas/inquéritos, apresentando exemplos de diversos países. Estes documentos serão ainda discutidos.

2.2.6 A geografia das novas investigações sobre o tema

No Brasil, ao associar criminalidade e segurança de um ambiente construído específico, espera-se que o tema da investigação esteja centrado no conhecimento detalhado do local para onde as propostas de alterações físicas são feitas. Mas na realidade não é isto o que acontece. Exemplo desta busca de adequação são os conceitos descritos em *Arquitetura Contra o Crime - Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental* de Amaro (2005). O estudo parte do princípio que o *desenho urbano*, bem como as características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas da cidade, podem influenciar diretamente nos níveis de criminalidade. Curiosamente este autor relata que a partir do ano de 1985, os conceitos defendidos em *A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano* (Bondaruk, 2008) passam a ser aplicados no Chile.

Mas curiosamente o tema é aqui formatado segundo proposta original da África do Sul e adaptada aos países da América Latina. O propósito deste guia é oferecer informações sobre como formular programas de redução da violência e do crime às autoridades da América Latina. O documento reúne informações relevantes a respeito de princípios de boa prática, métodos por etapas e exemplos de todo o mundo de estratégias municipais na prevenção e na redução do crime e da violência. A maior parte do relatório simplesmente reproduz o *Manual for Community Based Crime Prevention* desenvolvido em 2003 pelo governo Sul-Africano. Este documento foi adaptado para o contexto Latino-Americano, por meio da introdução de exemplos locais. O 'pacote' refere problemas comuns a estes países: a urbanização acelerada, a pobreza, a desigualdade persistente, a violência, a política, o crime organizado e a emergência no tráfico de drogas. No caso de Portugal, o documento orientador sobre o tema consiste numa tradução do documento originalmente elaborado para Singapura. O estudo tem o título *Crime Prevention Through Environmental Design Guidebook* (2003) e foi realizado para o contexto cultural, social e económico daquele país. A tradução do documento em português refere a sua adequação à realidade em Portugal, onde algumas sugestões pontuais são acrescentadas no texto.

2.3 A caracterização social

No Brasil, segundo o Censo 2010 realizado pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*, a população total é de 190.755.799 habitantes. A população brasileira se estabelece de forma concentrada na Região Sudeste, com 80.364.410 habitantes e a população do Rio de Janeiro, principal foco turístico da Região Sudeste, é de 6 323 037 apesar de ser o menor estado da Região Sudeste em extensão territorial.

A maioria da população reside em áreas urbanas: 96,7%, o que faz do Rio de Janeiro um dos estados mais urbanizados do Brasil.

No censo realizado no ano 2000 a população da Tijuca sofreu uma redução relevante e a diminuição dos investimentos imobiliários na ordem dos 50%. Dez anos depois, o bairro da Tijuca possui 163 805 habitantes, considerado um bairro tipicamente de classe média, em algumas áreas de classe média alta e com uma população de classe baixa nas favelas. Sua geografia com muitas montanhas/morros favoreceu a proliferação destas construções irregulares.

Em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística – INE registrou um decréscimo na população portuguesa de 30 317 indivíduos no período de Dezembro de 2010 a Dezembro de 2011. Atribui-se a crise que o país de 10.562.178 milhões de habitantes enfrenta, com uma taxa de desemprego atualmente em 15%, um terço dos jovens está sem trabalho. Portugal representa 2,15% da população total europeia.

O distrito de Setúbal com 851 258 habitantes (INE, 2011), é o mais recente do país, seu relevo é maioritariamente constituído por planícies. Com maior propensão ao desenvolvimento devido à proximidade ao mar, porém onde frequentemente se manifestam situações criminosas violentas, causadoras de grande alarme público, sempre acompanhadas de perto pela comunicação social. Durante o século XIX, o desenvolvimento económico e social de Setúbal transformou-o num dos mais importantes centros comerciais e industriais de Portugal. A elevação à cidade deu-se em 1860, por carta régia, após solicitação da Câmara, dois anos antes, ao Rei D. Pedro V. Nessa altura, foi inaugurada a via-férrea Barreiro/Setúbal e, em 1863, a iluminação a gás. As obras de aterro sobre o rio iniciaram-se, fazendo nascer a Avenida Luísa Todi.

2.4 A perspectiva histórica

Procura-se contextualizar, segundo a perspectiva histórica, o modo como a segurança/insegurança se apresenta nas áreas de Setúbal, em Portugal, e no Rio de Janeiro, bairro da Tijuca, no Brasil. A ordem urbana e social bem como o contexto socioeconómico são discutidos segundo a história urbana dos casos de estudo.

Neste cenário procurou-se dar visibilidade às transformações recentes e a atualidade enquanto resultado das medidas de intervenção, bem como o questionamento dessas intervenções. O olhar dos especialistas sobre a insegurança gerada pelo espaço urbano, a atuação da comunicação social, as tendências no estudo da relação entre o desenho urbano e o uso do espaço e, no caso das favelas cariocas, como

transformaram o espaço alvo de marca registrada e turismo. O objetivo consiste em identificar como os modos de vida foram sendo alterados ao longo do tempo. Para tal, recorre-se através da história, identificar as alterações destes espaços.

Mas ao confrontar a diversidade cultural com as práticas e as perspectivas, deparamos com a multiplicidade de significados que possui para além do cultural. A diversidade é estratégia, aspiração, respeito, educação, diferença, orientação, organização, visão crítica, cidadania, um conceito cheio de possibilidades com um objetivo comum, romper com a hegemonia na busca para a melhoria em uma sociedade de inclusão.

2.4.1 A Península de Setúbal

Ser Portugal um país mais seguro é o objetivo de um conjunto de medidas adotadas, destinadas a reforçar o sentimento de segurança dos cidadãos, prevenir e reprimir a criminalidade.

Essas medidas passaram pelo reforço do efetivo policial incluindo a sua valorização salarial de 14,5% para 20%; formação em diversos domínios tais como investigação criminal, trânsito, técnicas de intervenção policial, aperfeiçoamento e enquadramento profissional, programas de policiamento de proximidade, aplicações tecnológicas além de treino de tiro; a modernização de equipamentos de segurança e proteção civil, entre armas, coldres, viaturas e motos; investimento em infra-estrutura com a construção de novas instalações, remodelação e modernização das existentes com recurso às novas tecnologias. O Centro Tático de Comando Móvel – CTCM composto por 7 veículos e 9 tendas pode ser mobilizado para qualquer área de Portugal Continental. Foi adjudicado o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controle da Costa Portuguesa – SIVICC ao serviço das Forças e Serviços de Segurança na deteção e combate ao tráfico de drogas e a imigração ilegal. Foi desenvolvido o programa Polícia Automático a operar nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Faro, que tem sido eficaz no combate à criminalidade automóvel. Através do Portal de Segurança o programa Cidadão Responsável além de sensibilizar os cidadãos para o valor da segurança individual e comunitária e estimular a adoção de medidas de autoproteção, contém indicações práticas sobre o reforço da segurança individual e coletiva, e dos Portais das Forças de Segurança que permite acesso tanto aos profissionais da Guarda Nacional Republicana – GNR, quanto aos da Polícia de Segurança Pública – PSP. O policiamento de proximidade abrange programas como Escola Segura, Idosos em Segurança, Comércio Seguro, Abastecimento Seguro, Táxi Seguro e Farmácia Segura, trabalhos desenvolvidos pelos Grupos Técnicos para Prevenção da Criminalidade – GTPC. Nas zonas de risco foi intensificado o patrulhamento policial com recurso às unidades

especiais das Forças de Segurança e parcerias com as autarquias. Foram constituídas equipas em Setúbal, com profissionais especializados das Forças e Serviços de Segurança para prevenir crimes violentos e graves. A Rede Nacional de Prevenção da Criminalidade partilhará informações sobre a evolução da criminalidade no território nacional, com um arco temporal de quinze anos, e o lançamento das bases da análise sobre as transformações sociais e territoriais, bem como a infra-estrutura para georreferenciação.

O crime aparece em quarto lugar nas respostas dadas pelos portugueses, segundo o Relatório Eurobarómetro 72 – “*Public Opinion in the European Union*” – Outono de 2009.

Por outro lado, de acordo com os dados inscritos no Relatório do Eurobarómetro 78 — publicado em Dezembro de 2012, o crime/insegurança surge em 6.º lugar na média das principais preocupações dos cidadãos europeus.

Das orientações estratégicas para o ano de 2013, o Governo elegeu o combate à criminalidade, especialmente a violenta e grave, a erradicação ou mitigação dos fatores de insegurança e a promoção da cidadania como as suas grandes prioridades em matéria de segurança interna.

O “Concurso de Ideias Graffiti Natureza Urbana”, programa municipal de Setúbal, envolvendo os municípios da área da Bela Vista e organizado pela Câmara Municipal com o patrocínio da empresa Energias de Portugal - EDP, destina-se a embelezar áreas abrangidas pelo “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, concretamente Manteigadas, Quinta de Santo António, Alameda das Palmeiras e Forte da Bela Vista, através de ações de requalificação e atividades sociais.

2.4.2 A segurança impondo nova organização espacial no Brasil

Quando a Corte portuguesa chegou ao Rio de Janeiro em 1808 deparou-se com uma cidade despreparada para enfrentar os mais diversos problemas. Entre eles estavam aqueles relativos aos maus comportamentos e à organização do espaço. A solução passou pela criação da *Intendência Geral de Polícia da Corte*, que procurou impor à cidade nova organização – espacial e social. Um dos problemas principais era o elevado número de população negra.

Aspirando melhorias em termos de segurança urbana, o Rio de Janeiro foi alvo de medidas ‘educacionais’. Estas medidas sobrepunham costumes sociais e organização física da cidade que acolheu a Corte¹⁴. Verificar como estas novas regras se projetaram

¹⁴ Iluminação, sombreamento, presença de comércio, horário de funcionamento, limpeza, estacionamento, largura das calçadas, barreiras físicas, pontos de conflito –, entre outros

na capital do país é um desafio, uma vez que, o *upgrade* de ‘cidade capital da colónia’ para ‘capital do Império Português’ procurou apagar as características da primeira: a dependência dos negros escravos no funcionamento da casa brasileira (Costa, 1997: 160). Eram eles que, desde esta altura, desempenhavam as tarefas que proporcionavam condições de habitabilidade às moradias da época.

Tarefa difícil que ocorria também ao nível urbano. A cidade colonial teve o negro como redes de infra-estruturas. Eram os negros que realizavam a função de rede de esgotos, i.e. recolhiam os dejetos e os despejava, forneciam a água, funcionavam como telefone e transportes públicos ou privados. A colónia dependia deles. Mas por outro lado, a presença dos negros nas ruas do Rio de Janeiro, capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, não era vista com agrado, e tão pouco combinava com o novo estatuto a que a cidade ascendeu.

Vale recordar que em Portugal a escravidão já tinha sido abolida há cinco décadas, e exibir esta situação perante as demais Cortes europeias não estava isento de críticas¹⁵.

O próprio D. João se posicionou contra a escravidão¹⁶, mas na colónia a situação toma outro caminho. Eram necessários melhoramentos urgentes, e transformar fisicamente a cidade segundo os parâmetros europeus, civilizados, exigia trabalhadores, mão-de-obra abundante. A concretização para tais tarefas recaiu sobre os negros, de elevado valor económico, cujo tráfico¹⁷ intensificava-se sorrateiramente, apesar da pressão internacional¹⁸ para a sua redução. No período de chegada da Corte portuguesa, metade da população era constituída por negros escravos. A sua história desde o período colonial ao fim do século XIX, deixou uma ‘mancha’ nas páginas da história do Brasil. É preciso exaltar esta contribuição e recordar que, as obras realizadas na cidade do Rio de Janeiro colonial¹⁹, bem como as realizadas na cidade após 1808, devem-se a eles, sob o comando de governadores e vice-reis.

Ainda antes da chegada da Corte, vários governadores promoveram a construção do Rio de Janeiro. O último governador da cidade, antes de 1763²⁰, já vinha desenvolvendo esforços no sentido de tornar a cidade mais salubre e mais segura. No primeiro caso foi

¹⁵ Durante o reinado de D. José I o Marquês de Pombal aboliu a escravatura em Portugal em 1761 mas só no século XIX a escravatura foi abolida em todo o Império. O Brasil foi o último país da América Latina a terminar com este flagelo.

¹⁶ Apesar das medidas tomadas por D. João para a diminuição gradual da escravidão, prevaleceram os interesses económicos envolvidos no debate local tanto entre aqueles ‘contra’ como entre aqueles a ‘favor’ da escravidão. (Sobre o tema ver LIGHT et al, 2007).

¹⁷ A colónia estava na rota do tráfico de mão-de-obra escrava integrando o comércio triangular – Europa, África e América.

¹⁸ Sobretudo britânica, estando em causa os seus próprios interesses económicos.

¹⁹ O Brasil colónia é delimitado pelo período temporal 1500-1808.

²⁰ Antônio Gomes Freire de Andrade, no cargo entre 1685 e 1763.

construído, o Aqueduto da Carioca²¹, a Casa dos Governadores e fontes públicas. No segundo foi dada atenção à segurança, passando pela construção das Casas de Câmara e Cadeia, representando o poder real na colônia, e pela vigilância e controle social, como exemplifica o edital de 1765²² ordenando que

solteiros [...], como também os vadios, vagabundos, os que sem domicílio certo andarem dispersos e pessoas desconhecidas que não tiverem despachos (...) rubricados e sigilados com o sinete (...), todos os que nesta forma forem autuados, fará logo prender sem exceção de pessoa alguma, e remeter com a segurança precisa ao Corpo da Guarda.

Edital da República, 1765

Após 1763 serão os vice-reis a administrar a cidade²³. A preocupação com a organização espacial e a ordem social permanece constante. A atenção dedicada por cada Vice-Rei divide-se entre o plantio do café como produto de desenvolvimento econômico e as condições de defesa do território colonial, incluindo o Rio de Janeiro²⁴, por meio de reforma e ampliação do poder de fogo de fortalezas²⁵; e os projetos e construção de equipamento de lazer como o Passeio Público²⁶ e a abertura de ruas, por meio de aterros de lagoas, medidas que vieram alterar a geografia da cidade - prática urbanística que se repetirá ao longo do tempo.

A transformação da cidade em nova sede da monarquia portuguesa exigia mudanças e D. João se encarregou de criar condições para tal. Eram muitas 'frentes' para intervir: a construção de edificações palacianas e os melhoramentos urbanos, a questão do saneamento e saúde, a vigilância contra delitos e homicídios (Mendes, Veríssimo e Bittar, 2007), e ainda o controle dos escravos, que constituíam uma preocupação dominante pois estavam, frequentemente, relacionados com as 'desordens urbanas'. Para dar respostas a estas solicitações, o Príncipe Regente assina, dois meses após a

²¹ Arcos da Lapa.

²² Carta do Vice-rei D. Antônio Álvares da Cunha, ao capitão da Guarda do Rio de Janeiro, Antônio Cardoso Barbosa em 16 de Abril de 1765. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

²³ Para além do Rio de Janeiro, os Vice-Reis administravam todo o Estado do Brasil.

²⁴ Vice-Rei Luis de Almeida Mascarenhas, no cargo entre 1769 e 1778.

²⁵ Com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, o Vice-Rei D. Antônio da Cunha (no cargo entre 1763 e 1767) aumentou o arsenal e poder de fogo da Fortaleza de Santa Cruz, na entrada da Baía da Guanabara, Niterói, como meio de proteção do embarque do ouro de Minas Gerais para Lisboa.

²⁶ Vice-Rei Luis de Vasconcelos, no cargo entre 1742 e 1809.

sua chegada, o decreto²⁷ que define as funções da *Intendência de Polícia da Corte*²⁸. É preciso destacar que, na altura o termo ‘polícia’ assumia um significado social, por se referir ‘aos costumes e aos comportamentos civilizados’ e também ao ‘asseio, limpeza ou alinhamento’ segundo Jacques (2002). A polícia foi, mais tarde, diferenciada entre civil e militar.

2.4.3 Registros de nova ordem social

Sob a autoridade do Intendente, nascido no Rio de Janeiro e com formação na metrópole, Paulo Fernandes Viana (1808-1821), o número de pouco mais de quatro dezenas de ruas existentes na época no Rio de Janeiro foi ampliado. Foram feitas obras públicas de pavimentação, foi criada a iluminação noturna e a construção de diversas edificações públicas. A Intendência tinha também, entre outras, a responsabilidade da segurança da população, cujas medidas diziam respeito à criação de regras de comportamento, ao julgamento de criminosos e a execução de punições.

Paralelamente às persistentes questões de defesa do território, o Príncipe Regente estabeleceu um conjunto de medidas voltadas para o ‘interior’ do território – era preciso ‘arrumar a casa’. Algumas das alterações físicas propostas procuravam disfarçar as características coloniais, evidentes na imagem urbana, outras, mais profundas estavam associadas à estrutura da cidade-metrópole. Logo que a Corte chegou ao Rio de Janeiro foi publicada uma postura²⁹ sobre a limpeza e o asseio da cidade.

Em 1814, a preocupação com a limpeza da cidade continuará uma luta sem tréguas: um ofício do intendente geral da Polícia *solicita ao padre Francisco de São Carlos que fosse tapado o terreno localizado na Barreira, pertencente ao dito convento. Isto se fez necessário, pois o terreno era um paradeiro de imundices dentro da cidade e asilo de escravos fugidos*³⁰.

A **segurança urbana** assume fundamental importância quando práticas sociais e organização espacial são analisadas em simultâneo. Mas não bastava definir regras e costumes, era preciso prevenir. Para tal, a vigilância policial ‘permanente’ é solicitada conforme texto do edital³¹ destinado ‘ao general das tropas’ ao referir que, *‘depois que o dito general ordenou a retirada da sentinela que ficava no chafariz das Marrecas, “o*

²⁷ Decreto de 10 de Maio de 1808.

²⁸ Criada segundo o exemplo da *Intendência Geral de Polícia da Corte* (1760-1833) de Lisboa.

²⁹ Rio de Janeiro, 20 de abril de 1808. Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Códice 318.

³⁰ Rio de Janeiro, 25 de fevereiro 1814. Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Códice 329, Vol 2.

³¹ Rio de Janeiro, 11 de julho de 1809. Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Códice 328, Vol 1.

povo” tem utilizado o chafariz para lavar bestas e cavalos. Dessa forma, a água estava sendo derramada, inundando a rua abaixo e emporcalhando a rua que “era talvez a melhor da cidade”. Ordenava, portanto, ao general que restituísse a sentinela naquele lugar, coibindo esta prática’. A escassez de recursos leva, entretanto, o intendente a solicitar³² ‘o melhoramento geral do estabelecimento da Polícia do Reino do Brasil’. No pedido o intendente ‘procurou demonstrar a necessidade de uma Polícia mais ampliada e com mais recursos’. O receio dizia respeito a uma hipotética nova invasão francesa, mas igualmente importante, o receio de não ter como controlar possíveis revoltas devido ao ‘grande número de escravos existentes no Brasil’³³. Os capoeiristas representavam perigo constante. Tentando impor algum controle foi divulgado o edital que controlava o horário de fechamento do comércio definido para as vinte e duas horas para evitar ajuntamentos de ociosos e escravos³⁴, a intenção passava por evitar a presença dos negros nas ruas da cidade.

2.4.4 Registros de nova ordem urbana

A cidade tinha o seu centro próximo ao Morro do Castelo. Fronteiro ao mar estava o Largo do Paço, atual Praça XV. Acompanhado de edificações públicas, no século XVIII foi instalado um chafariz cujo projeto foi enviado de Lisboa, da autoria do Engenheiro e Arquiteto Carlos Mardel, que participou na reconstrução da Baixa Pombalina. A arquitetura monástica de quatro ordens religiosas destacava-se em relação à arquitetura civil valorizando este espaço como centro do período colonial (Colchete, 2008), local que em tempos, dividia o espaço com o ‘curral e matadouro’ local.

A responsabilidade de implantar o Império num centro urbano novo e tão longínquo, abrangeu toda a estrutura de poder, levando ao envolvimento do Príncipe Regente em assuntos relacionados a diversas questões. Uma delas referia-se à segurança de se caminhar pelas ruas da cidade onde ‘se pode ver sem ser visto’. D. João promulga um decreto³⁵ abolindo as *gelosias* ou *muxarabis* (que permite a ventilação e a iluminação, mantendo a privacidade) das janelas e sobrados, determinando que sua retirada fosse realizada dentro de oito dias. Estava em causa a proibição destes elementos na arquitetura da cidade. A substituição deste sistema construtivo de origem mourisca foi morosamente realizada, devido à falta de recursos da população para instalar vidros nas janelas. Ainda com o objetivo de promover a ocupação ordenada do tecido urbano, foi definida que as *novas construções devem ser assobradadas e não mais térreas*. A

³² Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1816. Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira.

³³ A maior preocupação era a Bahia.

³⁴ Rio de Janeiro, 7 de maio de 1808. Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Códice 318.

³⁵ Rio de Janeiro, 11 de junho de 1809

organização urbana foi redefinida devido aos terrenos estreitos (Santos, 1981). O respectivo edital³⁶ divulgava esta proibição explicando que as casas térreas comprometiam a salubridade do ar. Um outro objetivo subjacente diz respeito ao eixo de crescimento da cidade. Como a tipologia proibida insistia em surgir, o intendente recorria aos 'Juizes do Crime' de cada bairro para verificar as situações de incumprimento. Foram definidas instruções para inspeção das casas em edital relativo ao modelo de inspeção geral dos edifícios, já construídos, no Bairro de Santa Rita, tanto às casas velhas como às novas, para verificar se as construções estão feitas com segurança. A inspeção deveria seguir o método indicado para a sua realização³⁷. Ao nível urbano, o desenho das ruas respeitavam sentidos diretos, definição de praças onde estavam localizados os principais edifícios públicos. Foram medidas de reordenamento urbano aliadas ao percurso social (Veríssimo, Bittar e Alvarez, 2001).

Entre medidas impostas, o Rio de Janeiro desenvolveu-se como núcleo de funções urbanas e centro cultural (Czajkowski, 2000; Pessoa e Bicalho, 2007). Durante este processo a preocupação quanto à segurança 'externa' foi dividida com a 'interna'. A primeira passou pelas fortificações estrategicamente implantadas. A segunda, aliada ao crescimento das cidades, passou pela necessidade de criar estruturas físicas relacionadas, e condições de controle e vigilância de comportamentos sociais. A vida pacata dos primeiros tempos da cidade colonial foi sendo substituída.

E tal como as comissões realizadas no Brasil, Portugal lançou mão de diversas expedições para 'explorar o terreno' preparando a transferência da corte quando fosse necessária (Norton, 1979). D. João, de Príncipe Regente a Rei D. João VI, acabou por concretizar uma intenção de D. João III³⁸, quando desafiado por Martim Afonso de Souza a transferir a corte para o Brasil, há dois séculos e meio, e evitar a anexação à Espanha, respondeu: *'doídice seria viver um rei na dependência de seus vizinhos podendo ser monarca de outro maior mundo'* (Brasil, 2008).

A construção do Império Luso-brasileiro pertencente à historiografia dos dois países e a colônia de dimensões continentais, herdou o património cultural: D. João VI promoveu alterações espaciais, mudou a face do Rio de Janeiro e introduziu novos costumes, civilizados (Silva, 1993). Os dois recortes temporais – da Corte no Rio de Janeiro e da transferência da capital desta cidade para Brasília, foram estruturados segundo percursos contínuos, ao longo de séculos. Tiveram objetivos comuns de defesa e de

³⁶ Rio de Janeiro, 11 de Junho de 1808, Arquivo Nacional Polícia da Corte, Códice 318, p.26v.

³⁷ Rio de Janeiro, 6 de Fevereiro de 1816. Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira, Códice 329, Vol 3.

³⁸ D. João III reinou entre 1521 e 1557.

segurança que se refletiram na sua organização espacial. Nem um, nem outro surgiu de repente.

2.5 O turismo

2.5.1 “Favela” ou “Comunidade”?

Favela é uma planta arbórea, com flor, que cresce de 3 a 5 metros e desenvolve-se em algumas regiões restritas do Brasil, como nos Estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e São Paulo.

Desempenhando a função de epónimo, a favela que conhecemos hoje não possui essa planta, mas ficou conhecida pela semelhança com as colinas do Estado da Bahia, mais precisamente em Canudos, interior do sertão baiano, localidade que ficou conhecida pela ‘Guerra de Canudos’ (1896-1897) que dizimou a população de Canudos culminando com a destruição total da cidade.

Cerca de dez mil ex-combatentes, com a promessa do Governo de receberem moradia na então Capital Federal, se fixaram provisoriamente no Morro da Providência, considerada oficialmente a primeira favela do Rio de Janeiro, passando a ser denominada no final do século XIX como Morro da Favela.

O então correspondente do jornal O Estado de São Paulo, que passou três semanas no local do conflito, Euclides da Cunha, descreveu em 1902 o monte favela em seu livro ‘Os Sertões’:

O monte da Favela, ao sul, empolava-se mais alto, tendo no sopé, fronteiro à praça, alguns pés de quixabeiras, agrupados em horto selvagem. À meia encosta via-se solitária, em ruínas, a antiga casa da fazenda (...). O arraial, adiante e em baixo, erigia-se no mesmo solo perturbado. Mas vistos daquele ponto, de permeio a distância suavizando-lhes as encostas e aplainando-os... davam-lhe a ilusão de uma planície ondulante e grande.

Euclides da Cunha, 1902

A partir daí, quando o Morro da Providência passou a ser conhecido por Morro da Favela, todo o local onde predomina a população de baixa renda, que cresceu de forma desregrada, sem que houvesse título de propriedade, sem planeamento, sem infra-

estrutura urbana, com construções irregulares, sem licença e com leis próprias, é denominado por favela.

O Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro (1992) define 'favela' como:

Área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais.

Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, 1992

Estigmatizados pelo local, os 'favelados', denominando dessa forma as pessoas que lá residem, produz em quem ouve a palavra, um instantâneo sentimento negativo, como se todos os seus habitantes fossem marginais, violentos, ligados ao crime e as drogas. Tendo em vista, o Morro da Favela, considerado o lugar mais violento do Rio de Janeiro em finais do ano de 1910.

Com o intuito de modificar esse eficaz estigma negativo, os moradores suavizaram o nome 'favela' para 'comunidade'. Utilizam-se desta estratégia para serem incluídos na vizinhança, e como o termo foi bem aceito, é amplamente divulgado.

De acordo com Bauman (2003) *As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra 'comunidade' é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que "comunidade" signifique, é bom "ter uma comunidade", "estar numa comunidade.*

Pertencer a uma comunidade pressupõe igualdade na medida em que é uma qualidade daquilo que é comum, onde não há privilégios de classes.

Na favela, como em qualquer lugar, existem pessoas com princípios e valores. Os 'mocinhos' e os 'bandidos'. Os mocinhos porém, não querem mais ser julgados sordidamente, somente por habitarem na favela e vem trabalhando para modificar este status. Através do Governo, de ONG's, de ricos empresários e profissionais voluntários, os moradores começam a sentir-se parte da cidade, integrados em coesão social.

Uma das peculiaridades para que isso ocorra, é no plano físico, a transformação desses lugares através de obras que incluía infra-estrutura (rede de água, esgoto, drenagem, pavimentação, abertura de vias de acesso, rede de iluminação pública, calçadas, praças) e equipamentos sociais como creche, posto de saúde, áreas para prática de

desporto e lazer. Critérios para que suas 'comunidades' se transformem e sejam tratadas por 'Bairros'.

O clima de paz almejada pelos moradores, tem vindo a ser sentido dentro e fora da favela, através da atuação policial que suscita admiração e isso deve-se ao trabalho de aproximação realizado pela Unidade de Polícia Pacificadora – UPP. Em 1995, os MC's Cidinho e Doca, moradores da favela compuseram o "Rap da Felicidade", considerado um clássico do funk carioca, que traduz o sentimento dos habitantes.

*Eu só quero é ser feliz,
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, E poder me orgulhar. E ter a
consciência que o pobre tem seu lugar.*

MC's Cidinho e Doca, 1995

A 'Cidade Maravilhosa', como é o Rio de Janeiro mundialmente conhecida, atrai o olhar estrangeiro com a continuidade de séculos. O grande impulso deu-se após a ida da Corte para a, então, colónia portuguesa. A cidade foi retratada em imagens e em prosa. Sua fauna e sua flora foram detalhadamente registadas por encomendas a artistas estrangeiros.

Atualmente o interesse amplia-se. Suas praias, paisagens, gastronomia, música, clima e população são temas frequentemente referidos na imprensa escrita por todo o mundo. Principalmente com a proximidade dos eventos mundiais de desporto destinados a realizarem-se no país. Neste contexto uma preocupação antiga: a insegurança urbana que 'desce o morro'.

As áreas denominadas por 'favelas' localizadas, em sua grande maioria, nos morros cariocas é analisada e discute-se o conceito de 'favela' associado ao samba, à poesia, ao filme, ao turismo, ao glamour. Mas há alterações nos conceitos e isto deve-se à entrada da UPP nestas áreas.

Criadas em 2008 no Bairro de Botafogo, com o objetivo de desarticular o poder paralelo que antes controlava as 'favelas' com leis próprias, as UPPs já contam com dezassete unidades instaladas em favelas da cidade do Rio de Janeiro, para um total de quinhentas e oitenta e duas favelas. Uma gota no oceano? Sim, mas o suficiente para promover alterações profundas na Cidade do Rio de Janeiro. Em algumas 'favelas' o crime organizado é já inexistente. O ambiente de tranquilidade e segurança, proporciona aos moradores das favelas iniciativas que procuram fomentar o turismo local. Motivados pela renda extra, os moradores abriram uma área cobijada de suas casas aos turistas,

mas também à população carioca: as lajes de suas moradias. Os espaços tornaram-se palcos de rodas de samba, baile funk e de confraternizações regadas a churrasco, feijoada, cerveja e caipirinha em clima familiar.

O 'sítio' já lá está; o lugar é alvo de transformação, sem planos nem projetos. A sólida arquitetura não flana, mas o seu uso varia em função de novos interesses ou necessidades.

Medeiros (2007) afirma que a força da marca favela tornou-se capaz de transcender o referente territorial, promovendo o que é brasileiro e tudo mais que pretenda ser "alternativo", "descolado", "reciclado".

Existem restaurantes registados com o nome 'Favela' em Tóquio, na Austrália, na Alemanha e ainda o Favela Chic em Paris, Londres, Glasgow e Miami porque favela é luxo, é 'chique' (Figura 16A).

E, se virou 'chique', virou 'moda', é divulgado pela mídia, atrai e todos querem conhecer. Inaugurado em Julho de 2011, com uma média de seis mil visitantes por dia, o teleférico/bondinho no Complexo do Alemão³⁹, já recebeu 218 mil pessoas. Além do passeio de teleférico (Figura 16B), o visitante pode andar nas trilhas ecológicas e ainda fazer um tour de jeep. Já no *Pavão e Pavãozinho*, no *Cantagalo*, na laje transformada em bar e restaurante, os turistas apreciam a bela vista da famosa Copacabana e Ipanema, com direito a feijoada aos sábados e galinha caipira aos domingos.

Com esta vista privilegiada para o show de fogos de artifícios que acontece na praia e um cardápio que inclui frutas, champanhe, salgadinhos diversos e uma enorme variedade de sobremesas, outra moradora, há dois anos recebe no máximo 30 pessoas, na maioria turistas, para a noite da passagem de ano. Na comunidade do Leme, Chapéu Mangueira, o local conta com um albergue, para os visitantes que desejam pernoitar. O proprietário desta laje com 72 metros quadrados, possui churrasqueira e banheiros com duche, serve café da manhã e ainda oferece aulas de samba e pagode.

³⁹ Conjunto de treze favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro, sua área, cerca de três quilómetros quadrados, abrange os bairros de Ramos, Penha, Olaria, Inhaúma e Bonsucesso.



Figura 15: Percurso no interior da Comunidade do Borel, 2012.



Figura 16: (A – B): (A): Teleférico no Compelxo do Alemão;(B): Laje na comunidade do Cantagalo. Fonte: Ana Claudia Costa/globo.com, 2012.

Na Rocinha⁴⁰ que se localiza entre os bairros da Gávea e São Conrado, com 180.000 habitantes e classificada como bairro desde 1992 por exemplo, existe a Oficina de Turismo, onde os interessados, adolescentes e adultos, fazem formação específica para serem guias turísticos. A renda das visitas auxilia a escola local, bem como gera empregos, já que o bairro recebe mais de 2.000 visitantes por mês, levados por uma das sete agências de turismo que concorrem no local.

⁴⁰ Já foi considerada a maior favela da América Latina, porém Petare na Venezuela, ocupa um território três vezes maior. É considerada a maior favela da América e do Ocidente.

2.500 pessoas, entre socialites e artistas lotam a quadra da escola de samba da Rocinha para o baile funk, com edições mensais e agendadas para todos os meses do ano.

A comunidade Dona Marta em Botafogo, alvo da primeira UPP, foi palco em 1995 da gravação realizada em cima de uma laje, do videoclipe "They Don't Care About Us"⁴¹, de Michael Jackson, considerado um hino contra as injustiças sociais, a canção conta com a parceria do grupo baiano Olodum e possui elementos de Axé. Na laje onde o cantor gravou o videoclipe, foi criado o 'Espaço Michael Jackson' com obra produzida pelo artista plástico Estevan Biandani.

Depois da visita de Michael Jackson ao local, outros artistas como Madonna e Hugh Jackman, visitaram a comunidade; Alicia Keys e Beyoncé também gravaram clipes.

No contexto do Programa Favela-Bairro⁴², o Morro da Providência, localizado entre os bairros de Santo Cristo e da Gamboa, é considerado um Museu a Céu Aberto.

Inaugurado em 2005 pela Prefeitura do Rio. É considerado dessa forma um museu pois possui ao longo de suas ruas e vielas, diversos monumentos, pinturas, trabalhos artísticos e três mirantes, que o visitante pode apreciar.

Inicia-se a visita com um mapa, contendo a numeração, localização e descrição do que será visitado, como por exemplo: um reservatório de água datado de 1880; no alto da favela há a Capela da Penha, construída em 1865. Em seu interior, a cruz do altar foi trazida de Canudos, e a imagem de São Benedito, carinhosamente chamado de "Santinho Preto", com devotos de Norte a Sul. Sua imagem é associada ao sofrimento dos negros do Brasil.

Pintores brasileiros internacionalmente conhecidos visitaram e retrataram a favela e seus moradores. Em 1924, Tarsila do Amaral pintou o quadro "Morro da Favela".

Cândido Portinari retratou em seus quadros, painéis, murais, frescos e desenhos, as questões sociais do Brasil.

Carlos Drummond de Andrade, em 1984 escreveu o poema "Favelário Nacional", inserido no livro "Corpo":

⁴¹ Vídeo produzido por Spike Lee, cineasta, escritor, produtor e ator.

⁴² Programa criado em 1993 pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e realizado pela Secretaria Municipal de Habitação – Secretaria Extraordinária de Projetos especiais (co-financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento) visando a urbanização e integração na cidade formal das favelas do Rio de Janeiro. Os projetos realizados dentro do referido programa, permitiram aos profissionais envolvidos, incluindo a autora, voltarem-se para uma abordagem envolvendo a segurança, os problemas de violência e comportamentos anti-sociais sob o ponto de vista do espaço urbano de uso coletivo.

Tua dignidade é teu isolamento por cima da gente...Tenho medo. Medo de ti, sem te conhecer,...Medo: não de tua lâmina nem de teu revólver nem de tua manha nem de teu olhar. Medo de que sintas como sou culpado e culpados somos de pouca ou nenhuma irmandade.

Carlos Drummond de Andrade, 1984

“Favela dos Meus Amores”, quase inteiramente rodado no morro da Providência, foi filmado em 1935 sob o gênero comédia romântica e musical. Mostra as paisagens, o folclore, o turismo e também a pobreza.

Em 1959, no Leme, Zona Sul do Rio, no Morro da Babilônia, na favela Chapéu Mangueira, a partir da peça teatral “Orfeu da Conceição” do poeta e cantor Vinícius de Moraes, foi o filme “O Orfeu Negro”, um drama, único filme brasileiro até o momento, a ganhar o Oscar de melhor filme estrangeiro. Foi regravado em 1999 sob o título “Orfeu”.

Morador do conjunto habitacional Cidade de Deus⁴³, Zona Oeste do Rio, Paulo Lins em 1997 publicou um livro com o mesmo nome, adaptado em 2002, para um filme que mostra o crescimento do crime organizado entre 1960 e 1980.

Em Março último, o Presidente dos EUA Barack Obama, além de visitar o local, jogou bola com as crianças e assistiu a apresentações de dança, capoeira entre outros.

Em 2007, mostrando a violência urbana, o filme “Tropa de Elite” mostra as ações do Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE e da Polícia Militar – PM. Em 2010 foi lançada a sua continuação. Do gênero musical e comédia, a longa-metragem animada por computador, o filme “Rio” mostrou a beleza, a fantasia e a graça em 2011 (Figura 17).

As comunidades – antes as ‘favelas’ chamam a atenção, seja pela violência, pelo tráfico, pela organização do crime, pela miséria, pela curiosidade, pelo samba, pela beleza da vista no alto dos seus morros, pela solidariedade e hospitalidade dos moradores, pelo desejo de paz e de serem aceitos como parte integrantes da cidade – como se algum dia, pudessem ter sido excluídos, os morros com suas favelas. A cidade é tão da favela, do morro, quanto as grandes avenidas, as florestas, as praças, as praias ou o Cristo Redentor. Ser morador da favela não deveria ser, por si só, um rótulo negativo, mas a falta de coesão social e o desrespeito à diversidade, sim.

⁴³ O conjunto foi construído em 1960 como parte do programa de remoção de favelas. Foi construído para ser solução. Tornou-se um problema e a sua reurbanização voltou ser alvo de estudo e investigação. Foi a segunda favela a receber a UPP, no ano de 2009.

A higiene moral também é considerada: há contraste entre bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções “para o maior número.

CHOAY, 2010



Figura 17: Cena do filme 'Rio'. Desenho com base num cenário de favelização existente. Fonte: <http://www.rio-ofilme.com.br/>, 2011.

Todos têm direito de procurar a estima social em condições de igualdade (FRASER, 1999). A realidade da consciência coletiva é que muitos jovens, não querem lá estar; muitos idosos não podem sair e muitos imigrantes, não têm pra onde ir.

Pertencer ao lugar está diretamente ligado as questões financeiras, muito mais do que as afetivas. A casa, o lazer, a segurança – ansiados pelo ser humano desde tenra idade, perde o sentimento de pertença ao lugar ideal, se suas questões financeiras não estão sendo supridas. O comprometimento pessoal com o bairro, com a cidade e com o país, diminui.

A favela que já foi anteriormente fortemente conotada no sentido negativo, é hoje vista como parte do problema mas também da solução na medida em que a forma como as pessoas se apropriam do espaço, independe do espaço em si, mas a forma como esse

espaço é alvo de tratamento e conservação, exige que seja realizado diagnósticos dos problemas e que sejam consideradas as ações de todos os atores envolvidos. As poesias descrevem os sentimentos; os quadros retratam seu cotidiano; os filmes mostram ao mundo tanto sua realidade bruta e violenta, quanto seus dramas, romances e beleza; os programas do Governo trazem as melhorias com inclusão do básico: saneamento, rede elétrica, gás canalizado e ruas pavimentadas; os turistas entram e saem, tiram fotos, filmam, conversam, perguntam sobre a vida do morador, bebem e comem – todos são recebidos pelos moradores das favelas.

Os novos interesses e as necessidades dos habitantes das favelas pacificadas, permitem que pessoas como Thiago Firmino, 29 anos, morador da Favela Santa Marta, em Botafogo, tenha em sua laje, preparada para as festas, além de um chuveiro e banheiros, um teto solar controlado à distância e cobra entre 300 e 750 reais para seis horas de festa. Já a moradora da Favela Pavão-Pavãozinho, entre Copacabana e Ipanema, a aposentada Azelina Santos, 77 anos, cobra 250 reais por pessoa para a noite das comemorações do ano novo. Aprendeu a falar ‘Feliz Ano Novo’ em inglês e diverte-se com os turistas, já tem lotação esgotada para a próxima passagem de ano. As classes ilustradas não fizeram o caminho a sós, mas viajaram na companhia de muitos outros (Bauman, 2003).

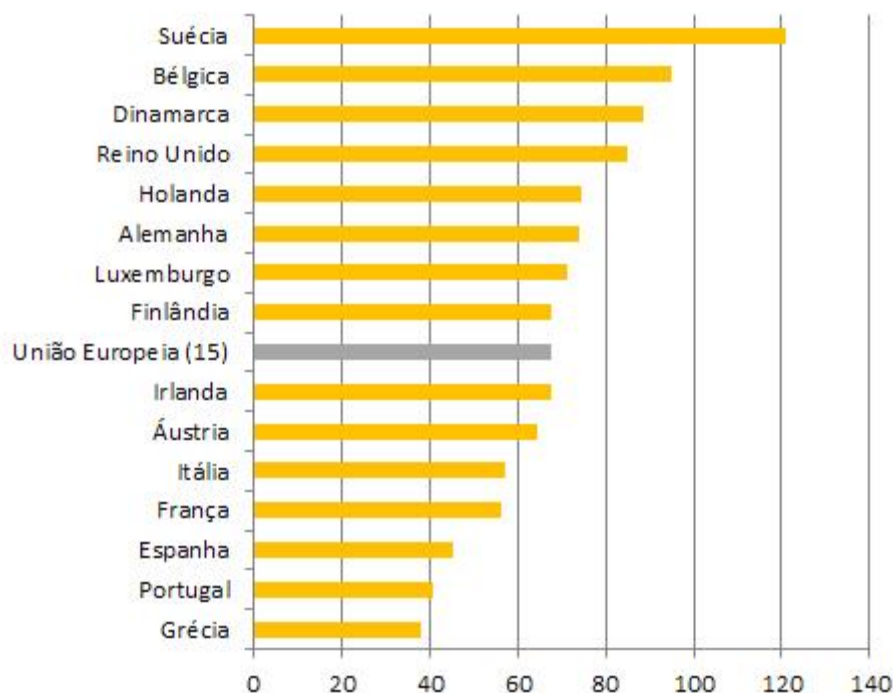
Os sentimentos em relação ao espaço e sua organização indiciam a própria flexibilidade, adaptabilidade e versatilidade do habitat. A *urbanificação*⁴⁴ das favelas possui caráter reflexivo e crítico com base na teoria, e com o respaldo científico, ilustram novos modos de vida e a descoberta para a melhor utilização dos espaços habitar.

Apresentado o contexto brasileiro refere-se em seguida a dinâmica portuguesa relacionada ao tema.

2.6 O caso de Portugal

Relativamente à taxa de criminalidade existente entre os países da Comunidade Europeia e como pode ser visto no gráfico abaixo, Portugal ocupa a privilegiada segunda posição em relação aos demais países europeus (Quadro 2), com uma diferença diminuta para a Grécia, país que precede.

⁴⁴ Termo proposto por G. Bardet para designar o fenómeno espontâneo do desenvolvimento urbano.



Quadro 2: Taxa de Criminalidade participada 2008/2009 – Crimes por 1000 habitantes. Fonte: Ministério del Interior de Espanha – Balance 2010, Evolución de la Criminalidade

No texto salienta que as populações estão cada vez mais inseguras⁴⁵. E referindo também o Distrito de Setúbal, o relatório avança que

é sentido o aumento da criminalidade, bem como um sentimento de insegurança que se instalou, e progressivamente se tem agudizado, em particular em municípios cuja densidade populacional é mais acentuada. Almada, Seixal e Setúbal, são disso exemplos, onde se tem manifestado o aumento de vários tipos de criminalidade, como é o caso da criminalidade violenta e grave, a criminalidade de grupo, a criminalidade transnacional, e a criminalidade juvenil e organizada.

Ministério del Interior de Espanha – Balance 2010, Evolución de la Criminalidade, 2010

Há diversos fatores que têm contribuído para a presente realidade, porém, *mais do que diagnosticar o que há muito está diagnosticado*, continua a reportagem, interessa inverter esta tendência. Para isto defende como solução o policiamento de proximidade.

⁴⁵ Fonte: http://www.psddistritalsetubal.com.pt/index.php?cid=news_content&nid=35. Acesso Março 2013.

Mas paralelamente a intervenção do Estado no local se faz urgente e para tal a população solicita uma política de melhor ação social, sendo *Setúbal*

um Distrito onde alguns dos índices de criminalidade atingem níveis muito superiores à média nacional, devendo por isso ser tomadas medidas concretas e específicas para a nossa realidade.

Ministério del Interior de Espanha – Balance 2010, Evolución de la Criminalidade, 2010

Setúbal é uma cidade portuguesa, capital do Distrito de Lisboa, na região de Lisboa e sub-região da Península de Setúbal, com cerca de 89 303 habitantes, sendo de 125 000 a população no perímetro urbano. A área urbanizada é de aproximadamente 10 km². Com a atividade pesqueira como sua principal economia, mais tarde se associou a indústria de conserva, que produzia um dos principais produtos de exportação. Estas atividades foram impulsionadas pelo Porto de Setúbal que, desde o Séc. XVI até os nossos dias, ocupa um lugar de relevo nacional. As figuras abaixo apresentam a habitação produzida na altura e destinada aos trabalhadores das indústrias locais.

Essas mesmas atividades serviram de chamariz para emprego e o crescimento demográfico na região. O Distrito de Setúbal é uma região do país onde frequentemente se manifestam situações criminosas violentas, causadoras de grande alarme público, sempre acompanhadas de perto pelos atentos órgãos de comunicação social, pelo que todo e qualquer fenómeno desestabilizador, susceptível de gerar criminalidade, é sempre motivo de muita atenção, de grande preocupação e até de alguma especulação. É preciso ter em conta que a comunicação social apresenta casos de criminalidade que causam grande impacto pela crueldade, “como” ocorre e “quem” atinge, contribuindo para disseminar o sentimento de medo e de insegurança.

Setúbal é a região do país onde os residentes sentem-se menos seguros (4,4%). A cidade de Setúbal em 2008 foi alvo de uma das maiores crises de insegurança do País.

Setúbal não tem atualmente nenhum Contrato Local de Segurança vigente, porém em Janeiro de 2011 a autarquia e o Ministério da Administração Interna - MAI acordaram um memorando de entendimento para a concretização de um contrato desta natureza.

Um órgão, constituído por cerca de 50 entidades e cidadãos, tem como objetivos contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do Município de Setúbal, formular propostas para a resolução de problemas

relacionados com a marginalidade e apresentar pareceres sobre questões de segurança e inserção social. O distrito de Setúbal tem recebido especial atenção no combate ao crime por ser o terceiro maior em número de efetivos, 1280 somente da PSP, pela maior concentração de bairros problemáticos e por possuir na ordem de 2 a 4 crimes por mil habitantes. O Governo pela primeira vez incluiu em 2008, no Relatório Anual de Segurança Interna – RASI, uma estratégia anual de segurança. Durante o ano de 2009 foram dinamizados vários programas dentro do âmbito do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade – PIPP, criado o Portal da Segurança e a Unidade de Tecnologias de Informação e Segurança – UTIS. Ao juntar aos programas já referidos (ver página 37), surgem outros programas: *Abastecimento Seguro* e *Cidadão Responsável*, *Programa de Apoio à Vítima – Violência Doméstica*. Em 2010 além de apostar na Rede Europeia de Prevenção à Criminalidade – EUPCN, foi desenvolvida a Rede Nacional de Prevenção da Criminalidade, porém o ano foi marcado pela entrada em vigor do Tratado de Lisboa. A criminalidade participada no Distrito de Setúbal só perde para os Distritos de Lisboa e Porto. Ao analisar o espaço da criminalidade violenta e grave, que constitui os crimes que mais afetam o sentimento de segurança dos cidadãos, a grande concentração é nas áreas metropolitanas, destacando o Distrito de Lisboa, que concentrou 46%, juntando os Distritos de Porto e Setúbal ascendeu a 74% (Quadro 3).

2009	2010	2011	2012
35 785	36 087	36 469	35 988

Quadro 3: Participações/ocorrências criminais no Distrito de Setúbal Fonte RASI, 2009, 2010, 2011, 2012

2.6.1 O quadro social na atualidade

Apesar de ter sido desde há muito tempo, considerada uma área com os mais elevados índices de criminalidade, a situação altera-se quando nos anos noventa, habitantes procedentes das favelas brasileiras, alguns, ex- reclusos do Estado de São Paulo fixaram residência na margem Sul de Lisboa. São jovens que fazem da violência o seu modo de vida. Instituíram o *Primeiro Comando de Portugal - PCP*. Fazem da internet o seu canal de comunicação com o mundo ao exibirem armas com posturas ameaçadoras, além de imagens e do material proveniente dos assaltos desafiando as autoridades locais, possuem inclusive uma música cantada em ritmo rap, considerado o hino do PCP.

O rap ensina que *Homem não chora [...] Revolucionário, terrorista, sanguinário. Implora, chegou a nossa hora. Deus é pai, não é padrinho não, canta-se em verso, enquanto se promete um estilo muito louco e diferente. Vou mostrar a bandeira da gente. Eu sou da periferia, parte mais sombria da cidade. Eu amo o meu lugar.*

PCP, 1990

Residem ilegalmente na periferia de Setúbal e apresentam ficha criminal. A eles são imputados vários atos violentos. Têm entre 19 e 22 anos e, curiosamente, não escondem o orgulho de terem nascido e pertencerem às favelas do Estado de Minas Gerais. A letra da música abaixo transcrita apresenta a realidade.

*City de Minas pode crer, mais tou aqui em Portugal é em Setúbal que vim viver
(...) Jogo com bem, jogo com mal a vida é loka em Portugal. No Brasil era normal anda trepado estilo mal, eu sou demais para esse quintal. (...) Eu já vi sangue eu já vi dor, eu fui o ódio eu fui o amor. Um dia a mais, um dia a menos, já não me importo, vivo o momento. A vida é loka maior barato não me preocupo, DEUS tá do lado... sou sem passado e sem futuro.*

escreve um dos membros do PCP conhecido por 'Mata', 1990

No intuito de afrontar as autoridades nomearam os seus locais de residência como: *Setúbal, Afeganistão; Setúbal, Paquistão*. A onda de violência instalou-se e o sentimento de insegurança é uma realidade palpável nesta área. Setúbal hoje é uma cidade “atenta” ao crime onde transparece o medo. Em 2012 foram 35 988 crimes, junto com Lisboa e Porto, os três Distritos representaram 71% dos crimes participados no país. E esta realidade de insegurança afeta outra realidade, a do modo de viver. O comércio fecha cada vez mais cedo e o atendimento em determinados locais é feito através de grades. A população lamenta o potencial que a cidade tinha e que entretanto se perdeu. A opinião atual é a de que *Setúbal tinha tudo para ser um sucesso. A cidade é perigosa e a violência gratuita*. A “normalidade” da vida foi alterada. Os taxistas afirmam terem sido alvo de assalto, são centenas que circulam diariamente em Setúbal, mas a opinião é unânime: “a cidade é super insegura, acontecem assaltos constantemente, não há um colega que não tenha sido assaltado”, diz Alberto Lopes, na praça há mais de 20 anos. O testemunho é quase repetido por Júlio Sousa, de 36 anos, 12 dos quais como taxista no local. Ele conta que em Dezembro encostaram-lhe uma faca ao pescoço e levaram

o dinheiro que tinha feito nesse dia. Agora já não trabalha à noite. E mesmo de dia, por exemplo, se for para o Bairro da Bela Vista, só pára em frente à esquadra da polícia.

O quadro pode ser analisado por outro prisma: é divulgado que em Portugal há um agente policial por cada 200 cidadãos. Em Setúbal há um policial para 400 habitantes. Em 2008, a Polícia de Segurança Pública - PSP de Setúbal herdou mais cem mil habitantes, mas nenhum agente adicional. A criminalidade violenta e grave aumentou de 2009 para 2010 cujo rácio por mil/habitantes subiu até 8%. De 2010 para 2011 com mais 382 casos, o aumento foi de 1%. Em 2012 o recém-criado *Grupo Técnico para a Prevenção Criminalidade – GTPC*, mais precisamente nos Distritos de Setúbal e Amadora/Sintra, e o Programa Farmácia Segura, tem atuado no combate à criminalidade violenta e grave. Apesar da redução de 1,3% na criminalidade violenta e grave, esta possui força mediática que sobrepuja o sentimento de insegurança da população, que não reduziu na mesma proporção. Ainda assim a Presidente da Câmara de Setúbal⁴⁶, considera Setúbal uma cidade com níveis de segurança equiparáveis a qualquer outra capital do Distrito, mas onde existe manifestamente uma falta de meios policiais em permanência e inegável aumento da criminalidade. Discorda com a instalação de um sistema de videovigilância na Baixa da cidade pois acredita que coloca em causa o direito à privacidade de quem anda nas ruas e garante que, quase diariamente atravessa, sozinha e a pé, a Baixa da cidade à noite.

2.7 Envolver a população: o sentimento de pertença

Uma forma encontrada para envolver a população nas ações de preservação do ambiente construído pela Câmara Municipal de Lisboa que contou com o patrocínio da EDP, foi o “Concurso de Ideias Graffiti Natureza Urbana”. A iniciativa consistiu em grafitar alguns postos de transformação elétrica presentes em Manteigadas, Quinta de Santo António, Alameda das Palmeiras e Forte da Bela Vista. A iniciativa inserida no Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, apoiou a execução dos trabalhos artísticos nestes volumes edificados em meio urbano, e que cedeu a tinta para a sua realização. O resultado foi a adesão dos munícipes da área da Bela Vista a favor da requalificação do espaço público, promovendo ainda atividades regulares de reforço da socialização.

⁴⁶ Maria das Dores Meira.

2.8 O caso do Brasil

Conhecido como um país violento, o Brasil, em uma das regiões mais violentas do mundo, a América Latina, sempre ocupou uma das primeiras posições no que se refere à criminalidade. Motivo pelo qual desde 1998 o Governo Federal vêm acompanhando e analisando a evolução da violência no país divulgando anualmente em documento intitulado 'Mapa da Violência', estudo que é a referência mais precisa em termos de quantidade e de distribuição geográfica de crimes violentos⁴⁷ no país.

As mais elevadas taxas de homicídio registam-se na América Latina e Caraíbas (22,2 homicídios por 100 000 pessoas), segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2013, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

A elevada concentração de homicídios na faixa jovem da população foi sempre o fator primordial para tentar esclarecer os elevados níveis de violência que se registra no Brasil, 1,09 milhão de homicídios entre 1980 e 2010. O Mapa da Violência 2012 – A Cor dos Homicídios no Brasil, de Julio Jacobo Waiselfisz, apresenta os homicídios de jovens até 19 anos, grupo no qual, em 30 anos, a taxa nacional de homicídios elevou-se em 346%.

É de senso comum em qualquer sociedade, que a segurança humana é prejudicada por uma variedade de ameaças, incluindo a fome, a doença, a criminalidade, o desemprego, as violações de direitos humanos e os desafios ambientais. Via de regra, quando se procura correlacionar criminalidade com indicadores sócio económicos, como escolaridade, pobreza e desigualdade, é para buscar as possíveis causas geradoras do problema. Não apenas a repressão ao crime diminuirá os índices de criminalidade, mas num conjunto integrado de intervenções em diversas frentes, com participação imprescindível dos vários níveis e setores de governo, da sociedade civil e das comunidades locais.

2.9 Os programas recentes em Portugal

Em Portugal, o Município de Setúbal tem promovido, a construção de habitações económicas e sociais, segundo o Programa Especial de Realojamento – PER⁴⁸ o que veio permitir que muitas famílias (cerca de um milhar) pudessem morar numa casa digna.

⁴⁷ Normalmente os assassinatos.

⁴⁸ Decreto-lei 163/93, de 7 de maio.

A Câmara Municipal de Setúbal assumiu a administração de antigos bairros sociais do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) para além dos 2300 fogos, associando a primeira fase da Alameda das Palmeiras (bairro municipal desde a construção, em 1992, com 216 fogos para 709 moradores) e as urbanizações do Programa Especial de Realojamento.

O município de Setúbal tem sido um exemplo no esforço de dignificação das condições habitacionais de muitas famílias, mas o combate a estas formas de exclusão exige, também, a implicação da Administração Central e da sociedade civil.

2.10 Os programas recentes no Brasil

O Brasil constrói os seus padrões de vida através do desenvolvimento das relações internacionais e de programas de combate à pobreza, copiados em todo o mundo. É muito mais fácil observar e medir quantitativamente e apresentar os índices de violência do que a qualidade de vida humana de que os indivíduos usufruem.

Quando não têm acesso a serviços, os indivíduos podem ser mais tentados pela criminalidade. Exemplo típico é o programa de urbanização da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, o *Favela-Bairro* que, em si mesmo, não tem poder de reduzir a violência, mas pelo seu impacto na qualidade de vida dos moradores, a melhoria das condições de segurança dentro das comunidades é amplamente sentida.

A criminalidade urbana é uma (senão “a”) preocupação maior dos brasileiros. Nas cidades do país o medo passou a ser um sentimento comum no cotidiano das populações. Este quadro de violência ocorre há décadas. A área metropolitana do Rio de Janeiro apresenta índices elevados de homicídios ano após ano. O cenário não é animador mas na década de 1980 ganhou novos contornos. O governo⁴⁹ defendeu o combate à violência policial contra moradores de favelas. Houve uma inversão de papéis que acabou por se transformar numa desastrosa situação de convivência entre os moradores das favelas e os policiais. A favela acolheu iniciativas de carácter social como “cortina” para ocultar o novo modo de segurança urbana onde a “cidade da pista” ou “do betão” ganha limites geográficos definidos reforçando a exclusão espacial e social da favela. Para combater a criminalidade alguns programas públicos foram pensados e colocados em prática ao longo do tempo. Na última década a criação da UPP resgatou este território tendo como principal objetivo a diminuição de mortes, pois diferentemente

⁴⁹ Com destaque para o período entre 1983 e 1987 que corresponde ao primeiro mandato de de Leonel Brizola como Governador do Rio de Janeiro.

do que se pensa, o tráfico de drogas perde visibilidade perante aquele objetivo, mas não é erradicado (Machado da Silva, 2008). Tendo como foco os mapas das comunidades enquanto mapas de violência, é relevante referir alguns dos mais recentes programas criados de modo a “lidar” com a favela: o “Favela-Bairro” e o “Morar Carioca” (MOREIRA, 2012). Muitos outros houvera, mas é entre estes que o modo de olhar para as favelas do Rio de Janeiro foi alterada.

O programa “Favela-Bairro” (1990) já não olhava para a favela como uma área a ser removida mas sim em transformar a favela num bairro (Figura 18 A – B), levando em consideração os investimentos que a população fez em sua moradia e completar com infra-estrutura e com serviços sociais estas áreas (Veríssimo, 2012: 10). Para tal foi fixado um quadro de referências e elaborado um diagnóstico social da população local.



A



B

Figura 18 (A – B): Cenário antes e depois da intervenção do programa “Favela-Bairro”. Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2010

Mas foi com o Programa “Morar Carioca” que a favela ganhou “espaço” e passou a constar no mapa da cidade do Rio de Janeiro. O seu objetivo era a plena integração das favelas na cidade, olhando para tal integração como o legado social dos Jogos Olímpicos de 2016. O exercício fortalece a cidadania na diversidade. Para tal era preciso que o poder público entrasse na favela, o que foi conseguido com a experiência das UPPs. Por meio destas unidades o Estado volta a estar presente numa área que o manteve distante durante décadas. O resultado desta experiência será visto mais adiante. Porém, salienta-se que não é a “favela” o foco deste estudo, mas como o trabalho das UPPs na favela do Borel se refletiu no tecido urbano consolidado do Bairro da Tijuca, de modo a estabelecer um paralelismo entre morfologias urbanas e tipologias edificadas na Tijuca.

2.10.1 Transformações recentes no Bairro da Tijuca

O Rio de Janeiro é uma das doze cidades brasileiras a sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Foi a cidade que acolheu o Papa Francisco nas Jornadas Mundiais da Juventude - JMJ em 2013; e irá acolher as Olimpíadas em 2016. Com os olhos do mundo postos na Cidade do Rio de Janeiro, coube ao Governo local tomar providências para anular outro título igualmente conhecido no meio internacional, o da cidade de elevados índices de insegurança urbana. Para isto criou um cinturão de segurança e apostou no trabalho de saneamento da criminalidade desenvolvido pela UPP e complementado pela Unidade de Ordem Pública – UOP, para garantir o efeito.

A UPP está inserida nas áreas denominadas por ‘favelas’ localizadas, em sua grande maioria, nos morros cariocas, e a UOP na cidade formal. A população residente em ambos os espaços necessita de reeducação no que se refere a coesão social, cidadania e respeito pelas diferenças.

A primeira UPP da Zona Norte foi instalada no Morro do Borel, no Bairro da Tijuca, em Junho de 2010 e beneficia cerca de 50 mil habitantes de uma comunidade que ainda abrange a favela da *Casa Branca* e *Chácara do Céu*. Conta com a presença de 400 policiais. A Tijuca foi também o bairro escolhido para ser o projeto-piloto da primeira UOP, lançado em Março de 2011 com cem guardas militares, no centro geográfico do Bairro da Tijuca, com vinte e seis mil habitantes, e por onde circulam até cem mil pessoas diariamente. A comunidade do *Morro do Borel* se estende por um vale delimitado a norte por doze favelas e a sul pela Floresta da Tijuca, criando um grande contraste social. A Tijuca, um dos ícones culturais da cidade, ponto turístico e estampa de cartões postais, é internacionalmente conhecida, não só pela 3ª maior área verde urbana do Brasil, mas por aí estar situado o Estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido por *Maracanã*, palco do jogo pela Copa do Mundo de Futebol de 2014. Apesar das atrações, o bairro da Tijuca tornou-se desde os anos de 1990, um dos pólos de criminalidade crescente na cidade, tendo registado um decréscimo da população de 2,8% na última década, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e a pior desvalorização imobiliária com quedas de 50% nos valores de casas e apartamentos. Durante quinze anos não se registou novas construções de qualquer tipologia funcional. Fato explicado pela proximidade do bairro à comunidade do Borel. Neste momento, com a pacificação da comunidade, observou-se que no último ano, foram realizados dez lançamentos residenciais, o maior número desde a década de 1990. O bairro hoje representa cerca de 15% dos lançamentos da cidade, o preço do metro quadrado praticamente duplicou e os preços dos imóveis prevêem subida de 20% ao ano. As mudanças são visíveis no exterior, mas também no interior da comunidade,

revelada nos desenhos das crianças e observadas por jovens, adultos e idosos, satisfeitos com a mudança de paradigma com introdução ao respeito pela diversidade e a inclusão social. O estudo considera a necessidade de documentar os acontecimentos recentes, sobre as transformações urbanas e sociais dos espaços de insegurança, que tem sido alvo a Comunidade do Borel, situado no Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro.

2.10.2 O cenário atual

Atualmente existem dezassete UPPs instaladas em favelas da cidade do Rio de Janeiro, para um total de quinhentas e oitenta e duas favelas. Em algumas delas, o crime organizado já é inexistente, enquanto em outras está em processo, já avançado, de desarticulação. O cenário é complexo e para tal ajustam-se novas medidas que atravessam por uma reflexão aprofundada sobre a diversidade, a coesão social e a responsabilidade dos arquitetos, urbanistas e projetistas, através do desenho das cidades, sob o olhar da segurança urbana.

2.10.3 Apontando medidas de atuação

Na cidade do Rio de Janeiro, os recursos humanos que integram as UPPs, podem ser comparados aos protagonistas de 'Os Intocáveis'⁵⁰, que na cidade de Chicago dos anos de 1930, constituíram uma equipe marcada pela moralidade e atuação exemplar. O trabalho desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro assume um paralelismo com aquele filme, na medida em que a ação policial é alvo de admiração e o clima de serenidade e paz é vivenciada pelos moradores das comunidades. As Figura 19(A – H) divulgam o interior do Borel. São imagens realizadas pela autora quando, acompanhada pelo Capitão Amaral⁵¹, visitou o local e teve acesso à UPP no topo superior da comunidade. Para além da organização dos espaços exteriores às habitações, estas imagens revelam cenários do quotidiano, como o desporto rei do país: o futebol, mas também algumas obras de manutenção de calçadas e pavimento, o grafite dando a conhecer a presença da UPP, e a escola local.

⁵⁰ *Os Intocáveis* (no original em inglês: *The Untouchables*) é um filme norte-americano de 1987, do género policial, dirigido por Brian De Palma e escrito por David Mamet.

⁵¹ Capitão Bruno Amaral, Comandante da UPP do Borel, entrevistas em 01/12/2010 e 13/04/2011 nas instalações da UPP.

Nós temos que voltar um pouco no passado, mostrar o que era o policiamento aqui antes da UPP. Antigamente o policiamento vinha até aqui em cima, era uma incursão militar que trocava tiro, trazia consequências não só para o morador diretamente da comunidade mas indiretamente a todo o bairro. Tinha bala perdida num raio de 2km daqui. Os policiais eram feridos em combate e não trazia benefícios a ninguém. Hoje não, hoje a polícia comunitária está aqui no terreno, no local, a gente participa da comunidade, dos moradores da comunidade, todos os problemas que a comunidade tem, nós também estamos respondendo. A própria comunidade traz as demandas sociais, questão de água, luz, lixo. Eles trazem até nós e nós fazemos o elo de ligação entre a comunidade e o estado, e a comunidade e o bairro. Foram feitas várias atividades para integração da comunidade e do bairro. Então as crianças aqui, volta e meia, fazem atividades como teatro, vão ao Museu da Polícia, Museu no Centro do Rio, retira essas crianças daqui desse 'mundinho' e leva pra conhecer outras coisas, porque as crianças eram muito limitadas em todos os sentidos e através dessas crianças é que a gente vai conseguir mudar os adultos e mudar as perspectivas de futuro melhor.

Capitão Amaral, UPP Borel, 2010



I



J



K



L



M



N



O



P

Figura 19 (I – P): Imagens do Borel, 2012

2.11 Questionando estas intervenções: Sob o olhar dos especialistas

O criminologista Ray Jeffery em seu livro sob o mesmo título, *Crime Prevention Through Environmental Design* (1971), estruturou uma fase inicial da teoria. Reconhecidos pela sigla CPTED estes princípios estão divulgados em países de língua portuguesa como *Prevenção do Crime Através do Espaço Construído*.

Jeffery sugere modificações no desenho urbano abrangendo variáveis sociais e ambientais em espaços criminalmente vulneráveis. Estas modificações ocorrem por meio:

1. **Vigilância Natural** -- desenvolvimento do “Conceito de Isovistas” Tandy (1967) e Hillier (1996); o qual, visualmente, revela o grau de controlo visual que se pode ter de determinado espaço; na vigilância natural exercida pela presença e rotina habitual dos utilizadores do espaço construído pelo controlo visual do espaço. O que implica em duas fases de procedimento: existir espaços para atividades tais como praças, parques infantis, estacionamento que permitam o seu uso; e o zelo ou o cuidado na manutenção destes espaços, aliados a uma correta escolha de materiais e iluminação, de modo a melhorar o campo de observação dos moradores. A visibilidade do espaço permite aos próprios moradores o controlo deste espaço;
2. **Controlo Natural de Acesso** – diz respeito à orientação de alternativas de passagem e atravessamento do espaço, de entradas e saídas das edificações. O conceito apoia-se na separação entre “espaço público” e “espaço privado” indicando ao usuário as alternativas de acesso a seguir ou as alternativas possíveis. Esta orientação é dada por meio de cercas, arbustos, grades, muros, jardins, pavimento diferenciado, são alguns dos elementos utilizados. Por outro lado, estas definições preestabelecidas auxilia a vigilância natural ao ter definido o percurso pedonal;
3. **Reforço Territorial** – é aqui entendido como o uso do espaço e a sua apropriação por meio de vasos de plantas, cadeiras, grelhas indicam *fronteiras* que separam os espaço público do privado. A exposição destes objetos indica uma “sinalização” de limites geográficos e sociais aos intrusos;

4. **Manutenção** – refere a conservação dos espaços e equipamentos públicos enquanto imagem da comunidade/bairro, assim como a manutenção de árvores podadas, de ruas limpas, de fachadas pintadas, de postes de iluminação com lâmpadas adequadas, entre outros. Quanto à presença de vandalismo – desenvolvimento da *Teoria das Janelas Quebradas* (1982) de Wilson e Kelling, que refere no estudo, graffiti, dejetos e urina.

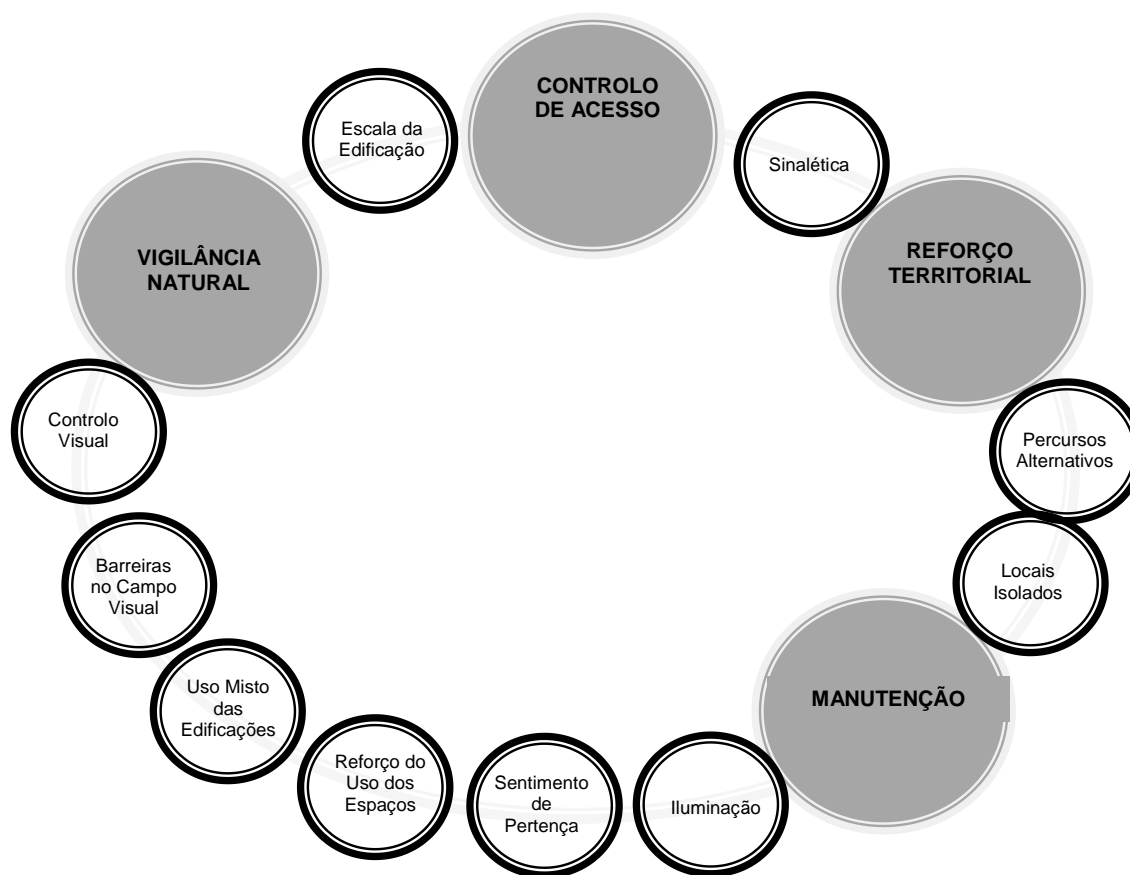


Gráfico 7: Indicando a 2ª Geração do CPTED, 2013.

Em 1991, Crowe desenvolveu a 2ª geração do CPTED, aliando estrutura física do espaço urbano às características sociais do mesmo. Os princípios definidos pelo CPTED são contributos para uma boa concepção e utilização eficaz do ambiente construído. A forma como as pessoas se apropriam do espaço, independe do espaço em si, mas a forma como esse espaço é tratado, exige diagnóstico dos problemas e ação de todos os atores em conjunto. Reconhecer que há diversidade não é o bastante, necessário é trabalhar a partir dela e o que se fará a seguir.

2.12 A “comunicação social” como indicador de divulgação

“UPP do Borel completa um ano com redução nos índices de criminalidade”

A UPP completou no mês de Junho de 2013, três anos no Complexo do Borel (Figura 20 A - D). Tanto no morro quanto no asfalto é possível constatar a diminuição de criminalidade nos assaltos aos pedestres e nos roubos de veículos. Os alugueis e vendas dos imóveis valorizaram e os pontos comerciais são novamente disputados por parte dos empreendedores. São resultados do sentimento de paz que se vive na comunidade.

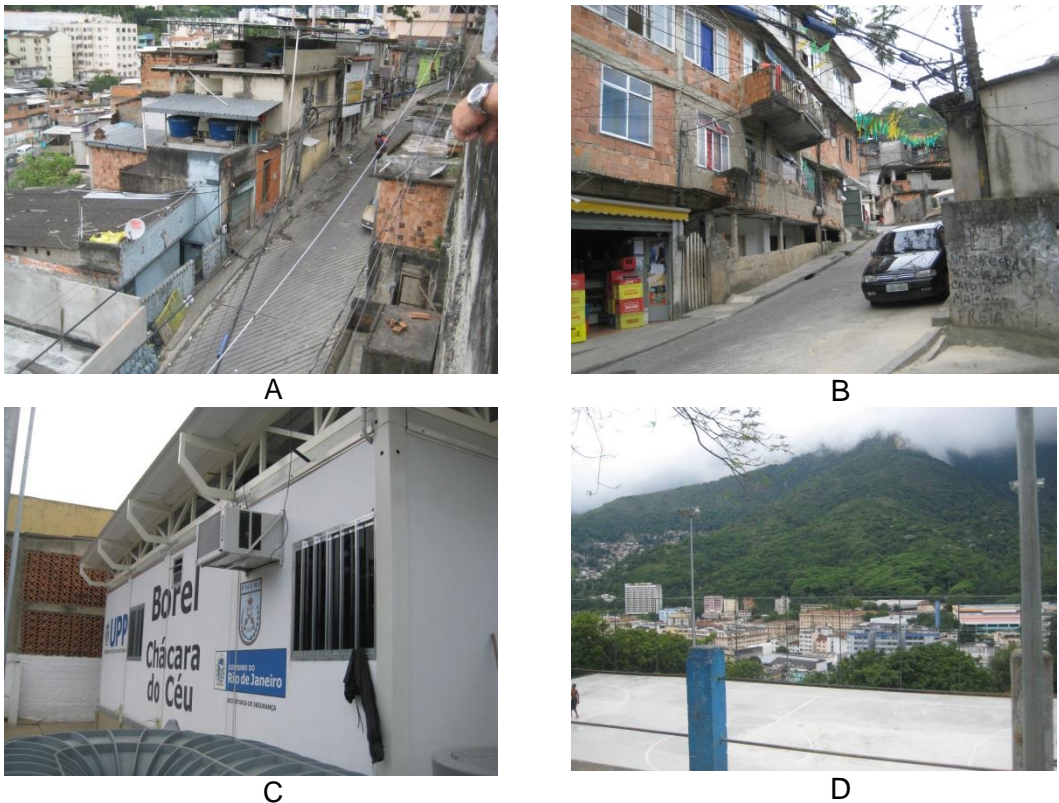


Figura 20 (A - D): Comunidade Chácara do Céu, Tijuca, 2012.

Por outro lado pergunta-se: *“Como a comunidade da Zona Oeste vem se adaptando a esse conceito de polícia de proximidade?”*

Para responder a esta questão é preciso conhecer o *“outro lado da moeda”*.

Entre os comentários negativos, o abuso de poder é sempre o primeiro problema a ser citado. Parece que alguns policiais não gostariam de estar numa determinada comunidade, o que prejudica a população e o trabalho da UPP, na medida em que trata-

se de um trabalho em equipe, onde o reflexo de um trabalho bem realizado aparece rapidamente mas em contra partida, quando há um mal desempenho, toda uma cidade é prejudicada. Na comunidade da *Cidade de Deus*⁵², os habitantes demonstram muita inquietação quando o assunto é esse modelo, se realmente vai manter-se e se os políticos darão continuidade. A preocupação com o abuso de poder é tão grande que o Santa Marta, primeira comunidade a receber a UPP, produziu a *Cartilha Popular da Santa Marta*. Abordagem Policial, com a finalidade de informar sobre os direitos de cada cidadão e os limites da atuação policial. Observar alguns detalhes no momento de planejar intervenções no espaço urbano pode diminuir a probabilidade de ocorrência de delitos e de mortes e aumentar o sentimento de pertença e de segurança das pessoas. No caso da Tijuca e especialmente no Borel

o grande resultado da UPP é o fim da letalidade, da violência letal, não há mais homicídio, não há mais a agressividade que existia aqui dentro, a própria arquiteta Carla ouviu o garoto aqui falando de várias passagens que ele vivenciou, não só ele mas outros relatos do que era antes da entrada da UPP. Naquela época que a arquiteta esteve aqui, nós estávamos em processo de como lidar com a comunidade e hoje nós temos esses jovens aí e buscamos cada vez mais integrar a comunidade à polícia.

Capitão Amaral, UPP Borel, 2011

É a aplicação do conceito de *A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano*, usado há muitos anos em países desenvolvidos, principalmente na Inglaterra. Para verificar se o conceito era adaptável à realidade brasileira, o coronel da polícia militar do Paraná, Roberson Luiz Bondaruk (2008) estudou as casas e as lojas com maior número de roubos e furtos.

A sua investigação incluiu a violência nas ruas e nas praças onde o nível de criminalidade era mais elevado. Paralelamente entrevistou 287 presos que cumpriam pena por crimes contra o patrimônio no Departamento Penitenciário do Paraná. Os resultados são divulgados pelo autor do projeto:

⁵² A “Cidade de Deus” é um complexo conjunto habitacional planejado e desenhado que ao abrigar a população de outras 60 favelas, ganhou uma proporção única no espaço da cidade.

Com apoio de psicólogas e assistentes sociais, *constatamos que as estratégias da Arquitetura Contra o Crime são altamente interessantes para a segurança em nosso país.*

Bondaruk, 2008

Dos presos pesquisados, 36% disseram que optam por locais onde há menor trânsito de pessoas para praticar o roubo ou o furto e 30% procuram locais onde há obstáculos que dificultam a visão de testemunhas. Outros fatores apontados pelos entrevistados como facilitadores da ação criminosa são as ruas que apresentam menos tráfego de veículos; menor claridade e as que tem algum tipo de obstáculos a serem transpostos. Entende-se por obstáculos, tanto os efêmeros como uma obra ou um buraco em que se tenha que desviar, como os permanentes como as bandas sonoras (quebra-molas).

Na verdade é a filosofia de trabalho da polícia militar, filosofia de aproximação. Aproximação do morador com a polícia. Não querem mais a polícia corpulenta, que afasta o morador da polícia. A gente quer justamente o contrário, aproximar o morador do policial até porque a questão da atividade policial depende muito do morador. A gente sabe que o tráfico não acaba, é impossível o tráfico acabar. Onde tem um usuário vai ter venda. Isso em qualquer lugar do mundo, até nos países mais desenvolvidos, na comunidade não vai ser diferente. Seria hipocrisia eu dizer que 'acabou o tráfico', mas a verdade é que dependemos muito da participação do próprio morador. E o morador só vai se sentir confiante através da aproximação de determinadas coisas, até nas questões sociais, eu não vou conseguir conquistar a confiança do morador, por isso nós fazemos diversas atividades nesse sentido, de aproximar o morador da polícia militar.

Capitão Amaral, UPP Borel, 2011



Figura 21: vista da favela e da cidade formal no Rio de Janeiro, 2012.

CAPÍTULO II

3. “SEGURANÇA” e “DIVERSIDADE”

A investigação tem como principal objetivo resgatar os conceitos de SEGURANÇA e de DIVERSIDADE com base na perspectiva dos diversos atores que intervêm na cidade e nas suas edificações, mas também na perspectiva do habitante, de quem usa o espaço. Sabendo-se que tais conceitos abrangem diferentes, mas complementares noções de caráter físico e também social, esta relação permite identificar quais são os fundamentos ou princípios que têm a tendência de influenciar a configuração física e o uso do ambiente construído. Refere-se a relevância destes conceitos enquanto procura-se definir outros conceitos, que se espera complementares aos primeiros: coesão social, sentimento de insegurança, de pertença entre outros.

3.1 A dinâmica entre ambiente construído e uso do espaço

A criminalidade nos bairros habitacionais ocorre sob formas distintas: o vandalismo, o assalto, o roubo por esticção, roubo a carros e às habitações. Apesar da ligação defendida por estudiosos entre espaço físico e criminalidade, sabe-se que não há uma teoria simples que explique tal relação. E não havendo uma fórmula única de adaptação ou de ajuste que sirva a vários casos, torna-se necessário analisar caso a caso de modo a se encontrar padrões que se repetem.

É este o objetivo desta fase da investigação, i.e., o estudo entre o ambiente construído e o uso do espaço público coletivo tem o foco muito preciso: olhar para o espaço público, não só o da favela, mas principalmente os espaços vizinhos, contíguos aos primeiros de forma a poder identificar (ou não) uma relação entre modos de vida, tarefas quotidianas, conexões entre a população e as autoridades policiais, sabendo-se que estas últimas, ao representarem o Estado, são capazes de lidar ou de enfrentar o problema. A situação assume um carácter diferente do inicialmente apresentado, porque afeta a todos e porque não é somente a escala física que sofre alterações, mas também a escala da segurança urbana.

3.2 Uma história real: o “boletim de ocorrência coletivo - b.o.coletivo”

“Aqui fui assaltado!”

A frase se repete inscrita nos cartazes colados em diversos locais de uma cidade no interior do Brasil, e ganharam visibilidade por todo o país. Placares de grande formato avisam:

“Não estacione. Alto risco de assalto!”

Enquanto painéis publicitários apresentam uma realidade local para a qual dizem ‘basta’:

“Srs. Assaltantes: Mudem de Bairro, aqui todos já foram assaltados”.

A ideia de divulgar nas cidades brasileiras, os locais onde ocorreram atos de violência consiste em registrar e atrair a atenção para o local exato onde uma pessoa foi vítima de assalto. Os cartazes estão colados em pontos estratégicos dos bairros do interior paulista: em muros altos, postes de eletricidade e nas esquinas de ruas da cidade⁵³.

⁵³ Iniciativa da União dos Grêmios de Estudantes de Marília, cidade do interior de São Paulo.

A iniciativa da população residente tem como objetivo mapear os locais em que as pessoas foram vítimas de violência e é conhecido por **B.O.Coletivo**, ou seja **Boletim de Ocorrências Coletivo**⁵⁴ e tem envolvido a comunidade e o poder público na procura de soluções para a redução da violência urbana. A ideia conta com elevado índice de aprovação por parte da comunidade que, ao se unir, procura chamar a atenção da sociedade para uma situação que afeta o cotidiano de toda a população e não diferencia classe social, cor, raça ou religião, porque a criminalidade pulsa! É real. Impõe-se nas cidades e contribui para fomentar o sentimento de insegurança na população. Pulsa ao solicitar a intervenção política bem como a procura de alternativas para um problema continuado no tempo. Pulsa ao ganhar proporções cada vez maiores e ao atrair o olhar dos profissionais na procura de soluções concretas. Mas se por um lado, as alternativas variam segundo realidades distintas, por outro lado defende-se que, seja qual for esta realidade, a prevenção da criminalidade por meio das estratégias de projeto é já considerada como uma medida capaz de reduzir a propagação do problema em larga escala.

Consequência de decisões tomadas a médio e a longo prazo, o tema da segurança em meio urbano abarca as sociedades de um modo global. Portugal e o Brasil não são exceção, mas guardam especificidades. Considerando-se que as cidades portuguesas de Lisboa e do Porto reúnem 39% da população do país, e sabendo-se que a população urbana no Brasil alcança os 80%, verifica-se, por um lado, a existência de duas realidades sociais e territoriais distintas. Mas por outro lado, e apesar da dimensão física incomparável e da presença das favelas, cuja população sofre o preconceito pela sua situação económica, são identificadas outras morfologias urbanas existentes em ambos os países, as áreas urbanas de ambos os países concentram problemas semelhantes, simultaneamente complexos e correntes, em meio urbano: a exclusão social, a segregação espacial e étnica, a carência de alojamentos, a pobreza, a mobilidade demográfica, entre outros. E estes problemas refletem na atualidade, as decisões do passado que acumulam e multiplicam o problema, como mais adiante se verá.

⁵⁴ <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-bo-coletivo-identifica-locais-onde-moradores-foram-assaltados,6431629d3211f310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html> e <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/com-cartazes-em-locais-inseguros-coletivo-alerta-para-crimes-no-pais,83c8e0770261f310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>

3.3 As diferentes escalas da segurança

No Brasil, o crescimento populacional das cidades, aliado a violência urbana, gera o isolamento de edifícios e condomínios habitacionais, e impõe fronteiras entre estes e as favelas/comunidades, localizadas em larga escala na cidade.

Com a presente investigação pretende-se identificar as características dos espaços arquitetônicos alvos de ações criminais e propor soluções urbanísticas cujo resultado seja orientado para a redução destas eventuais ocorrências e conseqüentemente comportamentos desviantes, criminosos, ou anti-sociais. Nesse sentido, as soluções arquitetônicas deverão integrar a fase do estudo prévio ao projeto urbano, a segurança, a diversidade social e ao desenho ambiental (Rafael Yunén, 1997). Para tal verifica-se que a intervenção passa por desenvolver:

- a) o estudo prévio como o delineamento inicial das ideias em processo de evolução;
- b) o projeto urbano em fase de pormenorização da concepção e implementação;
- c) o desenho ambiental, que compreende o espaço urbano como um sistema tripartido natural, construído e social;
- d) a segurança de pessoas e/ou bens no uso do espaço, relacionado a uma percepção de serenidade;
- e) a diversidade, no que tange à aceitação da convivialidade entre elementos divergentes num mesmo território.

Neste contexto as diferentes escalas de intervenção no espaço urbano devem fomentar o respeito pela diversidade segundo os seguintes critérios:

- a) natureza única de cada indivíduo;
- b) interdependência e a inter-relação dos indivíduos e das sociedades que integram;
- c) as dinâmicas próprias de cada sociedade ou de cada cultura. Estas mudanças podem ocorrer de modo mais rápido ou gradualmente, refletindo as diferenças em termos de poder e estatuto social.

Sabendo que a relação entre a forma física e as práticas sociais pode promover influências recíprocas entre si, sem entretanto haver garantias ou determinismos, e sabendo que as intervenções arquitetônicas estão igualmente sujeitas a essa reciprocidade, através da forma, do uso ou da população, a investigação procurou responder, ao atuar na fase de estudo prévio – na escala do desenho urbano e inserido

na gestão do território, para minimizar eventuais efeitos negativos de insegurança do espaço arquitetónico entretanto surgidos.

Estas práticas favorecem a atuação prévia e continuada no tempo propondo estratégias de redução da incidência criminal e do medo. A escala de intervenção assume especial relevância. Ramos (2012) salienta que

esta escala de intervenção insere-se ao nível do plano de pormenor, figura de plano que antecede os projetos de execução, sendo por isso considerado uma ferramenta na promoção da qualidade de vida urbana, no sentido que permite integrar a estrutura espacial, através das estratégias de ordenação do tecido urbano adoptadas, e as implicações sociais decorrentes da utilização dos seus espaços

Ramos, 2012

Esta escala é reforçada por outros autores como em *Cidades desejadas e seguras (I): o problema da habitação tornou-se o problema da cidade* (1998), António Baptista Coelho considera que,

(...) na base de tudo está, evidentemente, o desenho urbano e habitacional ou, frequentemente, o não-desenho – no sentido de concepção urbana integrada (neste caso desintegrada) – que marca tantos dormitórios suburbanos. E um não-desenho ao qual se associa uma não-cidade em termos sociais, porque socioculturalmente homogénea e desintegrada.

Coelho, 1998

Esta posição é amplamente difundida pela historiadora Alizia Stürtze, em *Urbanismo e Violência* (2005) ao referir que ao estarem inseridos no mesmo plano diretor, os projetos urbanísticos:

(...) respondem as estratégias das grandes construtoras e imobiliárias, e os poderes locais com os seus modelos de cidade asséptica, vigiada, sem cor, sem vida, sem latejar (...) Após terem potencializado a criação de sociedades medrosas e identificado o inimigo potencial com o pobre ou o imigrante, conseguiram globalizar a ideologia da segurança e a necessidade de "consumir" segurança.

Stürtze, 2005

Por um lado, um grande número de experiências têm demonstrado que determinados tipos de crime, o medo por ele induzido e a sensação de insegurança podem ser reduzidos, seja pela melhoria da concepção urbanística e arquitetónica, seja pela manutenção do ambiente construído. A importância da definição de soluções urbanísticas “*que revelem a capacidade do ambiente construído em impedir (ou mitigar) o sentimento de insegurança e as ocorrências (delinquentes ou criminais) que agravam este sentimento*”, é defendida por Paulo Machado (2006). Por outro lado, os índices de violência e criminalidade revelam um comportamento inversamente proporcional aos indicadores sociais - cujo objetivo é tentar medir os níveis de bem-estar do cidadão, nomeadamente na capacidade de aquisição, emprego, saneamento básico, educação, saúde, habitação, tempos de lazer, ambiente físico e social, segurança, entre outros, i.e., sobem na mesma proporção com que aqueles descem.

3.4 Os domínios de interação social

Neste contexto foca-se a análise sobre o tema da segurança considerando três níveis de escala urbana e o seu impacto no modo de usar o espaço: o espaço urbano público contínuo, o espaço de transição e o espaço privado das edificações.

No espaço urbano público contínuo a rua é o espaço de socialização para além de ser o de percurso e de permanência no emaranhado alternativos a optar. Enquanto o espaço de transição sobrepõe espaços públicos e privados numa situação intermediária, e o do lote habitacional, delimitado por gradeamentos; áreas de chegada e de saída; de isolamento, de proteção e de uso coletivo restrito aos moradores, acabam por serem assumidos por simples espaços de passagem; enquanto o espaço das edificações é destinado à vida privada, e assume o significado mais lato de segurança.

O sentimento de insegurança derruba um exército. Mas que sentimento é esse capaz de tamanha proeza? Roché (1994); Lourenço e Lisboa (1996) definem como:

Um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou medo cristalizadas sobre o crime. O medo, a angústia são características ‘normais’ na sociedade moderna, onde a violência urbana potencializa o sentimento de insegurança.

Roché, 1994; Lourenço e Lisboa, 1996

Segundo Zygmunt Bauman (2003):

A insegurança afeta a todos nós, imersos que estamos num mundo fluido e imprevisível de desregulamentação, flexibilidade, competitividade e incerteza, mas cada um de nós sofre a ansiedade por conta própria, como problema privado

Bauman, 2003

O que quer que nos mantenha separados uns dos outros, não respeitando as diversidades mútuas intensificará o sentimento de insegurança, para isso é necessário que não haja diversidade. Só há segurança se o indivíduo sentir-se seguro, para tal necessita sentir controlo sobre o espaço, que passa pela análise do projeto urbano e arquitetónico, integrando os conceitos de segurança coletiva e diversidade social, objetivo desta investigação, ao relacionar a forma física, o uso do espaço e a segurança urbana.

Mas ao confrontar a diversidade cultural com as práticas e as perspectivas, deparamos com a multiplicidade de significados que possui para além do cultural. A diversidade é estratégia, aspiração, respeito, educação, diferença, orientação, organização, visão crítica, cidadania, um conceito cheio de possibilidades com um objetivo comum, romper com a hegemonia na busca para a melhoria em uma sociedade de inclusão.

3.5 O sentimento de pertença

Nesta investigação a orientação da arquitetura para o sentimento de pertença, a coesão social e a diversidade são instrumentos fidedignos para prevenir a exclusão.

De acordo com publicação das Nações Unidas, através da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, intitulada: Coesão Social - Inclusão e Sentido de Pertencer na América Latina e no Caribe:

o espaço privilegiado de coesão vem atravessando uma fase de restrição em termos de acesso, limitação da permanência e enfraquecimento da função de constituição de atores coletivos...que bem poderiam ser chamados a construir espaços de interação positiva, não contam com uma comunidade de princípios de cooperação e comunicação

www.cepal.org

O que quer que pertencer signifique é bom, as pessoas anseiam pertencer a alguém, a uma empresa, a um grupo, a uma sociedade, a um lugar. Querem fazer parte e não se sentirem à parte, excluídas ou simplesmente aceitas por caridade, imposição religiosa ou falta de opção. O Dicionário dos Direitos Humanos descreve que a sensação de “pertencimento” significa que:

precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar

Dicionário dos Direitos Humanos, 2006

Desta forma, a promoção do sentimento de pertença fortalece a coesão social num lugar privilegiado onde a identidade de cada um é o motivo e a razão para enfrentar as dificuldades entrelaçadas pelo conflito e eivadas de ambivalência.

Cada indivíduo deveria ter o direito de procurar a aceitação social em igualdade de condições e ter assegurado seu direito de escolher, porém, mesmo livre para escolher, se esse indivíduo não aprendeu o que é bem-estar, dignidade ou cidadania, esse direito de escolha se perdeu, o que ganhou foi o sentimento de não pertencer a nenhum lugar.

3.6 A diversidade social e diversidade cultural

A abordagem holística das intervenções arquitetônicas tem como objetivo definir uma boa estrutura do ambiente construído e considera, a princípio, as questões relativas à teoria e à prevenção da criminalidade. Mas na verdade verifica-se que a configuração física existente não se orienta para a diversidade. São inúmeros os exemplos de guetização urbana, de reforço dos preconceitos culturais, de reforço do racismo e da xenofobia, através da edificação, conforme revela o Relatório Anual de Segurança do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo – OSCOT (2008):

O correto ordenamento dos aglomerados urbanos também deve garantir a segurança pelo evitar da criação de guetos, possibilitando uma natural integração das várias comunidades (...) Este tipo de responsabilidade não pode ser deixado ao critério de

308 diferentes autarquias; têm de ser definidas regras gerais pelo Governo para todo o País, que depois serão cumpridas de modo descentralizado por cada autarquia. Alguns graves erros feitos até hoje parecem não admitir outro tipo de procedimento.

OSCOT, 2008

Seja em Portugal ou no Brasil, a diversidade social baseia-se em três realidades humanas segundo Deborah Eade: “Primeiramente, a de que cada indivíduo é único. Em segundo lugar, a de que os indivíduos e suas sociedades estão inter-relacionados e interdependentes. Por último, a de que as sociedades e culturas são dinâmicas: as mudanças podem ser rápidas ou graduais mas irão sempre afetar diferentes membros da sociedade de modo a refletir as diferenças em termos de poder e status.”

Construir uma sociedade que contemple as diferenças individuais, respeitando-as, assegura a igualdade e a valorização do coletivo, motivo pelo qual tantos movimentos e grupos sociais surgem a cada dia numa luta sem fim pelo reconhecimento e respeito às suas diferenças.

Compreender a diversidade social garante o exercício da cidadania. E é com foco no cidadão que, nesta investigação, a diversidade social salienta a elaboração de um desenho que se adapte às pessoas e à sua necessidade de segurança.

Outro aspecto presente neste fio condutor da diversidade social é o fato de que a cultura de um país é uma combinação de outras culturas, seja, segundo Lévi- Strauss (2012), *voluntária ou involuntária*, pois o que se chama de civilização é função da diversidade de culturas e da diversidade social. Ainda segundo este autor *a civilização implica a coexistência de culturas que oferecem entre si a máxima diversidade e consiste mesmo nessa coexistência*. O que faz com que cada cultura preserve os seus traços originais.

Incidindo sobre os países agora estudados e ao se considerar que Portugal e Brasil passaram por um período de profundas transformações em busca de uma sociedade efetivamente moderna, altura que em ambos os países teve início um processo intenso de urbanização, de industrialização e de períodos políticos que implicaram nas mudanças de valores culturais, o fio condutor da diversidade social permite olhar para o Brasil e para Portugal como sociedades próximas, no tempo e no espaço.

3.7 A coesão social

Não há uma só interpretação do significado de coesão social, portanto suscetível a várias definições o que provoca grandes debates no circuito académico.

A CEPAL compreende a coesão social como: *a dialética entre mecanismos instituídos de inclusão/exclusão social e as respostas, percepções e disposições da cidadania, frente ao modo em que estes (mecanismos) operam*. Tironi a define como: *a capacidade de uma sociedade para absorver o câmbio e o conflito social, mediante uma estrutura democrática de distribuição dos seus recursos socioeconómicos (bem-estar), sociopolíticos (direitos) e socioculturais (reconhecimento), através do Estado, o mercado, a família e outras redes comunitárias e da sociedade civil*.

Segundo o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), um dos responsáveis por tornar a sociologia matéria académica, coesão social tem a função de:

exercer um limite, estruturar as ações do homem, seus desejos, anseios e fenómenos sociais, uma força coerciva externa que acomete o indivíduo mesmo contra sua vontade, podemos traduzir por estes fatos sociais como religiões, educação, maneira de agir, conceito de moral, regras jurídicas, sistema financeiro, etc.

Émile Durkheim 1858-1917

Naturalmente muitos são os fatores responsáveis pela falta de coesão social tais como o desemprego, a pobreza, a educação, etc. A União Europeia a analisa nas áreas: social, económica e territorial.

Nesta investigação a coesão social pretende mostrar como é sentida sua ausência no ambiente construído, a ineficiência e problemas que advém de um espaço em bairros habitacionais projetados sem a preocupação com o entorno e com suas ligações internas.

Cada parte de um bairro deve estar ligada umas às outras com o objetivo de atender à sociedade, há uma funcionalidade imediata visando esta interligação.

Defendido por Freitag (2008): *“O objetivo original da arquitetura é o de construção do espaço socializado, apropriado pelo homem”, i.e., a arquitetura possui com a construção ligação direta, assim como com sua beleza e funcionalidade, já que esta é realizada propositalmente para o indivíduo, seu objetivo ontológico.*

O espaço arquitetónico exprime e direciona as ações, naturalmente as pessoas podem decidir se vão, ou como irão utilizar aquele local, mas a qualidade de um ambiente pensado sob a ótica de proximidade necessita lá estar.

Importante é abrir os equipamentos próximos e fazer a coesão, abrir os limites e não fechar o bairro fazendo um plano de pormenor próprio ou criando equipamentos só para utilização do bairro. O bairro está inserido na cidade e faz parte dela. Essa função é da arquitetura e do urbanismo que urge 'pensar' sob a ótica da inclusão.

Com a chegada agora da UPP, um dos objetivos, é a retomada do território, hoje em dia o comércio cresceu mais de 70%, se a arquiteta descer aqui na Independência, que é a única rua do Borel onde passa carro, a arquiteta vai verificar todo o tipo de comércio, tem pet shop, salão de beleza, Sky, material de construção, banco, caixa para pagamento de contas, etc. a comunidade só ganhou, porque também o comércio próprio da comunidade tinha que pagar uma taxa toda sexta-feira.

Capitão Amaral, UPP Borel, 2011



Figura 22: Convivendo com o medo e a insegurança. Fonte: Google, 2010

CAPÍTULO III

4. DOS MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO AO *SIDES*

Sabendo-se que os “Guias” relacionados ao tema e publicados recentemente foram desenvolvidos para contextos distintos do português e do brasileiro, procurar-se-á partir destes documentos e adaptá-los às realidades dos países estudados. O exercício considera que o método Prevenção do Crime através do Ambiente Construído. CPTED permite estabelecer conexões entre os princípios enumerados e a configuração do espaço construído. Feita esta análise procura-se “ler” o espaço a partir dos seus elementos morfológicos identificando o seu Desenho Urbano. O método de investigação é complementado pela opinião de quem efetivamente usa o espaço. O olhar do habitante traduz a relevância em se desenvolver um método próprio para cada contexto segundo o grau de insegurança e de risco para a população. Para tal, recorre-se às técnicas do método da Avaliação Pós-Ocupação apoiando-se nas entrevistas feitas à população, bem como pela aplicação de inquéritos (inquéritos) em ambos os países.

A sobreposição destes métodos permitiu a definição do *SIDES* com características adaptadas aos contextos propostos. Os estudos de caso, organizados por país, considera todos os locais em que a autora aplicou os inquéritos e/ou entrevistou habitantes e comerciantes da área. Estes dados estão organizados por fichas-padrão definidas para esta investigação.

4.1 Construindo a ferramenta de análise da investigação

Sabendo-se que a investigação abrange diferentes pontos de vista vindos de diferentes áreas do saber, nesta fase da investigação, o grande desafio que se pretende responder consiste em contribuir para que este processo de conhecimento sobre o tema da segurança possa ser efetivamente fundamentado e aplicado.

Sabendo-se ainda que a prática envolve múltiplas perspectivas numa sociedade que aposta e investe na inovação, pretende-se trabalhar o tema da segurança no ambiente construído identificando os recentes processos de produção do conhecimento e orientando estes processos para a aplicação nos contextos brasileiro e português. Curiosamente o estudo do tema em ambos os casos partem de experiências geograficamente situadas no exterior das suas fronteiras, como será visto adiante. Interessa então identificar similaridades e também especificidades que possam colaborar neste processo. Deste modo apresentam-se os estudos que constituem referências para o desenvolvimento e procura de soluções sobre o tema da insegurança. São métodos de trabalhos que não levaram em conta a realidade local, sendo indiferente às características próprias, mas é a partir destes métodos que o tema será investigado.

Portanto, este capítulo da investigação trabalha dois grupos de informações: *a)* aqueles baseados em publicações sobre o tema, cujas informações fundamentam a pesquisa; *b)* um grupo de conceitos a partir dos quais são definidos valores para o conjunto de critérios teórico-práticos ensaiando um novo desenho de análise de segurança.

4.2 O impulso do tema por meio dos métodos relacionados á criminalidade

4.2.1 “Making Singapore Safe & Secure for all”

No Portal das Comunidades Portuguesas⁵⁵ é possível ter acesso a uma série de informações sobre a segurança em vários países, e entre eles, Singapura. País Asiático e possuidor de uma cultura e de costumes que muito se diferenciam de Portugal, apresenta o estudo desenvolvido a partir de 1981 sobre um conjunto de regras de uso do espaço, a partir do qual se destacam as frases:

⁵⁵ Acesso em <http://www.secomunidades.pt/web/guest/listapaises/SN>

*Note-se a aplicação de sanções pecuniárias a quem fume em áreas não autorizadas, deite lixo para o chão ou seja apanhado a mascar pastilha elástica no metropolitano.
(...) O tráfico de drogas é punível com a pena de morte.*

Ainda neste mesmo portal outras duas frases chamam a atenção:

As condições de segurança são muito boas.

A taxa de criminalidade é bastante reduzida.

Pode-se questionar, boa para quem? Reduzida em que país?

Desenvolvido pelo *National Crime Prevention Council* de Singapura, o CPTED ganhou tradução *literal* do documento em Portugal (Figura 23 A – B). Salvo raras referências a algum termo ou expressão em português, o estudo *instantâneo* chegou pronto, acabado, completamente finalizado para ser posto em prática em Portugal. O estudo original indica os atores participantes do guia: *We work in Partnership with the Community and the Police to prevent crime.*



Figura 23: (A – B): Capas dos *Guidebook* com origem em Singapura/*Guia de Boas Práticas* publicado em Portugal, com tradução literal do conteúdo escrito e das imagens, 2003.

Mas por outro lado, o documento traduzido em português é claro ao referir que a redação foi elaborada para um contexto diferente do Português, e diferente do Europeu.

Neste contexto e como já referido, Portugal ocupa um lugar privilegiado na tabela que mostra os dados estatísticos relativos à criminalidade da Comunidade Europeia. Ser classificado nos lugares inferiores de uma tabela pode ser considerado mau para certas referências, nestes casos, ficar mau classificado é bastante positivo. Esta será mesmo uma possível relação para a aplicação de um mesmo documento em dois países culturalmente diversos – Portugal e Singapura: o de ambos apresentarem baixos índices de criminalidade.

Outra explicação, desta vez de carácter geral, para a aplicação direta de um mesmo documento nestes contextos culturais diferenciados pode estar associado ao fato de o texto do “*Guia*” partir dos **quatro pontos que balizam o CPTED**, desdobrando estes quatro pontos em “dez estratégias de planeamento e design, de modo a conferir segurança aos locais”. Ou seja, os quatro princípios estruturantes do CPTED estão na origem do trabalho e permitem, de “forma precisa e objetiva” a conceção de “espaços urbanos que promovem a segurança das pessoas e dos seus bens” (Guia das Boas Práticas, 2003).

Outro manual considerado em Portugal no estudo do tema é o *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança - DLS. Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais* (2010). Versão adaptada de *Guidance on Local Safety Audits. A Compendium of International Practice*, foi produzido pelo Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU) com apoio financeiro elevado do Governo do Canadá.

Salienta-se que a abordagem desenvolvida nesta investigação considera a aplicação das Diretrizes internacionais a Portugal como um fator positivo. O que se pretende é salientar as especificidades que não se encaixam nas diretrizes pré-definidas. A evolução deste percurso é apresentada a seguir.

4.2.2 Prevenção Criminal através do Espaço Construído

Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED, referido nesta investigação segundo a tradução portuguesa **Prevenção Criminal através do Espaço Construído**, defende a primícia de que todos os atores que intervêm no espaço urbano ou no ambiente construído, têm um papel significativo na prevenção da criminalidade. Atua de forma global e integra um conjunto de quatro estratégias de prevenção ao crime, ao procurar reduzir as oportunidades para a concretização dos mesmos. O conceito do CPTED refere ainda que ao reduzir as oportunidades de se cometer crimes, é possível

reduzir o sentimento de insegurança no local. Para isto baseia-se em regras de uso e manutenção manifestado pelo cuidado e pelo zelo para com o imóvel, bem como pela demarcação territorial visível i.e., pelas fronteiras entre espaços públicos e privados. Os quatro pontos que promovem a redução da criminalidade segundo o CPTED já referido nesta investigação.

4.2.3 As características sociais integram o estudo

O Guia de Singapura possui 68 páginas, o de Portugal 76 páginas, sendo o documento suportado pelos quatro princípios fundamentais do guia, não abordando, entretanto, a 2ª geração do CPTED (Crowe, 1991) que alia estrutura física do espaço urbano às características sociais do mesmo. O seu objetivo é sensibilizar a comunidade, os proprietários imobiliários, os urbanistas, os decisores políticos e os arquitetos que, as respectivas áreas disciplinares possuem papel significativo na prevenção do crime.

O “Guia” começa por elucidar os quatro princípios do CPTED já referidos. Estes quatro princípios são implementados através da abordagem dos 3D’s: *Designação*; *Definição* e *Design*, que através de questões específicas a cada abordagem procura avaliar os espaços.

Através de estratégias básicas de design, projeto e gestão, o “Guia” categoriza dez estratégias de planeamento que objetiva conferir segurança aos locais, são elas: amplos campos de visão; iluminação adequada; redução dos percursos escondidos e isolados; diminuição de áreas vulneráveis; redução de isolamento; promoção do uso misto; criação de atividades; criação do sentimento de pertença através da manutenção e gestão; disposição de sinalética e informação; melhoria da concepção arquitetónica dos espaços construídos (edificados e exteriores).

O método da *Prevenção Criminal através do Espaço Construído* associa o *desenho urbano do espaço a ser usado* e os *comportamentos* respectivos dos usuários. Entretanto, para melhor abrangência do método às diferentes questões de planeamento, este método passa a abranger um conjunto de dez categorias ou dez temas estratégicos cuja adaptação de uma categoria ou a combinação de categorias permitem a melhoria na qualidade das condições do local.

4.2.4 Os quatro pontos desdobram-se em dez⁵⁶

- a) o **controle visual do espaço** deve ter como suporte um amplo campo de visão marcado pela configuração do espaço e direcionado pelo ambiente construído, e pelas características físicas da envolvente. Deve ainda garantir ângulos de abrangência visual desde o interior da edificação, passando pelos espaços de transição público-privado, até o espaço público de uso coletivo;
- b) deve-se evitar **barreiras no campo visual** seja pela presença de vegetação seja por meio de outras barreiras físicas no percurso pedonal. A orientação dos percursos pedonais em bairros habitacionais e a localização dos equipamentos de uso coletivo deve permitir a continuidade de campo de visão e consequentemente permitir o controle visual da área e afastar os olhares estranhos;
- c) a **iluminação** deve estar adequada ao uso do espaço e ter manutenção periódica de modo que a sua vandalização possa ser arranjada de forma rápida, e permita ao usuário um campo de visão bem iluminado aliado à existência de uma pavimentação adequada que permita a identificação de rampas, escadas ou qualquer outro tipo de barreira isolada no percurso (marco do correio, letreiros);;
- d) as opções espaciais devem procurar **evitar locais isolados**, e propor a definição de sequências espaciais urbanas formadas pelo agrupamento de diferentes unidades morfológicas, por exemplo de “rua, praça, quarteirão” aliado à localização de equipamentos referenciais, facilita o reconhecimento do local, bem como a relação visual entre caminhos, e consequentemente o controle social;
- e) a presença de **percursos alternativos** que ofereçam condições de segurança iluminação, campo visual e pavimentação, evitando o isolamento do trajeto pedonal. Estes percursos alternativos indicam, muitas vezes, o seu desconhecimento, restringindo o seu uso pela população local, bem como por conexões contíguas que permitem a ligação entre os percursos secundários e

⁵⁶ A análise baseia-se no suporte científico sobre os estudos de: Alves (2003); Kohlsdorf (1988); Prinz (1998); Jacobs (1961); Lamas (2004) e Ramos (1997), também referidos no Estado da Arte.

os principais. Podendo ainda significar o desenho incorreto ou a falta de orientação geométrica e de dimensionamento. A separação de faixas de rodagem diferenciadas para automóveis, peões e bicicletas deve ocorrer de modo integrado mas protegido do tráfego automóvel;

- f) a promoção do **uso misto das edificações e espaços públicos** abertos como forma de possibilitar o uso do espaço por pessoas diferentes em tempos, horários e em dias diferenciados, garantem a presença de pessoas no local onde procura-se que prevaleçam os usos integrados de diferentes mas complementares funções;
- g) a procura do **reforço do uso dos espaços** por meio da localização de atividades e equipamentos que funcionem como *pólos de atração ou de referências* que se destacam na silhueta da cidade, permitindo o entendimento do espaço com clareza;
- h) a transmissão do **sentimento de pertença e/ou apropriação** do espaço implica em atribuir significado ao espaço. Esta característica deve ser observada pelos detalhes relacionados à colocação de vasos de planta, do uso coletivo para círculos de convívio e conversa entre vizinhos, a existência de pequenas hortas e etc.;
- i) a *presença de sinalética* que informe e oriente de modo claro as alternativas de percurso, e a leitura subjacente à identificação de caminhos isolados ou afastados;
- j) o último ponto considera a **escala da edificação**, salientando o tema da segurança por meio da qualidade do projeto e do equilíbrio entre aspectos físicos e funcionais.

O “Guia” apresenta ainda dois anexos, sendo um checklist que permite rever de modo sistematizado os principais itens do projeto, urbano e aquitetónico, segundo os conceitos apresentados pelo CPTED.

4.2.5 Os Anexos: programa funcional, tipologias e espaços públicos

O “Guia” apresenta três anexos denominados por A, B e C sendo o **Anexo A** um *checklist* de análise quanto as condições do local, seus requisitos funcionais, o programa desejado e o objetivo do projeto.

Na medida em que pode ser aplicado em diversos tipos de espaços, o **Anexo B** apresenta estratégias para: Condomínios e Habitação de Interesse Social; Bairros Habitacionais (Habitação Unifamiliar - Vivendas); O Centro das Cidades; Escritórios Lojas/Hotéis; Instituições Educativas; Áreas Industriais.

E o **Anexo C** exemplifica as estratégias a ter em consideração para os espaços públicos: parques de estacionamento; espaços abertos/áreas de recreio/áreas secundárias ou fachadas traseiras; instalações sanitárias públicas; passeios/percursos; passagens inferiores e áreas para pedestres e paragens de transportes públicos.

Esta é a primeira compilação do estilo em Portugal, a sua função é orientadora tendo em vista que o desenho arquitetónico e urbano, a partir do plano edificado, necessita ser observado sob o enfoque da segurança urbana.

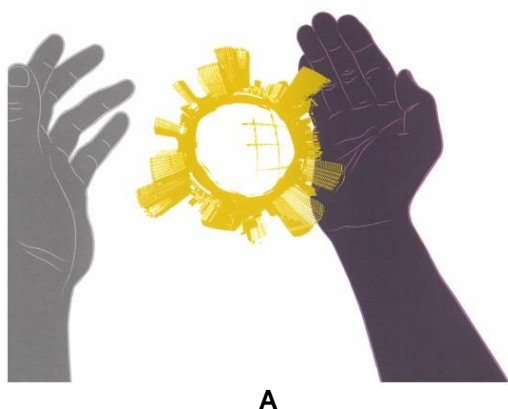
4.2.6 O Manual de Diagnósticos Locais de Segurança - DLS

Contemporâneo da publicação portuguesa, *Prevenção Criminal através do Espaço Construído*, outro documento surge com o tema *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança – DLS* (Figura 24A). *Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais* é publicado em 2010 foi publicado pela DGAI. O documento parte de uma análise comparativa entre diversos países para definir quais são os pontos principais a considerar.

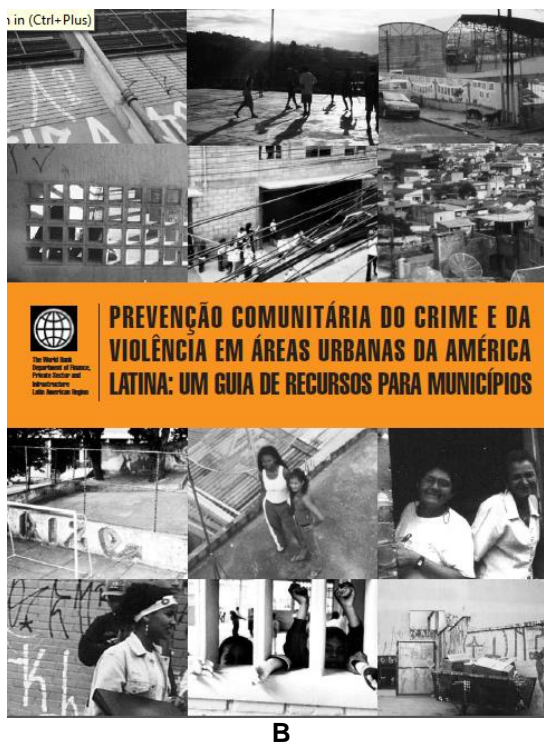
No documento está presente um capítulo dedicado às Orientações da ONU para a prevenção do crime, no qual é dada relevância para os conhecimentos e a racionalidade, ou seja as “estratégias de prevenção criminal num vasto e interdisciplinar conhecimento do problema” num contexto local. Deste modo o DLS é um reforço no processo de prevenção do crime. O método adota quatro fases principais de implementação. A primeira fase consiste numa análise alargada e genérica da realidade local de modo a se construir a “imagem do crime, suas causas e avaliação”; numa segunda fase é realizada uma investigação pormenorizada sobre o local a inetrvir; a fase seguinte, fase três, consiste em identificar prioridades como por exemplo quais são as ruas mais afetadas pela criminalidade num determinado bairro; e na quarta fase são divulgados os resultados. Entretanto, o DLS adota um sistema de recolha de informações que surgem ao longo destas quatro fases há um elemento comum: as informações dadas pelo público, pelas organizações comunitárias, pelas entidades locais, pelos comerciantes, enfim por vários grupos interessados em tornar o local mais seguro para o quotidiano.

Manual de Diagnósticos Locais de Segurança

Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais



A



B

Figura 24: (A, B): Capas dos dois documentos utilizados nos projetos portugueses e brasileiros com origem no Canadá e publicado em Portugal, 2010, e do documento desenvolvido na África do Sul, republicado em português e aplicado no Brasil, 2003.

Com base nestes conteúdos iniciais, são identificados os meios pelos quais o DLS se apoia ao sobrepor dados estatísticos/quantitativos e dados qualitativos. Este será mesmo o modo como este estudo será desenvolvido: na recolha de informações junto à população residente de modo a conhecer o grau de satisfação da população relativamente ao tema da arquitetura/espço urbano/segurança. Estes dados referidos pelo DLS serão analisados no âmbito da **Avaliação Pós-Ocupação**.

4.3 Ainda os contextos geográficos:

“Making South Africa Safe: A Manual for Community Based Crime Prevention” e o Brasil.

A referência de uma obra estrangeira aplicada ao contexto português como foi já referido, não é caso único, repetindo-se também no Brasil. Em 2003, Bernice van Bronkhors, Marianne Fay e Veronique Staco adaptam, para o contexto da América Latina, o documento realizado na África do Sul, com o tema *Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em áreas Urbanas da América Latina: um Guia de recursos para Municípios* (Figura 24B).

O objetivo consiste em formular programas de redução da violência e do crime junto às autoridades locais com base nas informações recolhidas, trabalhando junto à comunidade local onde se vai intervir. Mais uma vez são referidas as informações fornecidas pela comunidade como estratégia de intervenção: saber quais as necessidades da população e as suas prioridades é o dado-chave destes manuais

Saber quando e como intervir é um objetivo das autoridades locais, cujo trabalho é reconhecido pelas tentativas de enfrentamento do problema. Sobre o assunto as autoras acima citadas apresentam o *Programa Favela-Bairro* no Rio de Janeiro, que teve a oposição ativa por parte do crime organizado em algumas comunidades. Relativamente à intervenção feita, as autoras salientam que

se há exemplos que reduziram de fato a criminalidade, é sábio seguir o exemplo ao invés de construir um projeto novo que possa vir a ser menos exitoso. Mesmo projetos que não deram certo podem oferecer lições úteis.

Bernice van Bronkhors, Marianne Fay e Veronique Staco, 2003

4.4 Sobrepor os métodos

O desenvolvimento inicial dos conceitos do CPTED integra o espaço construído ao uso e aos modos de apropriação. Neste contexto torna-se relevante a análise do meio físico utilizado pelos moradores. Este estudo é realizado numa escala local onde o raio de alcance destes moradores é medido de acordo com os percursos diários, quotidianos da população relativamente à sua habitação.

Porém, sabendo-se que as características então definidas levam em consideração a configuração do espaço e o seu uso, não é possível deixar de analisar os estudos desenvolvidos em 1991 por Crowe que dá continuidade ao estudo dos conceitos do *CPTED*, aliando a esta estrutura física às características sociais dos seus utilizadores. É neste eixo de desenvolvimento que se insere esta investigação: a avaliação da estrutura física do espaço aliada às informações daqueles que habitam o espaço estudado. Interessa portanto analisar, identificar as soluções definidas ao nível de **Desenho Urbano** que estruturam os espaços habitacionais em uso. Ainda mais quando se questiona:

“o que é uma rua segura? ou sente-se seguro na sua habitação? e no seu bairro?”

A resposta tende a variar conforme o patamar social de quem responde. Segundo este fio condutor é válido questionar porque edifícios com projetos semelhantes apresentam sinais contrários relativamente às condições de conservação e de uso? Ou seja, porque uns estão bem conservados e os outros vandalizados? Para responder à esta e a outras questões que relacionam espaço físico e uso recorre-se às técnicas desenvolvidas pelo método da **Avaliação Pós-Ocupação – APO**.

Aliam-se os princípios do **CPTED** ao **DESENHO URBANO** e à **APO**. A sobreposição de métodos de análise distintos irá permitir complementar a avaliação por meio de informações e conceitos específicos de cada um. O Gráfico 8 que se segue estrutura o método pelo qual esta investigação será desenvolvida.

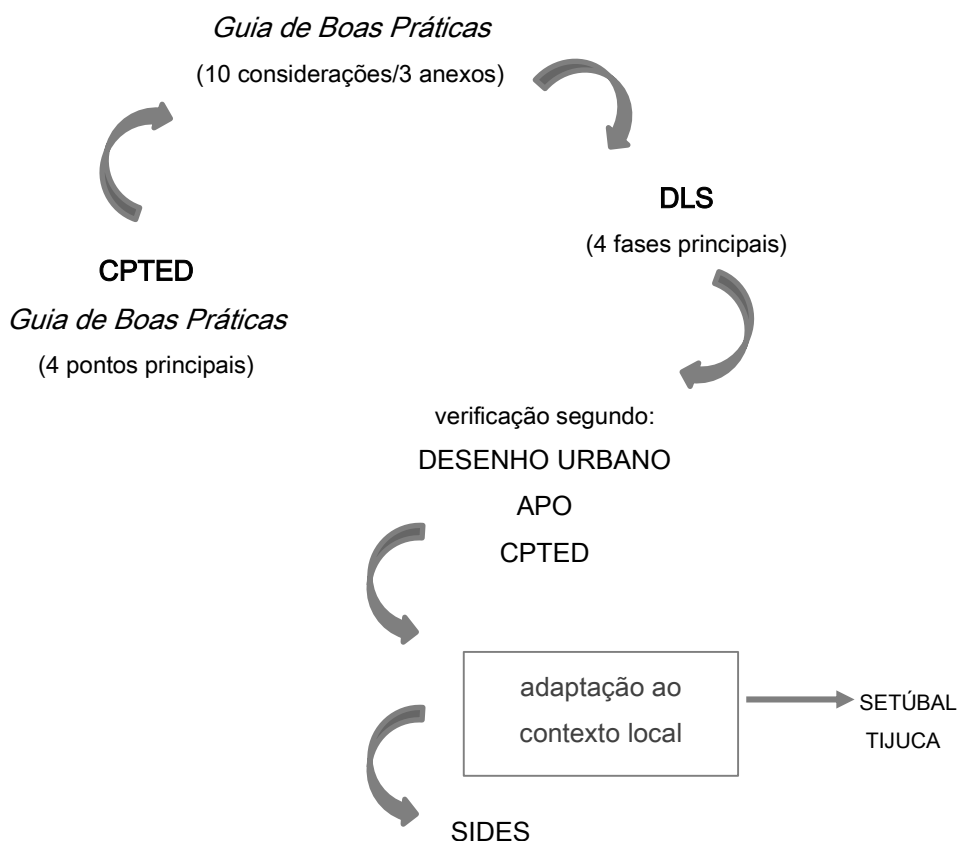


Gráfico 8: Esquema do desenvolvimento da investigação.

4.4.1 O Desenho Urbano

O desenho urbano está inserido no processo de planeamento urbano cuja escala privilegiada permite a definição da estrutura física do espaço ao nível da pormenorização. A configuração física de um espaço é definido com base no traçado que delimita o plano de massas relativamente aos espaços abertos de uso público. Para tal o desenho urbano apoia-se nas unidades morfológicas do espaço e o modo como estas unidades podem ser associadas entre si. Identificar as unidades morfológicas que conferem métrica ao espaço urbano e edificado (Lamas, 2004). Na escala do espaço urbano considera-se inicialmente as características do solo e o modo como os edifícios, ruas, praças, avenidas, quarteirões organizam o ambiente construído, tendo como elemento mínimo de estrutura física a escala do edifício. Nesta altura são considerados os elementos construtivos e estéticos que diferenciam linguagens e épocas ao longo do tempo: fachadas, coberturas, janelas, vãos, escadas, rampas e todos os elementos que organizam uma edificação.

Nesta fase da investigação o objetivo consiste em Identificar as unidades morfológicas do ambiente construído a ser analisado com base no seu traçado urbano, e tendo como objetivo salientar os principais eixos de movimento segundo o percurso de circulação dos moradores, e por meio deste, identificar caminhos preferenciais e eixos de visibilidade (Figura 25: Análise do Desenho Urbano/identificação unidades morfológicas Figura 25). A estrutura de ruas, largos, praças e quarteirões estruturam a configuração urbana. A identificação dos percursos feitos pelos moradores aliados à avaliação das suas características físicas e à métrica das calçadas, das ruas, dos lotes, dos quarteirões, e confrontado com as informações recolhidas por meio da aplicação de inquéritos à população, permitirá avaliar o espaço em uso e desempenho.

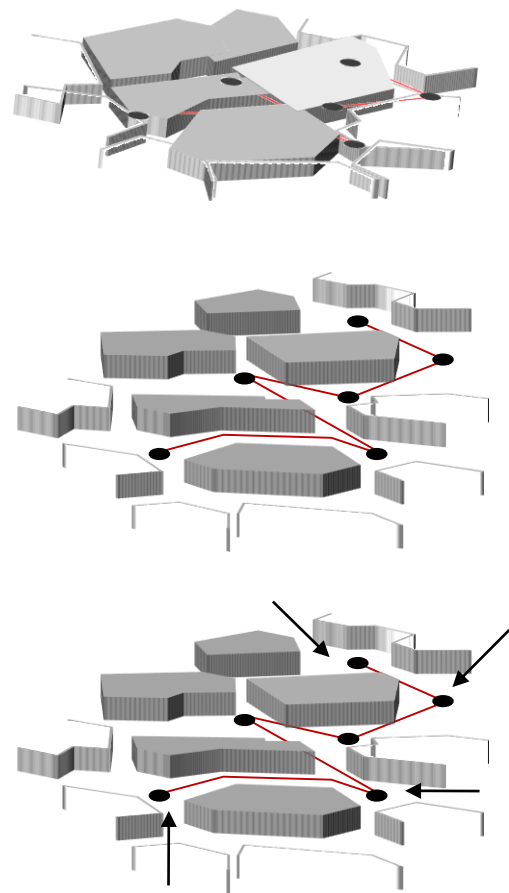


Figura 25: Análise do Desenho Urbano/identificação unidades morfológicas, 2012.

4.4.2 A Avaliação Pós-Ocupação – APO

Tem origem nos Estados Unidos da América como Pós-Occupational Evaluation – POE, sendo traduzida para a língua portuguesa como Avaliação Pós-Ocupação – APO, é apontada e utilizada nesta investigação como o meio de recolha de informação sobre o comportamento dos usuários de ambientes construídos, sejam edifícios sejam espaços públicos abertos. O método de levantamento de dados ganhou força em finais da década de 1970 quando foi adotada como parte de um ciclo do estudo desenvolvido. Segundo Bechtel (1990) a relevância da APO é possibilitar o acesso à informação comportamental associada a temas específicos do projeto. Sabendo-se entretanto que uma análise deste calibre é, per si, limitada em termos de abrangência, é necessário definir quais os aspectos estudados no estudo. Nesta investigação o eixo central gira em torno da segurança no ambiente construído – arquitetónico e urbano. O objetivo é identificar pontos positivos e os negativos de um projeto com base nos comportamentos que este espaço favorece ou não (Bechtel, 1990).



Figura 26: (A – D): Imagens do Bairro da Bela Vista, 2012.

Com base nestes aspectos e tendo o tema definido, foi elaborado um questionário que teve por base a pesquisa bibliográfica e a observação direta ou seja, as visitas aos locais analisados, as caminhadas e conversas com a população local. Paralelamente, foram realizadas entrevistas com os moradores que se mostraram fundamentais para estruturar o cenário real e que o entrevistador não tem acesso, o interior das habitações, ou a percepção destes moradores diante do quadro que lhe é apresentado. O questionário, em anexo, é composto de perguntas fechadas (escolha) e abertas, permitindo ao morador expressar a sua opinião de forma livre. O pré-teste foi realizado em dezembro no Bairro da Bela Vista, em Setúbal (Figura 26 A – D).

4.4.3 A importância do conhecimento do local e da população

Apenas pelo conhecimento e inventariação das especificidades de cada local – espaço urbano e perfil social, cultural e económico da população -, é possível desenvolver uma avaliação das estratégias espaciais existente, tendo em vista a melhoria das condições de segurança reclamadas pela população

Para tal é definido um questionário visando o levantamento de dados pela população residente. Mas para identificar quais são os pontos de maior preocupação da população de cada um dos casos analisado em ambos os países, assim como aqueles de maior potencialidade, foram feitas entrevistas com uma amostra da população local – em Setúbal e na Tijuca. Destas entrevistas, com residentes e comerciantes, foi possível inferir quais são os pontos considerados mais relevantes para a elaboração do questionário.

Nesta fase da investigação e de modo a ganhar a confiança dos entrevistados, foi relevante dominar a linguagem local para os temas relacionados à criminalidade. Fator alcançado com facilidade pela autora desta investigação, que teve a oportunidade de integrar equipas de trabalho que se debruçaram sobre o tema em ambos os países – Portugal e Brasil.

4.5 A opinião dos usuários

Os dados que aqui se apresenta foram recolhidos nas áreas definidas para estudo. Recorreu-se à aplicação de inquéritos à população segundo as técnicas da Avaliação Pós-Ocupação – APO.

No Brasil, o caso de estudo analisado localiza-se no Bairro da Tijuca. O levantamento de dados foi realizado em Novembro de 2010 e foram distribuídos mil inquéritos, com dez perguntas sobre o sentimento de segurança dos moradores e que melhorias

desejavam. Destes mil inquéritos que funcionaram como pré-teste, 16% foram recolhidos corretamente preenchidos.

O inquérito sobre o sentimento de segurança dos moradores foi desenvolvido após visitas de estudo aos locais, entrevistas com uma amostra da população e análise da realidade de cada caso, trazendo o conhecimento detalhado de cada caso de estudo. Procurou-se que as questões apresentadas fossem representativas dos dois países. Para tal foi feito um pré-questionário que procurou integrar interesses comuns relacionados à criminalidade. O questionário consta de dez perguntas, sendo 7 fechadas ou seja respostas “sim” ou “não” e 3 abertas para que a população pudesse expressar de modo livre, a sua opinião. Um ponto comum estava relacionado às melhorias desejadas para o bairro e para a respectiva habitação.

Para efeito de quantificação todos os “sim” foram marcados como pontos positivos; as perguntas que não foram respondidas, foram consideradas “não” e as respostas “mais ou menos” foram consideradas “sim”, esta decisão apoiou-se nas informações dadas à autora, que indagou a população, após várias respostas como esta, qual o significado do “mais ou menos”, concluindo pelo “sim”.

Como já referido, o caso de estudo analisado em Portugal, localiza-se no bairro de Setúbal. O levantamento de dados foi realizado em janeiro de 2012 e foram distribuídos 757 inquéritos. Dos quais 283 (cerca de 38%) foram recolhidos dentre os 79 locais entregues (edificações habitacionais e comércio). Foi distribuído no Bairro da Bela Vista, na Av. Luísa Todi, Praça do Bocage e Área Central do Bocage.

Os dados que aqui se apresenta são baseado em casos de estudo em Portugal, Setúbal e no Brasil, Tijuca. O inquérito sobre o sentimento de segurança dos moradores. Após a recolha dos primeiros inquéritos do pré-teste, verificou-se que as perguntas eram claras e não houve a necessidade de correção no inquérito impresso.

Na Tijuca, Brasil, o levantamento de dados no Bairro da Tijuca foi realizado em novembro de 2010 e foram distribuídos 1000 inquéritos, tendo sido recolhidos uma percentagem de 16%. Procurou-se que a distribuição dos inquéritos abrangesse uma vasta área urbana em que se verifica um paralelismo entre as ruas da “pista” e as comunidades. Foram distribuídos e recolhidos inquéritos nos seguintes locais: Praça Saens Pena, Rua Conde de Bonfim, Rua Dr. Otávio Kelly, Rua Antonio Basílio, Rua Desembargador Isidro, Rua Camaragibe, Rua Santo Afonso, Rua Barão de Mesquita, Rua Major Ávila, Rua Marques de Valença, Rua São Francisco Xavier, Rua Professor Gabizo e Rua Dr. Satamini.

Em Setúbal, Portugal, os inquéritos foram aplicados ao longo de ruas e avenidas de grande extensão de modo a poder formar um quadro o mais completo possível sobre o tema estudado naqueles bairros apontados como os de maior insegurança em cada país.

4.6 Dos métodos de análise: CPTED, DESENHO URBANO E APO, ao SISTEMA INTEGRADO DE DESENHO SEGURO - SIDES

O objetivo desta fase do estudo consiste em filtrar, com base no conhecimento pormenorizado dos casos de estudo, quais são as principais sugestões dos habitantes para manter e conservar a sua habitação e envolvente urbana de modo a aumentar o grau de segurança local.

O SIDES atua dentro de um contexto específico adequado a cada lugar. Evidencia a importância da forma urbana e da sua efetiva utilização, relevando o sentimento de medo da população, i.e. de intrusão, agressão ou roubo. Fundamenta-se na prevenção do crime buscando reduzir os atuais índices de criminalidade e a percepção do medo, mediante estratégias espaciais que se antecipam, através do desenho, pois este condiciona o comportamento das pessoas, transformando a paisagem urbana e legitimando uma nova filosofia de política à repressão, aumentando a coesão social. Apoiar-se na premissa de que é possível conquistar a segurança com base na diversidade e coesão social

O SIDES atuará de forma avaliativa e preventiva, utilizando um método dedutivo de avaliação do índice de segurança urbana de determinado ambiente edificado ou projetado, pela aferição, com base nos indicadores de segurança urbana identificados nas entrevistas com os moradores dos dois bairros. Com base no exaustivo e metódico trabalho de levantamento de dados e entrevistas, com residentes e comerciantes dos casos de estudo nos dois países, foi possível identificar os problemas locais relacionados à segurança mais relevantes para as respectivas áreas de estudo analisadas.

O Quadro 4 faz uma síntese das principais características relacionadas ao SIDES, enquanto um método de avaliação do grau de segurança de determinado ambiente construído, pela aferição com indicadores apontados pela população em cada local. Ou seja, indicadores relevantes para um caso podem não ter o mesmo peso para outro caso de estudo. Por exemplo: a pavimentação nas principais ruas de Setúbal é feita em calçada à portuguesa, com detalhes ao nível de desenho de piso e aparente

manutenção. Enquanto a pavimentação das ruas da Tijuca são em placas de betão, sendo a grande maioria em mau estado de conservação. Note-se que estas características serão aplicadas e analisadas nos casos de estudo propostos, podendo sofrer alterações mediante as respostas dos usuários.

E em que consiste o SIDES?

SIDES

DEFINIÇÃO	Um método de avaliação do índice de segurança urbana de determinado ambiente edificado, ou projetado, pela aferição com indicadores de segurança urbana pré-determinados.
OBJETIVO	Para obter um conhecimento do estado da segurança urbana em determinado espaço edificado ou a edificar
PRÁTICA	O projetista analisa o contexto, elabora, aplica e recolhe informações por meio do inquérito. Analisa o conhecimento através de um relatório emitido pela aplicação
INDICADORES BASE	Iluminação, sombreamento, presença de comércio, horário de funcionamento, limpeza, estacionamento, largura das calçadas, barreiras físicas, pontos de conflito, pontos vulneráveis, arborização, eixo viário
APLICAÇÃO	Projetistas, Câmaras Municipais, Prefeituras, Empresas
RESULTADOS	Análise dos pontos fracos e dos pontos fortes apontados por quem usa efetivamente o espaço

Quadro 4: Síntese das características do SIDES.

4.6.1 A relevância da configuração espacial

Apenas pelo conhecimento e inventariação das especificidades de cada local – Iluminação, sombreamento, presença de comércio, horário de funcionamento, limpeza, estacionamento, largura das calçadas, barreiras físicas, pontos de conflito, pontos vulneráveis, arborização, eixo viário etc, de análise classificatória dos espaços considerados inseguros geograficamente. a importância do desenho, sob o ponto de vista da segurança urbana, ainda na fase de estudo prévio;

O Quadro 5 resume os aspectos revelantes já referidos sob a forma de questões a serem respondidas. E uma vez já detalhado os pontos a serem considerados na análise CPTED, são agora analisados os métodos de desenho e uso do espaço por meio da APO, aplicada nos casos de estudo.

Com base nestes princípios procurou-se integrar os pontos de vista de outros autores que se debruçaram sobre o tema. Assim, estes dez pontos de desdobramento do CPTED serão individualmente analisados e depois confrontados aos casos de estudo. O objetivo consiste em identificar e ordenar por prioridades os princípios mais relevantes em cada caso – brasileiro e português, ajustando o método à realidade destes dois países, i.e., fixar um quadro de referência para avaliar o impacto da intervenção. Recorde-se que o estudo não pretende desenvolver uma análise comparativa entre os dois países aqui referidos, mas estabelecer um paralelismo entre as experiências ocorridas em cada caso, de modo a tornar possível definir soluções num momento prévio.

CPTED	DESENHO URBANO	APO
<i>Vigilância Natural</i>	Características da malha urbana; locais de estar; Circulação pedonal privilegiada? Há boa pavimentação? Há pontos de referência? O acesso às edificações é facilitado?	Qual a percepção dos habitantes quanto à segurança da sua habitação e do espaço envolvente? Está satisfeito com o local em que reside?
<i>Controle de Acesso</i>	Encontra-se uma clara identificação dos percursos? A delimitação física é clara? O ambiente construído permite ao usuário orientar-se?	Existe pavimentação? As ruas têm dimensões para passarem duas pessoas lado a lado, cadeira de rodas, carrinho de bebé?
<i>Reforço Territorial</i>	Há presença de barreiras físicas nos percursos pedonais? As passagens/permeabilidades estão claramente assinaladas?	São identificados sinais de apropriação do espaço? Quais são positivos e quais os negativos?
<i>Manutenção</i>	São identificados meios que permitem verificar o estado de conservação dos espaços e equipamentos públicos?	As árvores são podadas com frequência? As ruas são limpas? A iluminação é adequada?
“Uso do Espaço”	A população participa no processo de definição de soluções?	A opinião da população residente/que usa o espaço é levada em consideração?

Quadro 5: Síntese dos principais pontos que orientam a qualidade e o uso do projeto urbano e arquitetônico.

4.6.2 A participação da população no processo

A participação da população neste processo de investigação foi de intensa cooperação demonstrando a relevância do tema estudado, se considerado o nível de interesse por parte dos usuários. Salienta-se que, não estando circunscrito às favelas do Rio de Janeiro, nem ao Bairro da Bela Vista em Setúbal, a área de estudo foi determinada pela contiguidade àquelas áreas urbanas, i.e., as áreas vizinhas às áreas problemáticas, de modo a verificar se e como as intervenções realizadas nestas áreas se propagam e atingem os espaços circundantes: físicos e no modo de usar.

4.6.3 O envolvimento de equipas multidisciplinares

Salienta-se ainda que não existe uma matriz única, ou uma forma única de avaliar a segurança no uso do ambiente construído. A documentação recentemente publicada, e já referida aqui, é cuidadosa em apresentar um leque de possíveis modos de abordar o problema, que assume proporções e consequências distintas em cada caso.

Neste sentido destacam-se - os lugares simbólicos e os espaços de referência urbana, a integração da comunidade na vida quotidiana - como meio de permitir a inclusão social evitando assim, situações de rupturas que podem vir a favorecer oportunidades para o crime. Importa frisar que este método não tem por objetivo avaliar a qualidade do desenho, mas sim servir como instrumento ou como linhas de orientação aos profissionais, na implementação de boas estratégias arquitetónicas e urbanísticas sob a óptica da segurança num momento da história em que muito tem sido feito para pacificar estes locais.

Por fim, salienta-se a importância de se conhecer o “código” de funcionamento do local, procurando criar uma relação de confiança com a população local, propondo intervenções de desenho adequadas ao contexto.

4.7 Arquitetura da cidade na perspectiva do SIDES

O estudo dos métodos apresentados permitiu identificar os parâmetros de análise e indicadores para a elaboração do SIDES, a partir da relação entre configuração urbana e uso do espaço. A pesquisa consistiu em identificar as regras morfológicas implícitas nos espaços da cidade e teve como objetivo a elaboração de uma matriz capaz de fornecer informações que permitam comparar os diferentes casos de estudo quanto ao

desempenho físico e quanto às práticas sociais neles desenvolvidas Neste sentido procurou-se estruturar o levantamento de informações por meio:

- I) dos dados sociológicos da população;
- II) da análise da evolução histórica e das características morfológicas dos espaços: densidade, forma e dimensões; e
- III) da presença/ausência de:
 - i **equipamentos coletivos nas proximidades**; critérios de acessibilidades pedonais tendo a habitação como ponto de partida das relações espaciais e funcionais e como aspecto essencial da mobilidade às instalações necessárias para a vida quotidiana dos usuários.
 - ii **eixos viários** diferenciados dos eixos pedonais;
 - iii **iluminação** adequada ao uso do espaço;
 - iv arborização/vegetação; **presença de iluminação noturna**: a funcionalidade e a segurança em espaços exteriores relacionam-se a questões de visibilidade e reconhecimento (de pessoas) que permitem a orientação em locais bem iluminados (muitas vezes a carência de iluminação está associada a sombras de vegetação);
 - v **presença de árvores de arruamento**: utilização adequada de elementos de vegetação segundo as suas características de forma, de modo a promover os percursos numa área pedonal de vias de tráfego viário. Isto implica, para além da vegetação, na definição de materiais de pavimento e de elementos complementares (mobiliário urbano, iluminação, etc). Nogueira (1989) salienta que a determinação do espaço está associada a ideia de 'tratamento' que é necessário desenvolver e explicitar, para clarificar o seu significado em particular e o contexto urbano em que está inserido de uma forma geral. Prinz (1980: 60) exemplifica o enquadramento paisagístico consoante diferentes tipos de árvores e para diferentes locais: com uma largura variando entre os 3 - 5m e atingindo uma altura de 5 - 10m: rua estreita; de 5-10m de largura e com 10-20m de altura: faixas verdes ao longo das ruas configurando alamedas; as praças e jardins públicos apresentam uma variação de tipos de vegetação consoante o ambiente que se quer criar

i.e., para grandes áreas, árvores com uma largura igual ou superior a 10m e uma altura igual ou superior a 20m, e para um ambiente mais acolhedor árvores com uma largura de 3-5m e altura de 5-10m;

- vi **comércio em vizinhança** contígua ou próxima, por meio da organização espacial das funções e atividades nas áreas urbanas como base de avaliação sobre a compatibilidade de diferentes usos, a proximidade a estas mesmas actividades;
- vii **barreiras físicas**;
- viii estacionamento: garagens, parques de superfície, sendo o **número de vagas** oferecido;
- ix **ruas sem saídas**, becos ou praças subdimensionadas;
- x massa edificada que, tanto permite o encontro no espaço urbano como promove o distanciamento; descrita através dos elementos básicos de **ordem morfológica** em duas variáveis de análise: uma *local*, situada no 'nível quotidiano', que estabelece uma identidade espacial e social da área (constituída pelos espaços exteriores e as tipologias edificatórias), e a outra mais *global*, situada no 'nível urbano', que analisa a área urbana num contexto mais amplo
- xi **espaços de transição** - entre espaços públicos e privados;
- xii das **edificações** que delimitam o espaço, bem como das suas características físicas: número de pisos, entradas recuadas ou junto à via de acesso, composição volumétrica;
- xiii **densidade**; Costa Lobo et al (1995) salienta a utilização do indicador densidade habitacional em relação à densidade populacional justificando que o licenciamento de uma área urbana residencial incide sobre o número de fogos e áreas de construção, não sendo possível controlar por meio de regulamentos as populações que utilizarão este espaço, e referenciam um aumento da área média de construção por habitante nas áreas urbanas de expansão em Portugal de 20 a 25 m²/hab para 30 a 40 m²/hab.
- xiv as relações definidas entre superfícies opacas e transparentes que se relacionam com o meio exterior e,
- xv **janelas voltadas para o espaço**/fachadas cegas;

- xvi espaços de **função ambígua** (p.ex., estacionamento automóvel e campo de futebol);
- xvii **vandalismo**: *grafitis*, dejetos humanos e animais;
- xviii **espaços adequados às crianças** (parques infantis com indicação de idades apropriadas);
- xix **circuito de videovigilância**, etc;

Norberg-Shulz (1980) refere a *diferenciação* da forma do edifício em termos de proporções horizontais e verticais, a *hierarquização* dos elementos dominantes e salientes na fachada e a *identidade* dos seus elementos urbanísticos como características básicas que permitem identificar a estrutura física de uma área urbana.

Entretanto resta saber se estes critérios permitem ser ajustados às situações em estudo, uma vez que as primeiras entrevistas realizadas tanto no Brasil como em Portugal mostraram, à partida que o modo como se lida com a criminalidade difere de uma pessoa para outra pessoa: sair ou não sair de casa à noite, idoso ir ao Banco acompanhado, por exemplo. Esta diversidade social e esta diferenciação no modo de enfrentar o problema é o contributo desta investigação, que pretende avaliar dados concretos e reais. Os dados que aqui se apresentam foram alcançados pelo estudo empírico realizado em Setúbal, Portugal e na Tijuca, Brasil. O estudo teve como suporte a aplicação de inquéritos que procuraram aferir o grau e/ou do medo da insegurança dos moradores das populações residentes nas áreas apontadas para o estudo pelos documentos oficiais de cada país. Neste âmbito, pretende-se deixar claro que o principal objetivo do SIDES consiste em avaliar o grau de insegurança urbana num determinado ambiente edificado segundo os indicadores identificados pela população local das áreas analisadas.

Tomando como ponto de partida os guias publicados e adaptados a Portugal e ao Brasil, as questões consideradas para o desenvolvimento do trabalho foram definidas considerando todos os itens apontados no CPTED, mas as preocupações dos habitantes de Setúbal e da Tijuca já estavam definidas pelos problemas existentes. Neste contexto foi possível ver claramente que as definições e normas de segurança não é um “kit” que se abre e aplica-se indiscriminadamente, mas um tema que deve ser

tratado ora com “pinças” ora com o auxílio do “caveirão”⁵⁷. Perguntas por exemplo sobre a diferenciação dos eixos viários e pedonais foi considerado pela população como pouco relevante. O que realmente interessava é poder caminhar no bairro com segurança em ruas pavimentadas.

Deste modo, embora considerando todos os estudos referido nesta investigação, as questões e o foco do trabalho teve a ativa contribuição da população. A forma definida para o estudo foi de profunda riqueza pois contou desde o primeiro momento com o apoio de habitantes dos prédios da Tijuca e de Setúbal, moradores das favelas que cercam o bairro e aqueles do Bairro da Bela Vista como os policiais da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, e a Polícia de Segurança Pública – PSP e a Guarda Nacional Republicana – GNR.

A par desta explicação, na Tijuca, por exemplo a pergunta número 2 tem um significado diferente pois a presença ou a ausência de “luz” é fruto dos “gatos” feitos pela população, dos puxados de fios elétricos que se tornam num emaranhado ilegal para ter eletricidade em casa, tal como é o caso da “gatonete”, a internet por “gato” (irregular). Em Setúbal, caminhar a pé no Bairro tem riscos que moradores idosos não estão dispostos a enfrentar. Portanto, definidas com base no conhecimento da realidade local e da população que acolheu a autora deste estudo, são referidas as questões que para os habitantes integram os pontos apresentados anteriormente por meio dos “Guias”. A unificação dos inquéritos nos dois países foi definida com a participação dos próprios entrevistados que, inicialmente na fase do pré-teste, com frequência intervinham no sentido de simplificar as perguntas do inquérito para melhor entendimento. As questões que compõem o inquérito têm entretanto uma dupla finalidade, ou seja, para além de recolher dados inéditos sobre o sentimento de segurança vinculando-o aos aspectos físicos, garante o acesso à opinião dos seus habitantes e trabalhadores de modo a ser possível a organização dos dados segundo: **a) o edifício; b) a rua; c) o bairro**. O Quadro 6 apresenta as questões.

Ao analisar o espaço físico, os criminologistas traçam uma linha tênue que nos une ao sentimento de segurança. As edificações e o desenho urbano refletem esta demarcação: por um lado mostra que, se as pessoas não se sentem seguras, abandonam os espaços públicos e esta sensação de insegurança independe da própria criminalidade ou infraestrutura. E por outro lado, a função associada à arquitetura permite desenhar cidades mais seguras. As perguntas realizadas através do inquérito

⁵⁷ Carro blindado da Polícia Militar, Rio de Janeiro, normalmente utilizado para a recolha de ‘corpos’.

delineou de forma clara esta premissa. Se o pedestre sente-se seguro caminha tranquilamente entre as ruas do seu bairro, caso a copa das árvores não esteja impedindo a correta iluminação, ele poderá visualizar a rua por onde anda, o outro lado da rua, mais à frente a também atrás de si. Uma situação corrente: as raízes das árvores promovem situações de risco, ao levantar o pavimento. A irregularidade do passeio impede a mobilidade do caminhar, do carrinho do bebe, ou do idoso, por exemplo. O Quadro 7 sintetiza o SIDES.

Perguntas fechadas do Inquérito	Escala de intervenção
1. Sente-se seguro na sua rua?	Rua
2. Acha que a iluminação na sua rua é suficiente?	Rua
3. Acha que a arborização na sua rua interfere na segurança?	Rua
4. Caminha a pé pelo seu bairro?	Bairro
5. Existe alguma rua do seu bairro que você evite passar por se sentir inseguro?	Bairro
6. Sente-se seguro quando entra no seu prédio?	Edifício
7. Acha que a UPP inserida nas favelas, ou que o posto policial dentro do bairro, ajudou o bairro a ficar mais seguro?	Bairro

Quadro 6: Perguntas fechadas do inquérito.

Certamente a figura mais constante do policial no bairro, torna o sentimento de segurança mais forte, porém é fato que as ações isoladas da polícia simplesmente deslocam a criminalidade. O ideal da figura policial já foi desenhado pela dupla *Hanna-Barbera* e esteve no ar entre 1961 e 1962, *Top Cat* ou *Manda Chuva*. Inicialmente desenhado para a cidade de Nova York, na versão brasileira foi substituído pela cidade de Brasília. Mais conhecido como Guarda Belo, um policial amigo da vizinhança, que conhecia a todos pelo nome, estava sempre andando pelo bairro, sorridente e impondo a ordem. Em nome da segurança urbana o projeto arquitetônico cria cidadãos mais informados e observadores do seu próprio habitar. A arquitetura é conivente com o conhecimento sobre a segurança na medida em que o urbanismo de exclusão é estruturalmente diferente.

Os inquéritos recolhidos em larga escala em cada um dos edifícios ou nas lojas comerciais, foram inseridos numa *Base de Dados em Access (Windows)*, projetada para

a investigação, permitindo o tratamento de dados e a leitura das percentagens que cada pergunta alcança na tabela (em 100%).

<i>CPTED</i>	<i>DESENHO URBANO</i>	<i>APO</i>	SIDES (realidades Brasil/Portugal)
<i>Vigilância Natural</i> Controlo visual do espaço implica a existência de equipamentos coletivos	Características da malha urbana; locais de estar; circulação pedonal privilegiada? Há boa pavimentação? Há pontos de referência? O acesso às edificações é facilitado?	Qual a perceção dos habitantes quanto à segurança da sua habitação e do espaço envolvente? Está satisfeito com o local em que reside?	<i>Sente-se seguro na sua rua? Acha que a localização da esquadra de polícia ajuda o Bairro a ficar mais seguro?</i>
<i>Controle de Acesso</i> Presença de barreiras (grades ou jardins) que definem passagens / alternativas de percursos	Encontra-se uma clara identificação dos percursos? A delimitação física é clara? O ambiente construído permite ao usuário orientar-se?	Existe pavimentação? As ruas têm dimensões para passarem duas pessoas, cadeira de rodas, carrinho de bebé?	<i>Caminha a pé pelo seu bairro? Sente-se seguro quando entra no seu prédio/na sua casa?</i>
<i>Reforço Territorial</i> Demarcação de fronteiras, uso e apropriação do espaço	Há presença de barreiras físicas nos percursos pedonais? As passagens/ permeabilidades estão claramente assinaladas?	São identificados sinais de apropriação do espaço? Quais?	<i>Você já foi alvo de roubo, furto ou de algum tipo de agressão no seu bairro? Se SIM, em que rua e em que horário? O que você acha que faz falta ou o que pode melhorar no seu bairro?</i>
<i>Manutenção</i> Conservação de espaços e equipamentos urbanos	São identificados meios que permitem verificar o estado de conservação dos espaços e equipamentos públicos?	As árvores são podadas com frequência? As ruas são limpas? A Iluminação é adequada?	<i>Acha que a iluminação na sua rua é suficiente? Acha que a arborização na sua rua interfere na segurança?</i>
<i>Uso do Espaço</i> Permanência e convívio	Características físicas e dimensionais dos espaços são convidativos ao uso	Quem julga o espaço E quem nele habita	<i>Espaços bem concebidos e sem pontos “cegos”</i>

Quadro 7: Síntese dos principais pontos que orientam a qualidade e o uso do projeto urbano e arquitetónico, combinado com o SIDES.

4.8 A opinião de quem vive no local

Na sequência das questões iniciais do inquérito já referidas, procurou-se saber se a pessoa que respondeu o inquérito foi vítima de criminalidade dentro do espaço considerado de conforto no quotidiano – o bairro. As questões apoiaram-se em dois aspetos de origem prático e na opinião da população relativamente à três questões, referidas no Quadro 8.

-
1. Você já foi alvo de roubo, furto ou de algum tipo de agressão no seu bairro?
 2. Se SIM, em que rua e em que horário?
 3. O que você acha que faz falta ou o que pode melhorar no seu bairro?
-

Quadro 8: perguntas abertas do inquérito.

4.8.1 “Prefiro esquecer!”

“Prefiro esquecer” foi a resposta de um morador entrevistado no Bairro da Tijuca dando a induzir uma ou mais experiências más. Todos ou já estiveram envolvidos em casos de violenta criminalidade ou conhecem histórias de amigos ou familiares que passaram por esta situação. Os crimes não escolhem a hora do dia ou da noite, mas a “oportunidade” favorável para a sua ocorrência.

Com base nos relatos contados e nos inquéritos respondidos, os moradores entretanto chamaram a atenção para pontos de grande relevância, referidos em seguida

4.8.2 “Limpeza também é Segurança!”

Os moradores acreditam que se forem tomadas certas medidas o número de crimes nos respectivos bairros podem diminuir sensivelmente. É entretanto curioso o fato desses mesmos moradores não acreditarem em medidas duradouras, porque avisam: “o crime tem histórias inacreditáveis e quando a gente pensa que vai ficar por aí, surgem outras ainda mais violentas. O medo é muito grande”.

Para fazer frente a esta sensação de medo e de insegurança, os moradores referem interenções no meio urbano que pensam ajudar a prevenir o crime, tal como: organizar o comércio de rua, conhecido no Rio de Janeiro como “camelôs”, que ocupam as áreas de circulação pedonal e muitas vezes não pendurar os produtos para a venda, pois impedem a linha do olhar criando barreiras visuais. Um outro aspecto diz respeito às

entradas e saídas das garagens dos edifícios – na maioria habitacionais –, com a vigilância de um funcionário/porteiro da edificação; chamam a atenção para a poda das árvores, mas referem que este aspecto é alvo da vigilância do poder público, do mesmo modo acreditam que a iluminação existente é suficiente, mas referem que o problema está na manutenção das lâmpadas queimadas, este serviço deveria, ao ver dos moradores ser mais rápido. O caso é portanto de manutenção e não de falta de iluminação.

“Limpeza também é Segurança!”: este será um ponto que merece atenção pois é referido com intensidade. A limpeza das ruas, a não presença de lixo, a presença de calçadas melhores e sem o levante da pavimentação pelas raízes, são fatores que os moradores conferem grande relevância. Mais uma vez trata-se de uma questão de manutenção. O comércio diversificado é bem-vindo, mas reclamam da falta de vigilância nos horários de encerramento e ruído excessivo. Em ruas comerciais com aberturas diretas para as calçadas pedonais o sentimento de segurança aumenta, mas depois do horário de encerramento as ruas ficam desertas. Por isso pedem para “escolherem” que tipo de comércio gostariam de ver instalados no local, como se fosse algo que se pudesse exercer algum controlo. A presença de indicação de ruas e outra sinalética é apontada como importante para a identificação do local por terceiros que se desloquem pela área à procura do endereço.

O sentimento de pertença passa, segundo os moradores, “no trabalho de conscientização dos demais moradores para a preservação de espaços públicos e mobiliário urbano”. A sugestão é bem recebida embora sabendo-se que este trabalho deve começar a ser feito nas escolas.

4.8.3 “O espaço fora da minha casa também é meu”.

A frase resume muito do pensamento dos moradores que fazem dos espaços de transição entre o espaço privado e o público, espaço de diferenciação no uso e na manutenção. Fenómeno recente é a substituição das grades que separam estes espaços por amplas áreas envidraçadas, para melhor campo de visão do espaço de transição já referido.

Com base nos focos apontados e nas regras e definições de diferentes tipos de crimes bem como nas ações que permitem conhecer o modo como a população se “defende” da criminalidade existente, é possível estabelecer parâmetros que permitam classificar o espaço construído por meio do SIDES.

4.9 Classificação dos ambiente construído pelo sides

Entende-se por classificação a atribuição de um valor entre 1 a 5, no qual o desenho do ambiente construído é ordenado segundo um quadro de referência.

Neste conjunto, a classificação indica o grau de segurança pelo número de respostas que alcançaram percentagens acima da média (» 51%):

- a) de **valor igual a 1** indica que o ambiente construído apresenta valores positivos em apenas **uma das sete questões** definidos como relevantes pela população de Setúbal ou da Tijuca;
- b) de **valor igual a 2** indica que o ambiente construído apresenta percentagens positivas em pelo menos **duas ou três das sete questões** valorizados pela população local;
- c) de **valor igual a 3** indica que o ambiente construído apresenta percentagens positivas em pelo menos **quatro das sete questões** valorizados pela população local, i.e., o ambiente construído apresenta soluções que expressam alguma preocupação com a segurança;
- d) de **valor igual a 4** indica que o ambiente construído apresenta percentagens positivas em pelo menos **cinco ou seis das sete questões** valorizados pela população local, ou seja, o ambiente construído apresenta soluções urbanísticas e arquitetónicas que permite o uso do espaço com supervisão;
- e) de **valor igual a 5** indica que o ambiente construído apresenta percentagens positivas nas **sete questões** valorizadas pela população local, i.e., o desenho do ambiente construído respeita os critérios de segurança, apresenta estratégias espaciais que implementam princípios e medidas associadas ao uso do espaço.

Após a inserção dos resultados dos inquéritos em Base de Dados procede-se à sua leitura e análise permitindo identificar a posição que cada conjunto de moradores organizados por edifícios habitacionais, ocupa na tabela resumo de cada local do espaço analisado. Neste estudo interessa conhecer a opinião dos residentes que habitam – em edifícios coletivos (a maioria sobre piso térreo ocupado por comércio), ou vivendas. Estas posições serão associadas aos locais onde foram aplicados os inquéritos e serão objeto de reflexão pelo modo como esta organização do espaço influencia o seu uso, bem como o impacto das mudanças na organização do espaço arquitetónico sobre o quotidiano dos habitantes.

Apresenta-se abaixo a tabela padrão de resultados de cada edifício por meio da posição que ocupa no sistema (Quadros 9). Depois de identificadas as posições de todos os edifícios envolvidos no estudo (localizados nas proximidades áreas apontadas como aquelas mais inseguras de cada país), procura-se identificar a existência de padrões, de comportamentos ou espaços construídos que se repetem.

O conhecimento dos padrões eventualmente encontrados entre as respostas dos habitantes dos edifícios analisados irá permitir identificar melhorias na qualidade de vida dos seus habitantes.

EDIFÍCIO E - RUA MAJOR ÁVILA, 200						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	23,0					
Iluminação eficiente	38,5					
Arborização interfere na segurança	38,5					
Caminha a pé	61,5					
Evita alguma rua	69,7					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	16,0					
Presença da polícia positivo	84,6					

EDIFÍCIO E - RUA MAJOR ÁVILA, 200						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	-					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	-					
Presença da polícia positivo	+					

B

Quadro 9: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Major Ávila, 200

Apesar de expostos os modelos dos edifícios acima, cada questionário inserido em base de dados apresenta comentários e opiniões que permitem interpretar os resultados dos quadros por meio destes dados que vêm enriquecer o estudo. São estas explicações, opiniões, comentários e reclamações associados aos resultados apresentados a seguir e posteriormente comentados.



Figura 27: Bairro da Bela Vista com a Presença da PSP, Setúbal. Fonte: Google, 2008

CAPÍTULO IV

5. OLHARES PARALELOS: SETÚBAL E TIJUCA

Uma vez identificadas as características que se repetem nos contextos português e brasileiro, e uma vez estruturado o instrumento de análise que permite uma maior proximidade com as realidades dos países nucleares desta investigação, o SIDES é aplicado aos casos de estudo, analisados com rigor científico, de modo a testar os princípios definidos.

5.1 Olhares paralelos

O Quadro 10 indica os locais onde foram aplicados os inquéritos de modo sistematizado e rigoroso. Por uma questão de organização da extensa informação recolhida, cada edificação, é associada a uma letra de modo a facilitar a leitura dos resultados em gráficos e tabelas apresentadas a seguir. Edifícios localizados na mesma rua ou troços urbanos sequenciais, têm letras semelhantes e são diferenciados segundo uma variação numérica B1 e B2, por exemplo como ocorre na Praça do Bocage – “B1” e na Área Central do Bocage – “B2”.

Caso diferente ocorre com o modo de abordar a mesma no Bairro da Bela Vista, onde os inquéritos foram aplicados aos usuários de duas instituições aí presentes: a Associação Cristã de Moços – ACM, e o Centro Social - CS, com plena contribuição da população e por indicação recebida no local.

	SETÚBAL		TIJUCA
A	Av. Luísa Todi (toda sua extensão)		
B1	Praça do Bocage		
B2	Área Central do Bocage		
C	Bairro da Bela Vista (ACM)		
D	Bairro da Bela Vista (Centro Social - CS)		
		E	Rua Major Ávila, 200
		F1	Rua Barão de Mesquita, 510
		F2	Rua Barão de Mesquita, 248
		F3	Rua Barão de Mesquita, 568
		G	Rua Santo Afonso, 413
		H1	Rua Conde de Bonfim, 1084
		H2	Rua Conde de Bonfim, 733
		I	Rua Desembargador Isidro, 103
		J	Rua Dr. Satamini, 176
		K	Rua Antonio Basílio, 31
		L	Rua Dr. Otávio Kelly, 20
		M	Rua Camaragibe, 16
		N	Rua Professor Gabizo, 81
		O	Praça Saens Pena, 55
		P	Rua Marques de Valença, 25
		Q	Rua São Francisco Xavier, 22

Quadro 10: Indicação das avenidas e ruas onde foram aplicados inquéritos em Setúbal e na Tijuca

5.2 Setúbal

A planta abaixo de Setúbal (Figura 28). Mostra a estrutura física do seu tecido urbano que se desenvolve ao longo da zona ribeirinha do Rio Sado. Sobressaem as amplas zonas verdes, as ligações viárias enquanto eixos de desenvolvimento a Norte e também as características morfológicas pela continuidade da grande avenida (Luísa Todi) que acompanha a forma semi-circular do rio, sendo esta avenida alvo de projeto de paisagismo, contando ainda com mobiliário urbano.

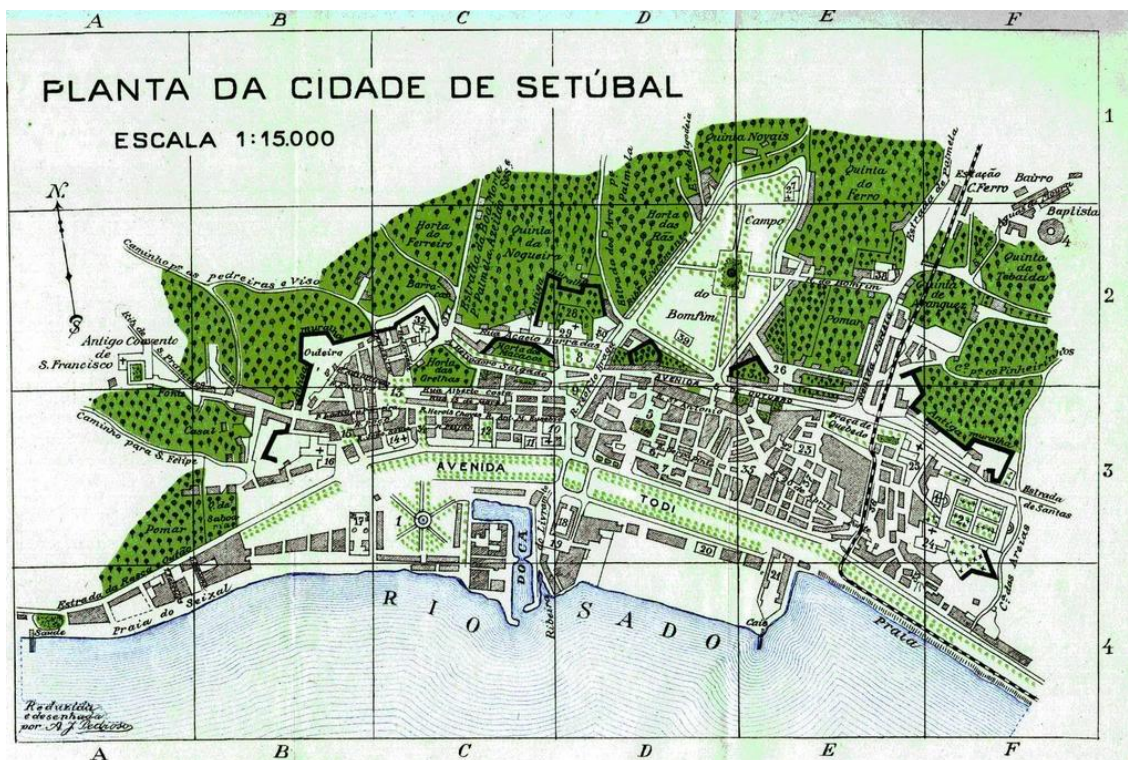


Figura 28: Planta de Setúbal em 1950 com projeto da Avenida Luísa Todi e arranjo urbanístico e áreas verdes. Fonte: Google, 2013.

A imagem da área a seguir permite identificar com clareza o Bairro da Bela Vista, com desenho arquitetónico em pátio e implantação racionalista distanciando-se do traçado urbano envolvente. Tal situação permite a identificação clara do bairro na envolvente urbana, o que pode ser visto como um fator positivo ou não. O autor do projeto arquitetónico refere que o estatuto social da população gera um estigma ao conjunto edificado.



Figura 29: Imagem aérea parcial de Setúbal. Indicação da implantação do Bairro da Bela Vista. Fonte: Google, 2003.

5.2.1 Edifícios Analisados

EDIFÍCIO “A” - AVENIDA LUÍSA TODI

EDIFÍCIO “B1” – PRAÇA DO BOCAGE

EDIFÍCIO “B2” – ÁREA CENTRAL DA PRAÇA DO BOCAGE

EDIFÍCIO “C” – BAIRRO DA BELA VISTA (ACM)

EDIFÍCIO “D” – BAIRRO DA BELA VISTA (CENTRO SOCIAL)

Quadro 11: Correspondência entre a ordem das fichas e a sua localização no mapa de Setúbal

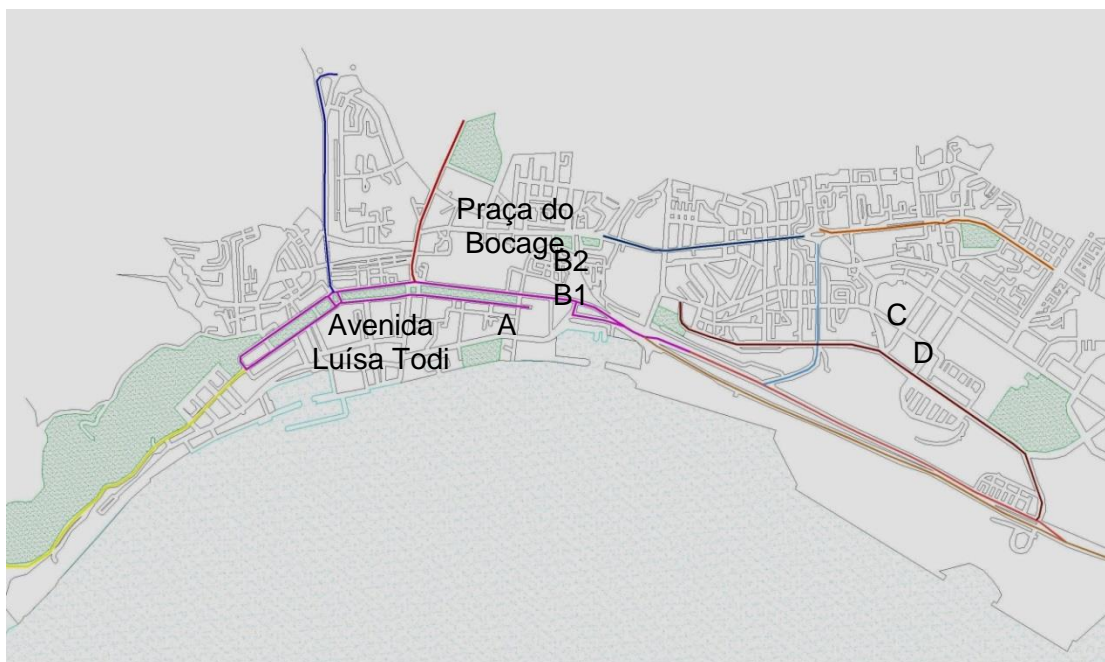


Figura 30: Avenida Luísa Todi, Setúbal (traços lilases), 2013.

Salienta-se que o estudo dos edifícios pertencentes a cada caso – português e brasileiro, tem como base o fato de se proceder à **análise crítica de cada edificação** que integra as áreas de estudo segundo os parâmetros definidos pelo SIDES de modo a esquematizar uma leitura resumida sobre a cada edificação, resgatando os princípios de segurança urbana referidos na bibliografia analisada. Deste modo o levantamento realizado assume características de análise pormenorizada, em que os casos de estudo não são inseridos nesta investigação como “anexos” mas como edifícios integrantes do estudo empírico, que exemplificam situações sociais e desenhos urbanos e acrescentam valor à análise do uso dos espaços e à arquitetura da cidade.

O quadro síntese dos casos de estudo são apresentados junto a cada edificação estudada.

A Avenida Luísa Todi deve a sua toponímia à célebre meio-soprano Luísa Todi nascida em Setúbal. A avenida tem uma extensão de 1,3 quilómetro (Figura 30) acompanhando a ampla curvatura paralela à frente ribeirinha – Rio Sado.

SETÚBAL - EDIFÍCIO “A”

AVENIDA LUÍSA TODI

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
51,5	40,9	13,6	81,8	53,0	36,36	18,18

Tabela 1: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados da Av. Luisa Todt

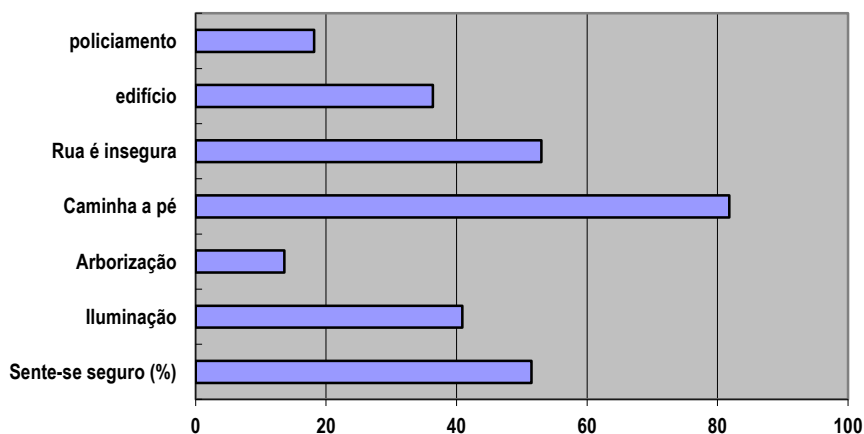


Gráfico 9: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados da Av. Luisa Todt



Figura 31: Indicação do percurso de aplicação dos inquéritos na Avenida Luísa Todt (A). Foram contactados todos os comerciantes existentes na avenida, totalizando 79 locais de entrega e recolha dos inquéritos. Fonte: Google, 2013.



A



B



C



D



E



F



G



H

Figura 32 (A – H): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal na Avenida Luísa Todi, 2012.



A



B



C



D



E



F



G



H

Figura 33 (A – H): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal na Avenida Luísa Todi, 2012.

A Avenida Luísa Todi está implantada numa área plana com tráfego viário com duplo sentido separado por um canteiro central. Este canteiro central é uma área de abundante vegetação, contando ainda com a existência de quiosques e algum mobiliário urbano (bancos). Verifica-se ainda praças abertas sem nenhuma vegetação. O pavimento é calçetado em pedra portuguesa. O seu desenho urbano alterna áreas verdes com outras pouco convidativas. Em toda a extensão da Avenida Luísa Todi estão presentes amplas calçadas pedonais (chegando aos 2,5 metros de largura). Há parques de estacionamento automóvel ao longo de toda a avenida. Numa paisagem harmoniosa a avenida acolhe quiosques, coretos, edifícios históricos bem como instituições públicas (Biblioteca Municipal), apoio ao turismo, hotéis e diversas opções para restauração. O comércio é rico e conta com uma ampla variedade (lojas de roupas e calçados, lojas de pneus, bancos, cafés, óticas, farmácias, entre muitos escritórios aí instalados). Predominam os edifícios de dois pisos com comércio no piso térreo, embora sejam encontrados prédios residenciais e hotéis com cinco pavimentos. Refira-se ainda a existência de edificações com 12 pavimentos

A iluminação noturna privilegia os edifícios enquanto *obras isoladas, esculturas iluminadas* no tecido urbano, e não a área urbana pública.

Devido à relevância da avenida no contexto urbanístico e principalmente pela sua dimensão linear, o levantamento foi sobretudo realizado aos estabelecimentos comerciais, e contou com a participação de dezasete comerciantes que aceitaram receber as perguntas dos inquéritos⁵⁸, num total de sessenta e seis inquéritos recolhidos pela autora e preenchidos corretamente. Deste total, 16% dos que participaram e responderam aos inquéritos referem ter sido alvo de roubo na própria avenida ou nas ruas adjacentes àquela.

De acordo com os inquéritos analisados e apresentados no gráfico de barras, é facilmente identificada a seguinte situação: as amplas áreas pavimentadas facilitam as trajetórias pedonais que ali é possível de serem estabelecidas de forma livre pelo usuário. São linhas de movimento que se sobrepõem em todas as direções, só definidas pelos planos de fachadas desalinhados e pela estrutura viária. Ainda nesta análise, a presença de vários estabelecimentos bancários com horário limitado de abertura ao público contribui para o esvaziamento de uso do espaço, que após o encerramento do comércio, apresenta um nível de isolamento elevado.

⁵⁸ Avenida Luísa Todi, 184, 212, 249, 612, 606, 300, 249, 149, 15, 27, 113, 134, 166, 195, 201, 203, 240.

Por outro lado e no horário em que os vários tipos de comércio estão em pleno funcionamento a população reclama por mais estacionamento automóvel. Enfim, verifica-se um fluxo de maior movimento e presença no local em horas específicas de acordo com o horário comercial. De acordo com as respostas recolhidas nos inquéritos, os seus usuários consideram ser insuficientes a iluminação adotada para o local, e solicitam a presença de policiamento no terreno assim como de maior vigilância policial durante o dia, tendo sido neste período que ocorreram os roubos, passando o infrator para a zona de vegetação abundante na Praça Central da avenida (que funciona como um largo canteiro central). Sendo a avenida um espaço de uso predominantemente comercial, encontrando-se entretanto, poucos edifícios de uso habitacional, este espaço convida ao percurso pedonal em que 78% dos seus usuários efetivamente afirmam cumprir. Neste sentido a inexistência de arborização apresenta um valor positivo de satisfação. O Quadro 12 abaixo resume o grau de satisfação dos seus usuários sob a forma de percentagem, posicionando a área estudada na posição 3 do SIDES.

EDIFÍCIO A						
AVENIDA LUÍSA TODI						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	-					
Presença da polícia	-					

Quadro 12: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Av Luisa Todi

Uma vez referido, o canteiro central da Avenida Luísa Todi é uma área de abundante vegetação com arborização em torno de dez metros de altura e jardins cujo desenho em planta apresentam formatos livres. A área conta com a presença de quiosques e algum mobiliário urbano (bancos). Verifica-se ainda que algumas áreas não têm vegetação. O seu desenho urbano alterna áreas verdes com outras pouco convidativas. Sinal positivo reside no fato de a vegetação não promover barreiras visuais ou físicas.

A população que usa o espaço refere três situações que consideram como melhorias para o local. Reproduzindo os comentários feitos pela população nos inquéritos, apontam que “a segurança também é higiene” (relativamente a urina e aos dejetos de animais; referem ainda a necessidade de locais específicos de “estacionamento para

bicicletas”, e por último, uma “maior presença de policiamento à noite”, altura em que caminhar por esta avenida torna-se inviável para a maioria dos usuários que responderam o inquérito, que têm receio de serem alvos de violência.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	amplo campo visual sobre o espaço público de uso coletivo
presença de árvores de arruamento	ao longo da avenida luisa todi reforçando a continuidade física à beira- rio
presença de iluminação noturna	deficiente quando considerada a iluminação dos edifícios privados como aquela presente no espaço público
locais isolados	apesar de permitir a identificação de sequências espaciais urbanas, devido ao seu traçado urbano tradicional, a predominância de funções urbanas relativas ao comércio e aos serviços não contribui para o uso deste espaço fora do horário habitual de funcionamento
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais ao longo da avenida (calçadas nas laterais ou no canteiro central)
pólos de atração /comércio em vizinhança	espaços públicos de uso coletivo com piso diferenciado para o uso pedonal, com mobiliário urbano
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio
sinalética /ruas sem saídas	existente ao longo do percurso
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifícios de dois a três pisos de altura definem o espaço público, formando um conjunto arquitetónico esteticamente harmonioso
espaços de transição	com identificação clara entre o público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície em sistema rotativo
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	inexistente
densidade	baixa densidade

Quadro 13: Quadro síntese do Edifício A

SETÚBAL - EDIFÍCIO “B1”

PRAÇA DO BOCAGE

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
100,0	66,6	1,5	100	7,5	83,3	91,6

Tabela 2: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados da Praça do Bocage

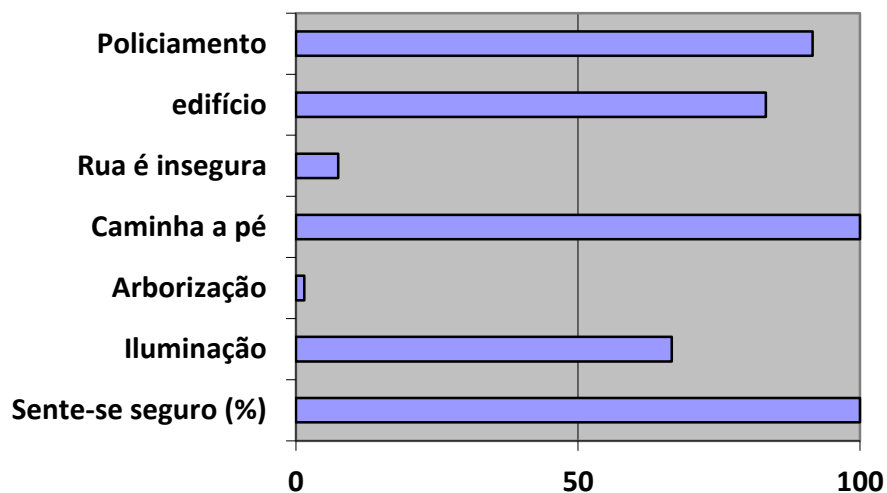


Gráfico 10: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados da Praça do Bocage



Figura 34: Vista aérea da Praça do Bocage. Fonte: Google Maps, Julho 2013.

As Figuras 35 e 36 apresentam um registo do percurso analisado de modo sequencial à praça, Figura 37, que homenageia Manuel Maria Barbosa do Bocage, ilustre poeta setubalense.



A



B



C



D



E



F



G



H

Figura 35: (A – H): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal na Praça do Bocage, 2012.



A



B



C



D



E



F



G



H

Figura 36 (A - H): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal na Praça do Bocage, 2012.

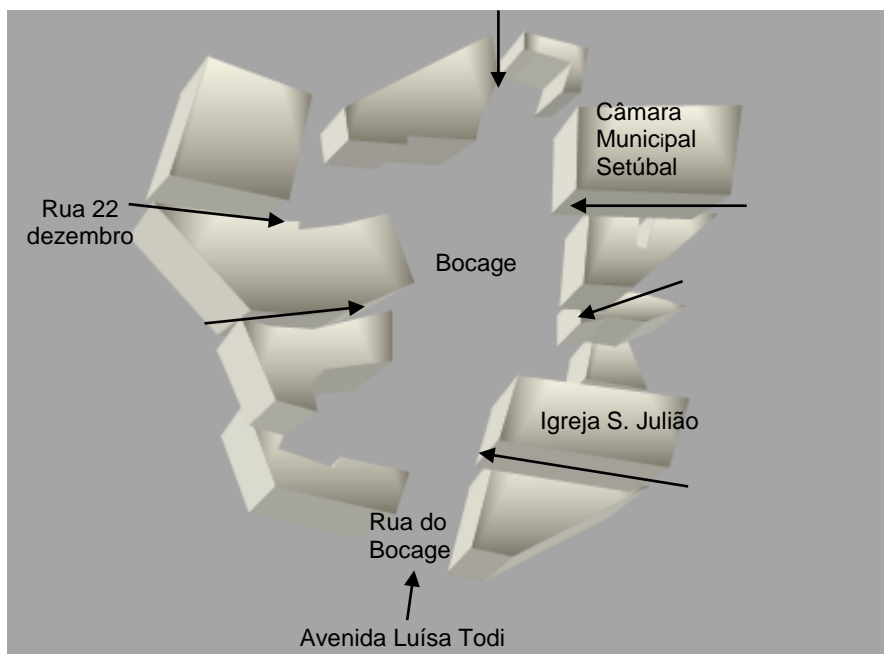


Figura 37: Trecho central da Praça do Bocage com a localização de instituições públicas e organização espacial, 2013.

A *Praça do Bocage* é um local de grande relevância na cidade de Setúbal pela localização geográfica que ocupa relativamente ao principal eixo viário da cidade, a Avenida Luísa Todi. A Praça contém uma edificação de valor histórico redesenhado pelo arquiteto Raul Lino (1897-1974) em 1939 após outros projetos edificados que se perderam por questões sísmicas, financeiras e de reabilitação: os Paços do Conselho. A Praça é constituída por um conjunto de edificações datadas entre o século XVIII e edificações na linguagem moderna, definindo assim, um conjunto urbano de características arquitetónicas heterogéneas.

Curiosamente o acesso à praça é facilitado por alternativas diversas de percursos, de automóvel e a pé (Figura 37). Essa acessibilidade ocorre na maioria das vezes, por ruas estreitas e sinuosas, entre os edifícios históricos aí localizados. Com um tecido orgânico definido ao longo da evolução da praça, salienta-se os recantos, as esquinas, e a ausência de controlo visual na praça como um todo. Ou seja, são vários os cenários possíveis de acordo com o campo de visão que por sua vez irá depender na posição do habitante ou visitante na área urbana.

O corredor de acesso feito a partir da Avenida Luísa Todi permite ao usuário uma amplidão do campo visual para em seguida sofrer um estreitamento deste mesmo campo diferenciado pelas edificações que “avançam” para o interior da praça. Local onde está situada a Câmara Municipal de Setúbal, apresenta tratamento do pavimento e estacionamento a frente do edifício, sendo as demais entradas pedonais. Os pontos

mais vulneráveis apontados pela população incidem na ausência de arborização que torne o espaço climaticamente mais agradável e convidativo à permanência. O grau de satisfação da população com a segurança no local é muito elevado com exceção da iluminação que à noite é insuficiente e voltada para os monumentos. Note-se que também aqui, a iluminação dirigida aos edifícios existentes procurando destacar a edificação no espaço urbano enquanto obras arquitetônicas e destacando-os na paisagem enquanto pontos de referência. Privilegia-se a edificação privada remetendo para segundo plano a área urbana pública e coletiva.

O Quadro 14 pontua de modo positivo o traçado da praça, porém com a seguinte observação: o usuário sente-se seguro na área e refere aspectos positivos nos demais itens de análise, mas refere evitar algumas ruas de acesso à área central.

EDIFÍCIO B1						
PRAÇA DO BOCAGE						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente	+					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	-					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia	+					

Quadro 14: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Praça do Bocage.

Tal constatação pode ser remetida ao fato de o usuário não ter o “controlo visual” da rede de acessos que se forma por meio de ruas estreitas e sinuosas no acesso à praça. Uma possível explicação a este caso pode estar, por um lado, na relevância do local enquanto “centro urbano” onde se localizam os edifícios municipais relevantes da cidade, que conta com a presença de policiamento inerente nestes casos, pode privilegiar algumas ruas em detrimento de outras. E por outro lado, pelos efeitos topológicos que se formam no acesso pedonal e na visibilidade (ou na sua ausência) como indica a Figura 38 o caminho torna-se estreito e apresenta um efeito topológico de direcionamento.



Figura 38: Eixo de acesso à Praça do Bocage com efeitos topológicos do estreitamento e do direcionamento, 2012.

Já a área localizada no centro da Praça do Bocage (Ficha “B2”), antiga Praça do Sapal, é constituída por um amplo espaço marcado pela presença de mobiliário urbano e pela ausência de barreiras visuais, considerando-se que toda a área da praça converge para o centro onde está localizado o monumento ao poeta Bocage. A escultura de mármore branco assenta sobre uma coluna coríntia e esta, por sua vez, assenta sobre quatro degraus oitavados. Aí eleva-se a estátua. Bocage, com a cabeça descoberta e levemente inclinada, vestido à época, empunha na mão direita uma pena para a escrita e na outra, algumas folhas de papel. À sua volta o desenho do pavimento é facilmente percebido devido às amplas dimensões. Mas serão estas mesmas dimensões aliadas à ausência de arborização e de barreiras visuais que permite o controlo da área.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual condicionado pelo tecido urbano irregular com ângulos sem controlo visual sobre o espaço público
presença de árvores de arruamento	arborização de composição paisagística do espaço central
presença de iluminação noturna	deficiente no espaço público
locais isolados	o seu traçado urbano tradicional com ruas sinuosas e estreitas permite situações de isolamento
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais a área da praça central
pólos de atração /comércio em vizinhança	espaços públicos de uso coletivo com piso diferenciado para o uso pedonal, com mobiliário urbano e edificações públicas
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio nas zonas envolventes – cafés e esplanadas
sinalética /ruas sem saídas	existente
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifícios de dois a três pisos de altura definem o espaço público, formando um conjunto arquitetónico esteticamente harmonioso
espaços de transição	com identificação clara entre o público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície em sistema rotativo
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	Inexistente
vandalismo:	Inexistente
espaços adequados às crianças	Inexistente
circuito de videovigilância	inexistente
Densidade	baixa densidade

Quadro 15: Quadro síntese do Edifício B1.

SETÚBAL - EDIFÍCIO “B2”

PRAÇA DO BOCAGE (Área Central)

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policiamento
66,91	52,63	15,03	86,46	52,63	31,57	48,12

Tabela 3: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados da Área Central da Praça do Bocage.

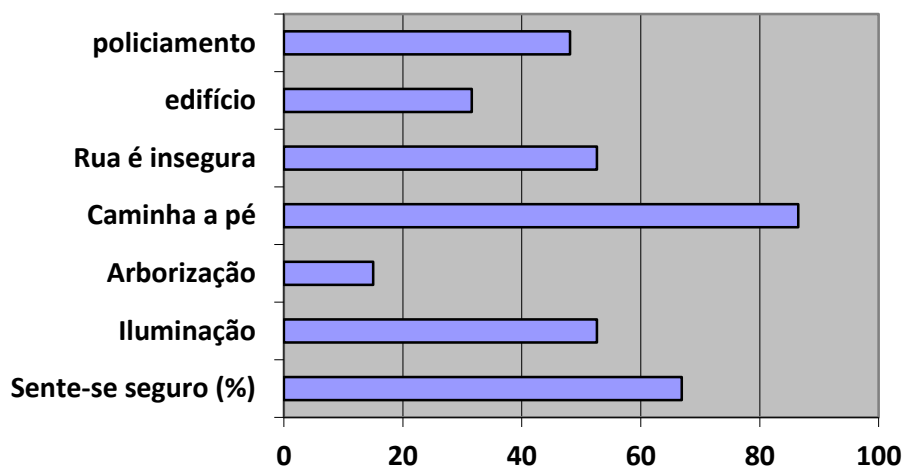


Gráfico 11: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados da Área Central da Praça do Bocage.

EDIFÍCIO B2 PRAÇA DO BOCAGE (ÁREA CENTRAL)						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia	+					

Quadro 16: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Área Central da Praça do Bocage.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual livre na área central mas condicionado pelo tecido urbano irregular que não permite o controlo visual sobre todo o espaço público
presença de árvores de arruamento	arborização de composição paisagística do espaço central
presença de iluminação noturna	bem definida nos espaços públicos
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais à área da praça central
pólos de atração / comércio em vizinhança	edificações públicas municipais como pólos de atração
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
sinalética / ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifícios de três pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície em sistema rotativo
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	inexistente
Densidade	baixa densidade

Quadro 17: Quadro síntese do Edifício B2.

SETÚBAL- EDIFÍCIO “C”

BAIRRO DA BELA VISTA (ACM)

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
72,22	52,77	16,66	8,33	41,66	50,00	8,33

Tabela 4: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do Bairro da Bela Vista (ACM).

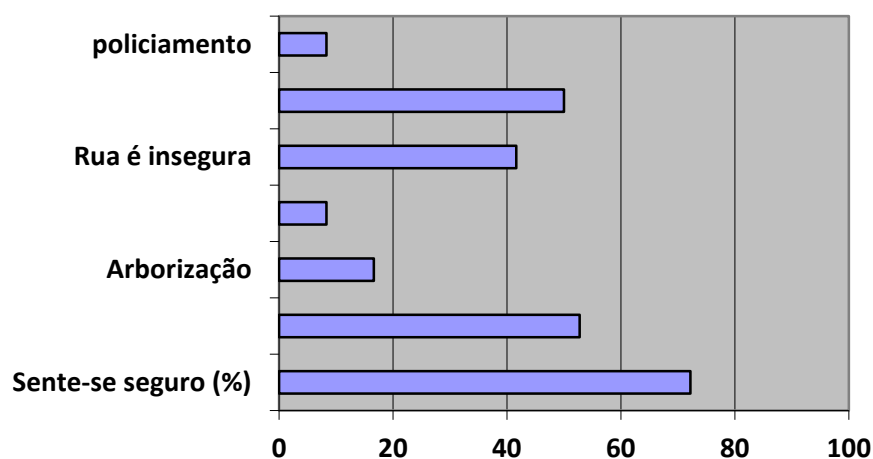


Gráfico 12: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do Bairro da Bela Vista (ACM).

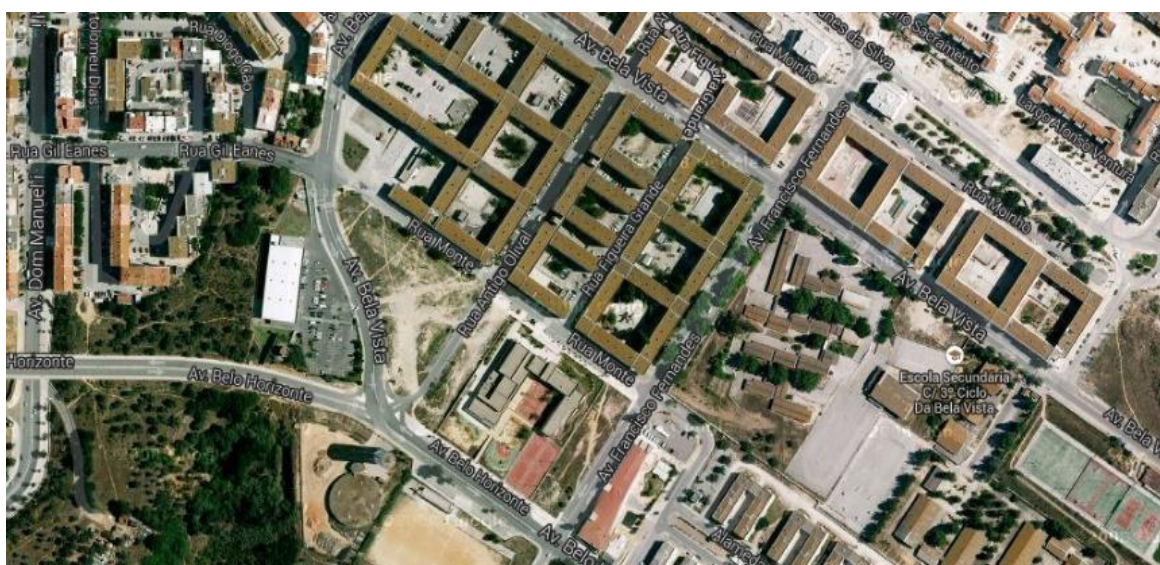


Figura 39: Vista aérea do Bairro da Bela Vista, Setúbal. Fonte: Google, 2012.

O Bairro da Bela Vista é marcado por um desenho geométrico (Figura 39) que define pátios interiores entre os “quarteirões”. A visita ao local foi feita de carro, não tendo sido possível a aplicação de inquéritos nas ruas do bairro. Assim sendo, foram recolhidas informações sobre o bairro junto aos seus habitantes por meio de duas instituições presentes no local: A *Associação Cristã de Moços - ACM* de Setúbal e o *Centro Social – CS*, seguindo orientação de fontes locais. Esta foi a solução encontrada para se conseguir reunir dados sobre o bairro. Refira-se que as informações foram dadas por habitantes do bairro, mas nestas instituições por motivo de segurança pessoal da autora (Figura 40 A – F).



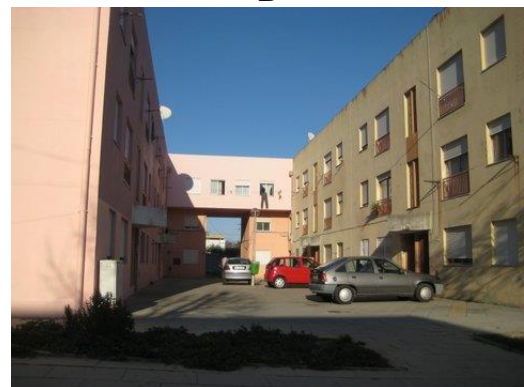
A



B



C



D



E



F

Figura 40: (A - F): Sequência de imagens ao longo do percurso pedonal no Bairro da Bela Vista, 2012.

A Associação Cristã de Moços - ACM de Setúbal (Figura 42) foi fundada em 2000, possui de forma a poder oferecer à população do bairro equipamentos destinados ao desporto. Conta com academia de ginástica, piscina, ginásio, espaço de artes marciais, sauna e sala de massagens. Para além desta associação direcionada à prática do desporto foram construídos espaços para atividades culturais e de formação e um *Centro de Atividades de Tempos Livres - CATL*, destinado a jovens do bairro. É visível o esforço e o trabalho de procura de integração dos jovens em especial na vida ativa por meio de iniciativas de integração social. A instituição está inserida no interior do bairro da Bela Vista, apresenta uma iluminação do entorno é precária, assim como a arborização não recebe manutenção. As edificações que compõe o bairro neessitam de melhorias construtivas e de conservação. Note-se que o Bairro da Bela Vista foi escolhido pela Cruz Vermelha para projeto-piloto de inclusão social com sucesso no estrangeiro, incluindo a Inglaterra, a partir de um conceito que teve origem no Brasil os Centros de Inclusão Digital – CDI. É de salientar que as instituições já referidas, assim como a edificação destinada à escola do bairro são edifícios recentes, em muito bom estado de conservação e utilizado pelos moradores.

EDIFÍCIO “C”						
BAIRRO DA BELA VISTA (ACM)						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente	+					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	-					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	-					

Quadro 18: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Bairro da Bela Vista (ACM).



Figura 41: Vista aérea do Bairro da Bela Vista, Setúbal. Fonte: Google, 2012.



A



B



C



D



E



F



G



H

Figura 42: (A - H): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal no Bairro da Bela Vista, ACM, 2012.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual definido pelos pátios que integram a forma arquitetónica com passagens pedonais e viárias no nível térreo
presença de árvores de arruamento	arborização presente na rua principal que divide o conjunto em duas partes com morfologia urbana diferenciada. a presença de árvores acompanham a implantação de edifícios dispostos no terreno de forma livre
presença de iluminação noturna	insuficiente nos espaços públicos
locais isolados	existentes na envolvente urbana
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	não apresenta
pólos de atração /comércio em vizinhança	a Associação Cristã De Moços ocupa edificação própria em edifício de um piso e é assumido como um pólo de atração no bairro
sentimento de pertença e/ou apropriação	inexistente no seu exterior
sinalética /ruas sem saídas	existente
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício térreo
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado gradeado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície
janelas voltadas para o espaço /fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	Não
vandalismo:	Inexistente
espaços adequados às crianças	Inexistente
circuito de videovigilância	inexistente
Densidade	baixa densidade

Quadro 19: Quadro síntese do Edifício C.

SETÚBAL - EDIFÍCIO “D”

BAIRRO DA BELA VISTA (CENTRO SOCIAL)

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policiamento
65,62	56,25	3,12	66,66	46,8	78,00	46,8

Tabela 5: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do Bairro da Bela Vista (CS).

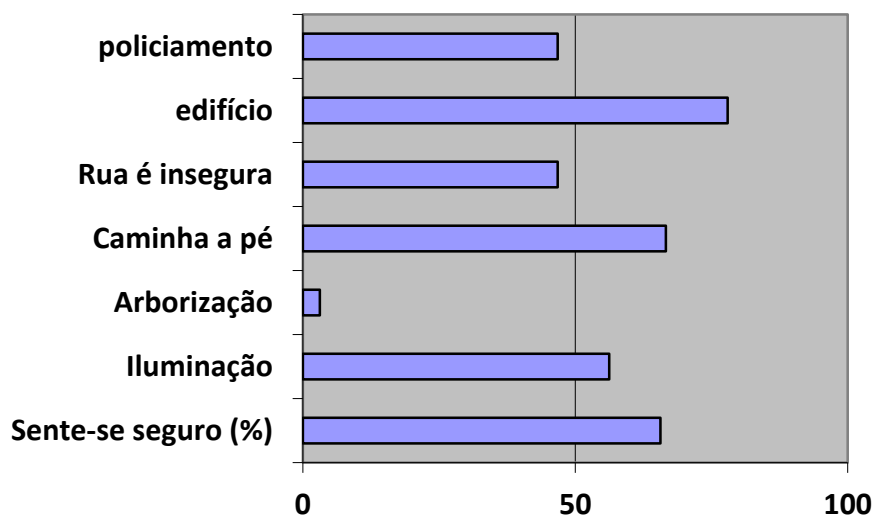


Gráfico 13: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do Bairro da Bela Vista (CS).

O *Centro Social Nossa Senhora da Paz* (Figura 43), é uma edificação gradeada, com presença de arborização. A Iluminação do entorno é precária. A instituição está inserida no próprio Bairro da Bela Vista. O organismo iniciou com um Projeto de Luta Contra a Pobreza (PLCP), no Bairro da Bela Vista, em Setembro de 1991. E em Outubro de 1996, foi celebrado Acordo de Cooperação com o Instituto de *Segurança Social-Centro Distrital de Setúbal (ISS-CD de Setúbal)*.

A população que frequenta o CS, tem uma percepção realista do Bairro quando refere que, apesar do espaço e edificação promoverem a sensação de segurança, o bairro é marcado pela violência e por confrontos com a polícia.



A



B



C



D

Figura 43 (A - D): Sequências de imagens ao longo do percurso pedonal no Bairro da Bela Vista, Centro Social, 2012.

EDIFÍCIO D BAIRRO DA BELA VISTA (CENTRO SOCIAL)						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro						
Iluminação eficiente	+					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé						
Evita alguma rua	-					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia	-					

Quadro 20: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Bairro da Bela Vista (Centro Social).

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual condicionado pela edificação que só permite o controlo visual parcial sobre o espaço público
presença de árvores de arruamento	arborização de composição paisagística do espaço central
presença de iluminação noturna	Insuficiente
locais isolados	Inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	área privada gradeada
pólos de atração / comércio em vizinhança	a edificação constitui um pólo de atração
sentimento de pertença e/ou apropriação	Inexistente
sinalética / ruas sem saídas	existente
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de dois pisos de altura
espaços de transição	espaço público / espaço privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	janelas voltadas para o espaço público
espaços de função ambígua	Não
vandalismo:	Inexistente
espaços adequados às crianças	Inexistente
circuito de videovigilância	inexistente
densidade	baixa densidade

Quadro 21:Quadro síntese do Edifício D.

Análise Geral

EDIFÍCIO	Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
A	51,5	40,9	13,6	81,8	53,0	36,36	18,18
B1	100,0	66,6	1,5	100	7,5	83,3	91,6
B2	66,91	52,63	15,03	86,46	52,63	31,57	48,12
C	60,60	48,4	15,15	78,78	51,51	64,64	54,54
D	72,22	52,77	16,66	8,33	41,66	50,00	8,33

Quadro 22: Resumo dos valores alcançados pela avaliação da população.

O Quadro 22 resume os valores que indicam os casos mais positivos e o mais negativos em cada questão do inquérito. O conjunto arquitetónico da Praça do Bocage apresenta maior satisfação relativamente aos tópicos caminhar a pé, qualidade e manutenção, e presença de policiamento no local. A análise remete para o nível mais baixo de satisfação à localização do Centro Social do Bairro.

A leitura destes dados reforça a relação entre a segurança / insegurança urbana com os ítems considerados mais importantes para os moradores: o caminhar a pé no bairro e a presença do policiamento.

5.3 Tijuca

Tijuca (também do tupi, ty-yca - brejo, charco, lama)



Figura 44: Legenda e Toponímia do Bairro da Tijuca Verde - Rua Conde de Bonfim; Lilás - Rua Haddock Lobo; Azul - Av. Maracanã; Amarelo - Rua São Francisco Xavier, 2012.

Edifícios analisados na investigação e onde foram distribuídos inquéritos conforme Figura 43. Legenda: **1** – Rua Conde de Bonfim, 1084; **2** – Rua Conde de Bonfim, 733; **3** – Rua Dr. Otávio Kelly, 20; **4** – Rua Antonio Basílio, 31; **5** – Rua Desembargador Isidro, 103; **6** – Praça Sãens Peña, 55; **7** – Rua Camaragibe, 16; **8** – Rua Santo Afonso, 413; **9** – Rua Barão de Mesquita, 568; **10** – Rua Barão de Mesquita, 510; **11** – Rua Barão de Mesquita, 248; **12** – Rua Major Ávila, 200; **13** – Rua Marques de Valença, 25; **14** – Rua São Francisco Xavier, 22; **15** – Rua Professor Gabizo, 81; **16** – Rua Dr. Satamini, 176.

	12
EDIFÍCIO “E” – RUA MAJOR ÁVILA, 200	10
EDIFÍCIO “F1” – RUA BARÃO DE MESQUITA, 510	11
EDIFÍCIO “F2” – RUA BARÃO DE MESQUITA, 248	9
EDIFÍCIO “F3” – RUA BARÃO DE MESQUITA, 568	8
EDIFÍCIO “G” – RUA SANTO AFONSO, 413	1
EDIFÍCIO “H1” – RUA CONDE DE BONFIM, 1084	2
EDIFÍCIO “H2” – RUA CONDE DE BONFIM, 733	5
EDIFÍCIO “I” – RUA DESEMBARGADOR ISIDRO, 103	4
EDIFÍCIO “J” – RUA DR. SATAMINI, 176	3
EDIFÍCIO “K” – RUA ANTONIO BASÍLIO, 31	7
EDIFÍCIO “L” – RUA DR. OTÁVIO KELLY, 20	14
EDIFÍCIO “M” – RUA CAMARAGIBE, 16	6
EDIFÍCIO “N” – RUA PROFESSOR GABIZO, 81	15
EDIFÍCIO “O” – PRAÇA SAENS PENA, 55	16
EDIFÍCIO “P” – RUA MARQUES DE VALENÇA, 25	
EDIFÍCIO “Q” – RUA SÃO FRANCISCO XAVIER, 22	

Quadro 23: Correspondência entre a ordem das fichas e a sua localização no mapa da Tijuca (numeração arábica).⁵⁹

⁵⁹ A ordenação das fichas por letras seguiu o percurso pedonal feito pela autora no estudo do bairro. A localização do edifício em planta segue a numeração arábica, cuja correspondência está indicada na Figura 44 acima.

TIJUCA - EDIFÍCIO “E”

EDIFÍCIO MAJOR ÁVILA, 200

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policiamento
23,0	38,5	38,5	61,5	69,0	46,0	84,6

Tabela 6: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Major Ávila, 200

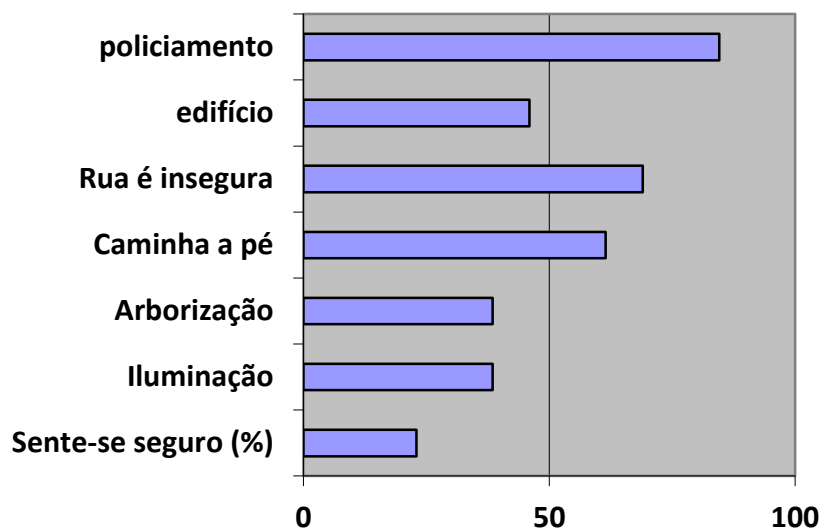


Gráfico 14: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Major Ávila, 200



Figura 45: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Major Ávila, 200. Fonte: Google Maps, 2013.



Figura 46: Edifício Rua Major Ávila, 200 e sua envolvente urbana, 2012.

O edifício habitacional localizado na **Rua Major Ávila, 200** possui sete pisos sobre piso térreo é ocupado por um comércio diversificado. Há facilidade de acesso pelos usuários devido à calçada pavimentada de amplas dimensões. Esta calçada apresenta entretanto, alguns trechos onde as raízes das árvores levantaram/quebraram o pavimento, dificultando o acesso em alguns casos. O edifício habitacional apresenta o lote fechado por grades, justificado pelos seus moradores por razões de insegurança presente na cidade, este recurso às grades será mesmo uma prática corrente na cidade carioca. A iluminação é insuficiente, e neste caso as copas das árvores prejudicam a iluminação e a visibilidade. À noite, quando o comércio esta fechado, sob as marquises do edifício dormem moradores de rua, que encontram aí “nichos” em que procuram se proteger.



Figura 47: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Major Ávila, 200.

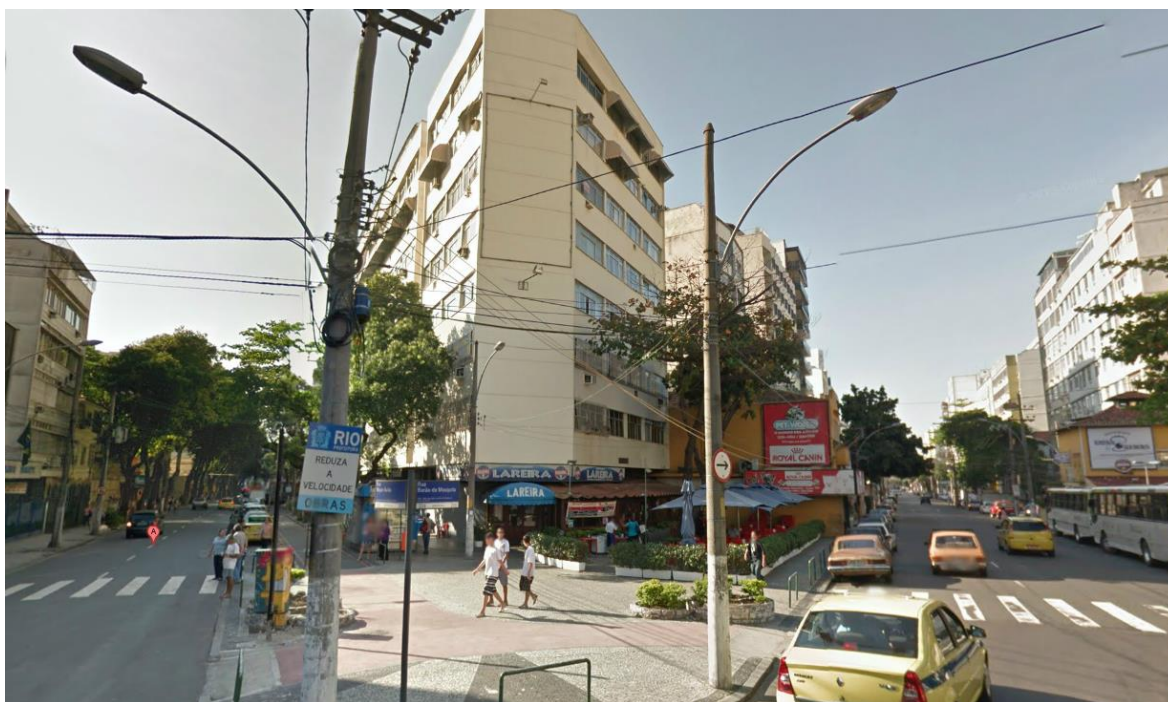


Figura 48: Indicação do piso térreo do edifício analisado, Rua Major Ávila, 200.

Refira-se que o edifício estudado apresenta a forma trapezoidal e está situado de esquina na malha urbana, com comércio contíguo à edificação. A sua envolvente imediata apresenta uma ampla área pedonal permitindo traçar eixos de movimento a partir desta área desprovida de barreiras visuais. A insegurança salientada pelos moradores pode estar relacionada ao fato de o edifício apresentar no piso térreo um elevado número de estabelecimentos comerciais, não garantindo a presença e/ou o movimento de pessoas após o seu encerramento. No trecho edificado conta-se com uma única entrada ao edifício habitacional, num plano edificado e composto por lojas comerciais.

EDIFÍCIO E RUA MAJOR ÁVILA, 200						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	-					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	-					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 24: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Major Ávila, 200.

No edifício na Rua Major Ávila foram recolhidos 8% do total de inquéritos. O sentimento de segurança na rua registra um valor mínimo de 23%, e o movimento pedonal é

assumidamente efetivado por 61%. Por sentirem-se inseguros 69% evitam passar por algumas ruas do bairro, enquanto 46% sentem-se seguros ao entrarem no edifício em que habitam; 38% acreditam que a iluminação na rua é suficiente mas a arborização interfere no sentimento de segurança. Antes da entrada da UPP no bairro, 61% foram vítimas de furto, agressão ou roubo a população foi unânime ao solicitar mais policiamento durante todo o dia e noite; mais iluminação; limpeza das ruas; retirada de pessoas de rua; poda das árvores mais frequentes e melhoria das infra-estruturas. 84 % acredita que após a implantação da UPP, o bairro tornou-se mais seguro.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o <i>controle visual do espaço/ barreiras no campo visual</i>	campo visual direcionado para as duas ruas em que o edifício faz frente. a fachada de esquina apresenta uma área de esplanada que condiciona o campo de visão
<i>presença de árvores de arruamento</i>	arborização abundante
<i>presença de iluminação noturna</i>	insuficiente
<i>locais isolados</i>	inexistente
<i>percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas</i>	percurso definido pela forma do edifício
<i>pólos de atração / comércio em vizinhança</i>	piso térreo ocupado por comércio
<i>sentimento de pertença e/ou apropriação</i>	áreas de convívio próximas
<i>sinalética / ruas sem saídas</i>	existente
a <i>escala da edificação</i> que delimitam o espaço	edifício de oito pisos de altura
<i>espaços de transição</i>	entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície em sistema rotativo
<i>janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;</i>	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para as ruas para as quais o edifício se volta com empena cega na fachada em gaveto
espaços de <i>função ambígua</i>	calçada pública / esplanada
<i>vandalismo:</i>	inexistente
<i>espaços adequados às crianças</i>	inexistente
<i>circuito de videovigilância</i>	existente
Densidade	alta densidade

Quadro 25: Quadro síntese: Edifício E

TIJUCA - EDIFÍCIO “F1”

EDIFÍCIO NA RUA BARÃO DE MESQUITA, 510

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
63,0	52,6	15,7	100,0	5,2	94,7	100,0

Tabela 7: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Barão de Mesquita, 510.

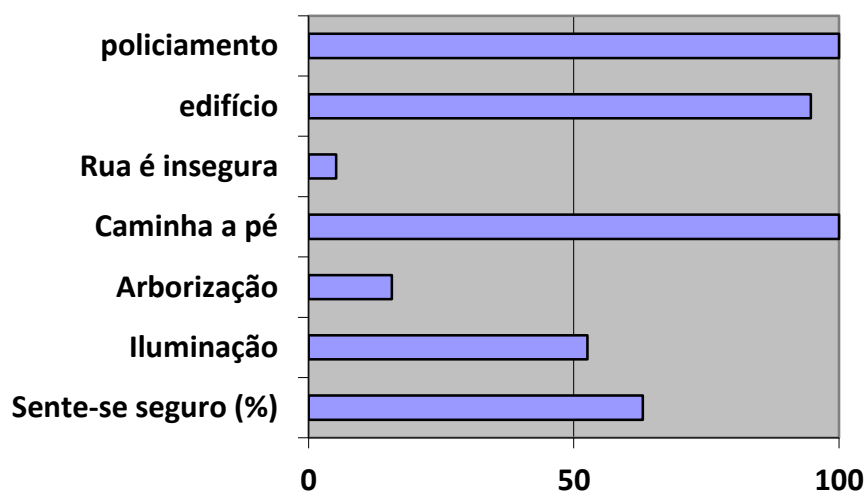


Gráfico 15: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Barão de Mesquita, 510.

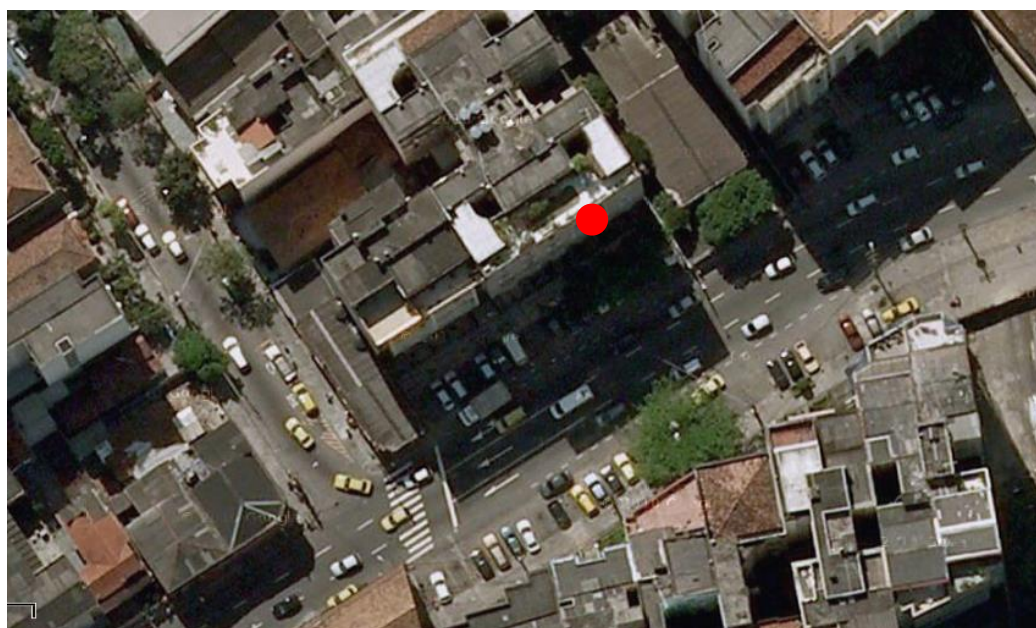


Figura 49: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Barão de Mesquita, 510. Fonte: Google, 2013.

O edifício habitacional localizado na **Rua Barão de Mesquita, 510** está implantado no tecido urbano central do Bairro da Tijuca, recuado em relação ao eixo viário. Com o edifício do lado, em correnteza abrem espaço para a existência de um passeio mais amplo, porém o fato de estarem ladeados por volumes de um único piso confere-lhe um local de permanência e conversa. Verifica-se uma característica na implantação do edifício assim como ao edifício vizinho, também ele destinado à habitação. Ambos estão recuados relativamente às edificações vizinhas Estes mesmos volumes interrompem o campo de visibilidade permitindo a identificação de um local onde os usuários podem ser surpreendidos. O edifício está implantado sob pilotis onde se situam as garagens. A calçada é pavimentada com pedra portuguesa e ainda abriga um canteiro com jardim e árvores crescidas que não impedem a visão dos moradores.

O sentimento de segurança na rua registra um valor de 63% e o movimento pedonal atinge o valor máximo (100%) assim como o valor alcançado pela presença de policiamento após a chegada da UPP. A arborização é apontada como uma questão remetida a segundo plano, i.e., o valor baixo indica uma satisfação com a sua presença. A segurança ao entrar no edifício habitacional apresenta igualmente valor elevado. Salienta-se que a presença de porteiros e vigilância 24 horas é uma constante na cidade de um modo geral e no Rio de Janeiro em particular.



Figura 50: (A – D): Edifício na Rua Barão de Mesquita, 510 e sua envolvente urbana, 2012.

EDIFÍCIO F1 RUA BARÃO DE MESQUITA, 510						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente	+					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	-					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia	+					

Quadro 26: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Barão de Mesquita, 510.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	o edifício implantado em correnteza apresenta um amplo campo visual livre na área frontal, onde se localiza um pequeno espaço para o parque automóvel
presença de árvores de arruamento	arborização de amplas copas implantadas distante do edifício
presença de iluminação noturna	bem definida nos espaços públicos
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários /barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais a área da praça central
pólos de atração /comércio em vizinhança	área vizinha marcada pelo comércio local
sentimento de pertença e/ou apropriação	local apresenta sinais de uso pela permanência
sinalética /ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	projeto arquitetónico recuado da linha de fronteira
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície em sistema rotativo
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	existente: praça utilizada para o estacionamento automóvel
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	existente na entrada do edifício
densidade	vida quotidiana de bairro de médias dimensões

Quadro 27: Quadro síntese: Edifício F1.

TIJUCA - EDIFÍCIO “F2”

EDIFÍCIO NA RUA BARÃO DE MESQUITA, 248

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
42,8	42,8	0	100,0	85,7	71,4	85,7

Tabela 8: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Barão de Mesquita, 248.

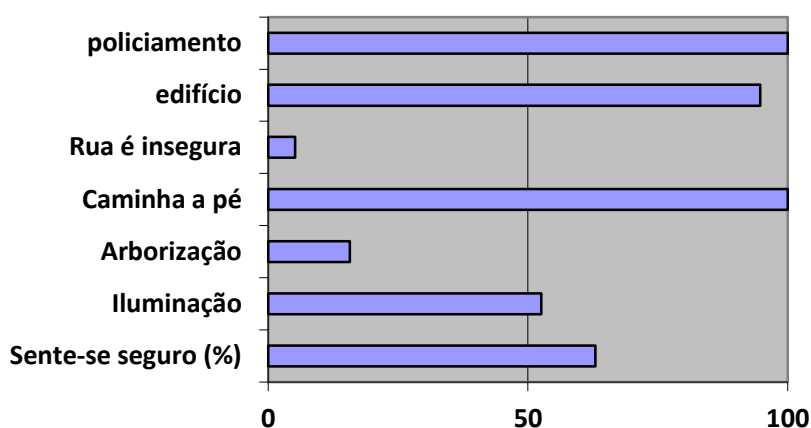


Gráfico 16: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados do edifício na Rua Barão de Mesquita, 248.



Figura 51: Edifício Rua Barão de Mesquita, 248, 2012.

O edifício situado na **Rua Barão de Mesquita, 248** integra um conjunto de torres independentes porém implantadas sobre uma plataforma onde se situam os dois pisos de garagem. A edificação apresenta catorze andares onde sobressaem as varandas voltadas para a rua principal (Figura 50). No piso térreo estão instaladas instituições bancárias e comerciais que constituem pólos de atração para a criminalidade. Neste piso estão os acessos às habitações e os portões das garagens.

Próximo à entrada da garagem há uma grande árvore que, ainda sem manutenção, não impede a visibilidade dos moradores, estando esta árvore na altura dos pisos superiores das garagens. O passeio é generosamente largo e contínuo embora com deformações criando ondulações no pavimento.



Figura 52 (A - B): Edifício na Rua Barão de Mesquita, 248 e sua envolvente urbana. Fonte: Google, 2013.

No edifício na Barão de Mesquita, 248 o sentimento de segurança na rua registra um valor de 43%, e o movimento pedonal registra um valor máximo. Por sentirem-se inseguros 87,5% evitam passar por algumas ruas do bairro, enquanto 46% sentem-se seguros ao entrarem no edifício em que habitam; 43% acreditam que a iluminação na rua não é suficiente mas a arborização não interfere no sentimento de segurança. Com a presença da UPP no bairro 87,5% acredita que o bairro tornou-se mais seguro.

EDIFÍCIO F2						
RUA BARÃO DE MESQUITA, 248						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	-					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	-					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 28: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Barão de Mesquita, 248.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual não permite o controlo sobre todo o espaço público devido à implantação do edifício sobre uma plataforma comercial
presença de árvores de arruamento	arborização de composição paisagística do espaço e longe da edificação
presença de iluminação noturna	afastada do edifício, localizada nos espaços públicos
locais isolados	Inexistente
percursos alternativos eixos viários /barreiras físicas	rua pedonal muito movimentada com percurso feito em calçada
pólos de atração /comércio em vizinhança	comércio no piso térreo como pólos de atração
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
sinalética /ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício em torre com elevada altura
espaços de transição	espaço público e privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos, mas a distância ao solo esbarra na plataforma onde assenta a edificação
espaços de função ambígua	Inexistente
vandalismo:	lixo na rua
espaços adequados às crianças	Inexistente
circuito de videovigilância	existente
densidade	alta densidade

Quadro 29: Quadro síntese do Edifício F2.

TIJUCA - EDIFÍCIO “F3”

EDIFÍCIO NA RUA BARÃO DE MESQUITA, 568

Locais	Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
F2	42,8	42,8	0	100,0	85,7	71,4	85,7

Tabela 9: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Barão de Mesquita, 568.

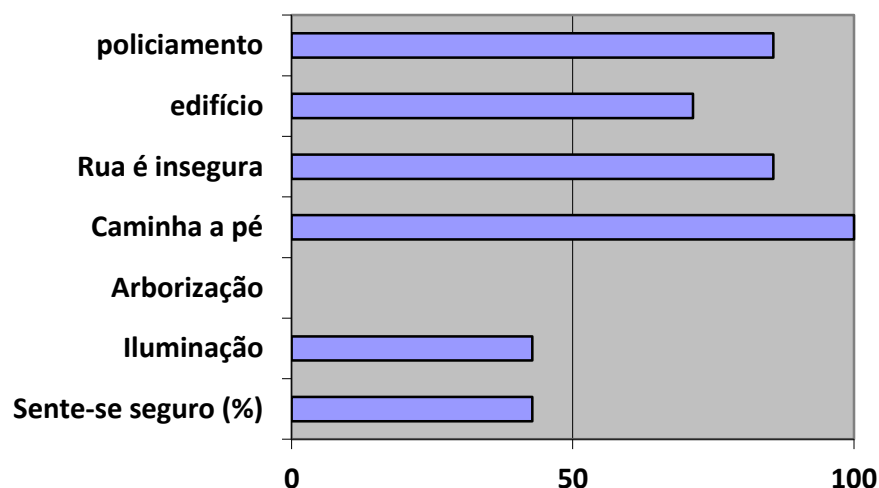
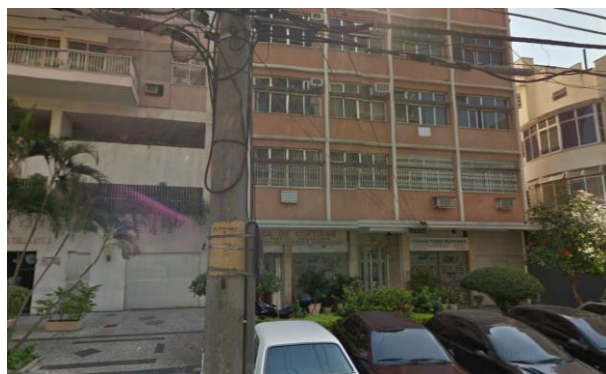


Gráfico 17: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Barão de Mesquita, 568.

O edifício de apartamentos situado na **Rua Barão de Mesquita, 568** possui sua fachada principal distribuída no sentido longitudinal do eixo viário. A garagem está situada no piso -1. Os estabelecimentos comerciais são diversificados e estão implantados nas proximidades da edificação e apresentam um recuo relativamente ao edificado, formalizando um passeio de cerca de dois metros. Neste passeio foi entretanto, instalada uma jardineira ao longo de toda a extensão da fachada.



A



B

Figura 53 (A - B): Edifício na Rua Barão de Mesquita, 568 e sua envolvente urbana, 2012.

Esta jardineira foi intencionalmente implantada de modo a dificultar o acesso à estranhos e permitir o acesso seleccionado dos moradores ao edifício. O gradeamento continua a ser um elemento presente resguardando o “espaço de transição” entre o público e o privado.

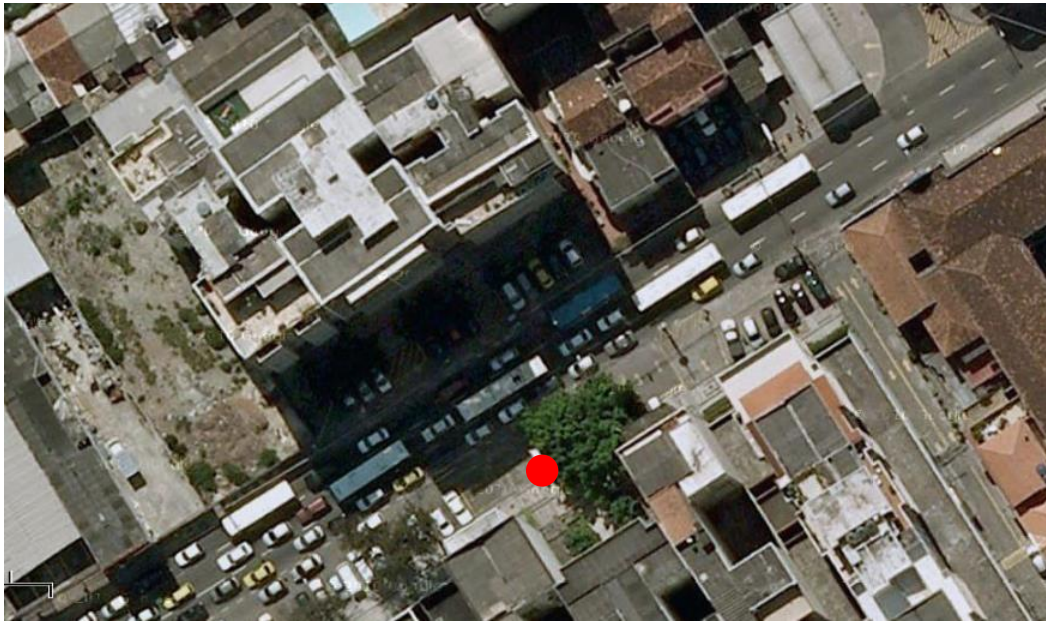


Figura 54: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Barão de Mesquita, 568.
Fonte: Google, 2013.

Os moradores do edifício na Rua Barão de Mesquita, 568 indicam que a arborização existente nas proximidades do edifício não apresenta um problema. Confrontando o fato do morador se sentir seguro na sua rua com outro, relacionado com o fato de acharem que a sua rua é insegura, permite associar tal diferença à uma questão de escala, de métrica e de acesso visual.

Neste caso há uma relação oposta quando considera-se que 71% sentem-se seguros ao entrarem no edifício em que habitam; 43% acreditam que a iluminação na rua é suficiente e a arborização não interfere no sentimento de segurança. Mas as percentagens indicam ainda que o percurso pedonal é realizado por todos os moradores apesar de considerarem a rua insegura (86%). Esta diferença está relacionada ao afastamento ou proximidade ao seu edifício habitacional. Quanto maior é o afastamento do que se pode considerar o seu diâmetro de movimento no quotidiano, maior a insegurança; 88 % dos entrevistados acredita que após a implantação da UPP, o bairro tornou-se mais seguro.

EDIFÍCIO F3 RUA BARÃO DE MESQUITA, 568						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente	+					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	-					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 30: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Barão de Mesquita, 568

parâmetros de análise SIDES	síntese
<i>o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual</i>	campo visual livre na área central permite o controlo visual sobre todo o espaço público
<i>presença de árvores de arruamento</i>	arborização de composição paisagística do espaço central, presença de arbustos e jardim exterior
<i>presença de iluminação noturna</i>	bem definida nos espaços públicos
<i>locais isolados</i>	inexistente
<i>percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas</i>	apresenta alternativas de percursos pedonais a área da praça central
<i>pólos de atração / comércio em vizinhança</i>	comércio e serviços como pólos de atração
<i>sentimento de pertença e/ou apropriação</i>	áreas de convívio próximas
<i>sinalética / ruas sem saídas</i>	existente e com clareza
a escala da <i>edificação</i> que delimitam o espaço	edifício em altura
<i>espaços de transição</i>	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície
<i>janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;</i>	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de <i>função ambígua</i>	inexistente
<i>vandalismo:</i>	inexistente
<i>espaços adequados às crianças</i>	inexistente
<i>circuito de videovigilância</i>	existente
<i>densidade</i>	baixa densidade

Quadro 31: Quadro síntese do Edifício F3.

TIJUCA - EDIFÍCIO “G”
EDIFÍCIO NA RUA SANTO AFONSO, 413

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
50,0	25,0	25,0	75,0	50,0	75,0	75,0

Tabela 10: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Santo Afonso, 413.

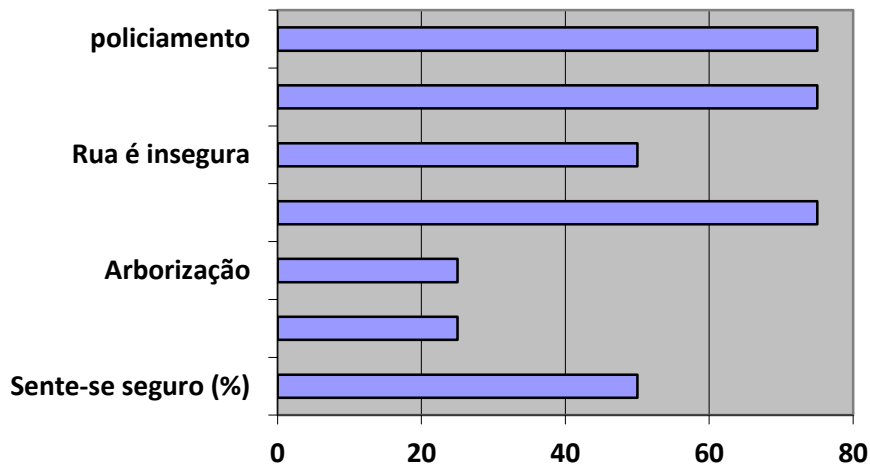


Gráfico 18: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Santo Afonso, 413.

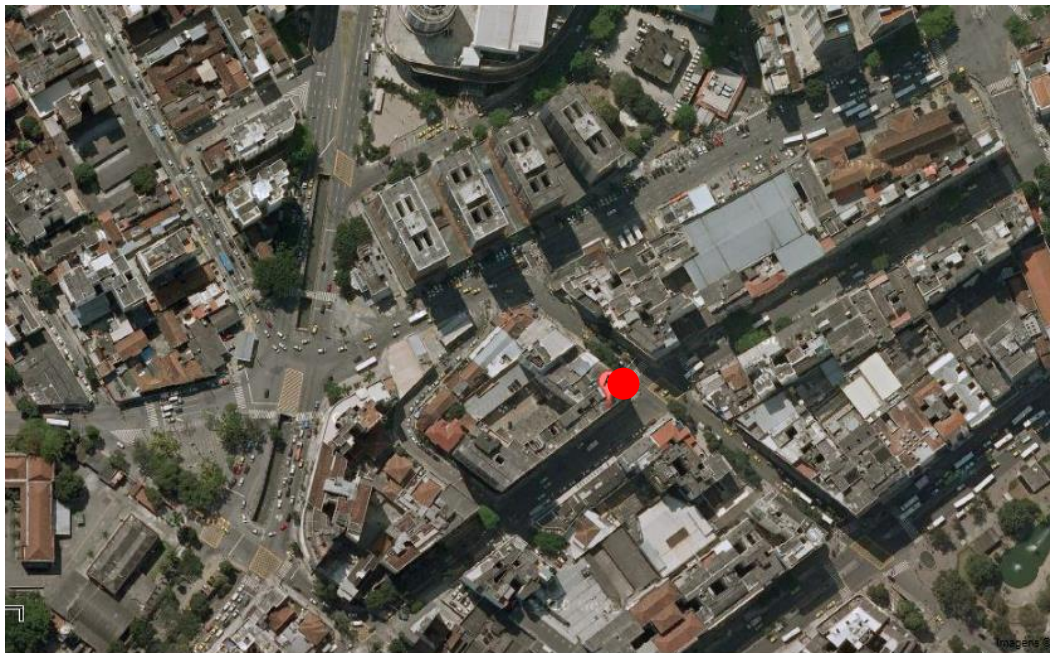


Figura 55: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Santo Afonso, 413.
 Fonte: Google, 2013.

Edifício de gaveto com entrada principal pela **Rua Santo Afonso, 413** o edifício apresenta grandes planos de fachadas planas em vidro, sem garagem. O edifício conta no seu piso térreo com um comércio diversificado que ocupa a maior extensão deste piso, remetendo apenas um pequeno portão em grade como entrada do edifício. O pavimento é calçetado em pedra portuguesa, com largura confortável para quatro pessoas caminharem lado a lado. Na esquina da rua, há uma árvore cuja altura não impede o controlo visual de quem esteja no piso térreo.



Figura 56: Edifício Rua Santo Afonso, 413 e sua envolvente urbana. Fonte: Google, 2013.

No edifício na Rua Santo Afonso o sentimento de segurança na rua registra um valor limite na ordem dos 50%. O que dá a entender que existe um equilíbrio entre aqueles que se sentem seguros e aqueles que se sentem inseguros na sua área de habitação. Para obter uma informação mais clara, comparou-se o fato destes moradores apresentarem percentagens elevadas quanto a três outros parâmetros: a presença do policiamento nas ruas (75%), o sentir-se seguro ao entrar ou sair do prédio (75%) e o fato de caminhar a pé na rua (75%), indicando a existência de movimento pedonal.

EDIFÍCIO G RUA SANTO AFONSO, 413						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente						
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé						
Evita alguma rua						
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 32: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES Rua Santo Afonso, 413.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual livre na área central mas condicionado pelo tecido urbano irregular que não permite o controlo visual sobre todo o espaço público
presença de árvores de arruamento	sem arborização
presença de iluminação noturna	deficiente nos espaços públicos
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	não apresenta alternativas de percursos pedonais
pólos de atração / comércio em vizinhança	comércio como pólos de atração
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas à entrada do edifício
sinalética / ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de três pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	existente
densidade	baixa densidade

Quadro 33:Quadro síntese do Edifício G.

TIJUCA - EDIFÍCIO “H1”

EDIFÍCIO NA RUA CONDE DE BONFIM, 1084

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
100,0	83,3	83,3	83,3	33,e	100,0	66,6

Tabela 11: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Conde de Bonfim, 1084.

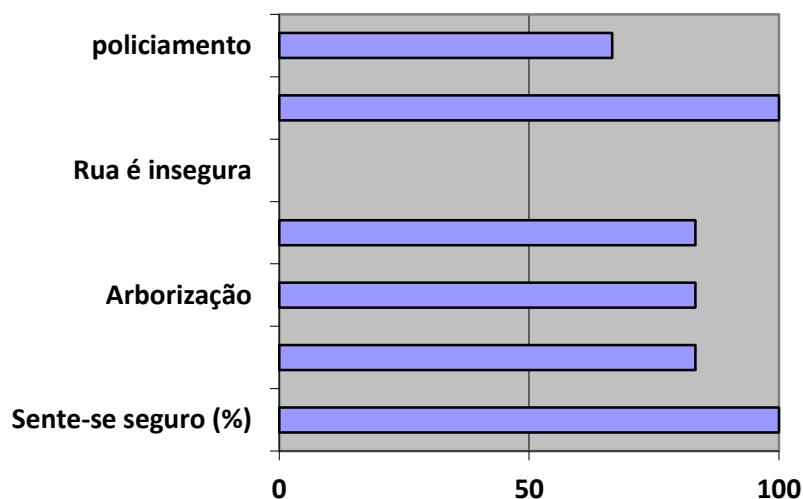


Gráfico 19: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Conde de Bonfim, 1084.



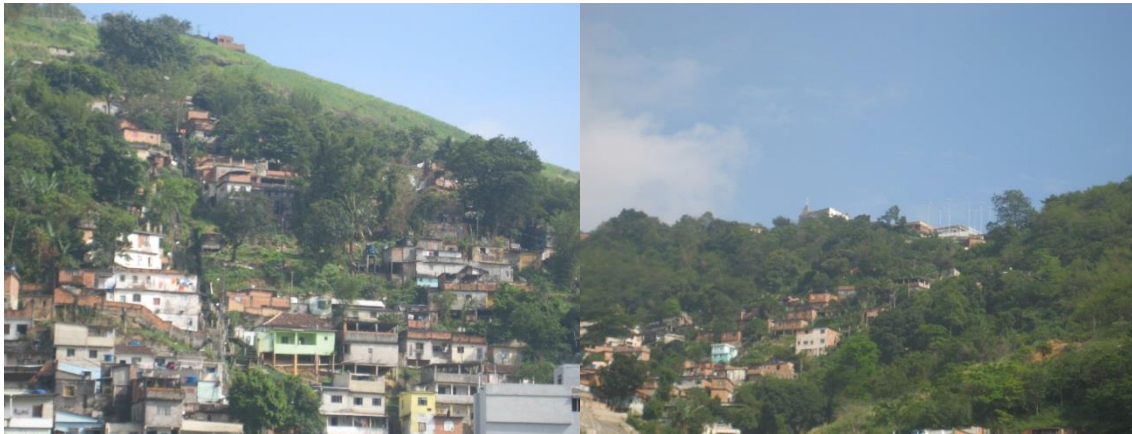
Figura 57: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Conde de Bonfim, 1084.

Fonte: Google, 2013.



O bloco, enquanto edifício isolado nas suas quatro faces e definido pelo Movimento Moderno, localizado na **Rua Conde de Bonfim, 1084**, está assente sobre pilotis utilizado como garagem. O edifício está implantado de modo perpendicular ao eixo viário e possui controlo de entrada pela rua lateral. O entorno do edifício possui área privada e comum. A calçada de extensão diminuta, divide espaço com as árvores, postes de iluminação e hidrantes, onde os pedestres com carrinho de bebe ou sacolas de compras, aguardam que outros na direção oposta passem para que estes sigam. O edifício está situado de frente para a “Comunidade do Borel”.

Figura 58: Edifício Rua Conde de Bonfim, 1084 e sua envolvente urbana, 2012.



A

B

Figura 59 (A - B): Vistas da Comunidade vizinha ao Borel: Chácara do Céu, 2012.

No edifício na Rua Conde Bonfim 1084 o sentimento de segurança registra um valor máximo de 100%, o que contrasta com o valor de 33% associado à insegurança na rua. O fato está associado à presença de áreas exteriores encerradas por gradeamentos e contíguas ao edifício, que permite o convívio ou a permanência dos moradores e eventuais visitantes. Portanto no interior deste gradeamento sentem-se seguros, mas ao sair da sua “área de proteção”, prevalece o sentimento de insegurança. O parâmetro

do caminhar a pé na rua desce relativamente aos demais edifícios analisados (83%). E aqui a iluminação e a presença abundante da arborização e da vegetação indicam um sinal de sentido negativo (83%) como aspectos a considerar pelos responsáveis da sua manutenção; 100 % acredita que após a implantação da UPP, o bairro tornou-se mais seguro.

EDIFÍCIO H1 RUA CONDE DE BONFIM, 1084						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente	+					
Arborização interfere na segurança	-					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	-					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 34: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Conde de Bonfim,1084.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual não permite o controlo sobre todo o espaço público, estando o edifício implantado no fundo do lote voltado para as favelas
presença de árvores de arruamento	arborização de composição paisagística do espaço central
presença de iluminação noturna	bem definida nos espaços públicos
locais isolados	Inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais a área da praça central
pólos de atração / comércio em vizinhança	comércio, colégio e hospital como pólos de referência
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio no interior do lote
sinalética / ruas sem saídas	Existente
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de sete pisos de altura com cobertura
espaços de transição	gradeamento separa o espaço público do privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento em garagem aberta no interior do lote
janelas voltadas para o espaço /fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	Inexistente
vandalismo:	violência urbana/ armas/tiros contra o edifício
espaços adequados às crianças	Inexistente
circuito de videovigilância	existente
densidade	média densidade

Quadro 35: Quadro síntese do Edifício H1.

TIJUCA - EDIFÍCIO “H2”

EDIFÍCIO NA RUA CONDE DE BONFIM, 733

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policiamento
45,0	45,0	10,0	40,0	25,0	45,0	40,0

Tabela 12: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Conde de Bonfim, 733.

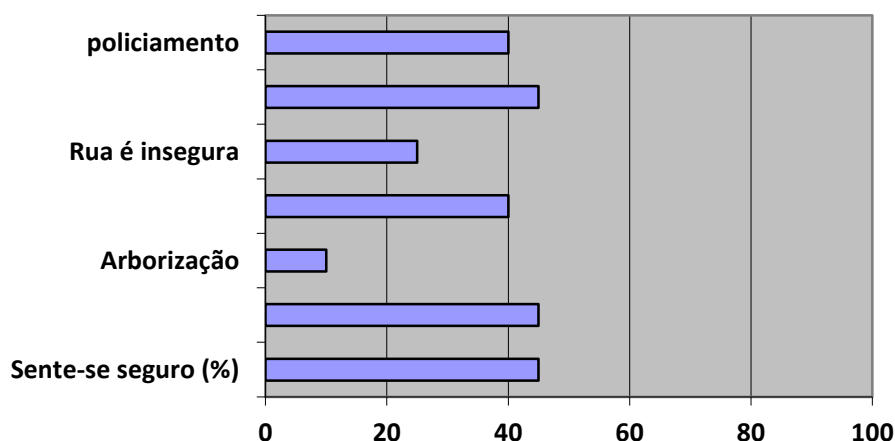


Gráfico 20: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Conde de Bonfim, 733.

Edifício com a fachada principal voltada para o eixo viário **Rua Conde de Bonfim, 733** sem garagem, e implantado sobre piso térreo com comércio diversificado. O amplo calçamento é feito com recurso aos blocos de cimento. O edifício em “torre” está centralizado sobre marquise no terreno, portanto os moradores que possuem seus apartamentos de frente para a rua tem pouca visibilidade para a mesma. As árvores localizadas em frente a portaria principal não interfere com os eixos de visibilidade e acessibilidade. A portaria do edifício faz sua separação do logradouro público através de portão de ferro.

O edifício na Rua Conde de Bonfim, 733 apresenta os valores mais baixos relativamente aos demais edifícios e envolvente urbana respectiva analisadas. Este fato indica que diversas intervenções teriam que ser efetivamente realizadas para atingir um nível satisfatório de segurança pelos seus moradores: desde a limpeza das ruas ao realojamento de pessoas de rua; poda das árvores mais frequentes e melhoria das infraestruturas. Mesmo após a implantação da UPP, a população não acredita nas alterações sociais e de segurança do bairro.



Figura 60: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Conde de Bonfim, 733.
 Fonte: Google, 2013.



A



B

Figura 61 (A - B): Edifício Rua Conde de Bonfim, 733 e sua envolvente urbana, 2012.

EDIFÍCIO H2 RUA CONDE DE BONFIM, 733						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	-					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	-					
Evita alguma rua	-					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	-					
Presença da polícia positivo	-					

Quadro 36: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Conde de Bonfim, 733.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual restrito pela localização da torre no centro do terreno, sob marquise, que impede a visualização do passeio e não permite o controlo visual sobre todo o espaço público
presença de árvores de arreamento	arborização ocupa passeio próximo ao comércio, o que impede a visualização
presença de iluminação noturna	insuficiente
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	inexistente
pólos de atração / comércio em vizinhança	o edifício está implantado em pólo comercial
sentimento de pertença e/ou apropriação	inexistente
sinalética / ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de dez pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	garagem ao nível da rua
janelas voltadas para o espaço /fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	existente
densidade	baixa densidade

Quadro 37: Quadro síntese do Edifício H2.

TIJUCA - EDIFÍCIO “I”

EDIFÍCIO NA RUA DESEMBARGADOR ISIDRO, 103

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
25,0	0	100,0	75,00	100,0	100,0	100,0

Tabela 13: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Desembargador Isidro, 103.

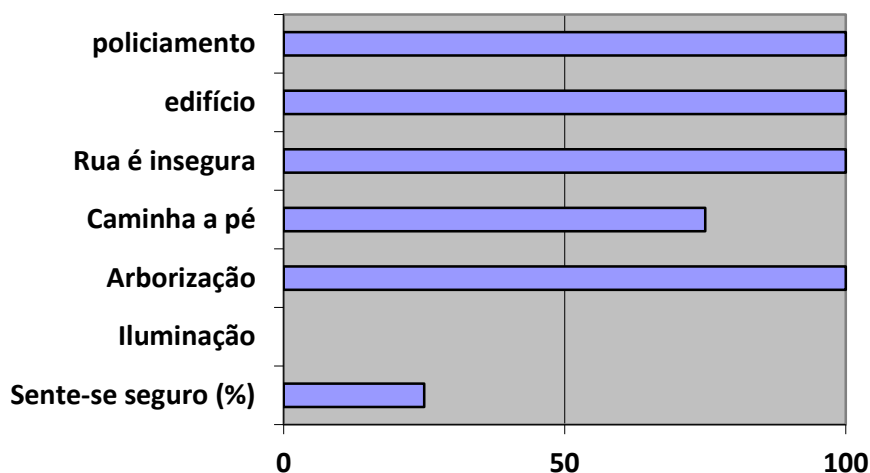


Gráfico 21: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Desembargador Isidro, 103.

O edifício da **Rua Desembargador Isidro, 103** de gaveto, sem varanda, é recuado sob colunas de mármore, com canteiros ao longo de toda a fachada, uma forma de manter a frente do edifício somente para os pedestres, porém o excesso de árvores, das mais diversas dimensões e formas, impede a visibilidade clara dos moradores, bem como de controlar o movimento pedonal e viário de quem entra e sai do edifício.

No edifício na Rua Desembargador Isidro, 103 a segurança na rua registra valores elevados na maioria dos parâmetros analisados. A presença da UPP no bairro contribuiu para este quadro.



Figura 62: Edifício Rua Desembargador Isidro, 103 e sua envolvente urbana, 2012.



Figura 63: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Desembargador Isidro, 103. Fonte: Google, 2013.

EDIFÍCIO I						
RUA DESEMBARGADOR ISIDRO, 103						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	-					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 38: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Desembargador Isidro, 103, Tijuca.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual aberto sobre esquina em cruzamento de duas vias com o passeio para todo o espaço público
presença de árvores de arruamento	arborização e canteiros impedem a visibilidade
presença de iluminação noturna	Insuficiente
locais isolados	Inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais
pólos de atração /comércio em vizinhança	inexistente
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
senalética /ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de oito pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	Inexistente
vandalismo:	Inexistente
espaços adequados às crianças	Inexistente
circuito de videovigilância	existente
densidade	baixa densidade

Quadro 39: Quadro síntese do Edifício I.

TIJUCA - EDIFÍCIO “J”

EDIFÍCIO NA RUA DOUTOR SATAMINI, 176

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
33,3	66,6	0	100,0	100,0	33,3	33,3

Tabela 14: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Doutor Satamini, 176.

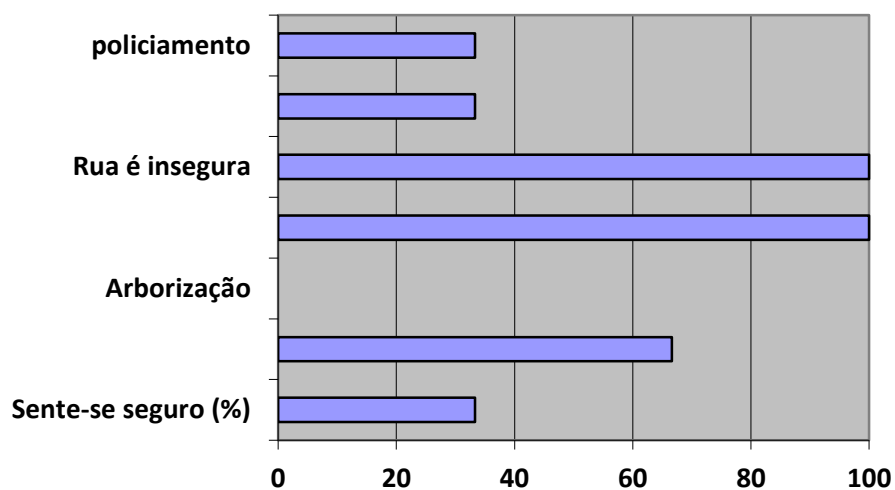


Gráfico 22: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Doutor Satamini, 176.

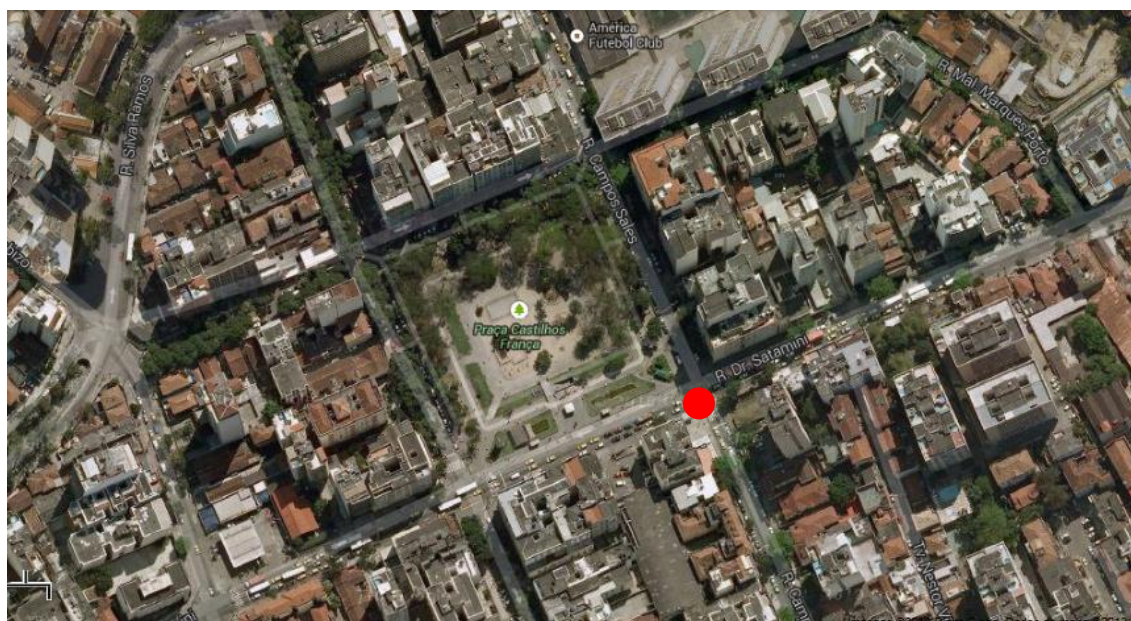


Figura 64: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Doutor Satamini, 176.

Fonte: Google, 2013.

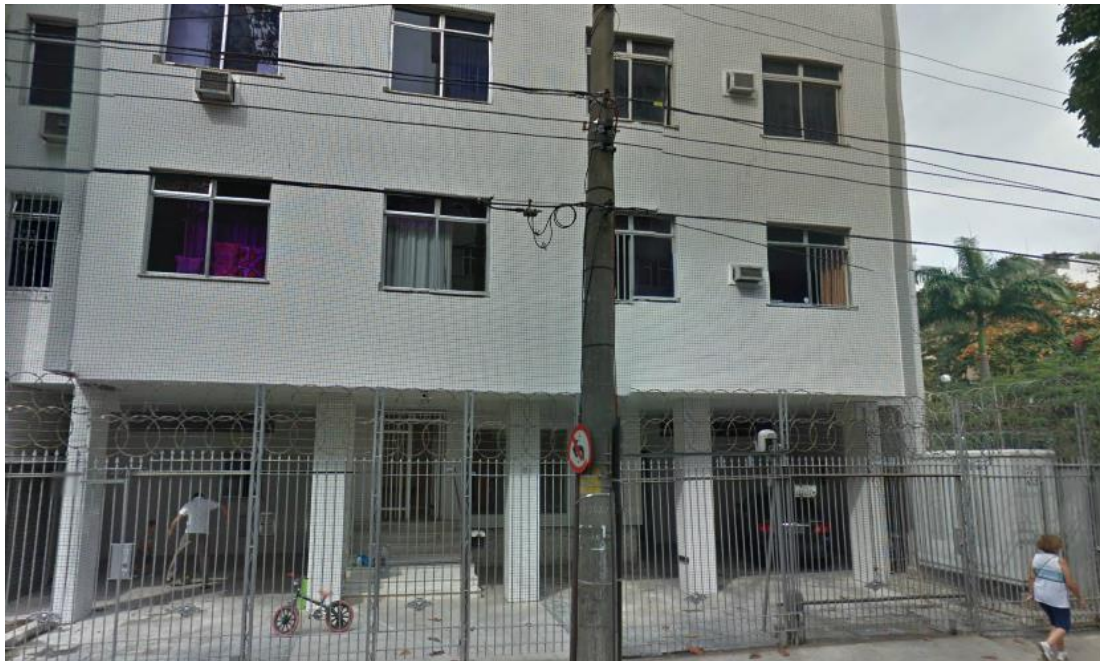


Figura 65: Edifício Rua Doutor Satamini, 176 e sua envolvente urbana, 2012.

O edifício sob pilotis utilizado como garagem, de cinco andares localizado na **Rua Doutor Satamini, 176**, não possui varanda. O edifício está implantado de frente para uma das ruas principais do bairro. Possui um recuo do logradouro público, separado por grade com cerca eletrificada. A calçada foi executada em pavimento com placas de concreto. Há um poste de iluminação pública à entrada da portaria principal, o que permite boa visibilidade a entrada e saída de pessoas e veículos.

No edifício na Rua Doutor. Satamini, 176 o sentimento de segurança na rua registra valores opostos, dando a entender que existe uma forte diferenciação entre o estar dentro ou fora das grades. Poucos (33%) acreditam que após a implantação da UPP, o bairro tornou-se mais seguro.

EDIFÍCIO J						
RUA DOUTOR SATAMINI, 176						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	-					
Iluminação eficiente	+					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia	-					

Quadro 40: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Doutor Satamini, 176.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual livre na área central
presença de árvores de arruamento	inexistente
presença de iluminação noturna	bem definida nos espaços públicos
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais
pólos de atração /comércio em vizinhança	edificações como pólos de atração
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
sinalética /ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de cinco pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento sob pilotis
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	existente mais a proteção de superfície com cerca eletrificada
densidade	baixa densidade

Quadro 41: Quadro síntese do Edifício J.

TIJUCA - EDIFÍCIO “K”

EDIFÍCIO NA RUA ANTÔNIO BASÍLIO, 31

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
66,6	66,6	66,6	66,6	33,3	100,0	100,0

Tabela 15: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Antônio Basílio, 31.

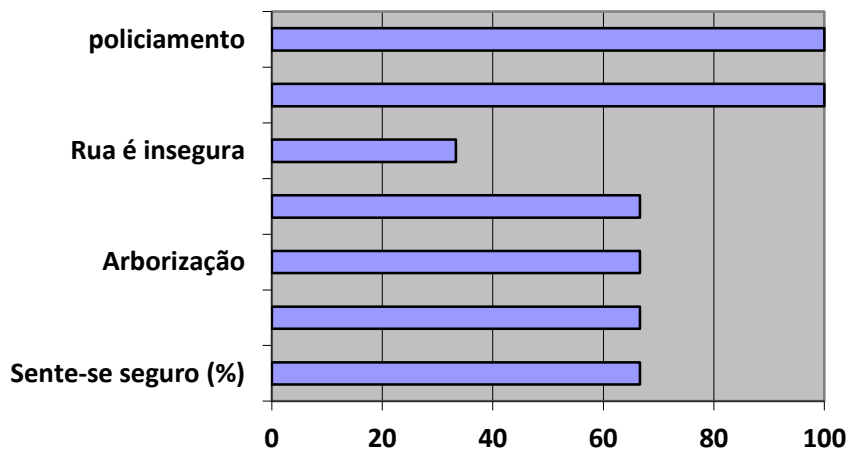


Gráfico 23: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados na Rua Antônio Basílio, 31.

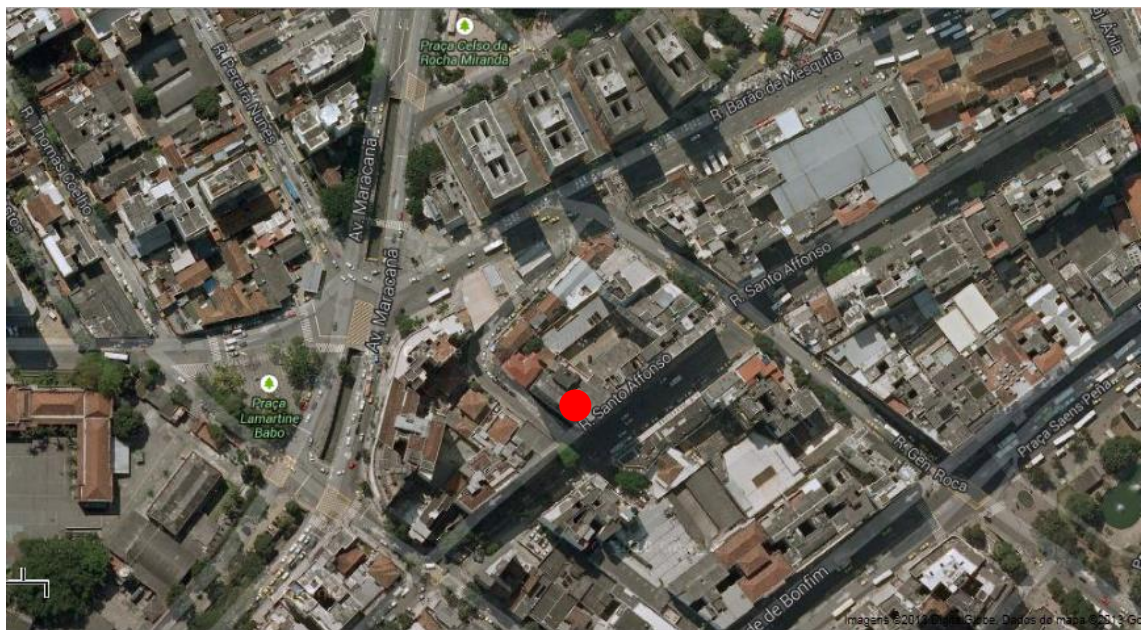


Figura 66: Indicação do do edifício analisado no tecido urbano, Rua Antonio Basílio, 31. Fonte: Google, 20013.

O edifício de gaveto sito à **Rua Antônio Basílio, 31**, com oito andares sem varanda, foi construído assente sobre pilotis utilizado como garagem. O entorno do edifício é totalmente gradeado, e sua fachada principal está voltada para a rua principal e de grande movimento diário. Faz a separação da área privada e comum ao prédio através de jardineiras e bancos para os moradores. A calçada é ampla com capacidade para quatro pessoas andarem lado a lado, porem observa-se inúmeras deformações no pavimento calçetado em pedra portuguesa.



Figura 67: Edifício Rua Antonio Basílio, 31 e sua envolvente urbana, 2012.

EDIFÍCIO K						
RUA ANTONIO BASÍLIO, 31						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente	+					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	-					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 42: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Antonio Basilio, 31

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual livre sobre todo o espaço público
presença de árvores de arruamento	arborização na calçada oposta
presença de iluminação noturna	insuficiente
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais
pólos de atração / comércio em vizinhança	edificações como pólos de atração, comércio diversificado
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
sinalética / ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de gaveto de oito pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície sob pilotis
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	existente
densidade	baixa densidade

Quadro 43: Quadro síntese do Edifício K.



Figura 69: Edifício Rua Otávio Kelly, 20 e sua envolvente.

A entrada gradeada do edifício da **Rua Dr. Otávio Kelly, 20**, que possui cinco andares sem varanda e sem garagem, é quase imperceptível face o edifício estar sobre piso com comércio diversificado e de frente para a rua a dez metros da rua principal do bairro e de grande movimento diurno e noturno. O comércio existente ao lado da entrada é do ramo de pneus de automóveis, o que dificulta a passagem dos pedestres na medida em que é constante carros estarem à frente da loja. Outro fator de dificuldade são as árvores, postes de iluminação e barras de ferro que tem como função impedir o estacionamento de veículos em cima das calçadas. O calçamento em pedra portuguesa possui um desenho limitando a parte dos automóveis e dos pedestres, porém não é respeitado além de estar necessitando de manutenção pois há muitas deformações. A arborização em frente ao edifício encobre a visibilidade e a iluminação é insuficiente. Descrito por um morador na pesquisa de campo realizada, há um bar na esquina dessa rua com a Praça Xavier de Brito que ocupa a calçada de forma irregular, o proprietário deste estabelecimento comercial, já alterou o alinhamento do meio fio e cobriu a área como se fosse particular e não uma área pública, incluindo o estacionamento que impede o ir e vir dos usuários.

EDIFÍCIO L RUA OTÁVIO KELLY, 20						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	-					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 44: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Otávio Kelly, 20.

O edifício da Rua Otávio Kelly, 20 tem a segurança comprometida pela iluminação que é insuficiente e pela arborização que impede a visibilidade dos moradores, respectivamente com 25% e 75%. O contraste se dá pela insegurança que 87,5% afirmam sentir em relação a rua, no período noturno, pois diuturnamente caminham a pé pela rua e pelo bairro, 87,5%. Da mesma forma, 87,5% afirmam que após a UPP o bairro tornou-se mais seguro.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual livre sobre todo o espaço público
presença de árvores de arruamento	arborização impede a visibilidade
presença de iluminação noturna	insuficiente
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais
pólos de atração / comércio em vizinhança	edificações como pólos de atração, comércio diversificado
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
senalética / ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de cinco pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento à superfície
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	existente
densidade	baixa densidade

Quadro 45: Quadro síntese do Edifício L.

TIJUCA - EDIFÍCIO “M”

RUA CAMARAGIBE,16

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
75,0	37,5	25,0	100	62,5	87,5	100,0

Tabela 17: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Rua Camaragibe, 16.

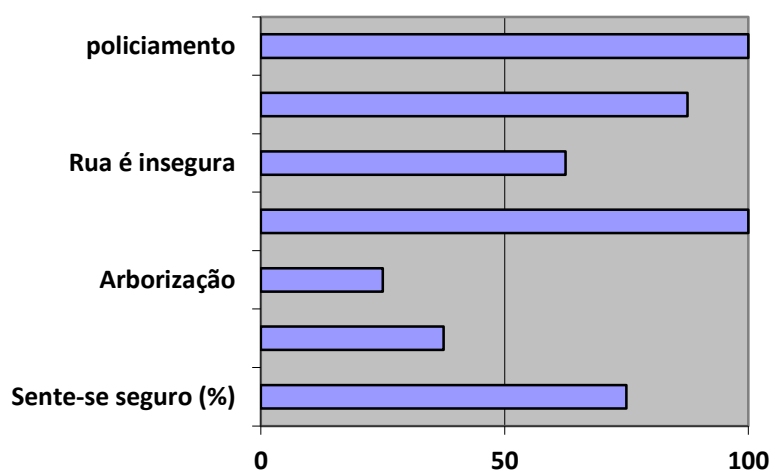


Gráfico 25: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Rua Camaragibe, 16.



Figura 70: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Camaragibe, 16. Fonte: Google, 2013.



Figura 71: Edifício Rua Camaragibe, 16 e sua envolvente urbana, 2012.

O edifício com seis andares sem varanda sito à **Rua Camaragibe, 16**, possui garagem e está assente sobre piso com galeria comercial de frente para esta rua de pouco movimento, porém a galeria possui duas entradas e a outra é de frente para a rua principal do bairro. A entrada do edifício possui grade e um espelho convexo panorâmico, para facilitar a visibilidade do porteiro. O edifício é recuado, portanto a calçada portuguesa no pavimento à frente do edifício e da galeria, é ampla inclusive com jardineiras em concreto, chumbadas ao piso, que possui a função de impedir o acesso de veículos. Diferencia do restante da rua que possui calçada estreita com no máximo um metro.

EDIFÍCIO M RUA CAMARAGIBE, 16						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	-					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 46: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Camaragibe, 16.

Os moradores do edifício sito a Rua Camaragibe, 16% sentem que tanto a iluminação quanto a arborização interferem no seu sentimento de insegurança com 37% e 25% respectivamente. Da mesma forma que 62% transferem essa insegurança para a rua, em contra partida, foram unânimes, atingindo 100% caminham a pé e acreditam que após a UPP, o bairro tornou-se mais seguro.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual livre sobre todo o espaço público
presença de árvores de arruamento	inexistente
presença de iluminação noturna	insuficiente
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais
pólos de atração / comércio em vizinhança	edificações como pólos de atração, comércio diversificado
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
senalética / ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de seis pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico com panos de vidro corrido
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento no primeiro pavimento com vegetação
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	existente além de um espelho convexo panorâmico
densidade	baixa densidade

Quadro 47: Quadro síntese do Edifício M.



Figura 73: Edifício Rua Professor Gabizo, 81 e sua envolvente urbana, 2012.

O edifício de gaveto localizado na **Rua Professor Gabizo, 81** possui sete andares, sem varanda, com garagem subterrânea, sobre piso com comércio diversificado, de frente para uma das ruas principais do bairro. A entrada do prédio possui grade, como na grande maioria dos edifícios, face ao sentimento de insegurança premente na cidade. A calçada pavimentada com pedra portuguesa, sofreu manutenção em algumas partes com placas de concreto e ainda é visível a necessidade de manutenção. No intuito de impedir que automóveis estacionem sobre a calçada em frente à entrada de pedestres e da garagem, foram instalados cones de concreto e pintados na cor amarelo, apesar de esta obstrução ser proibida em logradouro público, pois dificulta a passagem dos pedestres. A árvore existente quase na esquina da rua, impede a visibilidade de muitos dos apartamentos.

EDIFÍCIO N						
RUA PROFESSOR GABIZO, 81						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	-					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	-					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	-					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 48: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Professor Gabizo, 81.

No edifício da Rua Professor Gabizo, 81 a iluminação é inexistente, a arborização impede a visibilidade com 22,2%. Pelo fato do edifício situar-se em uma esquina, de uma das ruas principais do bairro, os moradores caminham a pé, 88,8%, mas na mesma proporção sentem-se inseguros, mormente à noite. Após a entrada da UPP, 44,4% acreditam que o sentimento de insegurança que possuem em relação ao bairro melhorou.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controle visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual livre sobre todo o espaço público
presença de árvores de arruamento	arborização que impede a visibilidade
presença de iluminação noturna	insuficiente
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais
pólos de atração / comércio em vizinhança	edificações como pólos de atração, comércio diversificado
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
signalética / ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de gaveto com sete pisos de altura estruturam o conjunto arquitetônico, com panos de vidro corrido
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	parqueamento subterrâneo
janelas voltadas para o espaço /fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	existente
densidade	baixa densidade

Quadro 49: Quadro síntese do Edifício N.

TIJUCA - EDIFÍCIO “O”

PRAÇA SAENS PENA, 55

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
44,4	33,3	11,1	77,7	66,6	77,2	66,6

Tabela 19: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Praça Saens Pena, 55.

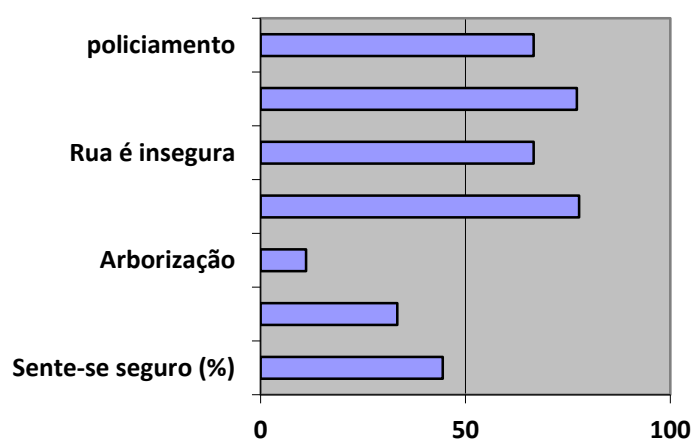


Gráfico 27: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Praça Saens Pena, 55.

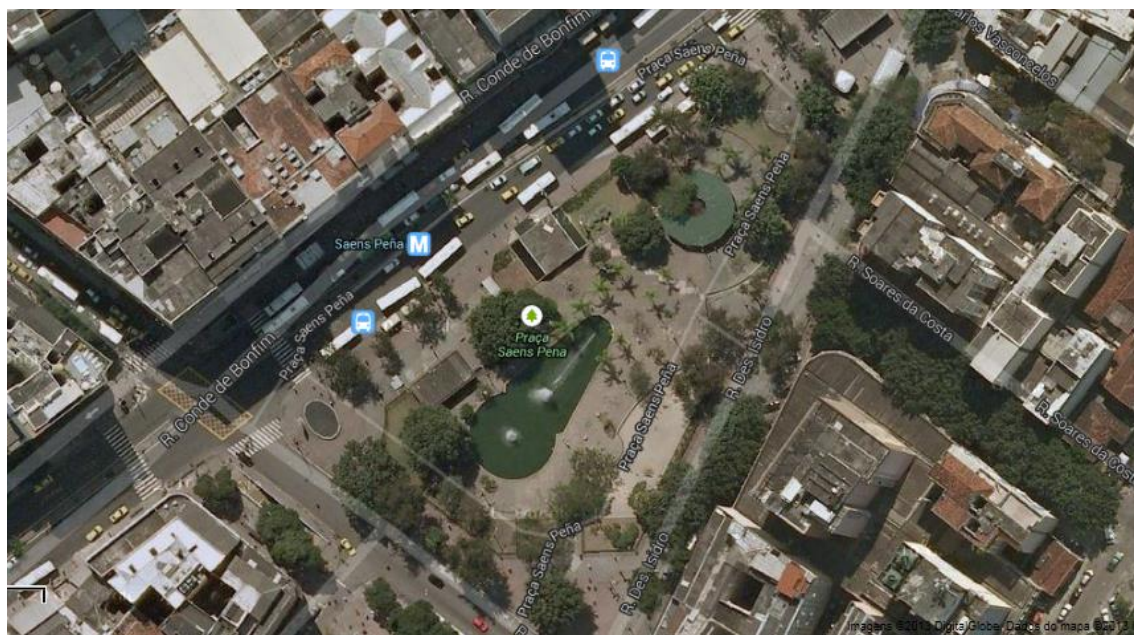


Figura 74: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Praça Saens Pena, 55. Fonte: Google, 2013.



Figura 75: Edifício Praça Saens Pena, 55 e sua envolvente urbana, 2012.

O edifício de uso comercial, situado na **Praça Saens Pena, 55** não possui varanda e nem garagem, sobre piso com comércio, localizado em uma praça com cento e um anos de construída e onde circulam diariamente, cerca de oitenta e cinco mil pessoas. Por ser um edifício comercial, a porta, apesar de ser de ferro, fica aberta todo o tempo. Para o acesso às salas comerciais, é necessário se dirigir ao porteiro.

No edifício na Praça Saens Pena o sentimento de segurança na rua registra um valor mínimo de 44%, e o movimento pedonal é reduzido, apesar de se tratar de uma ampla praça arborizada e com movimento pedonal e de permanência constante.

Ainda assim os moradores se sentem inseguros (44%) e apontam a insuficiente iluminação na rua. Solicitam mais policiamento durante todo o dia e noite; mais iluminação; limpeza das ruas; retirada de pessoas de rua; poda das árvores mais frequentes e 66 % acredita que após a implantação da UPP, o bairro tornou-se mais seguro.



A



B



C



D



F



G

Figura 76 (A – G): Praça Saens Pena, 2012.

EDIFÍCIO O						
PRAÇA SAENS PENA, 55						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	-					
Iluminação eficiente	-					
Arborização interfere na segurança	-					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 50: Apresentação das percentagens e definição da posição ocupada pelo edifício no SIDES, Praça Saens Pena, 55.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual livre sobre todo o espaço público
presença de árvores de arruamento	arborização de composição paisagística do espaço central que não impede a visibilidade
presença de iluminação noturna	bem definida nos espaços públicos
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais
pólos de atração /comércio em vizinhança	edificações como pólos de atração, comércio diversificado
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
sinalética /ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de cinco pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	inexistente
janelas voltadas para o espaço /fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
círculo de videovigilância	existente
densidade	baixa densidade

Quadro 51: Quadro síntese do Edifício O.

TIJUCA - EDIFÍCIO “P”

EDIFÍCIO NA RUA MARQUÊS DE VALENÇA, 25

Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
50,0	50,0	31,2	93,7	75,0	100,0	100,0

Tabela 20: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Rua Marquês de Valença, 25.

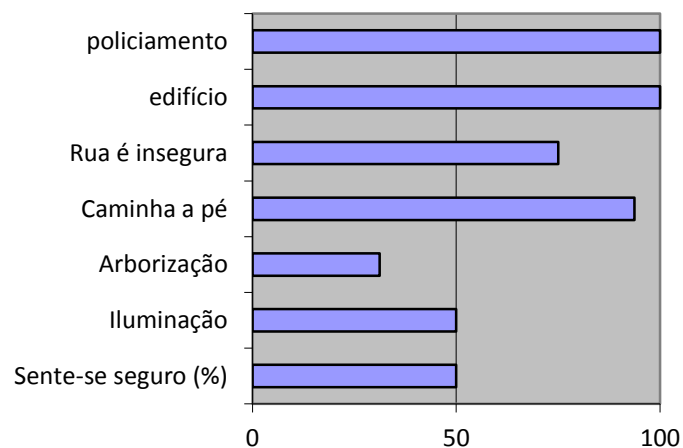


Gráfico 28: Indica a percentagem relativa ao grau de satisfação da população com os indicadores analisados Rua Marquês de Valença, 25.



Figura 77: Indicação do edifício analisado no tecido urbano, Rua Marquês de Valença, 25.
Fonte: Google, 2013.



Figura 78 (A - B): Edifício Rua Marques de Valença, 25 e sua envolvente urbana, 2012.

O edifício habitacional situado na **Rua Marques de Valença, 25** possui onze andares sobre pilotis recuado que funciona como garagem, além da subterrânea. De frente para rua, separado do logradouro público com grade e portaria. Possui grandes jardins à entrada, o que o torna mais imponente e em destaque da rua. O pavimento é calçadado em pedra portuguesa, com largura confortável de dois metros. A arborização em frente ao edifício não impede a visibilidade porém a iluminação no logradouro público é insuficiente.

No edifício na Rua Marquês de Valença, 25 o sentimento de segurança na rua registra um valor mínimo de 50%. Por sentirem-se inseguros 50% evitam passar por algumas ruas do bairro, enquanto 100% sentem-se seguros ao entrarem no edifício em que habitam; 38% acreditam que a iluminação na rua é insuficiente e a arborização interfere no sentimento de segurança; 100% acredita que após a implantação da UPP, o bairro tornou-se mais seguro.

EDIFÍCIO P RUA MARQUÊS DE VALENÇA, 25						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	+					
Iluminação eficiente	+					
Arborização interfere na segurança	-					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 52: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua Marques de Valença, 25

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual livre sobre todo o espaço público
presença de árvores de arruamento	arborização de composição paisagística do espaço central que não impede a visibilidade
presença de iluminação noturna	insuficiente
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	não apresenta alternativas de percursos pedonais
pólos de atração / comércio em vizinhança	inexistente
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
sinalética / ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de onze pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico, com panos de vidro corrido
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	garagem sob pilotis
janelas voltadas para o espaço/fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	existente
densidade	baixa densidade

Quadro 53: Quadro síntese do Edifício P.



Figura 80: Edifício Rua São Francisco Xavier, 22 e sua envolvente urbana, 2012.

O edifício habitacional localizado na **Rua São Francisco Xavier, 22** possui oito andares, sem varanda, de frente pra rua, recuado sobre pilotis que abriga a entrada da garagem subterrânea e da portaria, separada do logradouro público através de grade. O pavimento é calçetado em pedra portuguesa, com largura confortável de quatro metros que, em outros locais da rua diminui para dois.

No Edifício da Rua São Francisco Xavier, 22 o sentimento de insegurança na rua registra um valor elevado de 92%, o movimento pedonal é reduzido para 78%. Enquanto 71% sentem-se seguros ao entrarem no edifício em que habitam; 42% acreditam que a iluminação na rua é suficiente mas a arborização interfere no sentimento de segurança; 57% acredita que após a implantação da UPP, o bairro tornou-se mais seguro.

EDIFÍCIO Q						
RUA SÃO FRANCISCO XAVIER, 22						
	%	1	2	3	4	5
Sente-se seguro	-					
Iluminação eficiente	+					
Arborização interfere na segurança	+					
Caminha a pé	+					
Evita alguma rua	+					
Sente-se seguro ao entrar no edifício	+					
Presença da polícia positivo	+					

Quadro 54: Apresentação das percentagens e posição ocupada pelo edifício no SIDES, Rua São Francisco Xavier, 22.

parâmetros de análise SIDES	síntese
o controlo visual do espaço/ barreiras no campo visual	campo visual livre sobre todo o espaço público
presença de árvores de arruamento	arborização impede a visibilidade
presença de iluminação noturna	bem definida nos espaços públicos
locais isolados	inexistente
percursos alternativos eixos viários / barreiras físicas	apresenta alternativas de percursos pedonais
pólos de atração / comércio em vizinhança	edificações como pólos de atração, comércio diversificado
sentimento de pertença e/ou apropriação	áreas de convívio próximas
senalética / ruas sem saídas	existente e com clareza
a escala da edificação que delimitam o espaço	edifício de oito pisos de altura estruturam o conjunto arquitetónico
espaços de transição	presente entre o espaço público e o privado
Parqueamento/ garagens, parques de superfície,	garagem subterrânea
janelas voltadas para o espaço /fachadas cegas;	predominância de fachadas com abertura/janelas voltadas para os espaços públicos
espaços de função ambígua	inexistente
vandalismo:	inexistente
espaços adequados às crianças	inexistente
circuito de videovigilância	existente
densidade	baixa densidade

Quadro 55: Quadro síntese do Edifício Q.

SETÚBAL

SÍNTESE DAS ÁREAS ANALISADAS

Locais	Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policimento
A	51,5	40,9	13,6	81,8	53,0	36,36	18,18
B1	100,0	66,6	1,5	100	7,5	83,3	91,6
B2	66,91	52,63	15,03	86,46	52,63	31,57	48,12
C	60,60	48,4	15,15	78,78	51,51	84,84	54,54
D	72,22	52,77	16,66	8,33	41,66	50,00	8,33

Quadro 56: Resultados dos inquéritos aplicados na Av. Luísa Todi (A); Praça do Bocage (B1); Área Central do Bocage (B2); Bairro da Bela Vista - ACM (C); Bairro da Bela Vista – CS (D).

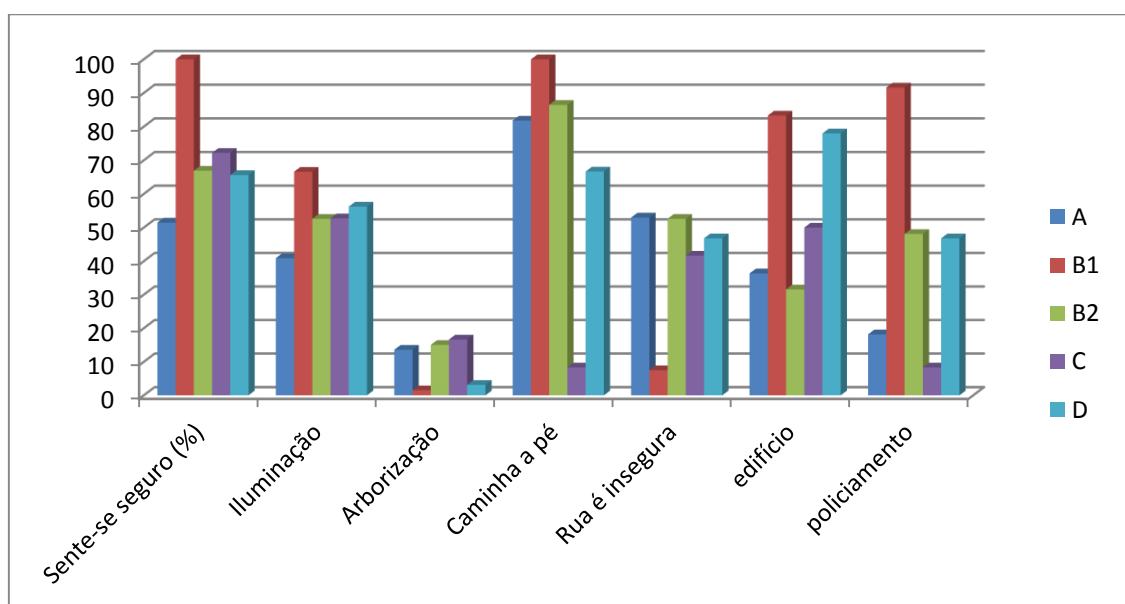


Gráfico 30(A- B): Gráfico de resultados dos inquéritos aplicados na Av. Luísa Todi (A); Praça do Bocage (B1); Área Central do Bocage (B2); Bairro da Bela Vista - ACM (C); Bairro da Bela Vista – CS (D).

Os Quadros acima apresentam os resultados do estudo desenvolvido no **Bairro de Setúbal**, incidindo nas questões e comentários feitos pela população no inquérito. A análise geral parte da interpretação destes dados por tema/questão, permitindo posteriormente uma leitura global das edificações e os seus respectivos espaços envolventes.

O sentimento de insegurança surge como um ponto em que, em todos os casos analisados, obteve valores percentuais acima dos 50%. Neste limite está a Avenida Luísa Todi cujas observações descritas nos inquéritos aponta o horário comercial como balizas para um uso mais seguro daquela avenida, onde a habitação não é o programa

funcional predominante. Mas a rua de acesso ao espaço B1, contígua à avenida referida anteriormente, é assumido como local onde a mobilidade pedonal favorece a segurança. Tal fato associa o pavimento diferenciado para o movimento a pé, e as suas características físicas – rua larga com edifícios de baixa densidade leva à “praça” num primeiro momento de alargamento do campo visual, para depois permitir identificar outro espaço, ainda mais amplo, embora com edificações, definindo o campo visual (B2). Entretanto a visão da grande praça e a presença de pessoas no espaço, pode ser comparado a um espaço-âncora do local pela presença de instituições públicas.

Já no Bairro da Bela Vista o sentimento de insegurança atinge valores que atraem a atenção das autoridades, visto que a população refere ter receio ou medo do crime no bairro em que habita.

Um olhar mais homogêneo surge quando analisamos a presença da iluminação. Mas dentro dessa homogeneidade surge curiosamente a Avenida Luísa Todi, com valor inferior quando comparado com os demais. Já referido aqui, os edifícios são iluminados a partir de focos de luz no pavimento ou no próprio edifício. Se por um lado esta solução cria um ambiente de jogo entre luz e sombras, por outro lado esta iluminação indireta permite contribuir para a formalização de áreas mais escuras que outras. Nos demais locais de estudo a iluminação atinge valores igual ou superior aos 50% considerados como limite neste estudo.

No ítem relacionado à arborização nos diversos locais, observa-se que esta não é uma preocupação da população, relativamente ao uso do espaço público e privado. Note-se que segundo o modo como está elaborada a pergunta no inquérito, quanto menores os valores maior o grau de satisfação da população. Note-se ainda que as árvores existentes são de folhas caducas, permitindo um campo visual alargado durante as estações climáticas do Outono e Inverno, enquanto nas demais protege com copas generosas. São árvores crescidas cujas copas estão acima da linha do olhar.

Quando questionados sobre o fato de caminhar a pé no bairro, o valor associado cai abruptamente no Centro Social (D) do Bairro da Bela Vista. O conhecimento sobre o funcionamento do bairro influencia de modo claro o uso de determinados espaços. Refira-se que o conjunto edificado do Bairro da Bela Vista cujos edifícios têm passagens, pedonais e viárias, ao nível do piso térreo, assim como esquinas abertas ao movimento pedonal e ao campo visual.

Muito variável é o conjunto de dados relacionado ao fato da rua onde está localizada respectiva residência ser pouco segura. Os edifícios analisados estão na faixa de 0 até os 50%, com uma queda sensível para a Praça do Bocage (B1). Com resultados

aparentemente contrários aos já apresentados. É preciso lembrar que o horário dos serviços camarários aliado à presença de pessoas, bem como o seu movimento nesta área, tem influência neste ponto, assim como no seguinte, que refere sentir-se seguro no seu edifício. Mas estes ítems discutidos nesta investigação têm como denominador comum, continuamente solicitado pela população: o policiamento, ora com uma “visibilidade ostensiva”, ora de proximidade e “visibilidade passiva” (Durão, 2008).

No **Bairro da Tijuca**, e devido ao número de edifícios analisados, a interpretação dos dados no gráfico de barras foi realizada com base na análise estatística recorrendo-se à sua representação por meio de grafos, o que veio a facilitar a visualização dos resultados. O sentimento de insegurança surge como um ponto em que, em todos os casos analisados obteve valores percentuais acima dos 50%.

	Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policiamento
E	23,0	38,5	38,5	61,5	69,0	46,0	84,6
F1	63,0	52,6	15,7	100,0	5,2	94,7	100,0
F2	42,8	42,8	0	100,0	85,7	71,4	85,7
GF	50,0	25,0	25,0	75,0	50,0	75,0	75,0
H1	45,0	45,0	10,0	40,0	25,0	45,0	40,0
H2	100,0	83,3	83,3	83,3	33,3	100,0	66,6
I	25,0	0	100,0	75,0	100,0	100,0	100,0
J	33,3	66,6	0	100,0	100,0	33,3	33,3
K	66,6	66,6	66,6	66,6	33,3	100,0	100,0
L	37,5	25,0	75,0	87,5	87,5	87,5	87,5
M	75,0	37,5	25,0	100,0	62,5	87,5	100,0
N	44,4	0	22,2	88,8	88,8	88,8	44,4
O	44,4	33,3	11,1	77,7	66,6	77,2	66,6
P	50,0	50,0	31,2	93,7	75,0	100,0	100,0
Q	35,7	42,8	50,0	78,5	92,8	71,4	57,1

Quadro 57 (A - B): Locais de aplicação do inquérito e recolha de informações na Tijuca: Rua Major Ávila (E); Rua Barão de Mesquita (F1 e F2); Rua Santo Afonso (G); Rua Conde de Bonfim (H1 e H2); Rua Desembargador Isidro (I); Rua Dr. Satamini (J); Rua Antonio Basílio (K); Rua Dr. Otávio Kelly (L); Rua Camaragibe (M); Rua Professor Gabizo (N); Praça Saens Pena (O); Rua Marques de Valença (P);

TIJUCA

SÍNTESE DAS ÁREAS ANALISADAS

Locais	Sente-se seguro (%)	Iluminação	Arborização	Caminha a pé	Rua é insegura	Edifício	Policiamento
E	23,0	38,5	38,5	61,5	69,0	46,0	84,6
F1	63,0	52,6	15,7	100,0	5,2	94,7	100,0
F2	42,8	42,8	0	100,0	85,7	71,4	85,7
GF	50,0	25,0	25,0	75,0	50,0	75,0	75,0
H1	45,0	45,0	10,0	40,0	25,0	45,0	40,0
H2	100,0	83,3	83,3	83,3	33,3	100,0	66,6
I	25,0	0	100,0	75,00	100,0	100,0	100,0
J	33,3	66,6	0	100,0	100,0	33,3	33,3
K	66,6	66,6	66,6	66,6	33,3	100,0	100,0
L	37,5	25,0	75,0	87,5	87,5	87,5	87,5
M	75,0	37,5	25,0	100	62,5	87,5	100,0
N	44,4	0	22,2	88,8	88,8	88,8	44,4
O	44,4	33,3	11,1	77,7	66,6	77,2	66,6
P	50,0	50,0	31,2	93,7	75,0	100,0	100,0
Q	35,7	42,8	50,0	78,5	92,8	71,4	57,1

Quadro 58 (A - B): Locais de aplicação do inquérito e recolha de informações na Tijuca: Rua Major Ávila (E); Rua Barão de Mesquita (F1 e F2); Rua Santo Afonso (G); Rua Conde de Bonfim (H1 e H2); Rua Desembargador Isidro (I); Rua Dr. Satamini (J); Rua Antonio Basílio (K); Rua Dr. Otávio Kelly (L); Rua Camaragibe (M); Rua Professor Gabizo (N); Praça Saens Pena (O); Rua Marques de Valença (P);

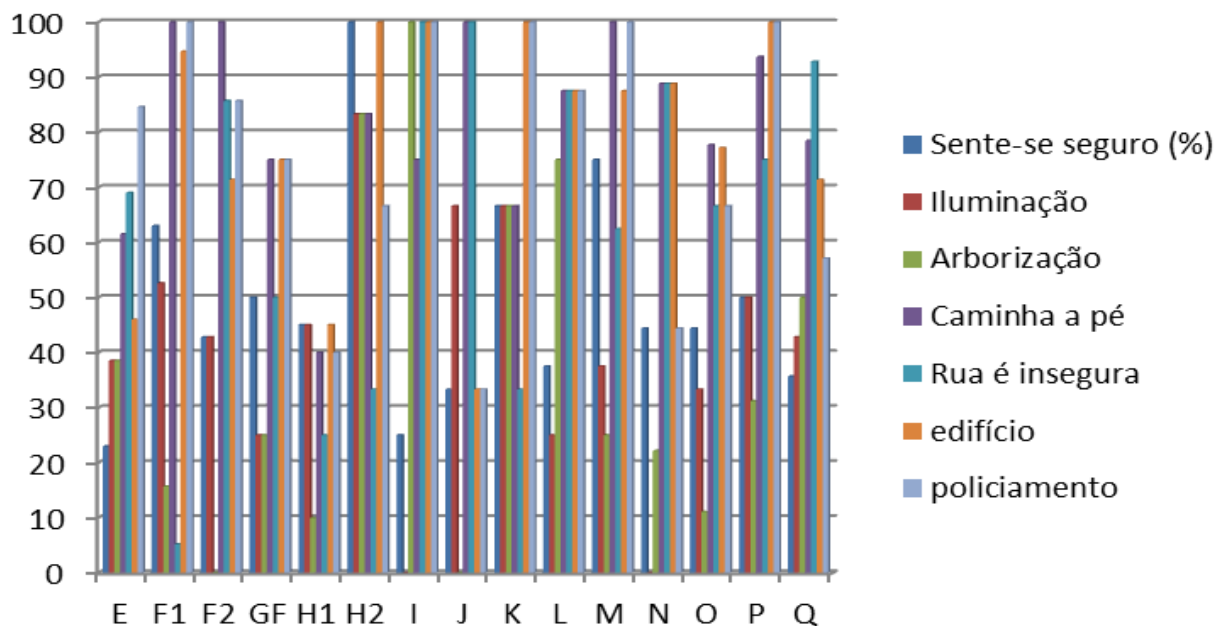


Gráfico 31: Gráfico de inquéritos aplicados no Bairro da Tijuca.



Figura 81: Crianças do Borel acolhem policias da UPP, Tijuca, 2012.

CAPÍTULO V

6. NOVAS DIRETRIZES

Uma vez construída e testada a ferramenta de análise e medição do SIDES em realidades próximas pela história mas cultural, social e geograficamente distintas, procede-se com uma reflexão crítica e pormenorizada sobre sua relação e a arquitetura da cidade. Esta avaliação leva em consideração os princípios do CPTED, aos quais vem juntar-se a análise dos "Guias" já existentes. A avaliação paralela permite perceber o modo como o SIDES poderá contribuir para uma análise que identifica os diferentes "graus de segurança" na relação espaço urbano - edificações. Por fim são assinalados os aspectos positivos e negativos da investigação ao identificar e propor o redesenho de soluções ajustadas em cada caso, bem como traçar novas diretrizes que permitam a diminuição do medo e da insegurança.

6.1 O retrato de uma realidade quotidiana

Os retratos da criminalidade em Setúbal e na Tijuca detalhadamente apresentados nesta investigação estão reunidos consoante o seus quadros sociais, mas também segundo as suas características arquitetónicas. A análise salientou aspectos de grande relevância que são esquecidos ou remetidos a um segundo plano na escala de projeto arquitetónico.

A abordagem utilizada permite identificar por um lado, alguns traços comuns no modo de lidar com a questão da criminalidade, a ponto de se aplicarem programas semelhantes em ambos os territórios, para dar resposta a problemas semelhantes (relacionados à população jovem). E por outro lado, identificar estas situações na ótica da ferramenta desenvolvida – SIDES.

Através da forma, do uso e da opinião da população, o estudo salienta a necessidade de documentar as transformações urbanas e sociais dos espaços de insegurança, que tem sido alvo, por exemplo, o Bairro da Tijuca no Rio de Janeiro, desde a tomada da favela pela UPP. Note-se que ao atuar na escala do desenho urbano, inserido na gestão do território, é possível minimizar eventuais efeitos negativos de insegurança do espaço arquitetónico.

A forma urbana tanto permite o encontro no espaço urbano, como promove o seu afastamento. Tanto aproxima como divide. E a falta de coesão social está, entre outros fatores, associada ao desenho da cidade. O texto abaixo descreve a situação em Setúbal, embora o tema tratado possa ser encontrado num mapa geográfico ampliado, em Portugal, no Brasil e não só. O cenário atual é descrito abertamente na página do PSD Distrital de Setúbal “No Distrito de Setúbal, como de resto um pouco por todo o país, é sentido o aumento da criminalidade, bem como um sentimento de insegurança que se instalou, e progressivamente se tem agudizado, em particular em municípios cuja densidade populacional é mais acentuada. Almada, Seixal e Setúbal, são disso exemplos, onde se tem manifestado o aumento de vários tipos de criminalidade, como é o caso da criminalidade violenta e grave, a criminalidade de grupo, a criminalidade transnacional, e a criminalidade juvenil e organizada.

Há diversos fatores que têm contribuído para a presente realidade, porém, mais do que diagnosticar o que há muito está diagnosticado, interessa-nos sobretudo inverter esta tendência, através de uma política imperativamente séria e integrada, que possa responder aos fenómenos criminais existentes.

A solução passa por: Policiamento de proximidade; Controlo de fontes de perigo; Proteção das vítimas mais fracas; Aposta na Ação social; Melhoria das condições

económicas; Aumento do número de agentes de segurança; Reforço e melhoria dos meios; Capacidade de investigação Vs Sofisticação da criminalidade. Setúbal é um distrito onde alguns dos índices de criminalidade atingem níveis muito superiores à média nacional, devendo por isso ser tomadas medidas concretas e específicas para a nossa realidade⁶⁰.

Perante o processo de investigação desenvolvido, convém registar e interpretar os resultados alcançados de modo que as soluções de redesenho estejam associadas à **Teoria e Prática do Projeto** em futuras intervenções no espaço público de uso coletivo. Neste sentido, a citação acima aponta como principal solução a presença do policiamento de proximidade. Estar ou não estar presente faz, segundo a população, toda a diferença. Este será mesmo o principal aspecto a reter desta investigação: a importância do uniforme como medida de precaução, apontada pelos moradores de cada local.

Mas não é apenas a população adulta os únicos a se envolverem. Questionada e ouvida a população de cada caso estudado, tornou-se interessante o fato das crianças quererem expor o seu ponto de vista uma vez que são elas os alvos letais mais elevados. Para quem o medo, ou a sua ausência, tem um caráter de sobrevivência.

6.2 A opinião dos moradores mais novos, antes e depois da intervenção da polícia de proximidade

6.2.1 No Brasil

São comentários feitos pelas crianças e jovens, a quem foram dados novos modos de ver o mundo, oportunidades de sair e conhecer outra realidade. São comentários que não garantem o futuro mas dá novo alento no presente.

“Antes não era bom. Tinha muito tiro e eles acertavam nossas casas e portas. Nem o campo desportivo que fica na cobertura da escola podia ser usado por causa das “balas perdidas”. Quando a polícia chegava a gente ficava com medo porque tinha tiroteio e podia matar a gente; tinha ladrão que roubava as coisas dos outros das lojas; a polícia vinha no morro prender os bandidos e parecia uma guerra; os bandidos ficavam perto das nossas casas. Tinha muita moto, elas quase atropelavam a gente; tinha muito

⁶⁰ http://www.psddistritalsetubal.com.pt/index.php?cid=news_content&nid=35

bandido atirando e matando as pessoas; tinha muitos tiros e ficava com sangue no chão, porque os bandidos matavam as pessoas”.

“Agora a polícia dá bom dia quando a gente passa; tem polícia perto das nossas casas; não tem bandido porque a polícia prendeu todos; a polícia está ajudando as pessoas. Até cuida da gente quando estamos sozinhos; nós gostamos da polícia boa; agora estamos corajosos pois tem polícia e não temos mais medo; quando a polícia acha que estamos com medo, conversam, falam que a gente não precisa ter medo, nem chorar, até abraçam a gente; agora está mais legal, estamos gostando e queremos que fique sempre assim”.

6.2.2 Em Portugal

Os agentes mudaram de atitude e apostam em relacionamento de proximidade, a PSP e os moradores tentam aproximação depois de confrontos e buscam soluções para problemas que há muito estão identificados. Dá-se uma desmistificação de ideias em ambos os sentidos, a polícia percebe que o bairro também tem aspectos positivos e as crianças percebem que a PSP não entra nos bairros só para bater. Ao alertar as crianças, elas transmitem à família, que também aprende.

“Tenho certeza de que o policiais serão peças muito importante neste processo porque estão mais perto dos jovens e porque conhecem bem a realidade”. As crianças gostam muito de “brincar” aos polícias de trânsito e a comunidade começa a ver a questão do outro lado. Os “minibófiás” vestiram a farda da PSP e fiscalizaram o trânsito nas ruas do bairro. As crianças exibiram com orgulho a farda da autoridade. “Bom dia, senhor condutor”, diziam aos automobilistas, antes de perguntarem pelos documentos. A um cidadão mais distraído, um dos meninos alertou: “Tem oito dias para tratar do seu novo BI, não pode andar sem documentos, ou paga multa”. “É muito giro vestir esta roupa, mas o melhor é parar os carros”. confessa Bruna, 7 anos, que “gostava muito de ser polícia quando for grande”, salientando que “gosta muito dos senhores policiais, porque eles ajudam-nos”. Já David, 8 anos, gosta mais de “buzinar nas motas”.

Vitor Gomes, 24 anos, participou pela primeira vez no jogo de futebol entre jovens e polícias e garante que “não interessa que sejam polícias, o importante é o convívio”. “É bom ver que a polícia não é nossa inimiga”.

“O entusiasmo das crianças acaba por contagiar os adultos e a comunidade começa a ver a questão do outro lado”, revela Anabela.

6.3 A opinião dos moradores

Ao responderem as questões colocadas como aquelas que maior preocupação trazem para a população, e identificadas por meio da conversa informal da autora com a população local, foi possível identificar situações de criminalidade semelhantes e outras que se utilizam dos mesmos meios em sua defesa. Apoiado na análise estatística foi possível situar cada edifício no SIDES segundo a posição ocupada na escala de 1 a 5. Lembra-se que cada posição resume um conjunto de características que identifica o edificado.

A maioria dos edifícios analisados situam-se na posição 4 que indica que o ambiente construído apresenta soluções urbanísticas e arquitetônicas que permite o uso do espaço com supervisão.

Embora todas as posições sejam contempladas com o grupo de edifícios estudados, refira-se que os extremos estão igualmente presentes, ambos na Tijuca, nas posições 1 e 5, onde o desenho do ambiente construído respeita os critérios de segurança e apresenta estratégias espaciais que implementam princípios e medidas associadas ao uso do espaço; em contra partida ao ambiente que não atende qualquer princípio básico no que concerne a segurança urbana.

Entre as perguntas feitas duas se destacam pela importância dada às mesmas, no sentido positivo: “caminha a pé no bairro” e “acha que o policiamento existente é suficiente para se sentir seguro?”

E em sentido inverso, curiosamente a “iluminação” e a “arborização”, constantemente apontadas nos “guias” como pontos de atenção, são remetidos para segundo plano, sem entretanto, excluí-las do grupo-chave de questões.

Os Quadro 59 permite visualizar mais facilmente a posição em que se situa cada um dos casos estudados no SIDES.

	1	2	3	4	5	6	7	SIDES
A	+	-	+	+	+	-	-	3
B1	+	+	+	+	-	+	+	4
B2	+	-	+	+	+	+	+	4
C	-	+	+	-	-	-	-	2
D	-	+	+	-	-	+	-	2
E	-	-	+	+	+	-	+	3
F1	+	+	+	+	-	+	+	4
F2	-	-	+	+	+	-	+	3
F3	+	+	+	+	-	+	+	4
G	+	-	+	+	+	+	+	4
H1	+	+	-	+	-	+	+	4
H2	-	-	+	-	-	-	-	1
I	+	+	+	+	-	-	+	4
J	-	+	+	+	+	+	-	4
K	+	+	+	+	-	+	+	4
L	-	-	+	+	+	+	+	4
M	+	-	-	+	+	+	+	4
N	-	-	-	+	+	-	+	2
O	-	-	-	+	+	+	+	3
P	+	+	+	+	+	+	+	5
Q	-	+	+	+	+	+	+	4

Quadro 59: Indicação das percentagens e definição da posição ocupada pelos edifícios no SIDES – Portugal e Brasil

A Figura 82 retrata o grafo síntese que cada edifício ocupa no SIDES. Se por um lado a análise aponta a existência de um único caso inserido em posições de extremidade definidas pelo SIDES: o edifício H2, N e P, respectivamente nas posições 1, 2 e 5; por outro lado, e ainda sobre estes casos referidos, verifica-se que estão situados na

totalidade no Bairro da Tijuca. A situação merece uma interpretação que tem por suporte os levantamentos espaciais e sociais, levados a cabo. Na posição 1 o Edifício H2 tem, entre outros pontos negativos, o fato de não ter uma ampla visibilidade da rua a partir do piso térreo do imóvel, i.e., o acesso ao edifício é estreito e está situado entre lojas comerciais.

Já o Edifício N tem uma presença imponente no cruzamento de duas vias principais do bairro, porém o edifício em gaveto com o piso térreo gradeado apresenta arestas em ângulo de 90 graus e sem continuidade do eixo visual, fato que pode ajudar situações de criminalidade pela “surpresa” ao dobrar da esquina.

No pólo oposto o Edifício P tem uma implantação privilegiada voltada para a Praça Saens Pena cuja relevância é assumida no desenho urbano da área. Mas além desta leitura ao nível espacial salienta-se a resposta dada pelos residentes destas edificações. Curiosamente os moradores dos edifícios H2 e N indicam que a presença da UPP na Tijuca não trouxe melhorias quanto à segurança urbana, contrariamente aos moradores do Edifício P têm uma visão muito positiva desta iniciativa pública. Para eles com a presença das UPP “o bairro tornou-se mais seguro”.

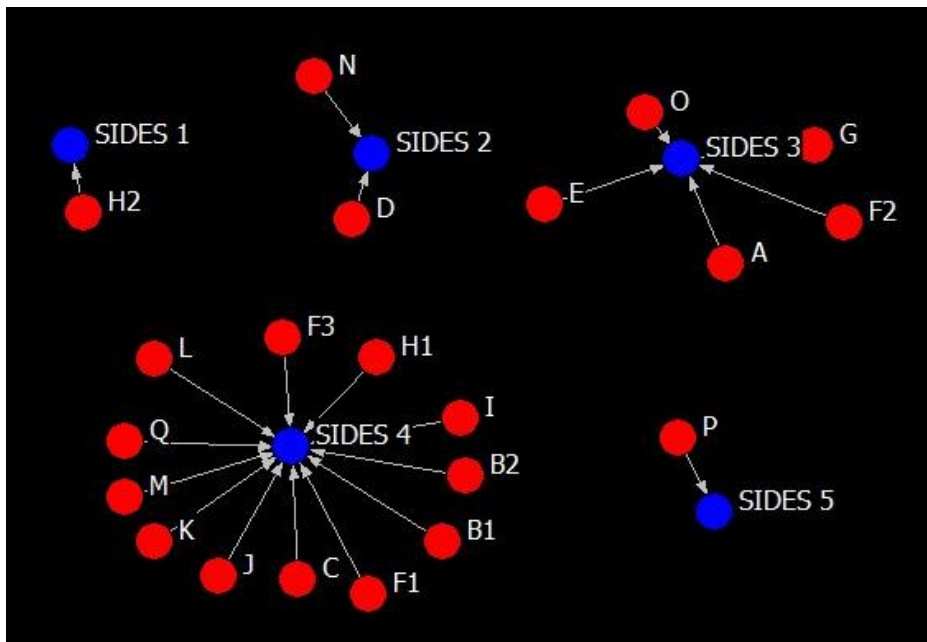


Figura 82: Grafo síntese que cada edifício ocupa no SITES

Os edifícios inseridos nas posições 3 e 4 do SITES, apresentam características espaciais diversas, mas tendo em comum o fato de o sentimento de segurança no bairro, e conseqüentemente na envolvente urbana, na rua, ter aumentado com a presença dos policiais das UPPs. O episódio traz novo alento à população que se

manifestou e apoiou a UPP enquanto o policiamento de proximidade, presente, para alguns, em representação do Estado na comunidade.

O Quadro 60 apresenta a incidência e/ou as solicitações dos residentes nos edifícios analisados, tanto em Setúbal (A, B1, B2, C, D) como na Tijuca (as demais letras).

Uma leitura entre a arquitetura e o urbanismo, por meio da segurança urbana em dois territórios e com base na diversidade social em ambos os territórios.

	I	ii	iii	iv	v	vi	vii	viii	ix	x	xi	xii	xiii	xiv
A	X	X	X	X				X				X	X	
B1	X	X		X								X	X	
B2	X			X		X		X			X	X	X	
C	X		X	X		X	X	X	X			X	X	
D	X	X	X	X			X		X				X	
E	X		X	X					X				X	
F1	X									X			X	
F2	X											X	X	X
F3	X			X					X	X		X	X	X
G	X			X					X	X		X	X	
H1	X								X	X	X	X	X	X
H2	X			X	X					X			X	X
I	X			X	X		X			X		X	X	
J	X			X	X					X		X	X	
K	X			X	X		X			X			X	
L	X			X	X		X			X			X	X
M	X			X			X			X		X	X	
N	X			X					X		X	X	X	
O	X			X			X		X	X		X	X	
P	X			X	X				X	X			X	
Q	X				X				X	X		X	X	
21	21	3	4	16	7	2	7	3	10	13	3	14	21	5

Quadro 60: Incidência e/ou solicitações dos residentes nos edifícios analisados – Portugal e Brasil.

Legendas: i – foi assaltado; ii – mais estacionamento automóvel; iii – mais espaços de lazer/jardins; iv – mais iluminação; v – maior policiamento da ruas; vi – presença de sinalética; vii - alternativas de percursos; viii – vegetação; ix – mais limpeza; x -melhores calçadas; xi – maior controlo comércio;xii- maior manutenção; xiii – maior policiamento; xiv – maior controlo funcionamento bares.

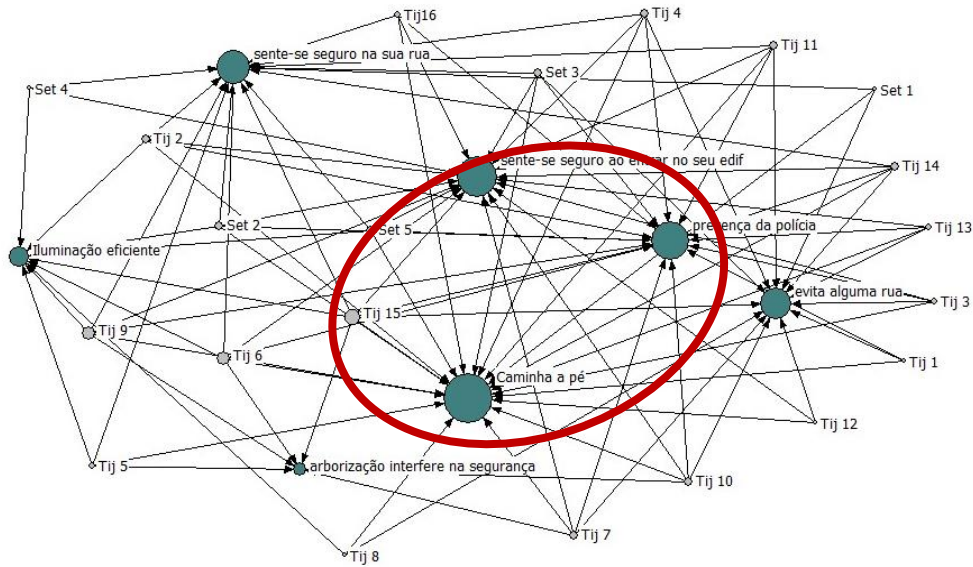


Figura 83: Grafo síntese dos parâmetros mais relevantes para a segurança segundo a população.

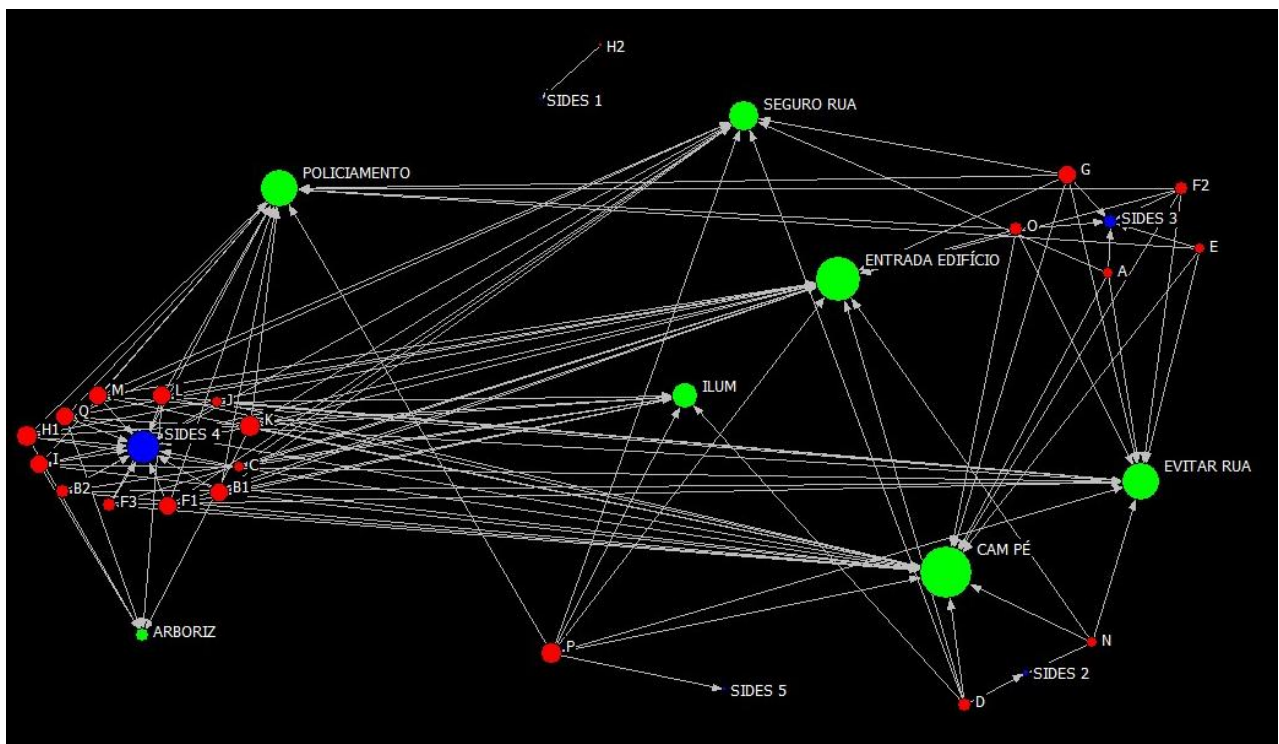


Figura 84: Grafo salientando as perguntas do questionário com maior relevância

Quadro 59 apresenta a posição dos edifícios no SIDES: em Setúbal e na Tijuca, de modo a se poder comparar e observar em conjunto com a Figura 85, como o desenho urbano pode influenciar a ocorrência de criminalidade.

A responsabilidade dos profissionais relacionados à arquitetura e à cidade reflete-se atualmente ao uso do espaço, assim como no sentimento de segurança das pessoas e nas suas decisões sobre o “ir” e “vir”. A paisagem, o espaço público, a arquitetura fazem parte do cotidiano, neste sentido, a mobilidade urbana não deveria ser posta em causa. Mas a violência urbana leva as pessoas a procurarem refúgio, que por sua vez induz ao isolamento. São disfunções urbanas observadas cuja forma urbana surge como um recurso na melhoria da qualidade destes espaços. Lamentavelmente os arquitetos que exercem hoje não possuem formação específica para a segurança urbana. Situação que deve ser corrigida.

Este estudo vem reforçar esta premissa: constatou-se um padrão entre o desenho urbano e a ocorrência de criminalidade nas malhas urbanas cujo traçado, tradicional ou racionalista, assume relevância. A leitura da Figura 85 indica que os locais “privilegiados” para a ocorrência de criminalidade estão situados nas “esquinas” ou seja, ocorrem nos edifícios de gaveto. Verificou-se ainda que a iluminação urbana, implantada tendo em vista a mobilidade urbana, e não apenas o realce dado às edificações, é fator relevante para quem projeta, embora para os moradores o que conta verdadeiramente é a presença de policiamento, seja a pé, de carro, moto, bicicleta ou montada (Figura 86).

O que deseja a população é se deparar com a figura policial, Figuras 83 e 84. Isto leva a outra relação: a da prevenção da criminalidade associada ao sentimento de insegurança, seja por meio da qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas, seja em tecido urbano consolidado. Aqui não há diferença entre a ação e a reação a um ato criminoso. Todos somos afetados pelo ambiente urbano onde nos inserimos.

É aqui que a arquitetura, enquanto meio para alcançar um fim, pode moldar as características físicas do espaço urbano, procurando soluções adequadas a cada caso. Enfim, a segurança é parte inerente da arquitetura e se a mudança leva tempo, é necessário começar rapidamente.

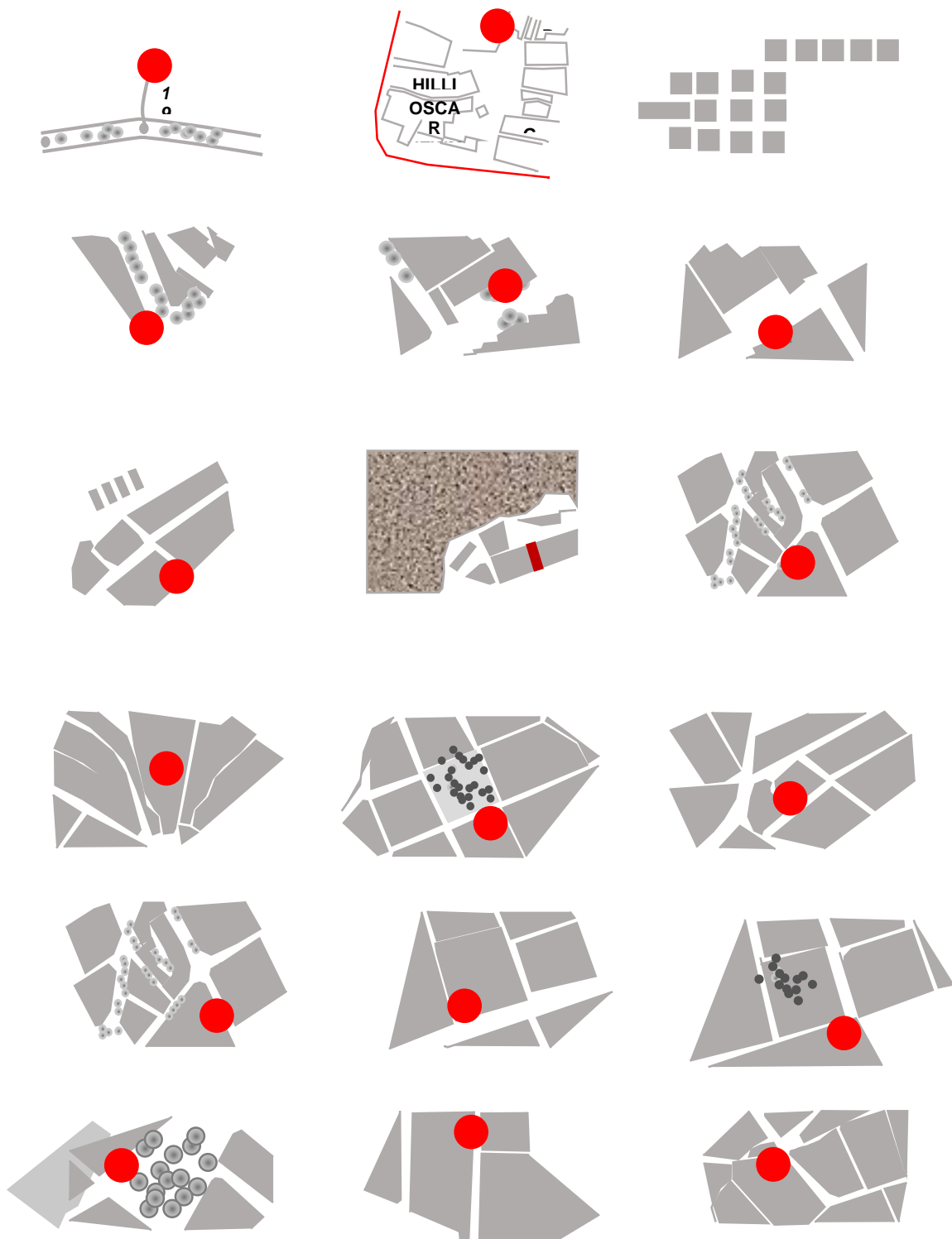


Figura 85: O desenho urbano e a ocorrência de criminalidade.

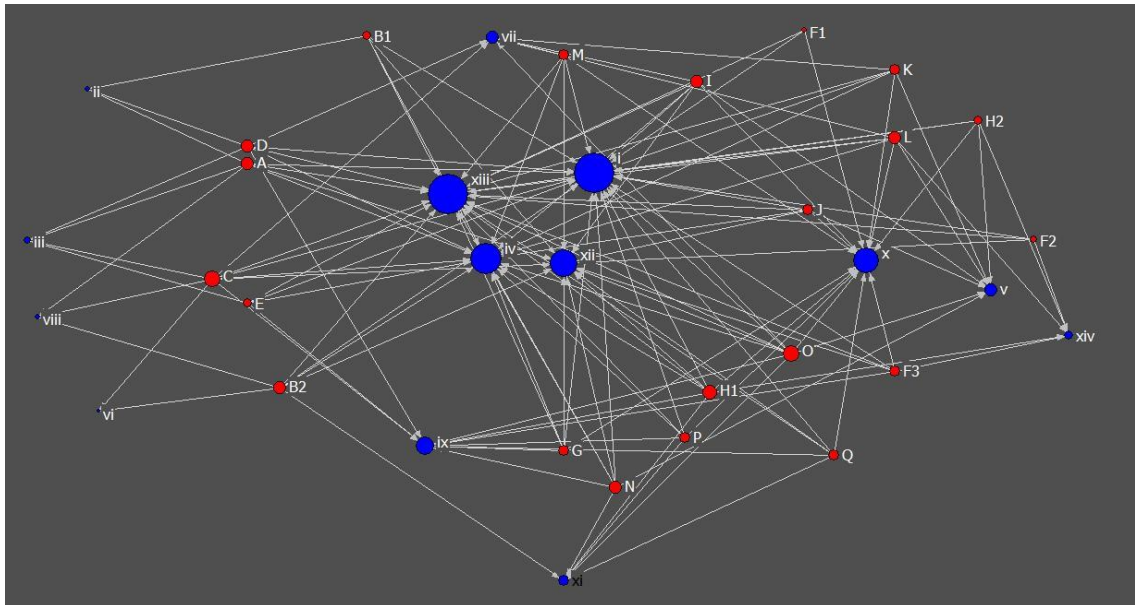


Figura 86: Sociograma da relação entre os edifícios analisados e os aspectos de segurança mais significativos apontados pela população perante a presença do policiamento de proximidade nos casos brasileiro e português. Esquema produzido para esta investigação por Tânia Ramos.

6.3.1 Redesenho: análise dos edifícios estudados na perspectiva do SIDES

A investigação elaborada sobre os casos de estudo é discutida levando em consideração todas as características reunidas no SIDES.

O **controle visual do espaço** deve garantir ângulos desde o interior da edificação, ao espaço público de uso coletivo, ou seja não devem existir *barreiras no campo visual* aos moradores que entram ou saem do lote onde está implantado o seu edifício habitacional. O que se verifica atualmente é que todos os edifícios aqui analisados possuem o logradouro cercado por grades. Esta situação ocorre precisamente por questões de segurança. Mas verifica-se ainda que estas grades têm vindo a ser substituídas por grandes “panos de vidro”, situação mais agradável em termos estéticos, facilmente aceitável pelos moradores por permitir uma visão mais ampla da área envolvente ao edifício, garante ainda uma manutenção mais duradoura pois as grades enferrujavam com a maresia existente na cidade, sendo ainda de uma estética elevada quando comparada às grades de ferro cujo aspecto é de um maior isolamento e sensação desagradável de divisão do território entre o público e o privado, uma vez que os moradores associam às grades aos presídios no seu próprio espaço de habitar. Fato ainda mais problemático ocorre nos prédios que possuem cerca eletrificada.

Foi salientado ao longo do texto que **presença de árvores de arruamento** não deve impedir a continuidade do campo de visão, situação que exige uma manutenção constante ao nível de corte. Além disso e num momento anterior, deve-se escolher as árvores cujas raízes não levantam ou quebram o pavimento. Para evitar tais situações esta arborização deve ser alvo de substituição. Cada local (dimensões de calçadas) deve ser cuidadosamente estudado para que as raízes não danifiquem o piso, e causem deformações, gerando dificuldade de acesso tanto para o idoso ou para o invisual, como para as mães com carrinho de bebe, as cadeiras de rodas, ou para o simples percurso pedonal. Deve-se ainda considerar que as árvores escolhidas não sejam de copas cuja necessidade constante de manutenção torna-se de difícil execução, na medida em que não há pessoal para fazê-lo e as árvores que possuem esta característica: acumulam-se muitas folhas e obstruem os bueiros/locais de escoamento das águas pluviais. Em épocas de chuvas tropicais esta situação torna-se um problema grave. O mesmo ocorre com árvores frutíferas. Árvores e arbustos podados de forma escultórica e/ou de copas baixas permitem maior a invasão visual das habitações em andares baixos. Enfim, as árvores destinadas para o passeio público devem ser alvo de estudo paisagístico realizado por especialistas.

A **presença de iluminação noturna** é alvo de reclamações e/ou de críticas constantes. Mais de 50% dos moradores dos edifícios inquiridos apontaram a iluminação como insuficiente. Neste sentido, recomenda-se a realização de um estudo de diagnóstico de cada rua onde a iluminação não esteja adequada, levando-se em consideração a altura do poste de sustentação e o raio de visibilidade, ou seja, se as copas das árvores atuais, não a encobrem, gerando pontos de sombra ou penumbra, o que torna a rua insegura. Cada poste de iluminação, de ambos os lados da rua, devem atingir um raio de luminosidade tal que permita o cidadão caminhar de forma segura e visualizar a extensão de território por onde caminha.

Os **locais isolados** do espaço público devem ser alvo de recuperação. Para tal devem ser redesenhados em função de inserção de unidades morfológicas que criem sequências espaciais urbanas e favoreçam o percurso: rua-praça-rua-jardim ou espaço infantil-etc. A cidade é segura quando é utilizada. Estes espaços são de extrema importância para o movimento pedonal que gera no local integrando “cidade” e “população”;

Os **percursos alternativos dos eixos viários ou barreiras físicas** devem ser claramente demarcados. Seja pela utilização adequada de elementos de vegetação (arbustos, canteiros, etc.), segundo as suas características de formas, tamanhos, cores, luz, sombra e outros fatores diversos; seja pela delimitação física realizada por diferença e desenho do pavimento, sendo este reforço territorial imprescindível no modo como promove os percursos. Este será mesmo um dos principais aspectos relacionados à segurança urbana. Neste estudo foi referido que os espaços com maior índice de satisfação dos moradores relativamente à área de transição entre o entrar e o sair do edifício habitacional está na existência de uma segunda área de transição, entre o espaço já exterior do lote e a rua pedonal separada pela presença de cercas verdes ou vegetação, que impedem a aproximação de peões àquela área inicial, gerando uma área de conforto e de maior sentimento de segurança aos moradores⁶¹.

Os **pólos de atração ou comércio na vizinhança** contígua ou próxima, é apontada como meio da organização espacial das funções e atividades nas áreas urbanas. Verificar a compatibilidade de diferentes usos de comércios e serviços, bem como a proximidade entre estas atividades, os espaços públicos abertos e os moradores é de grande relevância. Esta investigação salientou que o uso do espaço torna-se mais seguro quando este espaço conta com o movimento de diferentes pessoas em tempos, horários e em dias diferenciados. Ao garantir ou atrair a presença de pessoas no local de usos e funções diferenciados, mas complementares, traz, novamente o sentimento de segurança, de não isolamento, mas de co-presença de outros moradores da área;

O **sentimento de pertença e/ou apropriação** é uma característica do bairro brasileiro analisado e o único no Rio de Janeiro com seu próprio gentílico: Tijucano. Todos os moradores entrevistados manifestaram satisfação em pertencer a este bairro e a querer cuida-lo, melhora-lo e protege-lo. Os arquitetos poderiam tirar proveito desta situação e utilizar este sentimento para criar espaços e divulgar a manutenção de bens públicos, redesenhando novas soluções ou intervenções pontuais, seja para uma rua ou seja para um bairro, mas certamente, é possível intervir pontualmente de forma que este sentimento dos habitantes se mantenha ou se intensifique.

⁶¹ Esta situação é amplamente utilizada em Brasília como indicação de pontos de passagem ou atravessamento dos pilotis perto das guaritas de segurança existentes neste piso.

A **sinalética das ruas** é imprescindível, principalmente naquelas sem saída, seja na identificação de caminhos isolados ou afastados; becos ou praças subdimensionadas. A sinalização correta das vias deve ser alvo de manutenção, muitas placas de sinalização bem como o nome das ruas, necessitam de substituição. A orientação recebida da correta identificação traz segurança aos moradores e visitantes.

A **edificação** delimita o espaço e deve salientar o tema da segurança por meio da qualidade do projeto. Por exemplo, há prédios cujos andares térreo são usados como garagem. Ao entrar e sair, o sistema de acesso fica aberto tempo suficiente para colocar em causa a segurança dos moradores, o que a torna o local inseguro. Outra situação detectada: os edifícios de gaveto são alvo de maior insegurança, principalmente quando a fachada é cega, ou seja, sem aberturas para o exterior. Esta situação leva a uma área sem controlo visual a partir dos andares mais elevados, facilitando a ação criminosa e também o fato deste passar rapidamente ao anonimato ao virar a esquina e entrar em ruas de grande movimento pedonal. Outra situação que merece a atenção são os edifícios que estão recuados em relação aos edifícios contíguos pois não permitem a visibilidade total da área vizinha permitindo situações de insegurança ao morador. Eles são surpreendidos em assaltos por falta de continuidade visual. Mais uma situação verificada no estudo diz respeito aos edifícios cujo piso térreo possui uma marquise de proteção climática (na maioria das vezes). Esta situação não permite ao morador ter visão global do térreo. Situação altamente praticada pelos moradores brasileiros antes de sair da sua habitação – ver e ser visto pela população em movimento. Verifica-se ainda que enquanto a cidade de traçado tradicional valoriza a praça e o jardim, a paisagem modernista propõe amplas superfícies verde arborizadas e passagens sob os pilotis. Porém sob a ótica da segurança urbana, tanto os pilotis quanto a superfície verde arborizada, se não forem bem estudadas, serão alvo de ‘esconderijo’ de criminosos, o que contribui, como já referido, para a insegurança da população.

Os **espaços de transição** entre “público” e “privado” são alvo constante de reclamações e problemas. O comércio ambulante que se instala sem permissão nas calçadas de uso público; as jardineiras, blocos de cimento ou barras de ferro, chumbadas ao piso, que são instaladas para que os carros não estacionem sob o passeio; os moradores de rua que se alojam para pernoitar sob as marquises após o fechamento do comércio; os proprietários de bares e restaurantes que por conta própria alteram o alinhamento e dimensão do seu estabelecimento invadindo a área pública para uso comercial próprio.

Os **parqueamentos** como as garagens subterrâneas e parques de superfície, deverão possuir clara identificação do número de vagas oferecido; esse vínculo entre as superfícies opacas e transparentes que se relacionam com o meio exterior, contribui de forma decisiva para o sentimento de segurança da população, motivo pelo qual sua relação deverá ser definida de forma evidente.

As **janelas voltadas para o espaço público** deveriam evitar vizinhos indesejados e acessos inoportunos. A grande maioria dos edifícios estudados apresentam esta característica, porém não impedem as diversas ações de violência. Este fato leva a refletir sobre o estudo de Jane Jacobs, no sentido deste estar desatualizado para o momento presente. Os casos estudados possuem tanto no Brasil, como em Portugal, comércio abundante no piso térreo estando assegurado o controlo visual do espaço. Mas não surte o efeito desejado por aquela autora, uma vez que a área contígua às edificações que possuem “olhos para a rua” é palco de inúmeros assaltos e criminalidade. A relação com o exterior por meio da vigilância natural já não é suficiente para impedir ações criminais, tendo que vir juntar-se a estas, outros cuidados.

Os **espaços de função ambígua**, como por exemplo: um campo de futebol que se transforma em estacionamento para automóvel durante todos os dias da semana. Esta situação deve ser reparada com uso de gradeamentos protetores impedindo a entrada automóvel, assim como possuir manutenção constante bem como sinalização adequada ao uso.

Os atos de **vandalismo** são reconhecidos pelos grafitis nas fachadas das edificações, seja habitação ou comércio, nos postes de iluminação, nas paredes e pisos, bem como os dejetos de animais que não são recolhidos pelos seus donos. Há ainda que considerar os animais abandonados, que deveriam ser alvo de uma campanha de adoção. Outro problema crucial no meio urbano é o lixo que se avoluma nas lixeiras, onde muitas estão quebradas espalhando o lixo para o chão. Relembre-se que o lixo e a situação de sujeira das ruas afeta a salubridade e o sentimento de satisfação das pessoas com o local onde reside, e incide sobre a segurança urbana.

Os **espaços adequados às crianças** tais como os parques infantis, devem possuir indicação de idades apropriadas para cada área de lazer; os animais deverão estar afastados dos espaços reservados para as crianças, principalmente os que possuem o material indicado para estes espaços nos seus pavimentos. Os brinquedos deverão ser alvo de manutenção constante com adequada segurança indicada pelo fabricante.

Os **circuitos de videovigilância** poderão ser instalados com descrição. Este recurso tem sido utilizado na identificação de suspeitos e assaltantes na invasão de domicílios, como no caso de violência urbana nos passeios públicos. Mas na opção dos moradores de aderirem a tal ferramenta, estas devem ser instaladas de modo criterioso, para que sua ostensiva presença não cause efeito negativo nos moradores e visitantes, ao invés de proporcionarem um aparente sentimento de segurança, sentirem-se vigiados.

A **densidade** populacional está relacionada diretamente com a segurança urbana. Um edifício inicialmente desenhado para 30 fogos num edifício de 10 pisos gera problemas de acesso e segurança de outro projectado para 6 fogos num edifício de 3 pisos. Ou num caso extremo em que os espaços concebidos para um determinado numero de pessoas foi desenhado em toda a sua utilização para este número inicial, seja na utilização dos elevadores, áreas comum, garagem, dimensionamento dos caixotes de lixo, dos sistemas de água e esgoto, da rede elétrica, etc.



Figura 87: Delimitação do lote fabitacional por meio de vidros. Fonte: Tânia Ramos, 2012.

CONCLUSÃO

A CONCLUSÃO tem como suporte a organização da investigação em pontos de reflexão cujos sub-temas permitem estruturar os aspectos relevantes para o estudo, possibilitando ao leitor uma primeira aproximação ao tema de modo global. São identificados os pontos por meio dos quais o estudo será desenvolvido. Uma vez salientada a atualidade do tema, expõe-se o foco principal do estudo – a definição de uma ferramenta de análise definido pela adequação à realidade dos dois países analisados: Portugal e Brasil, a partir de modelos já existentes. Para tal são consideradas as relações históricas, sociais e culturais entre estes países. A avaliação paralela define o modo como este método será aplicado ao identificar os diferentes graus de segurança na relação urbano/edificado apontados pelos moradores. Os conceitos definidos pelo Crime Prevention Through Environmental Design - CPTED ou em português, pela Prevenção Criminal Através do Espaço Construído – introduz de forma descritiva aquele que será o método de análise central mas não isolado, aliando estes métodos às técnicas da Avaliação Pós-Ocupação – APO, realizadas em ambos os países.

7.1 O redesenho da arquitetura da cidade

Através da forma, do uso ou da população, a presente investigação procurou dar respostas, ao atuar na escala do desenho urbano e inserido na gestão do território, para minimizar eventuais efeitos de insegurança do espaço arquitetónico. Para tal recorreu-se à aplicação de questionários à população segundo as técnicas da Avaliação Pós-Ocupação – APO. Recorreu-e ainda ao levantamento fotográfico e por observação direta dos casos de estudo, tendo sido apresentados os resultados por meio de gráficos e grafos. Uma primeira constatação é confirmada por estudos diversos (ALVES, 2003; MACHADO, 2006; PINTO DA SILVA e RAMOS, 2010; RAMOS, 1997) que referem que em locais de menor coesão social, mais elevados são os índices de violência. As favelas eram disto um exemplo. Caracterizadas por moradias precárias, falta de infra-estrutura e sem regularização fundiária, estas comunidades têm vindo a ser alvo do interesse público. Uma grande operação de pacificação destes territórios tem sido levada a cabo, O objetivo é a diminuição de mortes letais tanto no seu interior quanto nos bairros envolventes.

A violência está presente em bairro planeado no caso português. O fenómeno é geral. E neste contexto o estudo realizado demonstrou que o medo por induzido pela criminalidade pode ser reduzido, seja pela melhoria da concepção urbanística e arquitetónica, seja pela manutenção do ambiente construído, seja pelo saneamento básico, educação, saúde, habitação, tempos de lazer, ambiente físico e social, e segurança. Para evitar novos erroe é necessário novos contributos da relação entre o desenho urbano e o uso do espaço relacionados a criminalidade e ao controle social.

Nos casos estudados e agora apresentados, tanto os moradores dentro das comunidades quanto os que residem na área do bairro, devem ser alvo de aprendizagem, não só as crianças mas também os jovens, os pais e os avós no que se refere a manutenção pessoal pela limpeza, cuidados com os animais domésticos e equipamentos públicos, tais como os brinquedos e os bancos de jardim. Se não aprenderem o que é bem estar, dignidade, diversidade ou cidadania não estarão aptos a recriarem forças ou a redescobrirem competências. É uma necessidade presente o fato de os espaços públicos de uso coletivo serem alvo de manutenção seja nos pavimentos, nas fachadas e muros, bem como nos espaços públicos, de uso comum, tais como os espaços verdes e os espaços de lazer infantil; a sinalética, inclusive a toponímia; iluminação específica para o passeio e para os residentes. As áreas públicas das privadas e os espaços ambíguos, devem ser distinguidas de modo que a transição entre eles seja clara, tanto para as crianças, quanto para os idosos e visitantes; a arborização deve ser condizente com o passeio e não servir de barreira física, tanto

para a iluminação quanto para os usuários, e deve ser alvo de estudo adequado, face a algumas árvores possuírem raízes que danificam o passeio público e são causadoras de acidentes, prioritariamente às crianças e idosos. A procura de novos desenhos como meio de intervenção no espaço público de uso coletivo é um dos pilares de um tripé onde se apoia a segurança urbana, já comentado nesta investigação; o segundo diz respeito à opinião de quem reside no local. Estas pessoas devem ser ouvidas para que se busque formas de melhorar a sua qualidade de vida; e o terceiro o fato de que a vigiância natural é capaz de, associada a outros itens, evitar situações de criminalidade.

Importa referir que a teoria defendida por Jane Jacobs (2000) sobre a “vigilância natural”, (pp.43 e 44), cita que “numa rua movimentada consegue-se garantir segurança; numa rua deserta não”; é aqui contrariada pela ocorrência de criminalidade; pela análise do diagnóstico realizado nos bairros alvo dos casos de estudo, e pelas resultantes da aplicação da ferramenta SIDES, onde verificou-se que o movimento pedonal intenso de uma rua auxilia o criminoso a fugir e rapidamente passar despercebido por entre os demais peões. É de todo impossível ‘garantir segurança’, como refere a socióloga com tanta propriedade, porem minimizar os efeitos da criminalidade foi o objetivo desta investigação, ao chamar a atenção para a arquitetura que está sendo construída desligada da componente territorial e urge ser ajustada aos problemas, mormente os da segurança urbana, para dirimi-los.

Síntese 1: o tema da segurança e o grau de satisfação da população

A importância do tema da segurança foi exaustivamente salientada ao longo desta investigação, demonstrando ainda sua atualidade e interesse ao apresentar as estatísticas crescentes em Portugal e no Brasil. Foram referidos os custos sucessivos relacionados diretamente com a segurança, impondo-se, assim, uma reflexão séria sobre as soluções urbanísticas e arquitetónicas cujas estratégias de solução revelam claramente o modo como pensamos, vemos, produzimos e usufruímos a cidade.

Chamou-se a atenção para a necessidade de mudança de paradigma tal como referido por Valentina Marcelino e Jorge Simão (2007) e Santos Júnior (2009). Os autores demonstram que as autoridades preferem analisar e criar vínculos com as populações dos bairros, no combate ao crime violento.

Foi abordada a arquitetura, no que se refere à diversidade, tendo presente que as atuais intervenções urbanísticas e arquitetónicas, não se orientam para a diversidade social

existente atualmente no meio urbano, cujo reforço dos preconceitos culturais, do racismo, da xenofobia e guetização urbana, se fazem exemplificar.

A orientação da arquitetura para a diversidade poderá ser um instrumento muito importante, para prevenir a exclusão sistémica e favorecer a redução da criminalidade, identificando a influência da organização física na segurança efetiva da população, neste contexto, de intrusão, agressão ou roubo.

Salientou-se que a segurança urbana vem sendo reconhecida como um importante fator de desenvolvimento cultural e socioeconómico das cidades, tanto que um grande número de experiências têm demonstrado que determinados tipos de crime, o medo por ele induzido e a sensação de insegurança podem reduzir-se, seja pela melhoria da concepção urbanística e arquitetónica, ou pela manutenção adequada do ambiente construído.

Os objetivos propostos pelo estudo pretendem identificar espaços em bairros habitacionais, i.e. ambientes construídos que apresentem insuficiente capacidade de coesão social, sob a perspectiva da segurança urbana em Portugal e no Brasil, e contribuir para o conhecimento da relação entre forma física, uso do espaço e segurança urbana em estudos paralelos. A investigação tem como suporte a ferramenta de aferição de indicadores de segurança urbana, Sistema Integrado de Desenho Seguro – SIDES.

Os maus costumes (dejetos, grafites e vandalismo) e a organização do espaço contribuem de forma efetiva para o sentimento de insegurança, seja na cidade do Rio de Janeiro, de Setúbal, ou em qualquer outro local. Os grupos sociais podem ser diferentes, mas os problemas com a segurança são semelhantes e as preocupações idênticas. Neste contexto, as intervenções arquitetónicas orientadas para a diversidade referem iniciativas voltadas para o cidadão. Fomentam o respeito pela diversidade e é considerado um importante instrumento para prevenir a exclusão sistémica e favorecer a redução da criminalidade.

Na favela é conjuntural, i.e., as intervenções devem considerar também a sua envolvente. Neste contexto foram criadas no Rio de Janeiro a Unidade de Polícia Pacificadora – UPP e a Unidade de Ordem Pública – UOP.

A UPP está inserida nos locais críticos (áreas denominadas por ‘favelas’ localizadas, em sua grande maioria, nos morros cariocas), e a UOP na cidade formal. A população residente em ambos os espaços necessitam de reeducação no que se refere a coesão social, cidadania e respeito pelas diferenças.

O projeto-piloto da primeira UOP, foi lançado em Março de 2011 com cem guardas, no centro geográfico do Bairro da Tijuca, com vinte e seis mil habitantes, e por onde circulam até cem mil pessoas diariamente. O cenário é complexo e para tal ajustam-se novas medidas. A ação da UOP, formada por novos guardas municipais, com treinamento especial, atuando em turnos de 24 horas por dia, tem como objetivo combater à desordem na cidade.

As UPPs foram criadas em 2008, mais precisamente no dia 20 de Novembro no bairro de Botafogo, para desarticular o poder paralelo que antes controlava estes territórios com leis próprias. Iniciar essa unidade pela Zona Sul do Rio, deve-se ao fato de situarem-se aí as favelas com menores dimensões, como é exemplo esta comunidade com 5 mil habitantes. A primeira UPP foi instalada no Morro Santa Marta – Bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio. Atualmente existem dezassete UPPs instaladas em favelas da cidade do Rio de Janeiro, para um total de quinhentas e oitenta e duas favelas. Uma gota no oceano? Talvez, mas as ondas de propagação podem ser comparadas a uma pedra lançada em um lago. É necessário sair de metáforas excessivamente genéricas, face as dificuldades dos problemas nas cidades e agir, com ações pontuais, tratadas passo a passo, como é exemplo todos programas já citados nesta investigação.

Até 2016 serão quarenta UPPs. Em algumas das comunidades com a presença da UPP, o crime organizado já é inexistente, enquanto em outras está em processo, já avançado, de desarticulação.

7.2 Apontando medidas de atuação

Na cidade do Rio de Janeiro, a atuação policial tem vindo a suscitar a admiração e inegavelmente um clima de tranquilidade e paz que tanto é almejada pelos moradores das comunidades, que desejam de tal forma serem inseridos na cidade, que pretendem que suas comunidades se transformem e sejam tratadas por ‘Bairros’.

E os critérios para que isso ocorra são: infra-estrutura (rede de água, esgoto, drenagem, pavimentação, abertura de vias de acesso, rede de iluminação pública, calçadas, praças) e equipamentos sociais como creche, posto de saúde, áreas de desporto e lazer.

A historiadora Lili Rose⁶², do CIEP no Borel, presenciou a reação das crianças quando os policiais integrantes da UPP foram se apresentar e entraram na escola para uma

⁶² Visita ao CIEP do Borel em companhia da historiadora e professora voluntária Lili Rose, em 23/11/2010

reunião no refeitório com todos os alunos; o intuito era explicar às crianças o trabalho que estava sendo realizado, os objetivos e a missão dessa relação – polícia e moradores – os alunos levantaram-se aplaudindo, batucaram nas mesas e abraçaram os policiais com enorme emoção e alegria. Isto revela uma visível mudança de paradigma e a relevância que estas intervenções constituem na sociedade.

A liberdade e a segurança, ambas igualmente urgentes e indispensáveis, são difíceis de conciliar sem atrito...Nenhum problema é resolvido de antemão (BAUMAN, 2003).

7.3 Questionando estas intervenções

Fazer cumprir e ecoar o som do comprometimento da comunidade, dentro e fora das favelas e resgatar o respeito aos novos grupos de policiais que formam as UPPs e as UOPs, é imprescindível para o sucesso e desempenho de ambos os trabalhos. A filosofia destes trabalhos da polícia militar é a de aproximação – do morador com a polícia. Não há mais espaço para aquela polícia que afasta o morador.

O trabalho desenvolvido hoje pela UPP e pela UOP é justamente o contrário, aproximar o morador do policial, até porque a questão da atividade policial depende muito do morador. É reconhecido que o tráfico não vai acabar. É previsível que, enquanto houver um usuário, haverá transações acontecendo. Isso não é exclusividade da realidade brasileira, mas verifica-se um pouco por todo o mundo.

Porém, antes da criação da UPP, o policiamento que interveio nas comunidades, agia como uma ‘incursão militar’, onde havia troca de tiros que trazia consequências, não só para o morador da comunidade diretamente, mas indiretamente para todo o bairro. As balas perdidas atingiam um raio de dois quilômetros de alcance. Os policiais eram feridos em combate. Hoje, a polícia comunitária está no terreno, participando da vida em comunidade, junto com os moradores sobre todos os problemas existentes. A própria comunidade leva as demandas sociais para o comando da UPP, instalada na própria comunidade. Questões ligadas a água, luz, lixo, etc. A UPP é o elo de ligação entre a comunidade e o Estado; entre a comunidade e o bairro; além de realizar várias atividades para integração da comunidade e do bairro: as crianças vão ao teatro. É através dessas crianças, que as mudanças começarão, bem como suas perspectivas para um futuro melhor.

7.4 O ‘direito’ e o ‘avesso’: reflexos na imprensa como indicador de intervenção

Nos primeiros 10 dias de operações, Unidade de Ordem Pública na Tijuca multa 1.577 veículos e reboca 48 por estacionamento irregular. O sucesso das ações da UOP, implantada no dia 18 de Abril de 2011, que trabalham em turnos, garantindo a segurança 24 horas por dia, já é visível nos primeiros 10 dias de atuação, onde mais de mil e quinhentos veículos foram multados e quase 50 rebocados. 46 moradores de rua foram reencaminhados para os abrigos e o espaço público, com relação ao comércio ambulante, foi alvo de reordenamento.

O treinamento da Guarda Municipal do Rio, ou seja, os agentes que atuam na Tijuca foi reformulado capacitando-os para agirem de forma mais territorializada, identificando os problemas específicos da região e transformando as ações pontuais de ordenamento em uma cultura de permanente manutenção da ordem.

7.5 UPP do Borel com redução nos índices de criminalidade

A Unidade de Polícia Pacificadora – UPP completou no mês de Junho de 2013, três anos no Complexo do Borel. Tanto no morro quanto no asfalto é possível constatar a diminuição de criminalidade nos assaltos aos pedestres e nos roubos de veículos. Os alugueis e vendas dos imóveis valorizaram e os pontos comerciais são novamente alvos de disputa por parte dos empreendedores, tudo resultado da paz que emana das comunidades.

Resta saber como a comunidade da Zona Oeste vem se adaptando a esse conceito de polícia de proximidade. Entre os comentários negativos, o abuso de poder é sempre o primeiro problema a ser citado. Parece que alguns policiais não gostariam de estar numa determinada comunidade, o que prejudica a população e o trabalho da UPP, na medida em que trata-se de um trabalho em equipe, onde o reflexo de um trabalho bem realizado aparece rapidamente mas em contra partida, quando há um mal desempenho, toda uma cidade é prejudicada. Nesta comunidade, a Cidade de Deus, residem mais de 60 mil habitantes com a preocupação se esse modelo realmente vai manter-se e se os políticos darão continuidade. A preocupação com o abuso de poder é tão grande que o Santa Marta, primeira comunidade a receber a UPP, produziu a Cartilha Popular do Santa Marta. Abordagem Policial⁶³ com a finalidade de informar sobre os direitos de cada

⁶³ <http://global.org.br/wp-content/uploads/2012/02/Cartilha-popular-do-Santa-Marta-Abordagem-policia-2010.pdf>

cidadão e os limites da atuação policial em situações de revista, abordagem e, cumprimento de mandados de busca e apreensão.

Síntese 2: O tema da segurança no Projeto Arquitetônico

O conjunto de intervenções físicas e/ou observações a consideradas nos projetos arquitetônicos analisados apontou como situações-padrão as seguintes características distribuídas segundo os cinco posições da edificação na tabela abaixo:

SIDES	Padrões de implantação em função das posições da ferramenta proposta
1	presença de tipologia em “torre” sobre área comercial, arborização impedindo a vista, gradeamento no piso térreo, presença de lixo e pessoas de rua abrigadas sobre a marquise de amplas dimensões (BR);
2	edificações de baixa ou elevada altura, presença de gradeamento no piso térreo, edifícios em gaveto, falta iluminação ou é insuficiente, arborização não cuidada (BR e PT);
3	prevalecem os edifícios em correnteza, embora estejam presentes edifícios em gaveto. Edifícios gradeados ou implantados em frente à praça cercada por grades. Todos os edifícios desta categoria tem como denominador comum o fato de estarem implantados em posição contígua a amplas áreas de uso público / abertas ou fechadas com diferentes formas (oval, livre, quadrada, retangular) (BR e PT);
4	nesta posição estão inseridos os edifícios implantados tanto em tecido urbano irregular e antigo, quanto em tecido planejado (década de 1960-70), em ambos os casos há uma forte presença de gradeamentos assim como de comércio no piso térreo, o que possibilita a abertura de vãos diretamente para o espaço público (BR e PT);
5	apenas um edifício atinge o valor mais elevado de classificação do SIDES. Tem como principais características o piso térreo em pilotis, estando o edifício recuado relativamente às edificações vizinhas em correnteza. O recuo permite a formação de um pátio frontal já em terreno público, porém cercado com arbustos. Esta solução direciona o percurso pedonal e evita que o logradouro frontal seja um local de passagem de estranhos.

Tabela 22: Características segundo os cinco posições da edificação na tabela SIDES.

7.6 A segurança urbana nas entrelinhas da diferença

As cidades de Setúbal e do Rio de Janeiro já vivenciavam a urgência por um novo paradigma que favorecesse a articulação sistémica entre os diversos atores que atuam na segurança dos espaços arquitetónicos, voltada para o exercício partilhado de responsabilidades pelas autoridades, movimentos cívicos e cidadãos. Novos modos de enfrentar o problema são necessários uma vez que a população tem vindo a experimentar, além das crises sociais e económicas, o medo e os diversos sentimentos de insegurança, mormente em ambientes urbanos.

O combate a violência tornou-se necessário tanto no interior como no exterior destes espaços, onde a segurança no espaço arquitetónico e urbano, passa pelos estudos e pesquisas de viabilidade de intervenções urbanísticas e de alternativas habitacionais com a melhor utilização do espaço público, i.e., passa por estruturar uma visão da envolvente, na organização espacial e social da cidade, para além da edificação.

Foi esta a proposta desta investigação: uma reflexão aprofundada sobre a diversidade, a coesão social e a responsabilidade dos arquitetos, urbanistas e projetistas, através do desenho das cidades, sob o olhar da segurança urbana.

7.7 Uma reflexão sobre o tema da segurança na atualidade

Quando Vitruvius, no séc. I a.C., propôs uma definição de 'Arquitetura' em seu Tratado (capítulo IV do Livro I), a questão da segurança urbana estava associada à escolha do local de implantação - saudável, alto, com bom clima, afastado dos pântanos -, e visava a sua defesa. A organização espacial de acordo com as várias classes sociais presentes na cidade não foi, entretanto, esquecida. Já no capítulo II do Livro I o arquiteto romano refere a construção de casas para toda e cada classe por meio de diferentes tipos de habitações.

A importância da obra deste mestre ecoa na vasta literatura produzida ao longo do tempo. O tema persiste e põe em evidência a organização sócio espacial do tecido urbano. Mas no atual mundo globalizado esta abrangência implica reflexões aprofundadas numa escala local. A investigação propõe lançar um olhar sobre o tema da segurança urbana no contexto português – Setúbal, e brasileiro – Rio de Janeiro, cidade que acolheu a Corte portuguesa e desempenhou o papel de capital da colónia e de capital da Nação (1822-1960). Foi fundada e refundada, sempre em locais elevados, geográfica e estrategicamente distintos. No Morro do Castelo, local de refundação, viria a instalar-se a nobreza. O mesmo local assistiria a sua saída, e posterior ocupação por

aqueles que nada tinham. E tal como referiu Nonato e Santos (2000), ...no Rio de Janeiro, os que descem na escala da vida vão morar para o alto, instalando-se na livre assomada das montanhas, pelos chãos elevados e distantes, de difícil acesso. Como forma de sanear a cidade, o Morro do Castelo desapareceu do mapa da cidade, virou história de tempos passados, mas deixou marcas. Marcas de falta de coesão social na geografia da cidade. E estas, perpetuaram-se no tempo e no espaço com reflexos na segurança urbana, alcançando dimensões alargadas no tecido urbana da cidade.

A arquitetura, o urbanismo e o planeamento tem vindo a promover a diferença na urbe, apesar de não serem os 'culpados' pela criminalidade e muito menos determinarem os problemas sociais. A questão da segurança urbana ultrapassa a fronteira do bairro e passa a ser incorporada pela envolvente urbana.

A morfologia da cidade tanto permite o encontro no espaço urbano, como promove o seu afastamento. Tanto aproxima como divide. E, a falta de coesão social, entre outros fatores, está associada ao desenho da cidade.

Os bairros, seja em Setúbal ou no Rio de Janeiro, onde há falta de coesão social, são os locais onde há maior índice de violência, como por exemplo, as favelas ou bairros de lata ou ainda, bairros críticos. A violência existe dentro e fora destes locais.

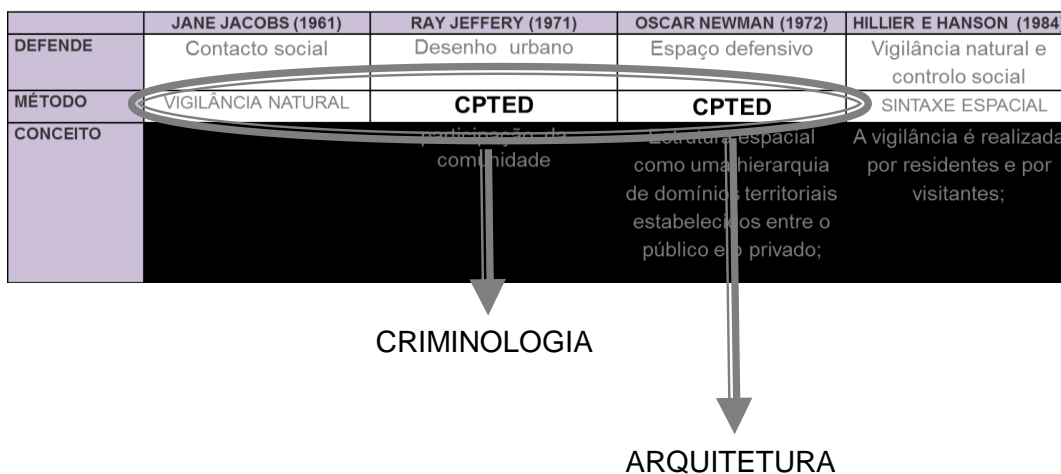
O espaço arquitetónico e urbano - é para - as pessoas. Quando perde-se o foco, do motivo pelo qual existem as cidades e de que forma devem ser desenhadas e construídas, cria-se conflitos já no estudo prévio. O estudo prévio é o delineador inicial das ideias ainda em movimento, em processo de evolução. Urge pensar sobre o desenho e utilizar a arquitetura para a interação social, para mudar a forma de se utilizar o espaço público com intervenções específicas, resultado de um bom programa, de um bom planeamento, para que não aconteçam as 'manchas da desordem', que passam a ser apontadas no mapa de uma cidade a vermelho. A serem divulgadas pela comunicação social sem o comprometimento real com a busca dos fatos.

A arquitetura tem que ser ajustada aos problemas da necessidade das pessoas e dos bairros - para resolvê-los - na medida em que é uma arte que possui uma função muito específica e clara, sempre a serviço do coletivo e que, constantemente, se confronta com a diversidade, muitas vezes, em várias linguagens. O crítico em arquitetura Paul Goldberger (2011) refere que "as ruas contam mais do que os prédios". A arquitetura somente e *per si*, não é capaz de responder aos problemas das sociedades em todo o mundo, porem a ausência no planeamento, quando o planeador não domina o objeto a ser planeado e mormente na percepção de sua importância, gera crescimento desordenado, falta de infraestrutura, desconforto social, diversidade e insegurança. Os

problemas nas cidades pela falta de planeamento já lá estão à vista de todo o mundo, urge mudar, para tal é necessário priorizar o cidadão que é o agente da mudança. É o desenho das cidades que determina onde circulam os automóveis, onde transitam as pessoas, onde plantam-se as árvores. É o espaço que induz à ação se a cidade levamos a passear, a arquitetura é inevitável, seu potencial é sobre a vida das pessoas, em como torná-la melhor.

Portanto, o desenho não pode ser pensado desligado da componente territorial, do planeamento voltado para a coesão social ou desconsiderando a diversidade, inerente às cidades de hoje, em todo o mundo. Muitos contribuem para a arquitetura, não só os arquitetos, e a grande arquitetura é a arquitetura conjugada no plural, que acompanha, que apresenta solução aos problemas das cidades, com respeito, i.e. olhar a situação com o olhar do outro. É necessário ‘descolar’ alguns conceitos que estão arraigados pelo tempo e que cimentaram nas pessoas pela repetição e o consideram verdade absoluta quando esta é questionável, na medida em que é certo afirmar que todas as pessoas tem direito a arquitetura, a paisagem, ao espaço público, e se a mudança leva tempo, é necessário começar depressa. Esta investigação não teve como pretensão resolver os problemas da segurança urbana e sim chamar a atenção sobre um problema inerente às cidades em todo o mundo. Não é uma tarefa fácil mas sem metodologia torna-se impossível. A segurança é parte inerente da arquitetura.

Os resultados dos parâmetros mais relevantes inseridos na expectativa dos moradores dos edifícios analisados: a) após indicação de que todos já tinham sido assaltados junto à rua de sua habitação/trabalho; b) seguem-se o maior policiamento; c) melhores condições de iluminação e manutenção das calçadas públicas e; d) a limpeza da área.



Quadro 61: Evolução do CPTED

O Quadro 61 mostra a evolução do CPTED unindo a criminologia à arquitetura até ao SIDES, a seguir é possível realizar a análise SWOT da ferramenta proposta.

7.8 Análise SWOT

Pontos Fortes do SIDES

- ser uma ferramenta de análise do projeto arquitetónico que reúne características quantitativas e qualitativas;
- ao sobrepor os dados recolhidos com os projetos arquitetónicos, indica os espaços de movimento e aqueles que podem promover o convívio, por meio do desenho;
- identificar locais de uso por diferentes faixas etárias;
- permite identificar soluções seguras de implantação dos edifícios;
- permite identificar elementos arquitetónicos que promovem (ou não) a visibilidade na envolvente da edificação;
- proximidade à população para recolha de dados e informações primárias;
- fornecer aos estudiosos do tema os dados recolhidos e inseridos em base de dados;
- identifica soluções bem concebidas ao nível do desenho urbano, evitando os pontos cegos e em simultâneo diminuir a vulnerabilidade ao crime;
- permite a análise do impacto arquitetónico, levantamento do uso e apropriação do espaço;
- as variáveis utilizadas na investigação e levantamento de dados não se alteram, permitindo medir o grau de insegurança dos habitantes de modo comparativo;
- a ferramenta pode ser utilizada por todos os interessados no tema e de várias áreas disciplinares;
- a análise do projeto arquitetónico pelas características exteriores, deve acompanhar as soluções das habitações que integram o edifício

Pontos Fracos do SIDES

- a recolha de informação exige um tempo para a sua eficaz utilização;
- ter acesso aos locais de maior incidência de crimes por apresentar perigo;
- a necessidade de educar os usuários relativamente ao uso e manutenção dos espaços públicos quanto aos dejetos, ao lixo e ao vandalismo;
- soluções arquitetónicas semelhantes não podem ser rotuladas, pois podem apresentar resultados diversos com a aplicação da ferramenta;
- sensibilizar as pessoas para o correto e completo preenchimento dos inquéritos;
- a existência de gradeamentos no piso térreo dificulta o acesso aos inquiridores para o estudo;
- o conhecimento dos pontos frágeis é possível de ser identificados pelos estudiosos, dando a conhecer estes pontos aos habitantes, o que influencia o modo de tornar a habitação mais segura (grades nas janelas, grade elétrica, video-vigilância, etc.);
- o estudo pode gerar um aumento no grau de insegurança e medo dos usuários.

7.8 Desenvolvimentos futuros

Na continuidade de desenvolvimento do tema apresentado, pretende-se:

1. dar a conhecer aos alunos, discentes da autora nas faculdades em que leciona, a importância do tema e sua eficácia no desenho prévio;
2. oferecer cursos de extensão, cujo tema central de debate será a segurança urbana e suas vertentes;
3. que a disciplina 'Segurança Urbana', faça parte do currículo académico obrigatório nos cursos de Arquitetura e Urbanismo;
4. divulgar na comunicação social para a importância e relevância do tema;
5. contribuir com os profissionais do departamento de polícia, arquitetura, urbanismo, engenharia, sociologia, e outros, em um grupo multidisciplinar, a obterem um conhecimento do estado da segurança urbana em determinado espaço e sua efetiva ação profissional em favor da coesão social através da

análise dos pontos fracos e dos pontos fortes, tendo como base a arquitetura do ambiente construído e seu entorno, os índices de criminalidade, a iluminação, o sombreamento, a presença do comércio, horário de funcionamento, limpeza, manutenção, barreiras físicas, pontos vulneráveis à ação criminosa, arborização, eixo viário, etc.;

6. cooperar junto à Prefeitura Municipal de Vitória – PMV na Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Secretaria de Segurança Urbana, utilizando a ferramenta ora apresentada, SIDES, na redução da criminalidade do Estado;
7. desenvolver um software – programa informático e manuais de especificações com a ferramenta SIDES, classificando os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos pré-determinados pela aferição de indicadores, enquanto método de avaliação do grau de segurança de determinado ambiente edificado ou projetado.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo Pereira (coord.) - *Inquérito Nacional à Vitimação em Portugal 2008-2009*. Lisboa: CIES; ISCTE-IUL, 2009.
- ALVES, Fernando Brandão - *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. ISBN 972-31-1000-8
- AMARO, Marcos Antônio - *Arquitetura Contra o Crime - Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.
- ANDRADE, Carlos Drummond de – Favelário nacional. In *Corpo, novos poemas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.
- BASTIDE, Roger - *Arte e Sociedade*. Trad. Gilda de Mello e Souza. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da USP, 1971.
- BAUMAN, Zygmunt – *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. ISBN 85-7110-6991.
- _____ - *Confiança e Medo na cidade*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. ISBN 978-85-378-0122-2.
- BECHTEL, Robert B.; MARANS, Robert W.; MICHELSON, William M. (Eds.) (1987) - *Methods in Environmental and Behavioral Research*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1990. ISBN 978-0894644795.
- BONDARUK, Roberson Luiz - *A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano*. 2ªed. Curitiba: [s.n.], 2008. ISBN 978-89-905900-3-3.
- BONDUKI, Nabil – Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo; Estação Liberdade:FAPESP, 1998. ISBN 85-858665-91-1.
- BRANTINGHAM, Paul J.; BRANTINGHAM, Patricia L. (Eds.) - *Environmental Criminology*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1981.
- CAMARGO, Haroldo Leitão - *Uma Pré-História do Turismo no Brasil. Recreações Aristocráticas e Lazeres Burgueses (1808-1850)*. São Paulo: Aleph, 2007. ISBN 978-85-7657.
- CARPANEDA, Luciana V. – Contributions for Safer Places, a Case Study at the “Superquadras” (SQN 408 and SQN 208) of Brasília, Brazil. In GOSPODINI, A. [et.al.] (Ed.) – *The Sustainable City V: Urban Regeneration and Sustainability*. Skiathos, Grécia: WIT Press, 2008. ISBN 978-1-84564-128-3. p. 605-614.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. 6ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010. ISBN 978-85-273-0163-3.

- COHEN, Lawrence; FELSON, Marcus - Social change and crime rate trends: a routine approach. In *American Sociological Review*. Washington: American Sociological Association, 1979. V. 44. p. 588-608.
- COLCHETE FILHO, Antônio - *Praça XV. Projetos do Espaço Público*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. ISBN 978-85-7577-451-9.
- COLQUHOUN, Ian - *Design Out Crime. Creating Safe and Sustainable Communities*. Elsevier: Architectural Press, 2004. ISBN 978-0750654920.
- COSTA, Lucio - *Registro de uma Vivência*. 2ª ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.
- CPTED: *Prevenção criminal através do espaço construído. Guia de boas práticas*. Trad. de Ana Verónica Neves e Felipe Teodorico. Lisboa: Ministério da Administração Interna; DGAI, 2013.
- CROWE, Timothy D. - *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts*. Boston: Butterworth-Heinemann, 1991. ISBN 978-0750671989.
- CUNHA, Euclides da - *Os Sertões*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954. ISBN 0226124444
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.) - *Guia da Arquitetura Colonial, neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. ISBN 85-872220-25-X.
- DURÃO, Susana - A produção de mapas policiais. Práticas e políticas da polícia urbana em Portugal. In *Intersecciones en Antropología*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales – UNCPBA, 2009. ISSN 1666-2105. Vol.10 p. 43-61.
- DURKHEIM, Émile - *Sociologia e Filosofia*. Trad. de Fernando Dias Andrade. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009. ISBN 978-8572327589.
- EADE, Deborah. *Desenvolvimento e Diversidade Social*, OXFAM, UK and Ireland. ISBN: 0855983434, 1996.
- ELLIN, Nann - Shelter from the Storm, or Form Follows Fear and Vice Versa. In ELLIN, Nann (Org.) - *Architecture of Fear*. New York: Princeton Architectural Press, 1997. ISBN 1-56898-82-5. p.13-46.
- FERNANDES, Daniela - *Urbanismo e Segurança: Contributos da Conceção, Manutenção e Utilização do espaço para a Prevenção Criminal. Uma abordagem ao Bairro da Bela Vista, Setúbal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais.
- FERREIRA, Elisabete - Lisboa: Faculdade de Arquitetura, 2013. Segurança e prevenção da criminalidade em espaços públicos. A dialética proativa entre o desenho e o uso seguro, 2013. Tese de Doutoramento.
- FRASER, Nancy - Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation. In RAY, Larry; SAYER, Andrew (Org.) - *Culture and Economy after the Cultural Turn*. London: SAGE Publications Ltd, 1999. ISBN 9780761958178.

- FREITAG, Michel - *Arquitetura e Sociedade*. Lisboa: Dom Quixote, 2004. ISBN 9789722027465
- HEITOR, Teresa F. T. V. - *A Vulnerabilidade do Espaço em Chelas: Uma Abordagem Sintáctica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001. ISBN 972-31-0900-X.
- HILLIER, Bill; HANSON, Julienne - *The Social Logic of Space*. 5ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. ISBN: 978-0-521-36784-4.
- HILLIER, Bill - *Space is the Machine. A Configurational Theory of Architecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- JACOBS, Jane – *Morte e vida de grandes cidades*. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. ISBN 85-336-1218-4.
- JACQUES, Lana Maria da S. - *A Intendência de Polícia e vida cotidiana no Rio de Janeiro de início do século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.
- JEFFERY, C. Ray - *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills: Sage Publications, 1971.
- KOHLSDORF, Maria Elaine - *Manual de Técnicas de Apreensão do Espaço Urbano*. Brasília: Editora UnB, 1986.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia - *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. ISBN: 972-31-0903-4
- LERNER, Jaime - *Acupuntura Urbana*. Curitiba: Editora Record, 2003. ISBN 85-01-06851-9
- LÉVI-STRAUSS, Claude - *Raça e História*. 11ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2012. ISBN 978-972-23-1997-3
- LOBO, Manuel Costa et al. - *Normas Urbanísticas - Volume I: Princípios e conceitos fundamentais*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território; Universidade Técnica de Lisboa, 1995.
- LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel - *Violência, Criminalidade e Sentimento de Insegurança*. In *Revista Textos*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1996. ISSN 0872-1882. nº 2 (91-92/ 92-93). p. 45-64.
- MACHADO, Paulo - *Insegurança Urbana: Questões de Proximidade e Distanciamento ao Problema Social*. In: *A Cidade para o Cidadão. O Planeamento de Pormenor em questão*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006
- Manual de Diagnósticos Locais de Segurança: uma compilação de normas e práticas internacionais*. Trad. de Maria João Correia. Lisboa: Ministério da Administração Interna; DGAI, 2010. ISBN 978-989-95928-2-7.
- MEDEIROS, Bianca Freire - *A favela que se vê e que se vende. Reflexões e polémicas em torno de um destino turístico*. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 2007. V. 22 n. 65. p. 61-72.

- MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William - *Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milénio, 2007. ISBN 9788599868119.
- MINISTÉRIO da ADMINISTRAÇÃO INTERNA - *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2008.
- _____*Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2009.
- _____*Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2010.
- _____*Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2011.
- _____*Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2012.
- MOREIRA, Pedro da Luz (org.) - *Cidade Integrada III: Reflexões sobre diagnóstico local*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2012. ISBN 978-85-65231-06-0
- NACIONAL CRIME PREVENTION CENTRE – Manual for community based crime prevention: Making South Africa safe. Pretoria: Nacional Crime Prevention Center, 2000.
- NEWMAN, Oscar - *Defensible Space Crime Prevention Through Urban Design*. New York: MacMillan, 1972. ISBN 978-0020007500.
- NOGUEIRA, Pedro Antonio - *The Basis of Regime Support in Grenada from 1951 to 1988: A Study of Political Attitudes and Behavior in a Peripheral Society*. Berkeley: University of California, 1989. Tese de Doutorado em Sociologia.
- NORBERG-SHULZ, Christian - *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1980. ISBN 978-0847802876.
- NORTON, Luís - *A Corte de Portugal no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- PESSÔA, José; BICALHO, Maria Fernanda - Rio de Janeiro, RJ. In PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (Org.) - *Atlas de Centros Históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. ISBN 978-7734-080-4. p. 36-45.
- PINTO DA SILVA, Carla Valéria - *Arquitetura Derrubando Fronteiras*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2008. Dissertação de Mestrado em Gestão Arquitectónica e do Ambiente Urbano
- PORTUGAL – EUROBARÓMETRO 72: Opinião pública na União Europeia. Lisboa: DGC, 2009.
- _____*EUROBARÓMETRO 78: Opinião pública na União Europeia*. Lisboa: DGC, 2012.
- PRINZ, Dieter. - *Urbanismo I – Projeto Urbano*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- PRINZ, Dieter. - *Urbanismo I – Projeto Urbano*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

- RAMOS, Tânia Beisl - *Planeamento e Morfologia dos Espaços Urbanos dos Bairros de Olivais e Telheiras: Organização Espacial e Configuração Física*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1997. Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano.
- _____ - Bairros Planeados e Novos Modos de Vida. Olivais e Telheiras: que contribuições para o desenho do habitar sustentável?. Caleidoscópios. Casal de Cambra. 2012. ISBN 978-989-658-177-0.
- ROCHÉ, Sébastien - *Insécurité et libertés. Collection L'épreuve des faits*. Paris: Seuil, 1994. ISBN 978-2020213288.
- SANTOS JUNIOR, Aldo Antônio - *Policimento ostensivo como gerador da dissonância cognitiva*. São Paulo: Forum Brasileiro de Segurança Pública, 2009.
- SANTOS, Carlos Nelson F. - *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SHAFTOE, Henry - *Convivial urban spaces: Creating effective public places*. London: Earthscan, 2008. ISBN 978-1-84407-388-7.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.) – *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, Machado - *Vida sob cerco. violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da - *Vida Privada e Quotidiano no Brasil. Na Época de D.Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. ISBN 9723309157.
- TALLEN, Emily - *The Design of Diversity: Exploring Socially Mixed Neighborhoods*. Oxford: Architectural Press, 2008. ISBN 978-0750681179.
- TANDY, C.R.V. - *The Isovist Method of Landscape Survey*. In MURRAY, A. C. (org.) - *Methods of Landscape Analysis*. London: Landscape Research Group, 1967. p. 9-10.
- TAYLOR, Ralph - *Prevenção de crimes através do Projeto Ambiental: sim, não, talvez, não se pode saber, e todas as alternativas acima*. Trad. de Frederico F. Barreto. 2001.
- TIRONI, Eugenio – Projeto “Nova Agenda de Coesão Social para a América Latina” – Instituto Fernando Henrique Cardoso - IFHC e Corporacion de Estudios para LatinoAmérica - CIEPLAN, 2007.
- VERÍSSIMO, Antônio Augusto (org.) – *Cidade integrada II: Diálogos cariocas*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2012. ISBN 978-85-65231-04-6
- VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William; ALVAREZ, José Maurício - *Vida Urbana. A evolução do quotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- VON BRONKHORS, Bernice; FAY, Marianne; STACO, Veronique - *Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em áreas Urbanas da América Latina: um Guia de recursos para Municípios*. The World Bank; Department of Finance, Private Sector and Infrastructure - Latin American Region, 2003

WILSON, J.Q., KELLING, G.L. - *Broken Windows*. In *Jornal The Atlantics Monthly*, Boston, 1982.

ZANOTTO, Karen – Porto Alegre: UFRGS. *Disertação de Mestrado em Segurança Central*, 2002.

Periódicos

MARCELINO, Valentina; SIMÃO, Jorge - Alto Risco na Zona Oriental - Número de Bairros Violentos Sobe 50%. *Jornal Expresso*. Lisboa: Grupo Imprensa, 2007.

SCHMIDT, Ana Sofia - Redução da idade penal e endurecimento das penas. *Jornal O Primeiro de Janeiro*. Porto: Justiça & Cidadania, 2008.

STÜRTZE, Aizia - Urbanismo e Violência. *Diário Basco Gara*. San Sebastián: Naiz, 2005 (13 Nov. 2005).

XAVIER, Alecrin Noronha - Políticas Públicas de Segurança. *Jornal Diário do Nordeste*. Fortaleza: Editora Verdes Mares, Ltda., 2007.

Documentos eletrônicos

ARQUIVO NACIONAL E A HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA - *Polícia da Corte. Registros de ordens e ofícios expedidos da Polícia aos ministros criminais dos bairros e comarcas da Corte e ministros eclesiásticos. Códice 329*. [on-line]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1815. [Consult. 20 Ago. 2010]. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?in_foid=812&sid=102>.

_____ - *Polícia da Corte. Registro de avisos, portarias, ordens e ofícios à Polícia da Corte, editais, provimentos, etc. Códice 318*. [on-line]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1808. [Consult. 20 Ago. 2010]. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?in_foid=812&sid=102>.

_____ - *Polícia da Corte. Códice 323 e 328*. [on-line]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1808-1817. [Consult. 20 Ago. 2010]. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?in_foid=812&sid=102>

BRASIL, F.S. *A estratégia europeia de D. João VI para escapar da fúria expansionista de Napoleão, o monarca transferiu o trono de continente e manteve o império*. [on-line]. Rio de Janeiro [Consult. 10 Jan. 2012]. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9i8S9V7WS2IJ:www2.brasil-rotario.com.br/revista/materias/rev1027/e1027_p32.htm+corte+no+brasil+historiador+portugues+oliveira+martins&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt

- CONSELHO da EUROPA (1992) Carta Urbana Europeia. Sobre segurança urbana e a prevenção da delinquência. Disponível em: www.mun-setubal.pt/pt/pagina/forum-de-seguranca-urbana/306
- CONSELHO EUROPEU de URBANISTAS - *Nova Carta de Atenas, 2003* – Disponível em: http://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf
- DICIONÁRIO DOS DIREITOS HUMANOS, AMARAL, Ana Lucia – Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php>
- FPPSU (2008) *Guia de Desenho Urbano para a Segurança e a Redução da Criminalidade*. <http://www.foppsu.org/>
- IBGE - *Censo 2010*. [on-line]. Brasília: IBGE, 2010. [Consult. 9 Jan. 2013]. Disponível em: [<http://censo2010.ibge.gov.br/>](http://censo2010.ibge.gov.br/).
- JOLY, Beto - *Conhecendo o Parque Nacional da Tijuca*. [on-line]. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008. [Consult. 12 Jun. 2012]. Disponível em: [<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=21533>](http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=21533)
- MAMEDE, Alessandra - Uma concepção equivocada? Relações entre Brizola, Favela e Tráfico de drogas no Rio de Janeiro. In *Revista Eletrônica Boletim do Tempo presente*. [on-line]. Rio de Janeiro: Getempo, 2009. ISSN 1981-3384. Ano 4, n.15. [Consult. 23 Dez. 2012]. Disponível em: [<http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4864:uma-concepcao-equivocada&catid=36&Itemid=127>](http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4864:uma-concepcao-equivocada&catid=36&Itemid=127).
- MAURO, Humberto - *Favela dos meus amores*. [filme]. Rio de Janeiro: 1935
- MORAES, Vinicius - *O Orfeu Negro*. [filme]. Rio de Janeiro, 1999
- PADILHA, José - *Tropa de Elite*. [filme]. Adaptado de livro de André Batista. Rio de Janeiro: Distribuição Zazen Produções, 2007.
- PORTUGAL, Sistema de Segurança Interna – *RASI 2008: Relatório anual de segurança interna*. [on-line]. Lisboa: SSI, 2008. [Consult. 27 Out. 2012]. Disponível em: [<http://www.portugal.gov.pt/media/564308/rasi_2008.pdf>](http://www.portugal.gov.pt/media/564308/rasi_2008.pdf)
- PORTUGAL, Sistema de Segurança Interna – *RASI 2012: Relatório anual de segurança interna*. [on-line]. Lisboa: SSI, 2012. [Consult. 27 Out. 2012]. Disponível em: [<http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf>](http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf)
- RIO DE JANEIRO, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – *Plano Diretor: Lei Complementar 16/92 | Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992*. [on-line]. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1992. [Consult. 11 Fev. 2013]. Disponível em: [<http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/287415/lei-complementar-16-92>](http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/287415/lei-complementar-16-92)
- SALDANHA, Carlos - *Rio: The movie*. [filme]. Los Angeles: 20th Century Fox; Blue Sky Studios, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARNOLD, Christopher; LASCH, Mary Ann - *Risk Management Series: Site and Urban Design for Security. Guidance Against Potential Terrorist Attacks*. Washington DC: FEMA, 2008.
- ASCHER, François - *Novos princípios do urbanismo. Seguindo de novos compromissos urbanos – um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- BAFNA, Sonit – *Space Syntax: A Brief Introduction to Its Logic and Analytical Techniques*. In *Environment and Behavior*, London: Sage Publications, 2003. ISSN 0013-9165. V. 35, n. 1, p.. 17-29.
- BAUMAN, Zygmunt - *Turistas e vagabundos: os heróis e as vítimas da pós-modernidade. O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.
- BICCA, Briane Elizabeth; BICCA, Paulo Renato (org.) - *Arquitetura na Formação do Brasil*. Brasília: UNESCO; IPHAN/ Programa Monumenta, 2006. ISBN 978-85-7652-080-1.
- CAVALCANTI, Lauro - *A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60) moderno e brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006. ISBN 978-85-37803929.
- COELHO, António Baptista - *A Satisfação Residencial*. In *Revista Urbanismo*. Lisboa: Associação dos Urbanistas Portugueses, 1998. N. 1. pp. 20-25,.
- COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco - *Do Bairro e da Vizinhaça à Habitação. Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*. Lisboa: LNEC, 1998.
- DAVIS, Mike - *Planeta Favela*. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.
- DEL RIO, Vicente - *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. São Paulo Editora: PINI, 1990.
- ENLOW, Clair - *Design is the Best Defense*. Washington DC: Landscape Architecture Magazine, 2005.
- FERREIRA, Virgínia - *O Inquérito por questionário na construção de dados sociológicos*. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (org.) - *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 1986. P.165-195
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Imprensa Oficial do Estado, 2009. ISSN 1983-7364. Ano 3.

- GOMES, Paulo Valente - A Prevenção Criminal Através do Ordenamento do Espaço Urbano: Subsídios para uma Agenda Nacional. In *Urbanismo, Segurança e Lei*. Coimbra: Almedina, 2007.
- GROAT, Linda; WANG, David - *Architectural Research Methods*. New York: John Wiley & Sons, 2002.
- GUIMARÃES, Alberto Passos - *As Classes Perigosas, banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- HANSON, Julienne - *Deconstructing Architects Houses*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999
- HAYDEN, Dolores - *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*. Cambridge Massachusetts: MIT Press, 1997.
- LANG, Jon - *Urban Design: A Typology of Procedures and Products*. Illustrated With Over 50 Case Studies. Oxford: Architectural Press, 2005.
- LEITÃO, Lucia - *Quando o Ambiente é Hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de sobrados e mucambos e outros ensaios gilbertianos*. 1ª ed. Recife: Editora Universitária; UFPE, 2009.
- LIGHT, Keneth et al. *No Bicentenário da Viagem (1807-2007). A transferência da Capital e Corte para o Brasil*. Lisboa: Sociedade Industrial Gráfica, SA, 2007. ISBN: 9789728799748
- LOUREIRO, André Oliveira F. L.; CARVALHO JUNIOR, José Raimundo - O Impacto dos Gastos Públicos sobre a Criminalidade no Brasil. In *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia*. Recife: ANPEC, 2007.
- MARTIN, Leslie; MARCH L. e ECHENIQUE, M. - *La Estructura del Espacio Urbano*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975.
- MILES, Malcolm - *Art, Space and the City: Public Art and Urban Futures*. London: Routledge, 1997.
- MOPTC, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Laboratório de Engenharia Civil – LNEC. Departamento de Edifícios Metrópoles Seguras. - *Bases para uma intervenção multissectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*. Relatório Final. Lisboa, 2007. V. I
- _____ - *Bases para uma intervenção multissectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*. Relatório Final. Lisboa, 2007. V. II
- NETO, Theodomiro Dias - *Segurança Urbana: o Modelo da Nova Prevenção*. Brasília: Editora RT, 2005.
- NONATO, José Antônio; SANTOS, Nubia Melhem (org.) - *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA, CRIMINALIDADE ORGANIZADA E TERRORISMO – OSCOT (2008) *Relatório Anual de Segurança do Observatório de Segurança Ano 2008*, Lisboa.

- OLIVEIRA, Lili Rose Cruz; AGUIAR, Nelson - *Tijuca de rua em rua: da Praça da Bandeira ao Alto da Boa Vista*. Rio de Janeiro: Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá. Editora Rio, 2004.
- PEDRO, João Branco - *Programa Habitacional. Habitação*. 4ª ed Lisboa: Ed. LNEC, 2001 a. (Coleção ITA n.º 5)
- _____ - *Programa Habitacional. Edifício*. 4ª ed Lisboa: Ed. LNEC, 2001 b. (Coleção ITA n.º 6).
- _____ - *Programa Habitacional. Vizinhança Próxima*. Lisboa: Ed. LNEC, 1999. (Coleção ITA n.º 7).
- PERLMAN, Janice E. - The Metamorphosis of Marginality in Rio de Janeiro. In *Latin American Research Review*. Dallas: LARR, 2004. V. 39 n. 1. p. 189-192.
- PESSOA, José Simões de B. (org.) - *Lucio Costa: Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 1999. ISBN 85-7334-012-6.
- PINTO DA SILVA, Carla Valéria - A Segurança Urbana nas Entrelinhas da Diferença: Uma reflexão sobre a actualidade 'carioca'. In *Seminário Internacional de Arquitetura. Arquitetura da Diferença*. Lisboa: Universidade Lusíada, 2011.
- PINTO DA SILVA, Carla Valéria; RAMOS, Tânia Beisl - New Drawings for the Urbanism. Security and Diversity in Urban Public Spaces in Portugal. In *IPHS – International Planning History Society Conference, Proceedings Vol.2*, pp. 45-54; Book of Abstracts p. 255, Istanbul: IPHS, 2010.
- PORTAS; Nuno - A Evolução da Arquitetura Moderna em Portugal: uma interpretação. in ZEVI, Bruno - *História da Arquitetura Moderna*. Lisboa: Ed. Arcádia, 1978. V. II.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1992) *Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo.
- _____ (2007) Vídeo *Museu Aberto do Morro da Providência e o Favela Bairro*. Acesso em 06/08/2011, disponível em: <http://youtu.be/YHDzton3gic>
- PROSHANSKY, Harold; ITTELSON, W.; RIVLIN, L. - *Environmental Psychology: Man and His Physical Setting*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1970.
- RALPH, Taylor B. - Breaking Away From Broken Windows: Baltimore Neighborhoods and the Nationwide Fight Against Crime, Grime, Fear and Decline, Boulder: Westview Press. In *American Journal of Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001. V. 107. n. 2 p.501-502.
- RAMOS, Tânia B; PINTO DA SILVA, Carla Valeria - No ritmo da capoeira. A segurança urbana impondo nova organização espacial. In *AEAULP - Seminário Internacional Lusófono em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. Da Baixa Pombalina a Brasília. Iluminismo e Contemporaneidade em Países de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Livro III. p. 276-295
- REIS, Antônio; LAY, Maria Cristina - Habitação de Interesse Social: Uma Análise Estética. In *Revista Ambiente Construído*. Porto Alegre, 2003.

- SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH Stephen W.; EARLS, Felton - Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. In *Science Magazine*. Washington DC: AAAS, 1997. V. 277, n. 5328. p. 918-924.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura - *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1996.
- SANTOS, Paulo F. - *Quatro Séculos de Arquitetura*. Barra do Piraí: Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.
- SILVA, Janilson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz (org.) - *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.
- TAYLOR, Marcus - *Displacing Insecurity in a Divided World: global security, international development and the endless accumulation of capital*. In *Third World Quarterly*. London: Routledge, 2009. V 30. n.1. p. 147-162,.
- TRIP, Jan Jacob - *What makes a city? : Planning for "quality of place. The case of high-speed train station area redevelopment*. Delft: Delft University Press, 2007. ISBN 978-1-58603-716-1.
- VALLADARES, Lícia do Prado - *Pensando as Favelas do Rio de Janeiro 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume; Dumará; FAPERJ; Urbandata, 2003.
- VITRUVIUS, Marcus Pollio. - *The Ten Books on Architecture*. Trad. de Moris H. MORGAN, New York: Dover Editions, 1960.
- WHITEHAND, Jeremy W.R. - The structure of urban landscapes: strengthening research and practice. In *Urban Morphology*. Birmingham: ISUF, 2009. V. 13.1. p. 5-27.
- WHYTE, William - *The Social Life of Small Urban Spaces*. Washington, D.C.:The Conservation Foundation, 1980.
- YUNÉN, R.E. - *Médio ambiente urbano: marco conceptual, ¿Quiénes hacen ciudad?*. Cuenca: Ediciones SIAP, 1997.
- ZEISEL, John - *Inquiry by Design: Tools for Environment-Behaviour Research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Periódicos

- BIANCHI, P. *Favelas pacificadas atraem turistas no Rio*. folha.com, 14/08, Rio de Janeiro, 2011.
- DALE, J. *O novo bonde*. Revista O GLOBO, ano 8, nº 371, 4 de Setembro, p 10, Rio de Janeiro, 2011.

LOURENÇO, J. *Passeio pelo Complexo do Alemão mostra que lugar é prato cheio para o turismo. Trilhas ecológicas e paisagens arrebatadoras aumentam apelo do teleférico.* Jornal do Brasil/Rio 16/07, Rio de Janeiro, 2011.

Documentos eletrônicos

COLEÇÃO DOCUMENTOS HISTÓRICOS. *DH- Vol.102, 1953*, in Biblioteca Nacional. Volumes: 101-102. Rio de Janeiro, 1953. *Carta de Lucio Costa a João Goulart afirmando que o Núcleo Bandeirante não deve ser transformado em cidade-satélite de Brasília.* Rio de Janeiro, 20 dez. 1961. (FGV/CPDOC, Arq. HL c 1961.12.20). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/acervo/HL%20c%201961.12.20%201.jpg>

_____ Carta: IIIB.12 – Brasília, 85. Acesso em 10 set 2010. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/handle/123456789/2338>

_____ Carta IV.B.03-01427. Património Histórico - arte portuguesa. Acesso em 10 Ser 2010. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/handle/123456789/1687>

_____ Carta VI.A.01. VI.A.01- Brasília, sobre monumento aos Candangos. Acesso em 10 Ser 2010. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/handle/123456789/1448>

LEMOS, N. *Paulo Fernandes Viana, o Intendente-Geral de Polícia na corte joanina (1808-1821).* in Revista Electrónica Cadernos de História, vol. VI, ano 3, n.º 2, Dezembro de 2008. Acesso em 14 Set 2010. Disponível em: www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria

QUEIROZ, C.V. - *Brasília: "arquitectónica" intercultural, herança e síntese de modernidade (re)voluta, ou aforismos sobre a ética no espaço,* Tese de Doutorado). – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2003. Acesso em 12 Set 2010. Disponível em: <http://www.unbcds.pro.br/publicacoes/ClaudioQueiroz.pdf>

Artigos em Jornais

JORNAL DO BRASIL, 26 de Maio de 2011, Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/05/26/upp-do-borel-completa-um-ano-com-reducao-nos-indices-de-criminalidade/>

JORNAL O GLOBO, 2ª edição, 29 de Maio de 2011, Seção Rio, página 19. Jornalista Rogério Daflon.

JORNAL DA TIJUCA, *o seu bairro na internet*, 03 de Maio de 2011, Assessoria de Comunicação da Secretaria de Ordem Pública – Seop. Disponível em: <http://www.tijuca-rj.com.br/v02/>.

JORNAL O DIA *Insegurança na Tijuca leva a "táticas de guerra"* Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1208155-EI5030,00.html>

JORNAL DO BRASIL, *Imóveis só desvalorizam no bairro*, Marcello Gazzaneo, 13 de Junho de 2013, Disponível em: http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=1529

JORNAL O PÚBLICO, *Câmara de Setúbal quer polícias com "formação e perfil adequados" nos bairros sociais - O Ministério da Administração Interna recebe segunda-feira os responsáveis autárquicos, que há anos pedem mais agentes e, principalmente, "policiamento de proximidade"*. Graça Barbosa Ribeiro, 17 de Março de 2013, Disponível em: <http://www.publico.pt/local/noticia/camara-de-setubal-quer-policias-com-formacao-e-perfil-adequados-aos-bairros-sociais-1588130#/0>

ANEXOS

Produção Científica Durante o Período de Elaboração da Tese de Doutoramento

PINTO DA SILVA, C.V. “Documentar o presente por meio das transformações recentes na Comunidade do Borel” in RAMOS, T.B. *Metodologias e Métodos de Investigação aplicados à Arquitetura, ao Urbanismo e ao Design*. Editora Caleidoscópio, Lisboa, 2014.

PINTO DA SILVA, C.V. *Arquitectura derrubando Fronteiras*. Tese de Mestrado em Gestão Arquitetónica e do Ambiente Urbano. Editora Sítio do Livro; ISBN 978-989-97019-0-8, publicação impressa e online, Lisboa, 2011.

PINTO DA SILVA, C.V. *A Segurança Urbana nas Entrelinhas da Diferença: Uma reflexão sobre a actualidade ‘carioca’*. 2º Seminário Internacional de Arquitectura. Arquitectura da Diferença. Universidade Lusíada, Lisboa, 2011.

PINTO DA SILVA, C.V. *Relatório sobre Segurança para o Centro de Férias da INATEL, da Costa da Caparica*, Lisboa, Fevereiro, 2010.

PINTO DA SILVA, C.V. *Investigação na Área da Segurança Urbana em Comunidades Carentes*. Comunicação no Instituto Superior Técnico, Semana da Trienal de Arquitectura, Lisboa, 2010.

PINTO DA SILVA, C.V. *A Arquitectura ao Serviço da Segurança Urbana*, Redação do sumário de comunicação nacional, com arbitragem científica, I Congresso Nacional de Segurança e Defesa, Lisboa, 2010.

PINTO DA SILVA, C.V. e RAMOS, T.B. *New Drawings for the Urbanism. Security and Diversity in Urban Public Spaces in Portugal*. IPHS – International Planning History Society Conference, Proceedings Vol.2, pp. 45-54; ISBN 978-975-561-378-9; Book of Abstracts p. 255, ISBN 978-975-561-374-1, Istanbul, 2010.

RAMOS, T.B. e **PINTO DA SILVA, C.V.** *No ritmo da capoeira. A segurança urbana impondo nova organização espacial*. AEAULP - Redação de comunicação, com arbitragem científica em Seminário Internacional Lusófono em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. Da Baixa Pombalina a Brasília. Iluminismo e Contemporaneidade em Países de Língua Portuguesa. Livro III, pp. 276-295; ISBN 978-85-88341-30-2, Rio de Janeiro, 2010.

Entrevistas Concedidas Pela Autora (Rádio/Tv)

PINTO DA SILVA, C.V. *Faixa de Pedestres*. REDE GLOBO, Espírito Santo TV – edição local. 1ª edição, 20/11/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/videos/espírito-santo/estv-1edicao/t/edicoes/v/quatro-pessoas-sao-atropeladas-por-dia-na-grande-vitoria-aponta-media-do-samu/2967224/>

PINTO DA SILVA, C.V. *Os perigos nas ruas de motoristas com a carteira suspensa*. REDE GLOBO, Espírito Santo TV – edição local. 2ª edição, 10/09/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/videos/espírito-santo/estv-2edicao/t/edicoes/v/perigo-nas-ruas-motorista-soma-mais-de-2-mil-pontos-na-carteira/2815776/>

PINTO DA SILVA, C.V. *Os perigos de fazer outras atividades enquanto dirige*. REDE GLOBO, Espírito Santo TV – edição local. 1ª edição, 21/08/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/videos/espírito-santo/estv-1edicao/t/edicoes/v/especialista-do-es-fala-sobre-os-perigos-de-fazer-outras-atividades-enquanto-dirige/2772461/>

PINTO DA SILVA, C.V. *Praça do Cauê*. REDE GLOBO, Espírito Santo TV – edição local, 1ª edição, 13/08/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/videos/espírito-santo/estv-1edicao/t/edicoes/v/moradores-e-prefeitura-de-vitoria-discutem-obra-na-praca-do-caue/2754660/>

PINTO DA SILVA, C.V. *BR 101*. REDE GLOBO, Espírito Santo TV – edição local. 2ª edição, 22/04/2013. Disponível em <http://globo.com/tv-gazeta-es/estv-2a-edicao/v/br-101-apresenta-perigos-para-motoristas-no-espírito-santo/2531843/>

PINTO DA SILVA, C.V. *Sincronia Semáforos*. REDE GLOBO, Espírito Santo TV – edição local. 1ª edição, 27/03/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/videos/espírito-santo/estv-1edicao/t/edicoes/v/especialista-do-es-comenta-falta-de-sincronia-nos-semaforos-de-vitoria/2483394/>

PINTO DA SILVA, C.V. *Melhorias no Trânsito* REDE GLOBO, Espírito Santo TV – edição local. 1ª edição, 21/08/2012. Disponível em <http://g1.globo.com/videos/espírito-santo/estv-1edicao/t/grande-vitoria/v/populacao-opina-sobre-formas-de-melhorias-no-transito-nos-municipios-do-es/2100272/>

PINTO DA SILVA, C.V. *Sinalização Confusa* REDE GLOBO, Espírito Santo TV – edição local. 1ª edição, 12/07/2012. Disponível em <http://g1.globo.com/videos/espírito-santo/estv-1edicao/t/edicoes/v/sinalizacao-confusa-em-cruzamento-de-avenidas-provoca-acidentes-em-vitoria/2037987/>

PINTO DA SILVA, C.V. Rádio Popular FM, 90.9, Entrevista concedida ao Radialista João Cardoso, *Arquitetura Derrubando Fronteiras*. 28 de Março de 2009, Pinhal Novo.

Reportagens Publicadas na Imprensa

PINTO DA SILVA, C.V. Jornal A Gazeta. *Segurança e arquitetura*. Opinião, pág 18, 30 de Agosto de 2011, Vitória.

PINTO DA SILVA, C.V. Revista Engenho do Sindicato Nacional dos Engenheiros, desde 1946. Divulgação do livro *Arquitetura derrubando Fronteiras*. Ano 65, pág 37, Trimestral, Março de 2011, Lisboa.

PINTO DA SILVA, C.V. Jornal do Brasil. Entrevista concedida a Repórter Eliane Maria. *Guerra do Tráfico Atrasa Transfavela*, pág 19, 19 de Março de 2000, Rio de Janeiro.

PINTO DA SILVA, C.V. Revista Obra, Planejamento & Construção. Entrevista concedida a Repórter Mariuza Rodrigues. *A Nova Paisagem dos Morros Cariocas*. Ano 11 - nº 113, pág 15, Agosto de 1999, São Paulo.

PINTO DA SILVA, C.V. Revista Tecnologia do Concreto Armado. Entrevista concedida a Repórter Elaine Herrerias. *Construindo a Cidadania com Concreto*. Ano 2 - nº 6, pág 3, Novembro de 1999, São Paulo.

Carla Valéria Pinto da Silva

É arquiteta e doutoranda pela Faculdade de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa
E-mail: carlavaleria@pintodasilva.pt

▄ É de fundamental importância clarificar a relação entre arquitetura e segurança urbana, a partir do edificado e dos espaços de uso público coletivo

Segurança e arquitetura

O arquiteto Oscar Niemeyer prioriza as pessoas em detrimento da arquitetura quando refere que “o mais importante não é a arquitetura em si, mas sim as pessoas, a cujas necessidades a arquitetura visa dar resposta”. A arquitetura passa pela vida pessoal de cada um e interfere diretamente no seu bem-estar. Em sua essência, supre uma necessidade básica das pessoas, ou seja, é necessária como a água, a eletricidade, a comida ou o vestuário. A cidade, idealizada por arquitetos e urbanistas, é feita para ser vivida, não é uma tela pronta, é um processo vivo.

As cidades estão associadas a um elevado grau de progresso tecnológico que se reflete na organização física do espaço arquitetônico. Isto ocorre por meio de novas exigências funcionais relacionadas ao planejamento destes espaços, porém, se constata que, associado a este crescimento, as estatísticas de criminalidade, também sobem.

A forma como as pessoas se apropriam do espaço independe do espaço em si, mas a forma como esse espaço é alvo de tratamento e conservação exige que sejam realizados diagnósticos dos problemas e que sejam consideradas as

ações de todos os atores envolvidos – desde o seu projeto ao uso.

A segurança está intrinsecamente ligada à arquitetura e ao urbanismo, à justiça, aos meios e à sua respectiva articulação permanente. Neste contexto, é de fundamental importância clarificar a relação existente entre arquitetura e segurança urbana, a partir do edificado e dos espaços de uso público coletivo. Atuar na escala do desenho urbano, inserido na gestão do território, é a contribuição eficaz para minimizar eventuais efeitos negativos de insegurança do espaço urbano.

A forma urbana tanto permite o encontro no espaço urbano como promove seu afastamento. Tanto aproxima como divide. Para resolver os grandes problemas das cidades, nomeadamente os da segurança urbana, é necessário resolver os pequenos problemas, cujas estratégias de solução revelam claramente o modo como pensamos, vemos, produzimos e usufruímos a cidade.

Um grande número de experiências tem demonstrado que determinados tipos de crime, o medo por ele induzido e a sensação de insegurança, podem ser reduzidos, seja pela melhoria da concepção urbanística e arquitetônica, na medida em que o espaço urbano existe para as pessoas; seja pela manutenção do ambiente construído, saneamento básico, educação, saúde, habitação, tempos de lazer, ambiente físico e social e segurança, medidores dos níveis de bem-estar do cidadão.

Carla Valéria Pinto da Silva *



Arquitectura derrubando Fronteiras*

'Derrubar Fronteiras' não trata primordialmente de barreiras físicas, as principais fronteiras são as culturais. Trata-se, efectivamente, de ter presente, que o poder da arquitectura e do urbanismo é infinito e perene, constituindo um pilar de suporte ao desenvolvimento do mundo actual, com vista a garantir o futuro. Coexistem paradigmas conceptuais na arquitectura e no urbanismo sobre o que significa ser-se arquitecto, que por vezes limitam a capacidade das sociedades para resolver os seus problemas habitacionais e outros.

As experiências essenciais da arquitectura, numa perspectiva diacrónica, comprovam o seu contributo para derrubar barreiras. Entre o primeiro manual de arquitectura conhecido, o manual de Vitruvius, e a nova experiência veiculada pelo Processo de Bolonha, distam cerca de dois mil anos e ambos abraçam a necessidade de questionar fronteiras, sobretudo culturais. Os 20 anos de ERASMUS também estão aí para comprovar essa necessidade.

O desenvolvimento das qualificações, o crescimento exponencial do acesso ao ensino superior, entre outros aspectos, é responsável pela revolução geracional que está a processar-se na arquitectura em Portugal. Bolonha pode ser um princípio de solução, pois derruba as fronteiras terrestres, quando unifica o ensino europeu da arquitectura. Essa contextura mais global permitirá que os alunos possam aprender em países diferentes daquele em que nasceram, sem perturbar o seu percurso académico e possam aceder a práticas e experiências muito diversas. É claro que é fundamental para uma sociedade que investe na qualificação, o retorno de tal investimento, garantindo que profissionais qualificados nas universidades o sejam na plenitude.

Você encontra arquitectos a trabalhar em cafés, porque não derrubaram a fronteira da concepção. Concepção é lindo, é belo mas não chega! É necessário que os jovens possam aceder a novos perfis de desempenho, a novos formatos de especialidade e Bolonha permite isso.

"A arquitectura passa pela vida pessoal de cada um e interfere directamente no seu bem-estar. O País não é um congresso que se realiza a cada 2 anos. Não se deve viver com deficit de harmonia."

Na minha investigação e trabalho sublinho a importância das novas abordagens tecnológicas, seja no plano dos materiais ou da construção, como consequência do esforço constante da ciência e da humanidade, no sentido da evolução.

Constata-se, hoje, uma crescente preocupação pela preservação do meio ambiente e por desenvolver políticas de sustentabilidade, ou seja, garantir que a economia, o ambiente e a sociedade se perfilam, entrecruzam e interactuam para garantir a sustentabilidade do planeta.

Este é um dos grandes desafios do urbanismo e da arquitectura. A 1ª qualidade da arquitectura é responder a uma necessidade de protecção. De alguma maneira a harmonia geral da cidade fica em nós.

A cidade é feita para ser vivida, não é uma tela pronta, é um

"A arquitectura na sua essência supre necessidades básicas dos povos, ou seja, é necessária como a água, a electricidade, a comida ou o vestuário.

A 1ª qualidade da arquitectura é responder a uma necessidade de protecção. De alguma maneira a harmonia geral da cidade fica em nós."

processo vivo. A arquitectura passa pela vida pessoal de cada um e interfere directamente no seu bem-estar. O País não é um congresso que se realiza a cada 2 anos. Não se deve viver com deficit de harmonia. A arquitectura na sua essência supre necessidades básicas dos povos, ou seja, é necessária como a água, a electricidade, a comida ou o vestuário.

A arquitectura traduz a realidade em cada momento, sendo inegável que constrói a cidade ao longo dos séculos e define as várias identidades que a estruturam.

*O livro poderá ser consultado e adquirido através do site: <http://www.sitiodolivro.pt/pt/livro/arquitectura-derrubando-fronteiras/9789899701908/>

Carla Valéria Pinto da Silva é arquitecta, Mestre em Gestão Arquitectónica e do Ambiente Urbano, Doutoranda pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Guerra do tráfico atrasa Transfavela

ELIANE MARIA

A guerra entre traficantes do Comando Vermelho (CV) e do Terceiro Comando (TC) no Complexo do Borel, Zona Norte da cidade, está retardando o cronograma de obras do Projeto Favela-Bairro, iniciado em abril do ano passado pela Secretaria Municipal de Habitação. O item do projeto que incomoda os traficantes é a construção de uma estrada, denominada Transfavela, que ligará cinco morros e deixará as favelas vulneráveis aos ataques inimigos. Com inauguração marcada inicialmente para dezembro, a obra só deve ficar pronta no dia 15 de abril, quatro meses depois do previsto. "Os atrasos ocorreram em decorrência das chuvas, da guerra no morro e das rochas encontradas em dois trechos da obra", confirma Carla Valéria Siqueira da Silva, assistente da Coordenadoria de Execução da Favela Bairro.

A estrada da discórdia unirá os morros do Borel, da Chácara do Céu, da Cruz, da Casa Branca e do Andaraí, localizadas nos bairros da Usina, Andaraí e Tijuca. Com 1,8 quilômetro de extensão, ela será toda pavimentada com concreto frisado, considerado mais durável e muito comum na Europa e nos Estados Unidos. A qualidade do material, que é térmico, proporciona economia em iluminação pública, por ser mais claro, especificidade que determinou a escolha, de acordo com os técnicos. As obras do projeto, orçadas em R\$ 14,2 milhões, incluem ainda a pavimentação de becos, vielas, escadarias e de um trecho de 875 metros na Rua da Grota, no Borel, e o tratamento da rede de esgoto.

Guerra – Mas nem tanta modernidade e conforto, tampouco o sonho destas comunidades de poder subir e descer o morro livres de trilhas, atalhos e lamaçais, conseguem dobrar os traficantes. Principalmente os dos morros do Borel, ligados ao CV, e da Casa Branca, que integram o TC. Antes mesmo de a estrada ser concluída, a guerra entre eles corre solta nos dois morros, deixa as demais favelas na linha de fogo e emperra

as obras do Favela Bairro.

A disputa pelos pontos de venda de drogas sempre motivou os tiroteios noturnos na região. Ultimamente, no entanto, não são raras as vezes em que a guerra começa de dia. De acordo com alguns moradores, ela seria apenas um artil por parte do grupo de Galego, do Borel, para atrasar a conclusão da estrada.

Benefícios – A própria PM, uma das futuras beneficiadas com o acesso aos morros – que também vai facilitar a chegada de ambulâncias e de serviços como gás e luz às comunidades – admite que a nova via é uma faca de dois gumes. "Vai ficar mais fácil localizar as bocas-de-fumo porque as trilhas atrapalhavam, mas também melhora a ida do viciado aos morros", diz um policial do Serviço Reservado (P-2) do 6º BPM (Andaraí).

Alheios à questão do tráfico, alguns moradores comemoram as melhorias, frutos de uma batalha liderada pelo pintor João de Paula, o *Seu João Carteiro*, morto há dois anos. Mailde Guedes, 37, viúva de João de Paula, está feliz pela comunidade e pelo marido. "Ele era quem mais acreditava que a obra fosse sair. Corria atrás mesmo quando já estava adoentado", conta Mailde, que já caminhou por muitas trilhas depois de lavar a roupa dos três filhos na subida do morro.

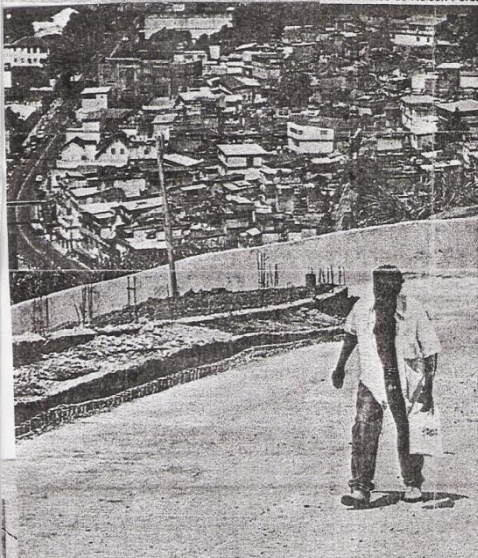
Divisão – O morador Sebastião Cardoso de Oliveira, 64 anos, viveu desde os 20 na Chácara do Céu e, há três anos, mudou-se para o Morro da Cruz. Em todo esse período, enfrentou as agruras da falta de infra-estrutura na favela. "Eu carregava água do pé ao alto do morro, andando em picadas de barro", recorda-se.

Alguns, porém, não comemoram da mesma euforia. "A polícia vai poder entrar a qualquer hora, mas o inimigo também pode atravessar e fazer estrago", alerta um morador do Morro da Cruz. Do outro lado, a sensação é a mesma. "Aquilo é uma estrada morta, que só vai nos trazer problemas. Cada favela já tem seu acesso e uma não vai descer na direção da outra", afirma um morador do Borel.

Transfavela

■ Estrada de pouco menos de 2 km vai unir cinco morros rivais da Zona Norte

Fotos de Nelson Perez



A Transfavela, com 1,8 km de extensão, vai unir os morros do Borel (acima), Casa Branca, Chácara do Céu, da Cruz e Andaraí, na Zona Norte, onde são frequentes os conflitos pela conquista de pontos de drogas entre traficantes do Comando Vermelho e do Terceiro Comando, que exibe suas iniciais numa placa para delimitar o território no Casa Branca.



Obras causaram surpresa aos "turistas"

sem falar em redes públicas de água e coleta de esgoto, além de rede oficial de energia elétrica. Fundamentado na execução de obras de saneamento e pavimentação, o programa atinge um amplo espectro social, uma vez que interfere na organização estabelecida da favela até então.

O concreto foi uma alternativa para solucionar as dificuldades próprias ao relevo de morros, como explicou o engenheiro Guilherme J. de A. L. Campos, do Consórcio Noronha-Bureau, gerenciadora do Complexo do Borel. Uma das preocupações básicas dessas obras, por exemplo, era pavimentar áreas tão íngremes, com acidentes de vários tipos, solos úmidos, entre outros. O uso do concreto permitiria a execução dos pavimentos de inclinações que vão até 25% e podem chegar, em alguns casos, em 30%, limite máximo permitido pelo código de obras municipal.

A arquiteta Carla Valéria, assistente da coordenadoria da Secretaria Municipal da Habitação completa que a durabilidade do concreto - cerca de 15 anos sem grandes manutenções - foi elemento que ajudou na escolha, uma vez que não se poderia correr o risco de efetuar investimentos tão altos para que pudessem ser facilmente destruídos. Outro fator que contou pontos para o uso do concreto foi a facilidade de sua execução, com familiaridade pelos operários e facilidade de obtenção dos insumos. Mas, mais do que os aspectos técnicos, ela chama a atenção para aspectos sociais: "O mais importante são os benefícios que esse conjunto de obra permitirá à população, como por exemplo, a coleta do lixo através dos caminhões da Comlurb. Esse que é um grande problema desses moradores, principalmente na época das chuvas. Sem as pavimentações era simples-

mente impossível executar esse trabalho", diz.

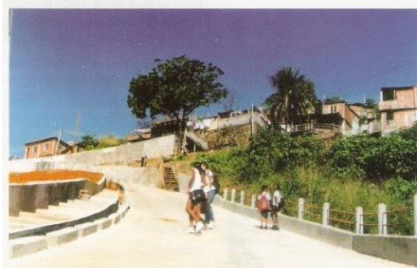
Não por acaso, o concreto está sendo utilizado na maior parte das obras do Favela-Bairro: Morros do Andaraí (Andaraí) e da Formiga (Tijuca), na Ladeira dos Funcionários, Parque São Sebastião, Vila Clemente Ferreira e Parque Boa Esperança (todas no Caju), Floresta da Barra da Tijuca (Barra) e Serrinha (Madureira).

Para se ter uma idéia do volume de obras que está sendo realizado, somente no Complexo Borel foram consumidos 8 mil m³ de concreto em pavimentos, ruas, becos, vielas, contenções, obras que representam 3.500 famílias e 15 mil pessoas beneficiadas.

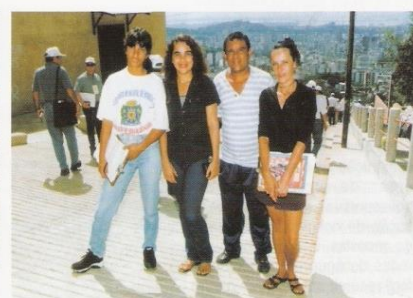
Para facilitar a tração e o acesso dos automóveis na região, em virtude da forte declividade, se decidiu por uma alternativa simples e viável: executar -se ranhuras (ou ondas no concreto) em todo o trajeto do pavimento para diminuir o esforço dos veículos, principalmente os grandes, como ônibus e caminhões.

Além disso, o concreto permite um andamento rápido às obras do Borel - onde se incluem redes de água, esgoto e drenagem - uma vez que são executadas paralelamente, de maneira integrada.

Para a execução das obras, é preciso vencer também as dificuldades do relevo da região. Por causa disso, os materiais seguem até o ponto onde for possível o trânsito dos caminhões, com volume máximo de 3 m³. Depois disso, o transporte é feito manualmente, através dos próprios operários. Aliás, uma das justificativas do Favela-Bairro está bem a frente dos olhos: a maior parte dos operários são moradores da própria favela.



Crianças sobem o morro: fim dos "pés sujos"



Eliete Soares, Luciana Sales e Rosângela Lopes acompanhadas de outro morador: cidadania

Construindo a cidadania com concreto



*Prefeitura do Rio de Janeiro urbaniza favelas
com pavimento de concreto*

O programa Favela-Bairro, da Prefeitura do Rio de Janeiro, está chamando a atenção de engenheiros, arquitetos e urbanistas brasileiros e do exterior. O conceito posto em prática pela Secretaria de Habitação do município considera as favelas cariocas como bairros consolidados há muitas décadas, onde os moradores já investiram muito trabalho e recursos para construir suas moradias. Procura-se, assim, dotar esses núcleos de infra-estrutura para facilitar o acesso e melhorar a segurança e as condições sanitárias. Os projetos são entregues a arquitetos selecionados em concursos abertos, ressaltando em propostas criativas, bonitas e econômicas.

Vários desses projetos adotaram pavimentos de concreto, pela estabilidade que o material oferece em áreas de grande declividade. Dessa forma, os novos bairros ganharam caminhos que vencem encostas dos morros, construídos diretamente no solo ou apoiados em pequenos viadutos de concreto. Também estão sendo construídas praças, equipamentos comunitários, cochenes, escolas, lavanderia coletivas e quadras esportivas, além de casas para as famílias removidas das áreas de risco e pontos de orientação urbanística e social (com planejamento de um arquiteto ou assistente social).

Além disso, segundo a arquiteta Carla Valéria Siqueira, Secretária da Silva, assistente de coordenação de obras do Programa Favela-Bairro, o pavimento de concreto ainda apresenta outras vantagens importantes como conforto térmico, menor emissão de calor que o asfalto, melhor visualização devido à sua cor mais clara e custos mais baixos devido à sustentação de materiais e mão de obra de menores custos e por conta de economia de até 30% em comparação com o



Visita técnica de Fernando Luiz ao complexo da Bonf - Programa Favela-Bairro

Comunidades participam do Programa

Outro diferencial importante do programa é a participação das 115 comunidades atingidas. Antes das obras serem iniciadas, é realizado um estudo sobre as necessidades da comunidade com a participação da Associação dos Moradores, arquitetos e engenheiros da Secretaria. Também pesquisamos destruidores, chapeiros, outros profissionais locais e colocamos para debate de renda para a própria comunidade", esclarece a arquiteta Carla Valéria Siqueira.

Segundo cálculos de técnicos do PROAP-TRIO (programa que engloba os programas Favela-Bairro e Morar-Legal, este tratando da regularização de loteamentos), as obras já se estendem por cerca de 50 km, consumindo mais de 55 mil m³ de concreto. Recentemente, foi aprovado a realização do 'Favela-Bairro 2', dando continuidade ao programa, beneficiando cerca de 300 mil moradores de 66 favelas de porte médio do Rio de Janeiro.

Os resultados alcançados pela Prefeitura do Rio de Janeiro foram tão expressivos que outras cidades já se mostraram interessadas em colocar em prática essa iniciativa, como Salvador (BA) e Caracas, na Venezuela. ■



**TRANSCRIÇÃO DA 1ª ENTREVISTA COM O CAPITÃO BRUNO AMARAL
REALIZADA EM 01/12/2010, NAS INSTALAÇÕES DO COMANDO DA UNIDADE DE
POLÍCIA PACIFICADORA – UPP NO COMPLEXO DO BOREL**

Carla Valéria (CV) - ESstamos aqui com o Capitão Amaral, responsável pela UPP do Borel: você esteve junto com o Dr. Luis Cláudio Cruz, que era o titular da 19ª, no Shopping da Tijuca falando sobre a valorização urbana e a segurança urbana. Na sua opinião o que você acha que a inclusão das UPP's efetivamente, apesar de você ser UPP, no dia-a-dia, na convivência com os moradores, o que você sentiu do que você ouviu dos adultos, dos idosos, das crianças, como é que você percebeu isso?

Capitão Amaral (CA) – Nós temos que voltar um pouco no passado, mostrar o que era o policiamento aqui antes da UPP. Antigamente o policiamento vinha até aqui em cima, era uma incursão militar que trocava tiro, trazia consequências não só para o morador diretamente da comunidade mas indiretamente a todo o bairro. Tinha bala perdida num raio de 2km daqui. Os policiais eram feridos em combate e não trazia benefícios a ninguém. Hoje não, hoje a polícia comunitária está aqui no terreno, no local, a gente participa da comunidade, dos moradores da comunidade, todos os problemas que a comunidade tem, nós também estamos respondendo. A própria comunidade traz as demandas sociais, questão de água, luz, lixo. Eles trazem até nós e nós fazemos o elo de ligação entre a comunidade e o estado, e a comunidade e o bairro. Foram feitas várias atividades para integração da comunidade e do bairro. Então as crianças aqui, volta e meia, fazem atividades como teatro, vão ao Museu da Polícia, Museu no Centro do Rio, retira essas crianças daqui desse 'mundinho' e leva pra conhecer outras coisas, porque as crianças eram muito limitadas em todos os sentidos e através dessas crianças é que a gente vai conseguir mudar os adultos e mudar as perspectivas de futuro melhor.

CV – Essa iniciativa social, por exemplo do teatro, partiu de quem? É uma iniciativa de vocês, do próprio sistema, da UPP, faz parte do projeto, digamos assim, é da prefeitura?

CA – Na verdade é a filosofia de trabalho da polícia militar, filosofia de aproximação. Aproximação do morador com a polícia. Não querem mais a polícia corpulenta, que afasta o morador da polícia. A gente quer justamente o contrário, aproximar o morador do policial até porque a questão da atividade policial depende muito do morador. A gente sabe que o tráfico não acaba, é impossível o tráfico acabar. Onde tem um usuário vai ter venda. Isso em qualquer lugar do mundo, até nos países mais desenvolvidos, na comunidade não vai ser diferente. Seria hipocrisia eu dizer que ‘acabou o tráfico’, mas a verdade é que dependemos muito da participação do próprio morador. E o morador só vai se sentir confiante através da aproximação de determinadas coisas, até nas questões sociais, eu não vou conseguir conquistar a confiança do morador, por isso nós fazemos diversas atividades nesse sentido, de aproximar o morador da polícia militar.

CV – Nessa apresentação que você fez no *Shopping Tijuca* e que foi aberta a população da Tijuca, como é que foi a receptividade, tinham pessoas, fizeram perguntas, estava vazio, como é que foi?

CA – No *Shopping Tijuca* a apresentação principal foi do meu comandante que é o Coronel Robson, ele comanda todas as UPP's, ele é o Coordenador das UPP's. Eu já fiz diversas apresentações no Wall Mart, fiz para o Conselho Regional de Imóveis, Corretores de Imóveis aqui da Tijuca, fiz diversas palestras aqui. As pessoas não conhecem de fato o que é a UPP, elas pensam que é um projeto político, que é uma “medida paliativa”, mas não é bem assim, as pessoas que vem aqui, e isto realmente acontece, observa o morador falando com o policial, o trato do policial com o morador, essa integração, e a perspectiva melhor dessas pessoas, verifica que não tem violência, não tem armas, que pode vir aqui a qualquer hora do dia ou da noite. Pode ficar tranquilo, pode largar o carro aberto aqui que ninguém vai mexer.

CV – É, eu subi de táxi, ele veio numa boa, ele só não subiu porque o carro dele mesmo não aguentou, era um carro mais velhinho e ele falou ‘olha meu carro não vai subir’ a gente voltou, o acesso estava mesmo difícil, ele disse meu carro não vai subir, já tinha começado a sair fumaça e a gente desceu, fomos até a creche e a tua equipe policial

que estava no local, foram extremamente gentis e disseram: “daqui a pouco a gente vai subir para fazer a patrulha e aí você sobe com a gente”.

CA – Legal, inclusive já promovemos várias atividades aqui, como uma chamada “Tijuca Maravilhosa”, a gente fechou a Rua São Miguel, trouxe várias bandas do Bairro da Tijuca, Escola de Samba, trouxe o aparato da Polícia Militar, várias coisas, dentre estas atividades teve o ‘jeep tour’, aqueles carrinhos que rodam na Rocinha, rodam no Alto da Boavista, então eles percorreram aqui na Comunidade do Borel, o morador da Tijuca que nunca veio aqui em cima, o morador quebra aquele paradigma: 99% dos moradores nunca tiveram muita oportunidade, a melhor paisagem do Rio de Janeiro, a recepção aqui é excelente, as pessoas aqui acolhem super bem, então quebra aquele paradigma, aquilo que eu falo, as pessoas só vão ver mesmo o que é a UPP se vierem aqui, se vierem conhecer de fato o que é a UPP.

CV – E vocês tem essa ideia ou projeto de divulgar de trazer mesmo as pessoas?

CA – O ideal é que a própria comunidade faça isso, a gente sempre incentiva isso:, tem cursos no SEBRAE, para legalização de empresa, de guia turístico pois tem a Floresta da Tijuca aqui, tem a Cachoeira do Catrambi, tem uma piscina natural, a paisagem aqui é excelente, então acho que tem tudo pra daqui a alguns anos isso aqui estar ‘bombando’, como no Dona Marta já funciona, como em outras UPP’s tem potencial pra fazer, a gente também tem, isso é legal, mas a própria comunidade tem que fazer, acho que cada vez menos a participação da Polícia Militar. Nesse momento estamos ordenando o espaço, tinham 70 moto-táxis por exemplo aqui no Borel, tenho 7 comunidades, no Borel tinham 70 moto-táxis, era moto roubada, crianças de 14 anos dirigindo, passavam em lugares e becos onde só passavam pessoas, passavam as motos, então a gente procurou ordenar, então primeiro cria aquele impacto, agora só rodam habilitados, com capacete, crachá, colete, não sei se você já viu, hoje no Borel por exemplo, só tem 30. A gente procurou ordenar, como funciona no bairro, como funciona na cidade, precisa funcionar aqui também. Hoje aqui é **comunidade** mas amanhã será um **bairro**, o **Bairro Borel**, esse é o preceito que a gente passa para as pessoas, de imediato a gente entra com o Estado, Polícia, mas gradativamente a polícia vai deixando de participar nesse convívio, nessas questões, a própria comunidade vai regular e a gente vai só orientando e participando cada vez menos.

CV – Legal, eu particularmente acho que também tem que ser através das crianças, porque tem uma fatia desses jovens hoje, desses adultos que estão meio perdidos, os jovens, as crianças hoje é vão fazer essa renovação pra frente.

CA – Educar é muito difícil, você reeducar então é muito mais difícil ainda, como é que você vai educar um adulto que já tem aquele preconceito, aquela ideia embutida do que é polícia, é difícil, mas através das crianças, isso será possível.

CV – Muito Obrigada.



**TRANSCRIÇÃO DA 2ª ENTREVISTA COM O CAPITÃO BRUNO AMARAL
REALIZADA EM 13/04/2011, NAS INSTALAÇÕES DO COMANDO DA UNIDADE DE
POLÍCIA PACIFICADORA – UPP NO COMPLEXO DO BOREL**

CV – Pela segunda vez, estamos aqui na presença do Capitão Amaral, responsável pela UPP do Borel: o que o capitão acha que modificou da época que conversamos, que foi em dezembro de 2010, que fatores positivos e negativos o senhor poderia apontar?

CA – Fator positivo é que gradativamente a confiança aumentou, o morador sente mais confiança no nosso trabalho, a partir daí há maior participação na pacificação. Eles se sentem mais à vontade em denunciar pois percebem que a denúncia é investigada, abrimos a ocorrência e buscamos a solução. Por exemplo recebemos denuncia de um ‘cemitério clandestino’ na Comunidade Casa Branca, a família denunciou e nós constatamos, encontramos ali tres ossadas. Não é só este caso, outro exemplo é a “internet pirata” (conhecida como “gatonet”) e também as máquinas de caça níquel. As pessoas se sentem mais confiantes em denunciar e quem praticava o ilícito se sente menos à vontade de o fazer. O tráfico de drogas por exemplo não acaba, mas cada dia está mais difícil para as pessoas que comercializam, não é nem 5% do que era antes, fica até difícil de fazermos a ocorrência porque a venda agora é no interior das residências, exclusivamente para as pessoas conhecidas.

Acredito que o grande resultado da UPP é o fim da letalidade, da violência letal, não há mais homicídio, não há mais a agressividade que existia aqui dentro, a própria arquiteta Carla ouviu o garoto aqui falando de várias passagens que ele vivenciou, não só ele mas outros relatos do que era antes da entrada da UPP. Naquela época que a arquiteta esteve aqui, nós estávamos em processo de como lidar com a comunidade e hoje nós temos esses jovens aí e buscamos cada vez mais integrar a comunidade à polícia.

CV – A historiadora Lili Rose comentou que aqui em frente a comunidade havia o Supermercado Carrefour, ao lado há o Colégio São José Marista, há informações não confirmadas que o supermercado fechou pelo número abusivo de invasões e roubos,

porém o Colégio nunca sofreu qualquer retaliação por apoiar de alguma forma, essa informação precede?

CA – Não podemos afirmar, o que temos conhecimento é de que muitas coisas que entravam aqui na Comunidade tinham que pagar uma taxa, por exemplo a obra do parque, os encarregados, as pessoas que eram responsáveis, eram ‘meio’ reféns, não havia policiamento na comunidade. O policiamento era feito de outra forma, com sangue e troca de tiros. O material que era destinado para obra, era desviado para a família dos traficantes. Caminhão de bebidas que entrava aqui tinha que pagar uma taxa, caminhões de entrega e outros. O Carrefour foi mais uma vítima.

Na entrada do Borel há uma quadra com o símbolo da Unidos da Tijuca que é um pavão, onde se localizava a antiga fábrica de cigarros, que deu o nome a Comunidade, pois pertencia aos irmãos Boreli, que ficava também no espaço do antigo Carrefour, a Unidos da Tijuca foi embora em 1992 porque já não aguentava mais o tráfico, as coisas foram se perdendo, a comunidade foi perdendo cada vez mais.

Com a chegada agora da UPP, um dos objetivos, é a retomada do território, hoje em dia o comércio cresceu mais de 70%, se a arquiteta descer aqui na Independência, que é a única rua do Borel onde passa carro, a arquiteta vai verificar todo o tipo de comércio, tem *pet shop*, salão de beleza, *Sky*, material de construção, banco, caixa para pagamento de contas, etc. a comunidade só ganhou, porque também o comércio próprio da comunidade tinha que pagar uma taxa toda sexta-feira.

CV – Antes da UPP existiam muitas ONG’s, quando eu trabalhava no Programa Favela-Bairro, participávamos de várias reuniões com a presença de representantes dessas organizações, mas as relações eram muito difíceis face ao poder paralelo, interesses próprios, pessoais, hoje elas ainda se mantêm, como é a relação com a UPP?

CA – A função da UPP não é desprestigiar e nem tomar o espaço dessas organizações, temos ONG’s excelentes, cada uma tem o seu trabalho, nós aqui temos uma rede de ONG’s e todos os meses temos reuniões e somos convidados, a UPP, a Prefeitura, entre outros, e elas são bastante atuantes, algumas realizam um trabalho belíssimo há muito tempo, antes de se imaginar uma UPP no Rio de Janeiro, como é o caso da *Jocum*, *Roda Viva* que é nossa vizinha, *São Joaquim*, entre outras, é uma rede de ONG’s que ajudam, eles passam a demanda, as necessidades e em contra partida nós somos o elo de ligação com a comunidade, com o Estado, acho que respeitando nossos

espaços, nos damos muito bem. No início houve ajustes naturalmente, eles pensavam que fossemos tomar o espaço deles ou da *Associação de Moradores*, mas cada um tem seu espaço, nós somos o Estado, eu sou 'associalismo', paternalismo, viemos para ordenar o espaço.

CV – Muito Obrigada.

AValiação DO SENTIMENTO DE INSEGURANÇA NA TIJUCA – RJ



PESQUISA AO BAIRRO DA TIJUCA

Arq.ª Carla Yvelina Pinto da Silva, MSc
www.gintodasilva.pt

- A sua opinião é muito importante para a realização deste estudo académico na área da segurança urbana.
- Não se identifique.
- Asseguremos que todas as informações serão utilizadas única e exclusivamente para o estudo desta investigação.

Por favor entregue ao porteiro do seu prédio ou no Aptº nº _____ até o dia 5 de Dezembro de 2010. Obrigada!

ESCOLHA ENTRE SIM E NÃO

1. Sente-se seguro na sua rua? SIM NÃO

2. Acha que a iluminação na sua rua é suficiente? SIM NÃO

3. Acha que a arborização na sua rua interfere na segurança? SIM NÃO

4. Caminha a pé pelo seu bairro? SIM NÃO

5. Existe alguma rua no seu bairro que você evita passar por se sente inseguro? SIM NÃO

6. Sente-se seguro quando entra no seu prédio? SIM NÃO

7. Acha que a Unidade de Polícia Pacificadora, conhecida também pela sigla UPP, inserida nas favelas ajudou o Bairro da Tijuca a ficar mais seguro? SIM NÃO

8. Você já foi alvo de roubos, furto ou de algum tipo de agressão no seu bairro? SIM NÃO

9. Se SIM, em que rua e em que horário? _____

10. O que você acha que faz falta ou o que pode melhorar no seu bairro? _____

RUA _____ Nº _____

